

Transformação
Cidades inteligentes
passam a incorporar
agenda mais abrangente
de desenvolvimento
urbano **Caderno especial**



Inflação
IPCA-15 desacelera em
maio ante abril, para
0,62%, mas registra o
maior percentual para
o mês em 10 anos **A6**



Vitivinicultura
Os enólogos Jorge Serodio
e Sandra Tavares, da Wine
& Soul, estarão no evento
Vinhos de Portugal, que
começa hoje em SP **B6**

Quinta-feira, 28 de maio de 2026
Ano 27 | Número 6513 | R\$ 7,00

www.valor.com.br

ECONÔMICO

Valor

Durigan aponta custo de R\$ 17 bilhões ao FGC para justificar empréstimo ao BRB

Finanças Segundo o ministro, isso levou a União a propor o crédito para o DF, com fiança de instituições financeiras

Jéssica Sant'Ana, Lu Aiko Otta e Giordanna Neves
De Brasília

Uma eventual liquidação do Banco de Brasília (BRB) causaria um rombo de R\$ 17 bilhões no Fundo Garantidor de Créditos (FGC), disse ontem ao **Valor** o ministro da Fazenda, Dario Durigan. Questionado se poderia explicar a cifra, Durigan não deu detalhes, afirmando que foi um número apresentado pelo Banco Central (BC) no contexto da mediação entre as partes feita pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Foi nesse quadro que o governo propôs o empréstimo a ser contraído pelo Distrito Federal (DF) junto ao FGC para capitalizar o banco, por meio

de fiança oferecida por um grupo de instituições financeiras públicas e privadas. Especialistas criticam o fato de a saída, apesar de não recair sobre o Tesouro, no limite poder utilizar recursos do contribuinte que seriam destinados ao governo do Distrito Federal, caso não haja pagamento. Além disso, haveria também dinheiro dos bancos públicos na operação. O empréstimo deverá ser de R\$ 5 bilhões, e as verbas que o DF recebe dos Fundos de Participação serão usadas como contragarantia. Não haverá aval da União, que era o maior entrave ao acordo. Durigan disse ser esse o único caminho para viabilizar a capitalização do BRB. “Quando eu apresentei essa proposta, eu disse: ‘É isso ou nós vamos caminhar para a liquidação do banco’”. Uma

nova audiência no STF para fechar a proposta está prevista para hoje. O ministro contou ainda que o governo deverá fazer uma subvenção ao diesel na próxima semana, já que a desoneração dos impostos federais atualmente em vigor vai apenas até domingo. O subsídio poderá ser de 35 centavos, a depender da variação do preço do barril de petróleo nos próximos dias. Ao comentar a possibilidade de aumentar o teto do Microempreendedor Individual (MEI), Durigan disse que terá um impacto fiscal abaixo de R\$ 10 bilhões. A medida também será feita de maneira escalonada, e não vai incluir o Simples Nacional. A proposta deve permitir ao MEI que contrate dois empregados. **Página C8**



Dario Durigan, ministro da Fazenda: governo deverá fazer subvenção ao diesel na próxima semana

Senado deve votar PL da dívida rural só em junho

Rafael Walendorff, Murillo Camarotto e Gabriela Guido
De Brasília

O plenário do Senado deve votar somente em junho o projeto de lei que cria linhas de crédito para a renegociação de dívidas de produtores rurais. O texto aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado ontem gerou discordâncias com o Ministério da Fazenda e acabou não sendo pautado pelo presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), para ir ao plenário. **Página B8**

Ascenty investirá US\$ 1,2 bilhão em ‘data centers’ em SP

Daniela Braun
De São Paulo

A Ascenty, empresa de infraestrutura de centros de dados, iniciou um investimento de US\$ 1,2 bilhão em quatro data centers dedicados a aplicações de inteligência artificial (IA) generativa no interior e na grande São Paulo. O primeiro centro de dados será inaugurado no terceiro trimestre de 2027, em Sumaré, em uma operação que consumirá investimento de US\$ 720 milhões. **Página B7**

Indicadores

Ibovespa	27/mai/26	-0,48 %	R\$ 22,9 bi
Selic (meta)	27/mai/26	14,50% ao ano	
Selic (taxa efetiva)	27/mai/26	14,40% ao ano	
Dólar comercial (BC)	27/mai/26	5,0573/5,0579	
Dólar comercial (mercado)	27/mai/26	5,0601/5,0607	
Dólar turismo (mercado)	27/mai/26	5,0828/5,2628	
Euro comercial (BC)	27/mai/26	5,8816/5,8828	
Euro comercial (mercado)	27/mai/26	5,8844/5,8850	
Euro turismo (mercado)	27/mai/26	5,9541/6,1341	



Câmara aprova PEC que acaba com escala 6x1

Beatriz Roscoe, Ruan Amorim, Érica Ribeiro e Gabriela Guido
De Brasília

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que prevê o fim da escala 6x1 foi aprovada ontem pela Câmara. Após passar em comissão especial por 34 a 4, recebeu 472 votos favoráveis no plenário e 22 contrários. No segundo turno, o placar foi de 461 a 19. O texto segue para o Senado Fede-

ral, onde o setor produtivo já se mobiliza para tentar reduzir os efeitos da medida sobre os custos das empresas e a economia. Uma das principais bandeiras eleitorais do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o tema tem sido alvo de grande disputa entre governistas e oposição. Deputados do PL chegaram a optar pela estratégia de constranger o governo e, de última hora, passaram a defender uma redução ainda maior, para uma escala 4x3, em vez

do modelo 5x2. O projeto prevê reduzir a jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas semanais, sem redução de salário e com transição em duas etapas. Para especialistas, o projeto ignora a baixa produtividade do país e pode pressionar os custos das empresas, levar ao fechamento de vagas formais e reduzir o PIB. A oposição reclamou do ritmo acelerado da sessão, mas acabou majoritariamente votando a favor da proposta. **Página A10**

Advocacia em alta



O mercado de advocacia está aquecido este ano, mesmo com o cenário de incertezas, e a previsão entre alguns dos maiores escritórios do país é de crescimento de

receita, chegando à casa dos dois dígitos. “O ano começou mais forte do que no início de 2025”, afirma Tito Andrade, CEO do Machado Meyer Advogados. **Página E1**

PIB cresceu 1,1% no 1º tri, estimam economistas

Anais Fernandes e Marta Watanabe
De São Paulo

Após a quase estagnação na segunda metade do ano passado, o PIB teve um crescimento mais forte no primeiro trimestre deste ano, com a ajuda, ainda que menor, da agropecuária, a recuperação da indústria e estímulos do governo ao consumo, avaliam analistas. Apesar dos sinais de perda de fôlego em março, a estimativa é que o PIB tenha acelerado nos três primeiros meses de 2026 para uma alta de 1,1% em relação ao trimestre anterior, feito o ajuste sazonal. Isso é o que indica o consenso das projeções de 71 instituições financeiras e consultorias ouvidas pelo **Valor**. Na comparação com o mesmo período de 2025, o PIB deve ter subido 1,8%, bem abaixo dos 3,1% do primeiro trimestre do ano passado. Para 2026, a mediana de 79 projeções indica um avanço do PIB de 1,8%, após crescer 2,3% em 2025. **Página A4**

Guerra no Irã chega a três meses sem solução

Luiza Palermo e Laura Lopes
De São Paulo

Quando começaram os ataques ao Irã, em 28 de fevereiro, o presidente dos EUA, Donald Trump, disse que o conflito duraria poucos dias. Mas, passados três meses, a guerra não apenas continua como se expandiu pelo Oriente Médio, provocou tur-

bulências na economia e desencadeou uma crise energética. Estima-se que o conflito já tenha deixado 3.375 mortos no Irã, 2.702 no Líbano, 26 em Israel e 28 nos países do Golfo, além de 13 soldados americanos mortos e milhares de deslocados. O inesperado fechamento do Estreito de Ormuz pelo Irã — por onde passa cerca de 20% do petróleo global — trouxe a consequên-

cia econômica mais grave da guerra, tendo levado a uma escalada da commodity. “Os últimos três meses foram apenas o primeiro round”, afirma Aaron David Miller, ex-negociador dos EUA para o Oriente Médio que atuou em governos republicanos e democratas. “E não há como o resultado final disso ser uma relação normalizada entre Irã e EUA.” **Página A18**

Governo de MG adia processo de venda da Copasa

Taís Hirata e Fernanda Guimarães
De São Paulo

O governo de Minas Gerais adiou o processo de privatização da companhia de saneamento Copasa. A decisão pegou os investidores de surpresa e gerou uma onda de dúvidas e críticas no setor. O mercado esperava conhecer ontem o novo sócio de referência da empresa, mas, em vez disso, se deparou com um comunicado do governo mineiro informando que a oferta de ações seria interrompida, teria suas regras alteradas e passaria a seguir novo calendário. O motivo da interrupção do processo, segundo apurou o **Valor**, é que nenhuma das duas propostas recebidas — da Equatorial e de um consórcio formado pelos sócios da Aegea, com Itaúsa, GIC e Equipav — atingiu o preço mínimo estabelecido pelo Tribunal de Contas do Estado. **Página B1**



SHOPPING
CIDADE
JARDIM

É FUN.
É CIDADE.
É JARDIM.

Energia Ibama já recebeu 59 manifestações de interesse, mas setor aguarda definição de regras; custos emperram projetos no exterior

Empresas apostam em usinas eólicas em alto-mar

Fernanda Nunes
O Globo, do Rio

Com ventos constantes e velozes, o Brasil tem o cenário perfeito para gerar energia elétrica em alto-mar, em usinas eólicas offshore. O Banco Mundial estima um potencial de produção de 1,2 gigawatt (GW) no litoral brasileiro e a criação de 516 mil empregos diretos, até 2050, com a nova atividade. O Ibama contabiliza 59 manifestações de interesse de empresas em instalar usinas. Ainda assim, nenhuma unidade foi construída. Falta o governo definir as regras do setor.

O primeiro passo para transformar as eólicas offshore em realidade no Brasil foi dado em janeiro de 2025 com a aprovação do marco legal das eólicas offshore a Lei 15.097. Em 1º de abril deste ano, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) publicou resolução com as diretrizes da regulamentação do marco legal. A próxima etapa será publicar um decreto com as regras efetivas de funcionamento da atividade.

Apenas a partir daí as empresas terão acesso às áreas marítimas para realizar estudos de viabilidade dos projetos. A construção das usinas ocorre depois — leva cerca de dez anos entre o

início dos estudos das áreas e a operação das usinas.

Iniciativa privada para tirar os projetos do papel existe. Um grupo de quatro empresas, com o apoio do Conselho Global de Energia Eólica (GWEC, na sigla em inglês), se juntou há um mês para formar a Coalizão Eólica Marinha (CEM), que hoje já conta com mais oito empreendedores e o incentivo de governos locais.

“As empresas da coalizão têm interesse em montar o seu quartel-general no Brasil para cumprir o conteúdo local. Outros Estados, além daqueles onde estarão os projetos offshore, também vão ser beneficiados pelo setor. Um dos exemplos mapeados é a Bahia, porque lá está instalado o fornecedor de cabos, de aerogeradores e de pás, além do estaleiro”, destacou Edisienne Correia, diretora da CEM e diretora de Desenvolvimento de Novos Negócios na Shizen Energy Group, empresa chinesa interessada em montar usina eólica offshore no Brasil.

No Rio Grande do Norte, um projeto-piloto de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PDI) está sendo liderado pelo Senai, em parceria com as empresas Esteyco e Dois A Engenharia. A intenção é validar a tecnologia para a condição do ambiente marítimo brasileiro. O Ibama conce-

deu a licença prévia do parque experimental em junho do ano passado. Em novembro de 2025, foi aberto um edital para chamar novos parceiros para financiar o projeto. A expectativa é iniciar a operação no segundo semestre de 2028, no município potiguar de Areia Branca.

“Esse projeto significa um marco para o desenvolvimento industrial e para a economia do mar. Ele transforma energia dos ventos no mar em uma cadeia de geração de empregos e renda para ajudar no desenvolvimento das pessoas e na melhoria da qualidade de vida”, ressaltou Antonio Medeiros, coordenador de pesquisa e desenvolvimento do Instituto Senai de Inovação em Energias Renováveis.

Para o autor do projeto de lei que deu origem ao marco legal das eólicas offshore, o ex-senador e ex-presidente da Petrobras Jean Paul Prates, o marco será fundamental para atrair investi-

mentos para o setor.

“A Lei da Energia Offshore não é apenas para instalar aerogeradores no mar. Ela cria uma nova fronteira de desenvolvimento energético, industrial, tecnológico e social para o Brasil. O seu espírito é ordenar o uso do mar, atrair investimento, proteger comunidades e garantir que parte da riqueza gerada retorne ao território”, afirma Prates, que hoje preside o conselho de administração do Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energia (Cerne).

A geração de energia a partir do vento em alto-mar não é uma tecnologia nova. Existe desde 1994, na Dinamarca, com a instalação do Vindebay Offshore Wind Park, desativado em 2017. Há, atualmente, 92 GW de capacidade instalada de geração eólica offshore no planeta. A liderança do mercado é da China, dona de 48 GW. Mas, nos últimos anos, o setor está sob pressão no mundo segundo a consultoria Boston Consulting Group (BCG), devido ao aumento dos custos dos projetos.

No Brasil, a geração eólica offshore surge como uma opção de eletrificação da economia, num cenário global de valorização das fontes renováveis. O Banco Mundial projeta que a energia eólica offshore pode responder



Edisienne Correia: Empresas têm interesse em se estabelecer no Brasil

por quase um quinto da geração total do país até 2050. As oportunidades estão concentradas na região Nordeste do país, parte do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

A favor dos projetos, pesam a proximidade dos centros de consumo e o fato de poderem complementar as fontes hídrica, solar e eólica onshore (em terra). Quando os reservatórios das hidrelétricas estiverem baixos, ou nos horários em que não houver sol e vento em terra, ela pode ser acionada e evitar que usinas térmicas caras e emissoras de gases de efeito estufa sejam ativadas.

Do ponto de vista ambiental, as eólicas offshore geram impactos, ao provocarem ruídos subaquáticos na construção e alterarem a vida marinha na operação, segundo Mamour Sop Ndiaye, professor no departamento de Engenharia Elétrica do Cefet-RJ. Ainda assim, a

produção de energia no mar se destaca por evitar a disputa de território com a população, como acontece com as eólicas onshore.

“Nos últimos anos, o Brasil aprovou várias leis de transição energética. Esse é um caminho sem volta. Mas, se a gente quiser atender os acordos internacionais, vai ter que tomar medidas mais drásticas. A Europa tem se fechado comercialmente para quem não oferece produtos verdadeiramente verdes”, diz Marcello Cabral, diretor de Novos Negócios da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica).

Ele acredita que nos próximos cinco anos o Brasil vai viver um “ponto de inflexão” no mercado de geração eólica offshore, após a regulamentação e aceleração dos estudos de viabilidade das áreas que devem ser oferecidas. Pelas suas contas, é possível ter um primeiro parque gerador por volta de 2040.

Eólicas offshore saem do radar de petroleiras

O Globo, do Rio

As usinas eólicas offshore já estiveram na mira das grandes petrolíferas, mas saíram do radar nos últimos anos. Hoje, os projetos de investimento são liderados por empresas do setor elétrico, que ganharam ainda mais força no atual cenário de crise da indústria fóssil.

“A gente hoje, não só como Shell, mas vários atores da indústria, tem dificuldade de ver a

atratividade operacional, comercial e financeira para essa indústria decolar, não só no Brasil. É uma questão de competitividade e custo versus as outras alternativas. Existem outras opções mais competitivas, como usinas eólica onshore e solar”, disse o presidente da Shell no Brasil, Cristiano Pinto da Costa.

Relatório da Boston Consulting Group (BCG) demonstra que os investidores em eólicas offshore enfrentam os custos

crescentes dos projetos, diante das taxas de juros mais altas, gargalos na cadeia de suprimentos e uma crescente incerteza geopolítica. Com isso, empreendedores e financiadores tornaram-se mais seletivos, o que explica os recentes fracassos em leilões.

Coordenador geral do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel) da UFRJ, Nivalde de Castro avalia que o recuo das petrolíferas está relacionado à era Trump, que na volta à Presidência dos EUA cortou

benefícios e incentivos para a transição energética. Segundo Castro, as petrolíferas que não são americanas seguem o mesmo caminho para não perderem competitividade frente aos seus pares.

“A geração eólica offshore não vai ser liderada pelas petrolíferas, mas pelas grandes empresas elétricas e, obviamente, pela China, que busca a segurança energética e possui o maior programa mundial de produção de energia dos ventos em alto-mar”, diz Castro.

A Petrobras afirma que, no curto prazo, a geração solar e eólica onshore têm mais maturidade de mercado e regulatória do que a eólica offshore, além de exigirem menos investimento. Na última semana, a petrolífera brasileira concluiu a aquisição de 49,99% de uma empresa de geração solar, a Lightsource bp.

“Nossa visão para o segmento offshore está mais concentrada no longo prazo, a partir de estudos e inovação, visando desen-

volver novas tecnologias e tornar o negócio mais atrativo”, afirma a Petrobras em nota.

A estatal mantém um projeto piloto de eólica offshore no Rio de Janeiro, junto com o governo do Estado, que prevê a instalação de um aerogerador comercial. O objetivo é avaliar a integração da geração eólica com operações de exploração e produção de petróleo e gás natural para descarbonizar unidades de produção na bacia de Campos. *(FN)*



Curtas

Operação Sem Desconto
A Polícia Federal (PF) e a Controladoria-Geral da União (CGU) deflagraram nesta quarta-feira (27) nova etapa da operação Sem Desconto. A operação investiga esquema nacional de corrupção em descontos associativos de aposentadorias e pensões. Ao to-

do, segundo a PF, “estão sendo cumpridos 31 mandados de busca e apreensão, oito cautelares de monitoramento eletrônico e outras medidas constritivas, expedidas pelo Supremo Tribunal Federal, nos Estados de Pernambuco, São Paulo e Paraíba, além do Distrito Federal”. Ainda de

acordo com a PF, a ação “tem como finalidade aprofundar as investigações que visam esclarecer a prática de diversos crimes contra a administração pública, tais como constituição de organização criminosa, estelionato previdenciário e atos de ocultação e dilapidação patrimonial”.

Confiança na indústria
O número de setores industriais confiantes passou de um para seis em maio, de acordo com os Resultados Setoriais do Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI), divulgados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) nesta quarta-feira (27). O resulta-

do reverte o quadro de pessimismo recorde entre os segmentos observado em abril, quando industriais de 28 dos 29 setores analisados demonstravam falta de confiança — cenário que não se via desde a pandemia de covid-19. “Os empresários ainda têm uma avaliação bastante negativa do de-

sempenho das empresas e da economia, enquanto as expectativas para os próximos meses continuam moderadas”, avaliou o gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo. Segundo ele, ainda é cedo para afirmar que o resultado positivo de maio vai se repetir e reverter o quadro.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

4intelligence **A4, A6, A11**
99 **F5**
A&M Infra **F2**
A5X **C2**
Accor **B2**
Adega Alentejana **B6**
Aegea **B1**
Alelo **C7**
Alpargatas **B2**
Amazon **B2, B5**
Ambev **B2**
Amgen **B2**
Apollo Global Management **C1**
Axa **B2**

B2V Crypto **C2**
B3 **C2**
Banco de Brasília **C8**
Banco do Brasil **C7**
Bayer **B2**
BCG **A2**
BMA Advogados **C2**
BNDES **A7, F5**
BNP Paribas **B6**
Boston Consulting Group **A2**
BP **B2**
Bradesco **C7**
Brilha Goiânia **F2**
Brookfield **B7**

BRP **A4**
Business Insights **F1**
C6 Bank **A4**
Cartuxa **B6**
Casa Ferreirinha **B6**
Celcoin **B4**
Centro Universitário Arnaldo **F4**
Claro empresas **F7**
Connected Smart Cities **F1**
Copasa **B1**
Copenhagense **F8**
Correios **A7**
Credit Suisse **C2**
Danone **B2**

Decolar **B2**
Dell **B2**
Deutsche Bank **C2**
Diageo **B2**
Digital Realty **B7**
Dois A Engenharia **A2**
Empresa 1 **F5**
Equatorial Energia **B1**
Equipav **B1**
Esteyco **A2**
EY-Parthenon **F2**
FGV **F4**
Ford **B2**
Fortune Business Insights **F8**

G5 Partners **A4, A6**
Gerdau **B2**
GIC **B1**
Globo **A6**
GM **B2**
Gol **B2**
Goldman Sachs **C1, C5**
GRI Institute
Infrastructure **A4**
Grupo iCities **F1**
Grupo Volaris **F5**
Heineken **B2**
HP **B6**
HSBC Private Bank **C1**
Humanizadas **B2**

Hyperliquid **C2**
IBM **B2**
IDC **F8**
iFood **B4**
ING **C2**
Ingresso **B3**
Inspier **F1, F4**
Intelicity **F6**
Itaú Unibanco **A6**
Itaúsa **B1**
Keeta **B4**
KPMG **F2**
L'Oréal **B2**
Lightsource **A2**
LVMH Beauty **B2**

Mattos Filho **C3**
Mercado Livre **B5**
Micron **C1**
Micron Technology **C1**
Microsoft **B2**
Morgan Stanley **C1**
Natura **B2**
Nomad **B2**
Pemex **A6**
Petrobras **A2, A6**
Pfizer **B2**
Philips **B2**
PPSA **A7**
Quantivis Analytics **A11**
Rafael Petrachioli

Advocacia Corporativa **C3**
Reag **C1**
Reclame Aqui **B5**
Redbelt **B3**
Rede Amazônica **A6**
Salesforce **B6**
Shell **A2**
Shizen Energy Group **A2**
Shopee **B5**
Siemens **B2**
SK Hynix **C1**
SpaceX **B6**
StubHub **B3**
Tesla **B6**
Ticketmaster **B3**

TIM Brasil **F7**
TSMC **C1**
Uber **B2**
UBS **C1**
UniQ Hub **F5**
Unisinos **F2**
Universidade São Judas **F2**
Viagogo **B3**
Vivo **B2, F7**
Waymo **F8**
Wharton Business School **B2**
Wine & Soul **B6**
XP **A4**
Zahil **B6**

E M O B R A S

PINNA⁵¹⁰⁹

ACIMA DO OBVIO

ALTÍSSIMO PADRÃO E
PRECISÃO ARQUITETÔNICA
POR **MARCIO KOGAN**.

E PAISAGISMO POR
RODRIGO OLIVEIRA.

Escala, luz e proporção em estado absoluto.
Um desenho que não se repete.

372M² | 744M²
4 SUÍTES | DUPLEX

VISTA PARA O VERDE DO JD. EUROPA
E NADA MAIS.

StudioMK27

Av. Nove de Julho X Rua Antônio Felício

PERSPECTIVA ILUSTRADA DA FACHADA

odlup



FALE COM A DIRETORIA

[PINNA5109.COM.BR](https://pinna5109.com.br)

PARTICIPAÇÃO:



REALIZAÇÃO E INCORPORAÇÃO:



PINNA 5109 - TLR5 EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA. CNPJ 46.080.728/0001-71. Projeto aprovado, conforme Alvará de Aprovação de Edificação Nova nº 35506-23-SP-ALV, número do apostilamento 1, deferido em 24/07/2025 e publicado em 25/07/2025. Incorporação registrada sob nº 08 da matrícula 210.171 em 18/09/2025 do 4º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP, nos termos da Lei Nº 4.591/64. Todas as imagens e perspectivas aqui contidas são meramente ilustrativas, a tonalidade das cores, a forma e textura podem sofrer alterações.

Brasil

Conjuntura Apesar de sinais de fraqueza em março, mediana de 71 projeções aponta alta de 1,1%

Estímulos ao consumo, agro e indústria devem acelerar PIB do 1º tri

Anais Fernandes e Marta Watanabe
De São Paulo

Apesar dos sinais de perda de fôlego da atividade em março, o Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre do ano como um todo deve ter voltado a subir de forma mais robusta, com a recuperação da indústria, estímulos do governo ao consumo e a ajuda, ainda que em menor grau, da agropecuária.

O PIB deve ter acelerado para uma alta de 1,1% no primeiro trimestre de 2026, ante o quarto trimestre de 2025, quando variou 0,1%. É o que aponta a mediana das projeções de 71 instituições financeiras e consultorias ouvidas pelo **Valor**. O intervalo das estimativas vai de 0,5% a 1,7%. No primeiro trimestre de 2025, o avanço ante os três meses imediatamente anteriores foi de 1,5%.

Na comparação com o mesmo período de 2025, o PIB do primeiro trimestre de 2026 deve ter registrado alta de 1,8%, mesmo valor observado no quarto trimestre de 2025, mas bem menos que os 3,1% do primeiro trimestre de 2025.

Para o segundo trimestre de 2026, por ora, a mediana indica desaceleração expressiva, com crescimento do PIB de 0,4% ante os três primeiros meses do ano. Para 2026, a mediana de 79 projeções indica avanço do PIB de 1,9%, após crescer 2,3% em 2025, o que seria o menor valor desde a queda de 3,3% em 2020, por causa da pandemia.

“De modo geral, não esperamos uma desaceleração muito forte da economia. Mas estávamos vindo de um crescimento acima dos 3% em três anos, até 2024, e agora vemos uma desaceleração. Crescemos 2,3% no ano passado e este ano devemos crescer 1,7%. É a mesma taxa de crescimento que esperamos para o primeiro trimestre, porque, na nossa projeção, os próximos trimestres devem ficar meio parados”, afirma Claudia Moreno, economista do C6 Bank, que está em uma ponta mais otimista das projeções para o PIB do primeiro trimestre de 2026.

Nelson Rocha Augusto, presidente e economista-chefe do banco BRP, pondera que a dinâmica da economia brasileira está “bastante difícil de ser lida” diante de uma série de rupturas, como a guerra no Oriente Médio e o fato de este ser um ano de eleição presidencial no país. “Mesmo assim, ainda temos um PIB positivo, porque há algumas molas propulsoras empur-

rando para cima, sobretudo no primeiro trimestre”, diz Rocha, que é um pouco mais cauteloso que a mediana ao projetar 0,7% para o PIB do primeiro trimestre.

Para a 4intelligence, a retomada de uma taxa de crescimento substancial do PIB no início deste ano está relacionada, principalmente, a três fatores: estímulos governamentais, com destaque para a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda e mais uma liberação excepcional do saldo do FGTS; a continuidade do avanço da agropecuária; e uma questão mais técnica, do ajuste sazonal aplicado pelo IBGE no PIB total.

Pelo lado da oferta, o crescimento do primeiro trimestre de 2026 deve, mais uma vez, ter sido puxado pela alta de 2,7% na agropecuária, ante o quarto trimestre de 2025, segundo a mediana das projeções. Apesar da boa safra, será um número bem menor do que o salto de quase 15% registrado no primeiro trimestre de 2025.

Por isso, economistas chamam mais atenção para o comportamento da indústria. Pela mediana, o setor cresceu 0,8% no primeiro trimestre de 2026 contra o fim de 2025, após tombo de 0,7% no quarto trimestre do ano passado. Se confirmada a mediana, será o melhor resultado da indústria, por essa base de comparação, desde a alta de também 0,8% observada no segundo trimestre de 2023.

Considerando o quadro de juros elevados no país, “devemos ter uma PIB da indústria até bastante razoável”, diz Luis Otávio Leal, economista-chefe da G5 Partners, estimando crescimento de 1,7% para a indústria extrativa e de 0,7% para a de transformação. Ele destaca o comportamento das indústrias ligadas ao petróleo, em meio à reorganização desse mercado com a guerra no Oriente Médio e, principalmente, da automobilística.

Já os serviços desaceleraram, segundo a mediana, para 0,6% no primeiro trimestre do ano, após subirem 0,8% no quarto trimestre

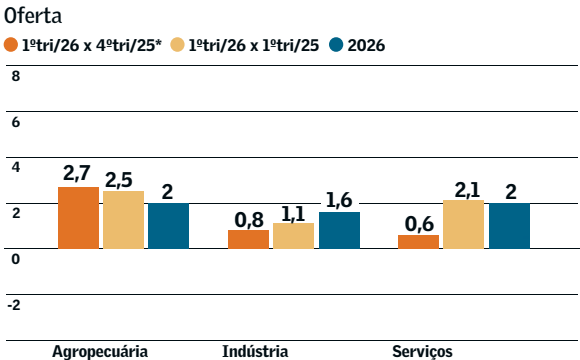
"Ainda temos um PIB positivo, porque há algumas molas propulsoras empurrando para cima!"
Nelson Rocha Augusto

Aceleração

Projeções para PIB - %

Instituição	1ºtri/26 x 4ºtri/25*	1ºtri/26 x 1ºtri/25	2026
Barra Peixe Investimentos	0,5	1,8	2
Polo Capital	0,5	1,5	2,1
BRP	0,7	1,1	1,7
Capital Economics	0,7	1,7	1,5
Troster & Associados	0,7	1,7	1,9
VVC	0,7	1,3	1,6
Daycoval	0,8	1,6	1,7
Morgan Stanley	0,8	2,2	2
Pezco	0,8	1,8	2
PicPay	0,8	1,3	1,7
Planner	0,8	1,6	1,7
ARX Investimentos	0,9	ND	2,3
Bank of America	0,9	1,6	2,3
BGC Group	0,9	2	1,3
Bradesco	0,9	1,6	1,6
JGP	0,9	1,8	1,7
Novus Capital	0,9	1,7	2,3
Sicredi	0,9	1,4	1,7
UBS BB	0,9	1,6	1,5
4intelligence	1	1,8	2
ABC Brasil	1	1,8	1,9
Austin Rating	1	1,5	1,7
Banco Bmg	1	1,7	1,9
Banco do Brasil	1	1,7	2
BNP Paribas	1	1,8	2
Brasilprev	1	1,8	2
Citi Brasil	1	1,6	1,8
Citrino Gestão de Recursos	1	1,8	1,8
Goldman Sachs	1	ND	1,9
Inter	1	1,8	1,8
Quantitas	1	ND	1,8
Santander	1	1,7	1,8
SOMMA Investimentos	1	1,9	1,9
Suno Research	1	1,9	1,8
Way Investimentos	1	2,7	1,8
Asset 1	1,1	1,8	2,1
Banco BV	1,1	1,8	1,5
Barclays	1,1	1,8	2
BTG Pactual	1,1	1,8	1,9
E2+	1,1	1,8	2
EQI Asset	1,1	1,9	2,1

Estimativas medianas por componente do PIB - %



Fonte: Consultorias e instituições financeiras. Elaboração: Valor, com dados coletados de 19/05/26 a 27/05/26. *Com ajuste sazonal. ND: não disponível



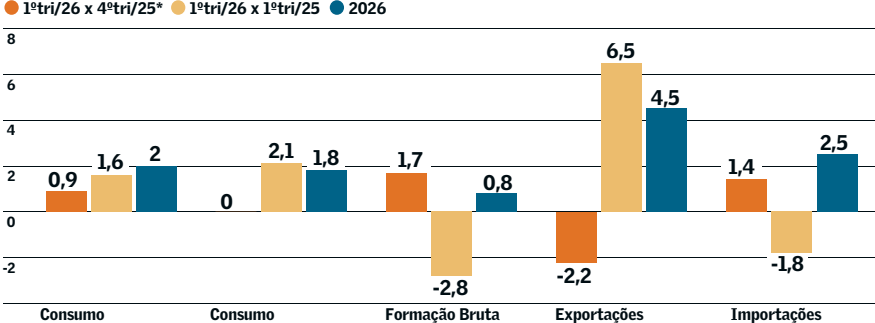
Claudia Moreno: consumo mais sensível à renda não está sofrendo tanto quanto outros mais sensíveis a crédito

de 2025. Serviços de informação e comunicação, varejo e serviços públicos devem ter dado contribuição positiva, aponta a XP. Já os de transporte de carga e armazenagem, diz Leal, podem ter puxado o PIB do setor um pouco para baixo.

A safra agrícola deve empurrar os serviços pelo transbordamento, diz Rocha. Mas este ano, observa, houve atraso em parte importante da safra, principalmente no milho, e, em algumas regiões, na soja. O efeito em serviços, avalia, deve ter

Instituição	1ºtri/26 x 4ºtri/25*	1ºtri/26 x 1ºtri/25	2026
Franklin Templeton Brasil	1,1	2	1,8
FGV Ibre	1,1	1,8	1,8
G5 Partners	1,1	1,9	2,1
Genial Investimentos	1,1	1,9	2
HSBC	1,1	1,9	2
Integral Group	1,1	2,4	1,7
J.P. Morgan	1,1	1,9	1,8
Kinitro Capital	1,1	1,8	2
MAG Investimentos	1,1	1,9	1,7
Neo Investimentos	1,1	2	1,8
Rio Bravo Investimentos	1,1	1,5	1,8
Santander Asset Management	1,1	1,9	1,8
Sicredi Asset	1,1	1,7	1,9
SulAmérica Investimentos	1,1	1,8	2
Tendências Consultoria	1,1	1,8	ND
Terra Investimentos	1,1	1,8	1,8
XP	1,1	1,9	2
Análise Econômica	1,2	3	2,2
ASA	1,2	2	1,5
BOCOM BBM	1,2	2	2
Bravonte Capital	1,2	3,2	2,2
Buysidebrazil	1,2	2	1,9
Itaú Unibanco	1,2	2	ND
MB Associados	1,2	1,5	1,7
Pantheon Macroeconomics	1,2	1,4	1,5
Porto Asset Management	1,2	2	1,5
Parcitas Investimentos	1,3	2,1	2
Siegen	1,3	1,4	2,1
The Economist Intelligence Unit (EIU)	1,3	1,8	1,8
C6 Bank	1,7	2,5	1,7
ABBC	ND	ND	1,9
Acrefi	ND	ND	2
BRCC	ND	1,8	1,8
Coface	ND	ND	1,9
Deutsche Bank	ND	ND	1,9
Itaú Asset Management	ND	ND	2
Medley Advisors	ND	ND	1,8
RB Investimentos	ND	ND	2
Reach Capital	ND	ND	1,8
TAG Investimentos	ND	ND	1,5
MEDIANA	1,1	1,8	1,9

Demanda



NILANI GOETTEMMS/VALOR

mento deve ter sido puxado pela Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), medida para os investimentos do PIB que, pela mediana, cresceram 1,7% no primeiro trimestre de 2026 ante os três meses anteriores, quando recuaram 3,5%. A alta, porém, é muito influenciada pela aquisição de plataforma de petróleo em fevereiro, diz Leal.

O consumo do governo deve ficar estagnado no primeiro trimestre deste ano, após subir 1% no fim de 2025, segundo mediana das projeções. O consumo das famílias deve fazer movimento contrário, saindo da estagnação no quarto trimestre do ano passado para uma alta de 0,9% nos três primeiros meses de 2026. Para Leal, é um consumo das famílias “razoável”.

“O itens mais sensíveis à renda não estão sofrendo tanto quanto outros mais sensíveis a crédito. Há diferença no comportamento porque a massa salarial ainda está muito forte. Mas, quando olhamos o consumo das famílias como um todo, vemos crescimento menor”, diz Moreno, do C6.

Por fim, com a expectativa de que as exportações recuem 2,2%, mas as importações cresçam 1,4% — também influenciadas pela compra da plataforma de petróleo —, o setor externo pode dar contribuição negativa ao PIB do primeiro trimestre, o que não acontecia desde mesmo período de 2025.

Cenário fiscal é maior preocupação de investidor estrangeiro

Rafael Vazquez
De São Paulo

Após cinco anos seguidos de crescimento do PIB, o Brasil está sendo observado por empresários estrangeiros como uma boa opção no cenário internacional para ser destino de investimentos, tanto de ativos financeiros quanto de investimentos diretos. No entanto, o aumento da relação entre a dívida e o PIB, atualmente em 80%, segundo dados do Banco Central, é um fator de preocupação que tira o ímpeto de boa parte dos potenciais investidores internacionais.

Segundo uma pesquisa realizada pelo GRI Institute na primeira quinzena de maio, durante a Brazil Week em Nova York, 69,4% dos participantes classificam a economia brasileira como “estável”, mas apenas 34,3% veem o Brasil como principal destino de capital na América Latina. Isso porque a pesquisa intitulada Termômetro do GRI — Edição Especial GRI Brazil Investment Summit 2026, identificou que 82,7% dos entrevistados acreditam que a política fiscal e a gestão das finanças do governo federal têm impacto negativo e funcionam hoje como um fator relevante de

desestímulo ao investimento “O que constatamos é que o Brasil nunca esteve fora do radar dos executivos e investidores internacionais”, diz Moisés Cona, managing director do GRI Institute Infrastructure. “Mas existe uma preocupação real com a questão da disciplina fiscal no país, o que consequentemente impacta na percepção o cumprimento de contratos que são honrados, principalmente olhando contratos no modelo de Parcerias Público Privadas (PPPs) e outros contratos de longo prazo pensados dentro do Brasil.” De acordo com Cona, os dados

da pesquisa acendem um sinal de alerta. “Mostra claramente que há um obstáculo para o Brasil atrair um capital que existe e até tem o interesse de ser direcionado ao país, mas ainda tem respeito devido a uma questão específica. E é um capital importante para ajudar a manter o crescimento da economia brasileira.” A pesquisa, que foi feita com uma amostra de 150 participantes estrangeiros na Brazil Week, identificou que 34,3% reconhecem o Brasil como principal destino de investimentos na América Latina e uma das melhores opções entre os países emergentes

no mundo. Segundo Cona, é um dado positivo que mostra o potencial do país. Contudo, o componente da disciplina fiscal volta a aparecer como receio quando perguntados sobre o próximo ciclo político no país a partir da eleição presidencial de 2026. Para 37,5%, disciplina fiscal e previsibilidade de gastos é o tema mais importante que deve ser considerado pela próxima gestão presidencial, seguido por estabilidade institucional e respeito a contratos (25%). Visão de Estado de longo prazo também foi mencionada por 18,7% dos empresários e

executivos estrangeiros quando questionados sobre o Brasil. “Em relação ao calendário eleitoral, o que sentimos é que, no fim das contas, investidores acostumados a fazer aportes de longos prazos em outros países estão acostumados com alguns sobressaltos políticos ou transições de governo, que são vistas como questões momentâneas. O que mais importa, na verdade, são questões técnicas de longo prazo, como respeito a contratos e questões de marcos jurídicos e regulatórios, por exemplo, além de saúde fiscal e taxas de juros”, explica Cona.

Brasil

Atividade econômica

Indicadores agregados

	abr/26	mar/26	fev/26	jan/26	dez/25	nov/25	out/25	set/25	ago/25	jul/25
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	-0,67	0,87	0,79	-0,01	0,46	-0,01	-0,08	0,38	-0,42
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	0,1	0,9	2,1	-1,9	-0,2	0,2	-0,4	0,7	-0,1
Indústria de transformação	-	-0,1	1,0	2,3	-2,5	0,1	-0,3	0,1	0,6	-0,2
Indústrias extrativas	-	0,1	1,2	1,4	0,9	-2,4	3,6	-1,4	-0,3	1,2
Bens de capital	-	0,6	2,8	3,0	-8,4	-0,2	0,9	0,2	-1,2	-0,4
Bens intermediários	-	0,5	1,2	2,4	-2,0	-0,7	-0,7	-0,3	0,7	0,0
Bens de consumo	-	0,5	0,8	1,9	-1,5	0,5	1,3	-0,1	1,2	0,1
Faturamento real (CNI - %) (1)	-	3,8	4,9	2,3	-1,2	1,2	-2,7	-1,3	-5,3	0,4
Horas trabalhadas na produção (CNI - %) (1)	-	1,4	0,7	0,5	-1,0	-0,7	0,4	0,1	-0,3	0,1
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,9	0,5	0,4	-0,4	0,9	0,4	0,0	0,4	0,2
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,5	0,7	0,5	-0,3	1,0	0,5	-0,1	0,2	-0,1
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-0,6	1,1	2,1	-0,9	0,5	0,3	0,8	0,7	0,5
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-1,2	0,0	-0,1	-0,3	-0,1	0,3	0,7	0,2	0,2
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	6,1	5,8	5,4	5,1	5,2	5,4	5,6	5,6	5,6
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	-0,3	-0,1	0,5	-0,2	1,2	-0,3	-0,2	0,0	0,2
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Balança comercial (US\$ milhões)										
Exportações	34.148	31.705	26.168	24.531	30.710	28.165	31.509	30.487	29.559	32.129
Importações	23.611	25.205	22.162	20.792	21.385	22.404	24.824	27.946	23.584	25.131
Saldo	10.537	6.500	4.005	3.739	9.325	5.761	6.685	3.141	5.975	6.997

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Produção e investimento

Variação no período

Indicadores	4º Trj/25	3º Trj/25	2025	2024	2023	2022
PIB (R\$ bilhões) *	3278	3236	12.739	11.779	10.943	10.080
PIB (US\$ bilhões) **	607	593	2.280	2.185	2.191	1.952
Taxa de Variação Real (%)	0,1	0,0	2,7	3,4	3,2	3,0
Agropecuária	0,5	0,3	9,6	-3,7	16,3	-1,1
Indústria	-0,7	0,7	1,8	3,1	1,7	1,5
Serviços	0,8	0,3	2,2	3,8	2,8	4,3
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	-3,5	0,1	6,0	6,9	-3,0	1,1
Investimento (% do PIB)	16,0	17,3	17,2	16,9	16,4	17,8

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data

* Valores correntes. ** Banco Central

Contrib. previdenciária*

Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R\$	Alíquotas em % (1)
Até 1.621,00	7,5
De 1.621,01 até 2.902,84	9,0
De 2.902,85 até 4.354,27	12,0
De 4.354,28 até 8.475,55	14,0
Empregador doméstico	8,0

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data * Competência maio/26. ** Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte

Tabela de incidência mensal *

Base de cálculo ** em R\$	Alíquota em %	Parcela a deduzir em R\$	IR - em R\$
Até 2.428,80	0,0		0,00
De 2.428,81 até 2.826,65	7,5		182,16
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0		394,16
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5		675,49
Acima de 4.664,68	27,5		908,72

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data * Para rendimentos tributáveis mensais acima de R\$ 370,00. ** Limite mensal de desconto simplificado: R\$ 607,20. Dedução mensal por dependente: R\$ 189,59

Principais receitas tributárias

Valores em R\$ bilhões

	Janeiro-Abril			abril		
Discriminação	2026	2025	Var. %	2026	2025	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	342,4	316,4	8,22	90,0	79,4	13,36
Imposto de renda pessoa física	12,3	11,1	10,28	3,6	3,4	6,67
Imposto de renda pessoa jurídica	154,5	147,2	4,95	42,8	38,1	12,52
Imposto de renda retido na fonte	175,7	158,1	11,11	43,6	38,0	14,80
Imposto sobre produtos industrializados	99,1	27,9	255,70	77,3	71	99,17
Fumo	4,0	4,0	-0,03	1,0	1,1	-13,63
Bebidas	1,3	1,1	16,50	0,3	0,3	2,85
Automóveis	1,4	1,6	-12,83	0,5	0,4	14,65
Imposto sobre operações financeiras	33,1	22,6	46,62	8,0	5,9	35,99
Imposto de importação	33,1	30,1	10,17	8,7	7,3	18,94
Cide-combustíveis	1,1	1,0	0,39	0,3	0,2	30,62
Contribuição para Finsocial (Cofins)	160,2	144,7	10,68	40,7	36,8	10,73
CSLL	83,6	79,0	5,85	22,1	19,7	12,30
PIS/Pasep	43,1	40,1	7,43	10,7	10,0	7,04
Outras receitas	260,3	299,2	-13,01	21,0	81,3	-74,17
Total	1.055,9	961,0	9,88	278,8	247,7	12,56
	jan/26	Var. %*		dez/25		jan/25
	Valor	-34,96	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*
INSS	59,9		92,0		74,30	53,6
						2,93

Fontes: Receita Federal e Previdência Social. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior.

Atualize suas contas

Variação dos indicadores no período

Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Em % Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Em R\$ Salário mínimo
out/24	0,0977	0,5982	0,5982	0,8801	0,93	0,6191	0,5112	0,3446	0,37	24,49	1.412,00
nov/24	0,0649	0,5652	0,5652	0,7503	0,79	0,5990	0,5207	0,3117	0,21	24,49	1.412,00
dez/24	0,0822	0,5826	0,5826	0,8571	0,93	0,6191	0,5387	0,3290	0,16	24,49	1.412,00
jan/25	0,1690	0,6698	0,6698	0,9972	1,01	0,6625	0,5685	0,4160	0,23	24,45	1.518,00
fev/25	0,1324	0,6331	0,6331	0,9315	0,99	0,5982	0,6006	0,3794	0,09	24,55	1.518,00
mar/25	0,1092	0,6097	0,6097	0,8971	0,96	0,6625	0,6185	0,3561	0,12	24,55	1.518,00
abr/25	0,1689	0,6697	0,6697	0,9929	1,06	0,6937	0,6263	0,4159	0,25	24,65	1.518,00
mai/25	0,1712	0,6721	0,6721	1,0552	1,14	0,7169	0,6224	0,4182	0,65	24,65	1.518,00
jun/25	0,1699	0,6707	0,6707	1,0201	1,10	0,6937	0,6131	0,4169	0,91	24,65	1.518,00
jul/25	0,1758	0,6767	0,6767	1,1779	1,28	0,7417	0,6076	0,4229	0,69	24,78	1.518,00
ago/25	0,1722	0,6731	0,6731	1,0817	1,16	0,7417	0,6053	0,4193	0,21	24,78	1.518,00
set/25	0,1742	0,6751	0,6751	1,1361	1,22	0,7177	0,6131	0,4213	0,17	24,78	1.518,00
out/25	0,1758	0,6767	0,6767	1,1764	1,28	0,7504	0,6201	0,4229	0,15	24,91	1.518,00
nov/25	0,1634	0,6642	0,6642	0,9776	1,05	0,7261	0,6286	0,4104	0,27	24,91	1.518,00
dez/25	0,1742	0,6751	0,6751	1,1355	1,22	0,7504	0,6294	0,4213	0,31	24,91	1.518,00
jan/26	0,1718	0,6727	0,6727	1,0718	1,16	0,7600	0,6279	0,4189	0,28	25,04	1.621,00
fev/26	0,1207	0,6213	0,6213	0,9142	1,00	0,6862	0,6240	0,3676	0,09	25,04	1.621,00
mar/26	0,1735	0,6744	0,6744	1,1163	1,21	0,7600	0,6216	0,4206	0,10	25,04	1.621,00
abr/26	0,1679	0,6687	0,6687	0,9842	1,09	0,7307	0,6255	0,4149	0,57	25,16	1.621,00
mai/26	0,1687	0,6695	0,6695	0,9899	1,07	0,7552	0,6224	0,4157	-	25,16	1.621,00
2026	0,81	3,35	3,35	5,18	5,66	3,75	3,16	2,05	1,05	1,00	6,79
Em 12 meses*	2,03	8,32	8,32	13,56	14,75	9,18	7,70	5,09	4,50	2,07	6,79
2025	1,97	8,26	8,26	13,33	14,32	8,79	7,61	5,03	4,13	1,71	7,51

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência

(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para mala projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Dívida e necessidades de financiamento

Valores em R\$ bilhões - no setor público

	mar/26		fev/26		mar/25	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Dívida líquida do setor público	8.643,0	66,83	8.420,4	65,52	7.379,7	61,30
Dívida líquida total	8.643,0	66,83	8.420,4	65,52	7.379,7	61,30
(1) Ajuste patrimonial + privatização	-28,8	-0,22	-28,9	-0,22	-44,3	-0,37
(2) Ajuste metodológico s/ dívida*	-1.022,2	-7,90	-1.045,2	-8,13	-1.052,5	-8,74
Dívida fiscal líquida	9.694,0	74,95	9.494,4	73,88	8.476,4	70,41
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	9.100,1	70,36	8.877,8	69,08	8.072,1	67,05
Dívida externa líquida	-457,1	-3,53	-457,4	-3,56	-692,4	-5,75
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	7542,1	58,32	7333,1	57,06	6.369,2	52,90
Governos Estaduais	967,2	7,48	955,8	7,44	889,8	7,39
Governos Municipais	83,6	0,65	82,6	0,64	83,2	0,69
Empresas Estatais	50,1	0,39	48,9	0,38	37,5	0,31
Necessidades de financiamento do setor público						
Fluxos acumulados em 12 meses						
	mar/26	fev/26	mar/25			
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Total nominal	1.038,8	8,03	1.089,6	8,48	948,5	7,88
Governo Federal**	1.038,8	8,03	940,9	7,32	713,2	5,92
Banco Central	55,0	0,43	34,9	0,27	143,1	1,19
Governo regional	107,4	0,83	97,8	0,76	79,9	0,66
Total primário	137,1	1,06	52,8	0,41	13,5	0,11
Governo Federal	-216,8	-1,68	-263,1	-2,05	-287,4	-2,39
Banco Central	1,0	0,01	0,9	0,01	1,1	0,01
Governo regional	-1,5	-0,01	-13,3	-0,10	-9,0	-0,07

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. ** Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.

Resultado fiscal do governo central

Valores em R\$ bilhões a preços de março*

	Janeiro-março			março		
Discriminação	2026	2025	Var. %	2026	2025	Var. %
Receita total	783,2	757,7	3,37	230,0	223,7	5,06
Receita Adm. Pela RFB**	531,2	508,4	4,48	155,0	141,4	6,13
Arrecadação Líquida para o RGPS	181,0	170,5	6,11	60,3	56,9	5,88
Receitas Não Adm. Pela RFB	71,1	78,7	-9,74	24,5	25,3	-3,10
Transferências a Estados e Municípios	151,0	150,9	0,12	38,9	41,3	-5,75
Receita líquida total	632,2	606,8	4,18	196,1	182,4	7,50
Despesa Total	648,1	548,1	18,26	269,9	180,8	49,25
Benefícios Previdenciários	273,7	239,3	14,40	109,5	80,8	35,34
Pessoal e Encargos Sociais	111,0	94,1	17,89	41,6	30,3	37,10
Outras Despesas Administrativas	125,0	91,8	36,19	65,4	29,1	124,05
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	138,4	122,9	12,66	53,4	40,6	31,37
Resol. Primário do Gov. Central (1)	-16,0	58,8	-127,19	-73,8	1,6	-4.738,85
Discriminação	mar/26		fev/26		mar/25	
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %
Ajustes metodológicos	0,0	29,33	0,0	-	0,1	-83,92
Discrrepância estatística	-1,0	-	0,6	-	-4,1	-
Resol. Primário do Gov. Central (2)	-74,8	151,34	-29,8		-2,4	-91,96
Juros Nominais	-112,2	42,13	-78,9	44,48	-69,5	-5,36
Resol. Nominal do Gov. Central	-187,0	72,04	-108,7		-71,9	-30,41

Conjuntura Sob pressão de alimentos e energia elétrica, índice fecha o mês em 0,62%, mas taxa ainda elevada preocupa economistas

IPCA-15 desacelera, mas é o maior para maio em 10 anos

Grace Vasconcelos e Lucianne Carneiro De São Paulo e Rio

Puxada principalmente por alimentação e energia elétrica, a prévia da inflação oficial desacelerou em maio ante abril, mas foi a maior para o mês em dez anos. O resultado ainda elevado preocupa e mantém os economistas em alerta diante da resistência dos preços de alimentos no domicílio, da alta da energia elétrica, do retorno do aumento das passagens aéreas e da influência do reajuste anual de medicamentos.

Após disparada em abril, os preços de combustíveis recuaram em maio, em movimento de devolução. Mesmo assim, efeitos da guerra no Irã no petróleo apareceram espalhados em outras áreas, como frete e passagens aéreas.

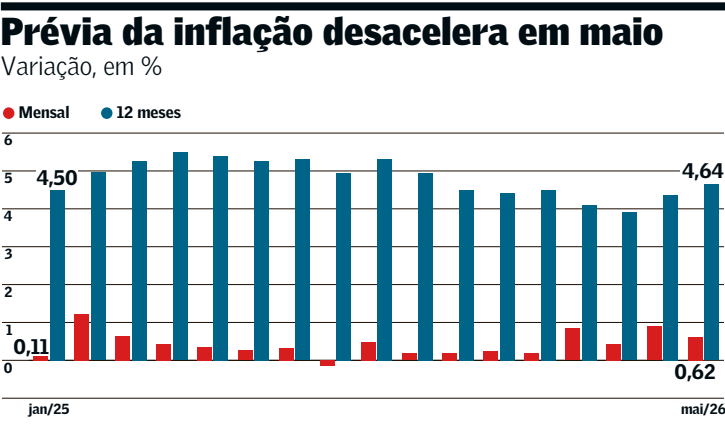
O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), subiu 0,62% em maio, após alta de 0,89% em abril, segundo o IBGE.

A taxa foi a maior para um mês de maio desde 2016 (0,86%) e ficou acima da mediana de 0,57% colhida pelo Valor Data no mercado, a partir de projeções de 27 instituições financeiras e consultorias. As estimativas iam de 0,49% a 0,65%.

No acumulado em 12 meses, o IPCA-15 acelerou para 4,64% em maio, ante 4,37% até abril.

Para André Braz, economista do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), o número é alto e preocupa por ter ficado bem acima do aferido em igual mês de 2025 (0,36%).

Das nove classes de produtos e serviços analisadas, três aceleraram em maio: habitação (de 0,42% para 1,03%), saúde e cuidados pessoais (de 0,93% para 1,05%) e despesas pessoais (de 0,32% para



Principais influências em maio de 2026		
Para cima	Variação (em %)	Impacto (p.p.)
Energia elétrica residencial	2,16	0,09
Carnes	1,98	0,06
Higiene pessoal	1,60	0,06
Leite longa vida	6,07	0,05
Batata-inglesa	26,29	0,04

Para baixo	Variação (em %)	Impacto (p.p.)
Gasolina	-1,32	-0,07
Etanol	-2,73	-0,02
Café moído	-2,09	-0,01
Óleo diesel	-2,04	-0,01
Ônibus urbano	-0,56	-0,01

Fonte: IBGE

0,50%). Seis grupos desaceleraram: artigos de residência (de 0,48% para 0,21%), vestuário (de 0,76% para 0,36%), transportes (de 1,34% para -0,33%), educação (de 0,05% para 0,01%), comunicação (de 0,48% para 0,36%) e alimentação e bebidas (de 1,46% para 1,38%).

Em habitação, o salto foi puxado pela energia elétrica residencial (2,16%), principal impacto individual do índice (0,09 p.p.). O motivo, segundo o IBGE, foi a entrada em vigor da bandeira tarifária amarela, com cobrança adicional de R\$ 1,885 a cada 100 kWh consu-

midos. Também houve ajustes tarifários em Fortaleza, Salvador e Recife. Braz explica que a pressão sobre esse item já era esperada por causa da entrada do outono e da possibilidade de escassez de chuvas típica da estação. Esse mesmo fator, afirma, também pode ter prejudicado a agricultura.

A alimentação no domicílio saiu de 1,77% em abril, para 1,73% em maio. Segundo o IBGE, contribuíram para esse resultado as quedas da maçã (-2,32%) e do café moído (-2,09%). Por outro lado, destacaram-se as altas da ba-

tata-inglesa (26,29%), do tomate (12,97%), do leite longa vida (6,07%) e das carnes (1,98%).

Fábio Romão, economista da 4intelligence, afirma que os resultados de alimentação no domicílio também o surpreenderam. Para ele, embora os preços agropecuários no atacado estejam em queda, esse alívio tem demorado a chegar ao consumidor final. Além disso, os alimentos in natura têm peso mais relevante, somado aos impactos do conflito no Oriente Médio, que elevam os custos de logística e acabam influenciando o preço dos produtos.

Na avaliação de Octavio Leal, economista-chefe da G5 Partners, os alimentos no domicílio foram o principal fator de erro nas projeções, por terem ficado praticamente estáveis, enquanto o mercado previa desaceleração para 1,47%. Ele destaca que essa diferença respondeu por 67% do erro total da projeção do índice cheio.

“A resiliência dos preços dos alimentos, em um momento em que já deveriam estar desacelerando de forma mais forte, coloca mais pressão sobre a nossa projeção de 4,70% para o IPCA em 2026. Provavelmente o resultado ficará acima de 5%, ainda mais considerando que logo à frente esse grupo ainda será impactado por um El Niño”, avalia Leal.

A passagem aérea subiu 3,25%, após recuar 14,32% em abril, re-

“Provavelmente o resultado do IPCA de 2026 ficará acima de 5,0%”
Luis Otávio Leal



Fábio Romão: queda do agro no atacado demora a chegar ao consumidor final

sultado dos efeitos do conflito no Oriente Médio, avalia Braz. Maio costuma ser um período de baixa temporada, mas, mesmo assim, os preços não recuaram, o que, segundo o economista, sinaliza uma “turbulência” causada pelo petróleo. Para ele, as passagens só não estão subindo mais por causa da ajuda do câmbio.

Romão avalia que as passagens aéreas devem continuar subindo em junho e julho, refletindo os repasses do querosene de aviação. Já no caso dos combustíveis, o economista afirma que a safra de cana-de-açúcar ajudou na queda do etanol (-2,73%), movimento que também pode ter contribuído para aliviar a gasolina (-1,32%). A queda acontece antes mesmo de começar a valer a subvenção ao preço da gasolina produzida no Brasil ou importada anunciada pelo governo.

O etanol “teve uma queda importante, e isso contribui, por conta da mistura, para tirar força da gasolina”, disse Romão. “Quando começou o conflito, os preços subiram demais, então também há em paralelo um ajuste de mercado que deve representar apenas uma devolução parcial. A guerra não terminou, mas, do pior momento do petróleo até agora, a commodity perdeu um pouco de valor. Isso também pode estar refletido nesses números.”

Para Braz, a desaceleração dos combustíveis (de 6,06% em abril

para -1,47% em maio) reflete justamente esse recuo recente do barril de petróleo, embora ainda permaneçam em patamar elevado. “É um ajuste a um novo patamar, mas ainda assim é um patamar muito alto e podem haver novos aumentos. Vai depender do destino desse conflito”, afirmou.

A economista Luciana Rabelo, do Itaú Unibanco, destaca que na média móvel de três meses, com dados dessazonalizados e anualizados, os serviços subjacentes aceleraram para 6,1%, ante 5,8%, enquanto o núcleo de industriais subjacentes avançou para 5,9%, de 5,2%. Para ela, a leitura é de que o “qualitativo da inflação” segue piorando, com esses dois grupos acelerando na margem e já refletindo efeitos altistas do choque do petróleo, especialmente nos industriais. O Itaú projeta IPCA de 5,2% em 2026.

O resultado do IPCA-15 levou Romão a revisar suas projeções: a estimativa para o IPCA fechado de maio passou para 0,60% e a do acumulado de 2026 subiu de 5,2% para 5,4%. Sobre a Selic, ele diz que a inflação acende um “sinal amarelo”, mas mantém, por ora, expectativa de cortes graduais de 0,25 ponto percentual.

A G5Partners avalia que há espaço reduzido para o Banco Central continuar o corte de juros, mas mantém sua expectativa de Selic em 13,50% ao fim do ano.

Confiança do comércio recua ante abril, aponta CNC

Alessandra Saraiva Do Rio

O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) caiu 2,4% em maio ante abril para 102,6 pontos, informou a organização na quarta-feira (27). Foi o segundo recuo seguido e levou o indicador ao menor nível no ano, disse a confederação. O impe-

to de contratação do comerciante para próximos meses teve o pior resultado em 13 meses.

Para a CNC, os resultados indicam cautela elevada do varejista, em relação aos negócios. A combinação de instabilidade geopolítica externa, com persistência inflacionária interna, levou a uma “escalada de incertezas” no setor, diz a entidade.

Os três tópicos usados para cálculo do indicador apresentaram recuo: expectativas (-3,6%), inten-

ções de investimento (-1,4%) e condições atuais (-1,7%). Na comparação com maio de 2025, foram registrados recuos de 5,8% e de 0,1% e alta de 3%, respectivamente.

No tópico relacionado a expectativas, um subitem chamou atenção dos pesquisadores, o de contratação de funcionários. Esse mostrou quedas de 2,4% ante abril e de 1,2% ante maio de 2025, passando para 117,9 pontos, em maio desse ano. Foi único subitem dentro do tópico de ex-

pectativas que mostrou retração na comparação anual e teve seu pior desempenho desde abril de 2025.

A cautela do varejista com mercado de trabalho também foi captada em outro indicador da entidade, o de Intenção de Consumo das Famílias (ICF). Em maio, o tópico “perspectiva profissional” foi o único a recuar ante maio de 2025, com retração de 5,9%, lembrou a organização.

Os resultados refletem ausência de previsibilidade em negócios para

próximos meses, disse o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros. “Esse comportamento retraído do varejo nacional encontra forte justificativa no cenário macroeconômico global e doméstico”, disse. “No plano internacional, os desdobramentos da guerra entre Estados Unidos e Irã e o consequente bloqueio temporário do estreito de Ormuz injetaram forte volatilidade no mercado de combustíveis”, explicou. “É preciso regular as expectati-

vas e proteger os setores produtivos deste impacto, também pensando nos possíveis desdobramentos deste cenário nos próximos meses.”

Mesmo com o recuo, o indicador em 102,6 pontos ainda se sustenta acima da zona de neutralidade (100 pontos). No entendimento da organização, o Icec sinaliza que o varejista, em maio, opera com prudência, diante do ano eleitoral e de condução macroeconômica — mas ainda resiliente.

Anúncio sobre petróleo na Margem Equatorial deve sair em breve, diz Lula

Mariana Andrade De Brasília

Em agenda no Amazonas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, nessa quarta-feira (27), que “falta pouco tempo” para a Petrobras anunciar se há ou não petróleo para explorar na Margem Equatorial.

“Penso que falta pouco tempo para a Petrobras anunciar se tem ou não petróleo que a gente imagina que tem [na Margem Equatorial]. Todos os estudos estão feitos, tudo está aprovado”, disse em entrevista ao Jornal do Amazonas, da Rede Amazônica, afiliada da Globo no Amazonas.

A Margem Equatorial concentra reservas recuperáveis estimadas em cerca de 10 bilhões de barris de petróleo, com valor bruto potencial de aproximadamente R\$ 3,8 trilhões — considerando o barril do tipo Brent a US\$ 70 e o dólar a R\$ 5,40.

Segundo o presidente, caso as estimativas se confirmem, a exploração poderá impulsionar o desenvolvimento econômico da região Norte. “Mas não só o Amapá, os Estados do Norte vão

ter que ser beneficiados com essa riqueza, se a gente encontrar aquilo que a gente está pensando, seja petróleo ou seja gás”, destacou.

Lula também destacou a expertise da Petrobras em operações offshore (em alto-mar). Na sua opinião, a companhia é “a melhor empresa do mundo para fazer prospecção em águas profundas”. “Temos, obviamente, muita responsabilidade de extrair petróleo lá”, disse.

Desde o ano passado, o petista intensificou o discurso em defesa da exploração de petróleo na Margem Equatorial, que se estende do Amapá ao Rio Grande do Norte. Em outra ocasião, criticou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), afirmando que o órgão estava de “lenga-lenga” e parecia atuar “contra o governo”.

Em outubro de 2025, o Ibama autorizou a Petrobras a perfurar um poço em águas profundas na região. A licença foi concedida exclusivamente para fins de pesquisa exploratória, e a companhia iniciou a perfuração logo

após a autorização.

Antes da entrevista, em um evento de anúncio de R\$ 2,8 bilhões em investimentos da Petrobras no Amazonas, Lula afirmou que a presidente do México, Claudia Sheinbaum, procurou a Petrobras para discutir a prospecção de petróleo no golfo do México, com a possibilidade de estabelecer uma parceria com a estatal Petróleos Mexicanos (Pemex).

O chefe do Executivo acrescentou que a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, deve viajar ao México para discutir a parceria entre as petrolíferas. “Vamos fazer uma associação com a Pemex. Vamos no golfo do México. E vamos ver se o companheiro [Donald] Trump vai se meter com a Petrobras prospectando”, afirmou.

Lula já havia afirmado que pretendia avançar em uma parceria com a estatal mexicana para exploração na região. Em meados de maio, Chambriard e Sheinbaum conversaram sobre oportunidades de cooperação entre a Petrobras e a Pemex na exploração da porção mexicana do golfo do México.

Acordos em defesa e energia marcam visita da presidente do Suriname

Mariana Andrade De Brasília

Em meio às comemorações pelos 50 anos de relações diplomáticas entre Brasil e Suriname, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebe, nesta quinta-feira (28), a presidente surinamesa, Jennifer Geerlings-Simons, em visita de Estado.

A expectativa é assinar 12 atos bilaterais em áreas como defesa, energia, segurança e conectividade. A visita ocorre após uma intensificação do diálogo bilateral nos últimos anos. Desde o início do terceiro mandato de Lula, Brasil e Suriname realizaram 15 encontros presidenciais e ministeriais.

O governo brasileiro busca ampliar a parceria bilateral entre os países, com foco na segurança de fronteira e no comércio exterior. O lado surinamês, por sua vez, pretende avançar em acordos nas áreas de segurança alimentar, infraestrutura e exportação.

O interesse brasileiro também passa pelo potencial energético do país vizinho. Estimativas preliminares indicam que o Suriname tem reservas entre 4 bilhões e 6 bilhões de barris de petróleo,

além de importantes reservas de gás natural. A exploração na região deve começar dentro de dois anos, segundo previsão do chanceler surinamês, Melvin Bouva.

O pesquisador do Núcleo de Prospecção e Inteligência Internacional da Fundação Getulio Vargas (FGV), Leonardo Paz, afirmou que a descoberta de petróleo no Suriname gera oportunidades para o Brasil, sobretudo pela expertise da Petrobras em exploração offshore. Ressaltou, porém, que o país não deve ser tratado como uma “nova galinha dos ovos de ouro”.

“Se tiver realmente muito petróleo lá, como se tem uma expectativa, quanto mais a gente incrementar a nossa cooperação com eles, melhor para o Brasil, que vai ter mais negócio para fazer”, disse.

Entre os temas em discussão está o chamado “Anel das Guianas”, projeto de integração regional que prevê conectar o Norte do Brasil à Guiana, ao Suriname e à Guiana Francesa, ampliando o acesso ao mercado caribenho e fortalecendo a infraestrutura logística regional.

A pedido de Lula, a preparação do encontro teve início no começo da semana, com reuniões entre

ministros dos dois países. Durante a visita, devem ser assinados acordos de cooperação técnica em políticas sociais, universalização do acesso à saúde, manejo integrado do fogo, segurança de hidrelétricas e combate ao tráfico de pessoas. Brasil e Suriname também devem ampliar a cooperação em defesa, segurança pública e proteção da Amazônia.

A agenda inclui ainda instrumentos nas áreas de segurança cibernética, ciência, tecnologia e inovação, além de acordos de cooperação policial entre a Polícia Federal (PF) e o Corpo de Polícia do Suriname (KPS, na sigla em inglês), e de coordenação de operações militares na faixa de fronteira amazônica. As medidas estão alinhadas à estratégia do governo brasileiro de reforçar o combate ao crime organizado transnacional.

Na área de segurança, o pesquisador da FGV afirmou que o Suriname tem relevância estratégica para o Brasil devido à extensão da fronteira entre os países. “É um espaço marcado pela presença forte de atividade ilegal, de mineração, de biopirataria, de tráfico de drogas”, disse Paz.

Gestão pública Para tribunal de contas, aval do Tesouro Nacional para empréstimo à estatal foi feito às pressas e marcado por falhas

TCU vê irregularidades em garantia a Correios, mas libera ajustes

Jéssica Sant’Ana e Giordanna Neves De Brasília

O Tribunal de Contas da União (TCU) confirmou que houve irregularidades na concessão da garantia dada pelo Tesouro Nacional ao empréstimo aos Correios, mas decidiu deixar para um processo separado a análise de eventual responsabilidade dos servidores públicos envolvidos no tema. A decisão foi tomada na quarta-feira (27), durante análise em plenário.

O tribunal decidiu dar ciência ao governo das irregularidades, por afrontar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e outros normativos, mas permitiu que ajustes sejam feitos para corrigir esses pontos. A corte recomendou aos ministérios da Fazenda e da Gestão que reexaminem o processo de concessão de garantias a estatais não dependentes, como é o caso dos Correios.

Foi feito, ainda, um alerta sobre a ausência de avaliação externa das premissas de receitas, despesas e fluxos de caixa que fundamentam os planos de equilíbrio econômico-financeiro de estatais, como aconteceu no caso dos Correios, o que amplia os riscos da União.

Durante a sessão, o relator do processo, ministro Benjamin

Zymler, afirmou que houve demora do governo em dar início ao enfrentamento da crise dos Correios, porque desde 2024 a estatal está na lista de alto risco do TCU devido aos seus problemas financeiros. “Indícios da instabilidade financeira dos Correios vêm de muito tempo e ensejavam atuação mais tempestiva dos agentes públicos”, afirmou.

Ele disse que a portaria que deu aval ao empréstimo com garantia da União contratado pelos Correios foi feita às pressas. “Eu considero relevante consignar o aspecto da superficialidade da análise realizada pela Secretaria do Tesouro Nacional sobre operação de crédito. Sem dúvida, há uma portaria feita às pressas da STN [Secretaria do Tesouro Nacional] que permite fazer uma análise meramente formal e contábil da situação do risco fiscal e das consequências da concessão de garantia no plano de reestruturação da empresa”, afirmou.

Ele também criticou a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), ligada ao Ministério da Gestão, e a Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR) por não terem considerado a possibilidade de classificar os Correios como uma estatal dependente do

Tesouro Nacional. A decisão de não reclassificar a empresa foi amparada em nota técnica do Ministérios das Comunicações, também criticada por Zymler.

Para o ministro, foi feita apenas uma análise “meramente formal do plano de reestruturação” da empresa. “Tudo o que a ECT colocou no seu plano, em termos de premissas para o fluxo financeiro que embasou a reestruturação, foi aceito por todas as instâncias revisoras [do governo]. Isso foi confessado pelo Ministério das Comunicações em sua manifestação oficial”, criticou.

Com isso, caso os Correios não consigam honrar o empréstimo contratado, o custo recairá para a União. “Caso venha a se configurar a virtual incapacidade de pagamento do empréstimo, estamos falando ainda em tese, [houve] mero diferimento da

Corte recomendou que processo de concessão de garantias a estatais não dependentes seja reexaminado



Benjamin Zymler, relator do processo no TCU: “Indícios da instabilidade financeira dos Correios vêm de muito tempo”

despesa primária do governo, afastando no curto prazo as aplicações das regras fiscais de endividamento público e, se necessário, aporte direto de recursos do Tesouro aos cofres da empresa”, argumentou Zymler. “Essa postura não pode ser qualificada como ação planejada que previne riscos e corrija desvios, tal como estabelecido na LRF.”

Para Zymler, a insuficiência de análise da capacidade de pagamento dos Correios para fins de concessão da garantia da União “fere de morte” artigo da LRF. Contudo, o ministro decidiu dar tempo para que o governo faça as correções necessárias.

Ele propôs que o Poder Executivo fosse alertado de que a ausência de avaliação externa das premissas de receitas, despesas e fluxos de caixa que fundamentam os planos de equilíbrio econômico-financeiro de estatais compromete a demonstração de compatibilidade entre os fluxos de caixa projetados e os serviços da dívida, além de ampliar a exposição da União a riscos, seja pela eventual necessidade de aportes adicionais, seja pela adoção de outras medidas.

Também foi recomendado ao

MGI e à Fazenda o reexame do processo de aprovação de planos de reestruturação e concessão de garantias para estatais não dependentes, para que sejam definidos requisitos mínimos de análise técnica pelo ministério supervisor e de avaliação da capacidade de pagamento da estatal pleiteante. O objetivo é mitigar os riscos fiscais assumidos pelo erário nessas operações.

Foi, ainda, dada ciência ao Ministério das Comunicações e à CGPAR sobre a ausência de “verificação própria e independente das premissas financeiras que embasaram” o plano de reestruturação dos Correios.

Ao Tesouro Nacional foi dada ciência que a insuficiência da análise de capacidade de pagamento dos Correios para concessão de garantia da União também afronta decretos e portarias que tratam sobre o tema.

Em outro processo sobre os Correios, o TCU também determinou que a empresa aprimore os indicadores e as metas estabelecidas para o acompanhamento e o monitoramento de todas as ações do seu plano de reestruturação, além de incluir nos relatórios periódicos da es-

tatal os indicadores de resultado das ações adotadas e o estágio de cada uma delas.

A medida, diz o acórdão, tem o objetivo de “propiciar maior transparência e precisão na mensuração do andamento de cada ação prevista no plano”. A estatal também deverá encaminhar relatórios trimestrais detalhados sobre o cumprimento das medidas previstas.

O acórdão também determina que Ministério da Fazenda, Tesouro Nacional, Casa Civil, Ministério das Comunicações e Correios criem, em até 120 dias, mecanismos de acompanhamento da obrigação de a União aportar ao menos R\$ 6 bilhões nos Correios até o fim de 2027, conforme cláusulas previstas no contrato do empréstimo. O TCU alertou para o risco fiscal de vencimento antecipado do empréstimo caso não ocorra esse aporte até o final do ano que vem.

Além disso, o Ministério das Comunicações deverá desenvolver instrumentos de monitoramento da governança, desempenho financeiro e produtividade da estatal, buscando evitar deterioração da situação econômico-financeira da empresa e eventual necessidade de socorro fiscal da União.

Órgão pede transparência em fundos e políticas públicas

De Brasília

O TCU determinou nesta quarta-feira (27) que o governo federal faça ajustes na governança, transparência e controle de fundos e mecanismos usados para executar políticas públicas com recursos que não transitam diretamente pelo Orçamento Geral da União.

Entre os exemplos, estão o fundo usado para operacionalizar o Fundo Nacional de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico (FNDIT), ligado ao programa automotivo Mover e apontado pelo TCU como uma das questões mais complexas da auditoria, o Firece, criado para financiar ações de reconstrução no Rio Grande do Sul, e o programa Pé-de-Meia (Fipem).

Na prática, o tribunal não proibiu a execução de gastos por meio desses fundos, mas determinou ajustes para reforçar a governança, a rastreabilidade e a transparência das estruturas analisadas. As mudanças deverão ser implementadas em até 180 dias.

A auditoria também avaliou a sistemática de remuneração da Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) pela comercialização de petróleo e gás da União; o Fundo de Aperfeiçoamento da Defensoria Pública da União (FADPU), abastecido com honorários de sucumbência; o Fundo Nacional de Investimento em Infraestrutura Social (FIS) e políticas de crédito operadas por instituições financeiras federais com recursos de fundos públicos.

A decisão foi tomada em auditoria, sob relatoria do ministro Bruno Dantas, que analisou mecanismos usados pela União para financiar políticas públicas fora do Orçamento da União e os impactos dessas estruturas sobre a gestão orçamentária e fiscal.

Dantas esclareceu que o tribunal não faz controle de constitucionalidade das normas e que a corte deve ter deferência ao Parlamento brasileiro, responsável por aprovar grande parte das leis que alocam recursos nesses fundos. Ele reiterou ainda que a ideia não era paralisar políticas públicas, mas aperfeiçoar os mecanismos.

No caso do FNDIT, a complexidade envolve o fato de o fundo reunir recursos aportados por empresas no âmbito do Programa Mover, vinculados a benefícios fiscais, mas com natureza jurídico-fiscal pública e governança definida pelo poder público.

O TCU determinou que o governo apresente, em até 180 dias, um plano para ajustar a governança e o funcionamento do fundo. A ideia é demonstrar que os recursos aportados pelas empresas no FNDIT, embora tenham caráter público, podem continuar sendo aplicados com lógica privada, sem que o fundo passe a funcionar, na prática, como uma despesa direta do governo federal. Caso isso não fique comprovado, o governo terá de adaptar o modelo às regras orçamentárias da União.

Até o envio formal desse plano ao TCU, BNDES e conselho diretor do fundo deverão se abster de praticar atos que vinculem recursos do fundo a beneficiários finais ou projetos específicos, como desembolsos finalísticos, repasses e aprovações definitivas de projetos.

O fundo do Mover está com a execução financeira paralisada por iniciativa própria do BNDES desde que a auditoria apresentou seus primeiros achados.

Sobre o Fipem, ligado ao programa Pé-de-Meia, o tribunal determinou que o Ministério da Educação apresente, em até 180 dias, uma avaliação fundamentada sobre a necessidade, adequação fiscal, custo operacional, transparência e rastreabilidade da manutenção do fundo como veículo de execução do programa, em comparação com alternativas de execução orçamentária direta.

A avaliação deverá considerar pontos como os valores já integralizados no fundo, os pagamentos realizados aos beneficiários, os custos operacionais do arranjo atual, a rastreabilidade dos pagamentos e a compatibilidade do modelo com o ciclo orçamentário.

No caso do Firece, o TCU determinou que o governo se abstenha de realizar novos aportes federais ao fundo, ou a estruturas seme-

lhantes, enquanto não houver disciplina normativa e fiscal específica para esse tipo de operação.

Segundo o relator, a medida foi adotada por cautela, já que o fundo, criado em 2024 para ajudar o Rio Grande do Sul, recebeu R\$ 6,5 bilhões por meio de crédito extraordinário, mas com execução prevista até 2031. Na prática, isso desloca para fora do ciclo da Lei Orçamentária Anual (LOA) a deliberação do Congresso sobre prioridades e impactos fiscais. A decisão preserva a execução dos recursos já aportados.

No caso da PPSA, o TCU deter-

minou que, no prazo de 30 dias após o encerramento do contrato vigente e antes da celebração de novos contratos ou aditivos, sejam tomadas providências para que a remuneração da estatal pela comercialização de petróleo e gás da União deixe de ser descontada antes da entrada dos recursos na Conta Única do Tesouro Nacional. Toda a receita bruta deverá primeiro ingressar no caixa da União, com o pagamento à estatal sendo feito posteriormente por meio da execução orçamentária regular.

Hoje, a remuneração da empresa é deduzida diretamente da

receita arrecadada com a comercialização, antes do repasse ao Fundo Social, cujos recursos por sua vez são depositados na conta do Tesouro. As projeções de receitas para a PPSA indicam valores superiores a R\$ 466 bilhões até 2033, segundo o TCU.

Sobre o FADPU, ligado à Defensoria Pública da União, a corte determinou que o governo apresente, em até 120 dias, um plano para regularizar o fluxo dos honorários de sucumbência destinados ao fundo, com recolhimento à Conta Única do Tesouro e inclusão no Orçamento. O TCU ressal-

tou, porém, que os recursos devem continuar vinculados exclusivamente ao aparelhamento institucional da DPU e não poderão substituir dotações ordinárias já destinadas ao órgão.

Já em relação a políticas de crédito operadas com recursos de fundos públicos, incluindo o FIS, o TCU determinou que o governo apresente, em até 180 dias, um plano para apurar, divulgar e atualizar periodicamente os benefícios financeiros e creditícios associados a repasses às instituições federais, incluindo os impactos fiscais dessas operações. **(JS e GN)**

2025

TIME
WORLD'S
GREATEST
PLACES
— 2025 —

2026

Tripadvisor
Travelers' Choice

ROXY
DINNER SHOW

A CADA ANO MAIS PESSOAS RECONHECEM:

O ROXY É IMPERDÍVEL

ROXYDINNERSHOW.COM

GARANTA SEU INGRESSO.

VINHOS DE PORTUGAL

COMEÇA HOJE
O MELHOR PROGRAMA
DESTE FIM DE SEMANA.

O Vinhos de Portugal é mais do que um evento; é um mergulho no saboroso e diversificado universo dos vinhos portugueses, com muita degustação, presença de produtores, críticos e especialistas, vinhos icônicos, bate-papos, muita informação bacana, gastronomia, loja de vinhos e muito mais. Não fique de fora. **Garanta logo o seu ingresso.**

SÃO PAULO
28 A 30
DE MAIO

SHOPPING JK
IGUATEMI

Assinante
do VALOR tem
20% off em até
2 ingressos para o
Salão de Degustação.
Saiba mais em

valor.com.br/vinhos



ÁREA DE CONVIVÊNCIA

Um espaço com acesso gratuito, reunindo gastronomia, loja de vinhos, bate-papos, degustações e experiências interativas em torno do universo dos vinhos portugueses.

SALÃO DE DEGUSTAÇÃO

Sessões de duas horas para degustar e explorar mais de 700 rótulos de diversas regiões de Portugal, apresentados por quase 80 produtores, e descobrir as histórias por trás de cada vinho.

SALA DE PROVAS

Sessões exclusivas de uma hora, com degustação de grandes rótulos, conduzidas por especialistas como Dirceu Vianna Júnior, Manuel Carvalho, Cecília Aldaz, Jorge Lucki e Thomas Sampaio (Jovem do Vinho), trazendo uma análise técnica e a história de cada vinho.

BEBE COM MODERAÇÃO

parceria

vinhos de
portugal

realização

O GLOBO P Valor

COMPRE AQUI



Para mais informações:
vinhosdeportugal.com.br
/vinhosdeportugal
@vinhosdeportugalbr_

participação

apoio

Congresso Transição será de um ano; segundo fontes, Alcolumbre indicou que não freará proposta

Câmara aprova fim da escala 6x1 e redução de jornada para 40 horas; texto vai ao Senado

Beatriz Roscoe, Ruan Amorim, Érica Ribeiro e Gabriela Guido De Brasília

A Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira (27) a proposta de emenda à Constituição (PEC) que prevê o fim da escala de trabalho 6x1. Foram 472 votos a 22 no primeiro turno. No segundo turno, o placar favorável ao texto foi de 461 a 19. As duas votações superaram em muito o apoio mínimo de 308 votos necessários para alterações constitucionais.

Principal bandeira eleitoral do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), pré-candidato à reeleição, a proposta será agora analisada no Senado, cujo presidente, Davi Alcolumbre (União-AP), indicou a pessoas próximas que não deve frear o avanço da matéria, apesar da tensão com o governo. Nesta semana, empresários foram ao parlamentar apresentar propostas de mudança, diante da avaliação de que a medida aumenta os custos da mão de obra e pode ter impacto negativo sobre a atividade econômica.

O texto foi analisado em sessão marcada por grande disputa política entre governistas e oposição. Parlamentares da base buscaram ressaltar a posição do PL contra a redução da jornada. Por outro lado, deputados do partido do ex-presidente Jair Bolsonaro optaram pela estratégia de constranger o governo e — de última hora — defender uma redução ainda maior, para uma escala 4x3, em vez do modelo 5x2, apoiado pelo governo.

O parecer do relator, Leo Prates (Republicanos-BA), foi acordado após reunião nesta semana entre Lula e o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). O texto prevê reduzir a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem redução de salário, com transição em duas etapas. A primeira, de redução de 44 horas semanais para 42 horas, será feita ainda neste ano, após 60 dias da promulgação da PEC, caso o texto avance no Senado. Depois disso, em 12 meses, a jornada passaria de 42 para 40 horas semanais.

O PL, que inicialmente era contrário à proposta, passou a defender que a nova jornada passasse a ser de quatro dias de trabalho com três folgas. A proposta irritou os governistas e integrantes do Centrão, que viram na iniciativa uma tentativa de tumultuar a sessão e atrasar a votação.

Partidos do Centrão atuaram para dissuadir o PL de apresentar o destaque para tentar constranger o governo. Antes alinhada à oposição, a federação União-PP formalizou apoio ao relatório do deputado Leo Prates e acusou a tentativa da oposição de ser “irresponsável”. Durante a votação,



Sessão no plenário da Câmara: em tentativa de evitar clima eleitoral, Hugo Motta pediu retirada de camisetas com manifestações, bonés e cartazes

Entenda a PEC do fim da escala 6x1

Principal bandeira eleitoral do governo Lula prevê transição de 1 ano

Principais pontos

- Redução da jornada de 44h semanais para 40h
- Garantia de 2 folgas semanais
- Sem redução salarial

Período de transição

60 dias depois da promulgação	Jornada cai para 42h
Após 12 meses	Jornada cai para 40h

Regimes diferenciados

Acordo ou convenção coletiva de trabalho poderão definir jornadas diferenciadas e compensação de horas

Parâmetro de cálculo da escala

Poderá ser calculado na média do mês

Prazo para empresas atualizarem convenções

60 dias

Após esse prazo, acordos coletivos com jornada acima de 42 horas deixarão de valer

MEIs e pequenas empresas

Lei complementar poderá criar medidas de apoio às pequenas empresas

Exceção prevista

Novos limites não se aplicam a trabalhadores com:

- Diploma de ensino superior
- Salários acima de R\$ 21,18 mil

ensato, mais equilibrado, dá condições pro empregador se organizar”, declarou o líder do União-Brasil, deputado Pedro Lucas (MA).

Em uma tentativa de conter a contaminação eleitoral do debate, Motta solicitou a retirada do plenário de camisetas com manifestações, bonés e cartazes. Após a aprovação no plenário, o presidente da Câmara afirmou que a aprovação da PEC era histórica.

“Hoje, esta Casa afirma que proteger o tempo humano é também proteger a economia, a saúde, a família e a dignidade das pessoas”, disse o presidente.

O período de transição, principal impasse em torno do texto, foi negociado entre Motta e o governo. Em troca do desejo do Executivo por uma transição mais rápida do que a defendida pelos empresários, Motta articulou a inclusão, na proposta, de medidas voltadas aos microempreendedores individuais, como gatilhos para flexibilizar contratações e a possibilidade de reajuste do teto do Microempreendedor Individual (MEI).

Como mostrou o **Valor**, segundo Motta, havia três pontos inegociáveis nas discussões sobre a mudança na escala e jornada de trabalho: a redução da jornada para 40 horas semanais, o fim da escala

6x1 (com duas folgas por semana), e a garantia de manutenção dos salários. Todos esses pontos foram contemplados no parecer.

O relatório de Prates garante duas folgas semanais, uma preferencialmente — mas não obrigatoriamente — aos domingos. O texto também prevê que convenção ou acordo coletivo de trabalho poderão estabelecer regime compensatório para trabalhadores sujeitos a regimes diferenciados.

O mecanismo poderá ser usado para determinar regimes para jornadas diferenciadas, como plantões, turnos contínuos ou outros modelos de escalas, como, por exemplo, a 12x36 — comum em se-

“A escala 4x3 [defendida pelo PL] não é um ato responsável. Somos a favor da escala 5x2”
Dr. Luizinho

tores da saúde. Além disso, o projeto de lei (PL) enviado pelo governo ao Congresso tratará de regras para regimes diferenciados de jornadas de trabalho de cada setor.

O relatório determina ainda que empresas e categorias terão um prazo de 60 dias para negociar novos acordos e convenções coletivas, adequando as atividades à nova jornada máxima semanal de 42 horas. Após esse período, convenções coletivas que prevejam jornadas superiores a 42 horas semanais perderão a validade.

O texto também estabelece uma exceção às novas regras para os chamados trabalhadores “hipersuficientes”, profissionais com diploma de nível superior e remuneração mensal igual ou superior a duas vezes e meia o teto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), cerca de R\$ 21,2 mil. A exceção não vale para servidores e empregados públicos.

Com isso, os trabalhadores dessa faixa salarial ou acima poderão trabalhar além dos limites a serem impostos pelas mudanças constitucionais. De acordo com Prates, a medida vai estimular a contratação de trabalhadores com maiores salários com carteira assinada e reduzir a pejotização.

Uma das principais críticas do setor produtivo à proposta é que a redução da jornada de trabalho, sem queda nos salários, implicaria aumento de custo para as empresas. Outro ponto defendido é que a elevação de gastos depende de ganhos de produtividade para ser sustentável, mas não há movimento para resolver o problema da falta de qualificação da mão de obra.

Uma das consequências, segundo os críticos da proposta, é que o custo maior com funcionários terá que ser repassado para os consumidores, gerando pressão inflacionária, além de reduzir a competitividade do produto brasileiro no mercado externo — principalmente em setores mais intensivos em mão de obra. A proposta de redução não contempla as peculiaridades de cada setor, apontam empresas e entidades empresariais.

No parecer, o deputado ressaltou que, apesar dos argumentos contrários à última redução da jornada de 48 para 44 horas, que apontavam para o iminente colapso do sistema econômico, a adoção do regime não materializou os cenários negativos apontados por seus críticos. “Pelo contrário, a mudança institucional trazida pela Carta Magna de 1988 demonstrou ser sustentável para o mercado produtivo nacional, assim como consolidou a concepção do limite temporal do labor como um direito social e fundamental”, escreveu o relator, que também rebateu argumentos de que a proposta afetará a produtividade brasileira.

‘Não estamos insensíveis ao impacto’, diz Durigan

Jéssica Sant’Ana, Lu Aiko Otta e Giordanna Neves De Brasília

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou ao **Valor** que o governo não está insensível ao impacto da proposta de emenda à Constituição (PEC) que acaba com a jornada 6x1 nas pequenas empresas e, por isso, vai ajudar no ganho de produtividade desses empreendedores.

“Não cabe compensação ao empresário. Mas não estamos insensíveis aos impactos em pe-

quenas empresas. E, para isso, o governo tem que ajudar no ganho de produtividade”, disse. “Não estou dizendo que é uma transição indolor para todo mundo. E para isso nós já temos e poderemos fazer outras linhas que não seguem a lógica da compensação, mas de apoio à produtividade”, complementou.

Ele disse não ver problemas em discutir novas linhas para ajudar na transição para a nova jornada, mas chamou a atenção para os instrumentos que já existem. “O Simples Nacional já é um

grande colchão de proteção às pequenas empresas. As nossas linhas de crédito, Pronampe e Procred, já são linhas de crédito com juros controlados. Eventualmente, podemos trabalhar novas linhas. Muito motorista de aplicativo que é MEI vai poder trocar seu carro com a linha de crédito. Uma pequena empresa que quer trocar o seu caminhãozinho, também. Esse tipo de medida aqui, quando vai sendo somada, ajuda nessa transição.”

O raciocínio é que a aquisição de um automóvel ou de um ca-

minhão mais moderno pode ajudar a melhorar a produtividade da empresa.

O ministro da Fazenda reconheceu os potenciais impactos, do ponto de vista econômico, sobre custos e dinâmicas das empresas, como ocorreu em outros momentos de mudança da legislação trabalhista. Ele, no entanto, destacou que o debate do fim da escala 6x1 é, na sua visão, “geracional”.

“Quando houve a discussão da PEC das domésticas, quando em 1988 discutimos a redução da jornada de 48 para 44 horas, quando

foram adotadas as leis trabalhistas no país tivemos, do ponto de vista econômico, pressão sobre custos, sobre a dinâmica das empresas”, disse. “Mas estamos fazendo um movimento fundamental: existe uma desigualdade no mundo do trabalho. Quem está no 6x1 no Brasil? O trabalhador negro, de baixa renda. E é preciso que a gente avance nesse ponto.”

Uma das principais críticas do setor produtivo à proposta é que a redução de jornada de trabalho, sem queda nos salários, implicará em aumento de custo pa-

ra as empresas. Outro ponto defendido é que elevação de gastos depende de ganhos de produtividade para ser sustentável, mas não há movimento para resolver o problema da falta de qualificação da mão de obra.

Na visão dos críticos, o custo maior com funcionários terá que ser repassado para os consumidores, gerando pressão inflacionária, além de reduzir a competitividade do produto brasileiro no mercado externo.

Ver também página C8

Siga o Valor Econômico nas redes sociais.

 @valoreconomico

Valor ECONÔMICO

Congresso Setores mais afetados devem ser o que operam de forma contínua, como hotéis e serviços

Para analistas, medida pode trazer mais inflação e judicialização

Anaís Fernandes, Marcelo Osakabe, Marta Watanabe, Rafael Vazquez e Grace Vasconcelos
De São Paulo

Economistas criticaram a proposta de reduzir a jornada de trabalho oficial de 44 horas para 40 horas sem redução salarial. Na visão da maioria, haverá impactos negativos para a economia, como mais inflação e judicialização.

Para Roberto Secemski, economista-chefe para Brasil do Barclays, a medida provavelmente aumentará pressões inflacionárias no curto prazo, especialmente no setor de serviços, que tende a ser mais intensivo em mão de obra.

Setores que operam de forma contínua, como em hotelaria (restaurantes, bares e hotéis, por exemplo), companhias aéreas e o varejo podem ser forçados a recorrer a horas extras mais caras no curto prazo para atender suas necessidades de

mão de obra, potencialmente repassando o aumento dos custos.

A transição proposta no parecer do relator — redução de duas horas em 60 dias após a aprovação, seguida por outra redução de duas horas 12 meses depois — também é “surpreendente breve”, diz Secemski.

O impacto sobre a inflação é preocupação também do economista Fábio Romão, da 4intelligence. Segundo ele, uma transição mais rápida pode ter impacto inflacionário, especialmente nos serviços, que são segmentos mais intensivos em mão de obra. Romão avalia que parte do aumento de custos pode ser absorvida nas margens, enquanto outra parcela pode ser repassada aos preços ou se traduzir em redução da produção total.

“No longo prazo, a alta de custos poderá ser compensada por ganhos de produtividade, mas, no curto prazo, especialmente durante a transição, é possível que tenhamos algum repasse do aumento dos custos aos



Fernando de Holanda Barbosa Filho: “Regular uma escala única num país tão complexo e heterogêneo como o nosso é problemático”

preços”, afirmou Romão.

A transição é muito rápida também na visão de Fernando de Holanda Barbosa Filho, pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre).

“Regular uma escala única num país tão complexo e heterogêneo como o nosso é problemático”, avalia. Para ele, mesmo com as exceções propostas, haverá elevação de custo

“No curto prazo é possível que haja repasse dos custos aos preços”
Fábio Romão

para boa parte das empresas. “Em geral, a literatura mostra que nessas medidas top-down sempre vem alguma coisa tentando gerar uma compensação.” Se a PEC for efetivamente aprovada haverá pleitos nesse sentido, como uma redução de carga em troca de compromissos de manutenção de emprego, exemplifica.

O fim da escala 6x1 vai prejudicar sobretudo as regiões que mais crescem no Brasil — Sudeste, Sul e Centro-Oeste —, afirma o CEO da Quantivis Analytics e professor do Ibmec, José Ronaldo Souza Júnior.

“As regiões que mais crescem são também aquelas onde há menor folga do mercado de trabalho. Caso tenham que encontrar novos trabalhadores para cobrir horas descobertas pela PEC, não vão encontrar. Isso sem considerar detalhes

como se a mão de obra tem mesma escolaridade ou condição técnica de substituir”, diz o economista.

Ele dá como exemplos a região agroindustrial do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, fronteira da produção de grãos, o interior catarinense, que abriga o cinturão da agroindústria de proteína animal, e o Noroeste e Sudeste de São Paulo, que combinam plantações de cana e laranja com indústrias de bens de capital e duráveis.

Souza Junior critica a forma como o debate foi conduzido, em especial a transição curta. “Não vejo esse prazo como adequado. Dois anos seria o mínimo. Mas isto é o populismo”, diz, acrescentando que a pouca clareza sobre questões como uma regra para transição das folgas pode alimentar a judicialização da questão.

Para o sociólogo e especialista em relações do trabalho José Pastore, determinar o fim da escala 6x1 por legislação tem efeitos econômicos imediatos e uma das principais consequências é a insegurança jurídica em contratos de trabalho já estabelecidos. Ele prevê uma enxurrada de processos que se acumularão no Supremo Tribunal Federal com a possível aprovação da PEC.

Pastore destaca aspectos que considera meritórios na medida, sendo o principal deles a possibilidade de mães e pais dedicarem mais tempo aos seus filhos pequenos, o que pode ajudar até a melhorar o capital humano no país no longo prazo. Mas afirma que a determinação por lei desconsidera as diferentes características técnicas de milhares de ocupações.

ECONÔMICO Valor

O ALCANCE DA SUA EMPRESA DEPENDE DA TRANSPARÊNCIA DA ADEQUAÇÃO DO SEU BALANÇO.

Na hora de tornar públicos balanços, atos societários e editais da sua empresa, é fundamental escolher uma plataforma que garanta **credibilidade, audiência qualificada** (C-Levels, diretores, gerentes e empresários), **relevância** e **autoridade** no mercado.



E tem mais. No Valor, os balanços certificados também ficam disponíveis no Valor RI e no Valor Empresas 360.

Valor RI:
valor.globo.com/valor-ri

Valor Empresas 360:
valor.globo.com/360

Entre em contato com nossa equipe comercial
Franci Pacheco – (11) 9.9678-5672
Fabiana Torres – (11) 9.8755-7297

Eleições Presidenciáveis se reuniram terça em SP; fontes negam acordo fechado e dizem que campanhas seguem normalmente

Caiado e Zema abrem conversa sobre aliança no 1º turno

Joelmir Tavares
De São Paulo

Os pré-candidatos à Presidência pelo Novo, Romeu Zema, e pelo PSD, Ronaldo Caiado, abriram discussões sobre uma eventual aliança entre eles, mas concordaram em continuar avaliando o cenário e deixar para depois a decisão sobre composição de chapa. Os dois se encontraram na terça-feira (26), em São Paulo, para discutir o quadro eleitoral depois do recuo de Flávio Bolsonaro (PL) nas pesquisas, após vir à tona a ligação do senador com o ex-banqueiro Daniel Vercaro. Interlocutores de Zema e Caiado dizem que ambos convergem na avaliação de que a direita precisa se unir no segundo turno para derrotar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), seja quem for o candidato. Eles negam que tenha sido fechado qualquer acordo entre os dois presidenciáveis e dizem que cada um continuará tocando sua campanha. O período das convenções partidárias, que definirão as chapas, será entre 20 de julho e 5 de agosto. Nesta quarta-feira (27), questionado sobre o assunto durante entrevista à rádio Nova Difusora, Caiado disse que “existe esse sentimento” favorável a uma possível união com Zema, mas evitou discutir detalhes. “Ele é uma pessoa aberta, então nós estamos realmente avaliando”, respondeu o ex-governador de Goiás. Sobre os prejuízos para a oposição, com a revelação dos elos



Caiado e Zema: pré-candidatos discutiram quadro eleitoral após caso “Dark Horse”

entre Flávio Bolsonaro e o Banco Master, o presidenciável do PSD disse que “nada pode quebrar a unidade da centro-direita”. Após a repercussão do assunto, Caiado contestou as informações de que ele e o ex-governador de Minas Gerais teriam falado sobre

um ser vice do outro e disse que a conversa com o mineiro “não teve esse nível de entendimento”. Em entrevista à rádio Jovem Pan, declarou que o objetivo foi um alinhamento para que “não haja dispersão da centro-direita”. “Tenho um relacionamento ex-

celente com o Zema. Ninguém se colocou para fazer parte da chapa de A ou da chapa de B”, afirmou o ex-governador de Goiás. “De maneira nenhuma, nós avançamos na tese de quem vai ser vice de quem, [mas] vamos nos manter cada vez mais próximos”, acrescentou. Segundo ele, uma nova reunião entre os dois está prevista para daqui a dez dias. Na terça, ao participar de evento na Genial Investimentos, Zema também demonstrou simpatia à hipótese de aliança com Caiado, a partir de uma pergunta da plateia. O mineiro disse que se dá “muito bem” com o adversário e, questionado sobre ser vice dele, devolveu: “Não pode ser o contrário?”. Na mais recente pesquisa Datafolha, Caiado atingiu 4% no primeiro turno, atrás de Lula (40%) e Flávio (31%). Zema registrou 3%, mesmo índice de Renan Santos (Missão) e Samara Martins (UP). Em eventual segundo turno, Caiado obteve 39%, ante 48% de Lula, e Zema marcou 39%, ante os mesmos 48% de Lula. Nos bastidores, aliados do goiano reagiram aos rumores de que o mais provável seria sua ida para a vice de Zema, dizendo que a configuração também poderia ser invertida. Um interlocutor do mineiro disse, sob reserva, que “não existe possibilidade” de ele ser vice. Zema vinha sendo cotado para a vice de Flávio, mas a chance diminuiu após seu tom crítico em relação ao presidenciável do PL, cuja relação com Vercaro afirmou ser “imperdoável”.

Após EUA, Flávio aposta em evento com Moro

Andrea Jubé
De Brasília

Assim que desembarcar no Brasil, depois de conseguir a foto com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, o pré-candidato do PL à Presidência, senador Flávio Bolsonaro (RJ), vai retomar a agenda de viagens pelo país, redobrando o esforço para virar a página da crise que o dragou para o escândalo do Banco Master. Na tentativa de neutralizar a suspeita de corrupção que o atingiu, após a revelação de que pediu dinheiro para o ex-banqueiro Daniel Vercaro, sua principal aposta é um ato político no fim de semana ao lado do senador Sergio Moro (PL-PR). Segundo fontes da pré-campanha, Flávio viaja na sexta-feira (29) para Curitiba, a fim de participar do lançamento da pré-candidatura de Sergio Moro ao governo do Paraná, ao lado de Deltan Dallagnol (Novo), pré-candidato ao Senado, e do deputado Filipe Barros (PL), que busca a reeleição. A estratégia é dividir o palco político com Moro e Dallagnol, dupla de algozes do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Operação Lava-Jato, e que, para boa parcela do eleitorado conservador, ainda despontam como bastiões do combate à corrupção. As pesquisas vêm mostrando Moro consolidado na liderança da corrida eleitoral no Paraná, com ampla vantagem sobre o segundo colocado, Requião Filho (PDT), e sobre Sandro Alex (PSD), o ainda desconhecido pré-candidato do governador Ratinho Júnior (PSD). Para aliados do senador, a prioridade neste momento é gerar novos fatos políticos, a fim de tentar reduzir o impacto da crise Master sobre sua campanha.

Além da foto com Trump, Flávio publicou na quarta uma imagem com o secretário de Estado dos Estados Unidos, Marco Rubio. Agora, busca gerar novas imagens na companhia de Moro e Dallagnol que, na visão de estrategistas, servirão de escudo aos ataques dos adversários que tentam colar nele a pecha de corrupto, pela sua ligação e proximidade com Vercaro. Nos bastidores, entretanto, aliados admitem preocupação com os desdobramentos da crise do Banco Master. A declaração do presidente do PL, Valdemar Costa Neto, de que Flávio teria se encontrado com Vercaro, no fim do ano passado, para “pedir mais dinheiro” aprofundou o desgaste do pré-candidato. Em paralelo, a Polícia Federal (PF) prossegue nas investigações do caso Master, gerando temor entre aliados de que surjam novas suspeitas contra Flávio além de eventuais revelações envolvendo o ex-governador do Rio de Janeiro Cláudio Castro (PL), que podem respingar no presidenciável do PL. Ao mesmo tempo, aliados do PL aguardam a prestação de contas que Flávio prometeu apresentar, no prazo de 15 dias — a contar da semana passada — dos cerca de R\$ 61 milhões que Vercaro teria repassado para financiar o filme “Dark Horse”, sobre a trajetória do ex-presidente Jair Bolsonaro. Parte dos recursos foi transferida para o fundo Havengate, administrado por Paulo Calixto, advogado de imigração do ex-deputado Eduardo Bolsonaro (PL). Uma das linhas de investigação da PF é de que os recursos teriam sido direcionados para arcar despesas de Eduardo nos Estados Unidos, o que Flávio negou com veemência.

one
Valor

DÊ MAIS
VALOR AOS SEUS
INVESTIMENTOS

CONHEÇA

valorone.com.br



Eleições Desistência do pleito é opção; ex-governador foi a degustação de uísque paga por Vorcaro

PL negocia ‘saída honrosa’ para Castro

Camila Zarur
De Brasília

Em meio aos atritos internos entre o PL e o ex-governador do Rio de Janeiro Cláudio Castro, o partido busca uma “saída honrosa” para o ex-chefe do Executivo fluminense. Inelegível por condenação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e alvo de dois inquéritos na Polícia Federal, Castro está sendo pressionado pela sigla para abrir mão da pré-candidatura ao Senado, posto que pretendia disputar sub judice na eleição deste ano. Segundo aliados do ex-governador, ele está avaliando fazer um pronunciamento para renunciar à corrida eleitoral.

A leitura de seu entorno e no PL é de que Castro está muito enfraquecido. Ele foi duas vezes alvo da PF em apenas 11 dias: primeiro, por suspeitas de usar o governo do Rio para beneficiar a Refit, apontada como uma das maiores devedoras de impostos do Estado; depois, por viabilizar investimentos irregulares do Rioprevi-dência, fundação previdenciária fluminense, no Banco Master. Segundo a investigação, os aportes do fundo ocorreram após encontros entre Cláudio Castro e Daniel Vorcaro, dono do Master, hoje extinto. De acordo com mensagens reveladas pela GloboNews, uma dessas reuniões foi uma de-

gustação de uísque em Nova York que custou US\$ 1,013 milhão — o equivalente a mais de R\$ 5 milhões, na cotação atual. O evento ocorreu no dia 14 de maio de 2024 e foi restrito a dez pessoas. No dia seguinte, 15 de maio, o Rioprevi-dência fez um aporte de R\$ 80 milhões em Letras Financeiras do Master. Houve ainda outros dois investimentos, de R\$ 80 milhões e R\$ 70 milhões. Em outra ocasião, em maio de 2023, Castro participou de um jantar com Vorcaro em Nova York, cuja conta ultrapassou US\$ 13 mil — cerca de R\$ 60 mil — e teria sido paga pelo banqueiro. Em mensagens obtidas pela PF, o então governa-

dor diz a Vorcaro que havia sido uma “experiência incrível”. Os primeiros aportes no Master ocorreram meses depois, em novembro de 2023. Procurados pela GloboNews, a defesa de Castro nega irregularidades e o banco diz que as operações seguiram critérios técnicos e legais. Nesse contexto, o entorno de Castro defende que a prioridade de do ex-governador deve ser focar os esforços em se defender, em vez de avançar em uma candidatura ao Senado. Para isso, os próprios interlocutores do ex-chefe do Palácio Guanabara o aconselharam a se retirar do pleito. O PL, por sua vez, prefere a so-

lução da “saída honrosa” do que romper publicamente com o ex-governador para evitar que a sigla saia como traidora de Castro. De acordo com aliados, o ex-governador avalia alternativas e não deve tomar nenhuma atitude “no calor do momento”. Uma possibilidade aventada é fazer um vídeo nas redes sociais para rebater as acusações que pesam contra ele. Mas a questão é quando e se Castro fará isso. Procurado para comentar essas possibilidades, o ex-governador não se manifestou. Enquanto aguarda um movimento de Castro, o PL já tem dois substitutos possíveis para concorrer ao Senado no lugar do ex-governador. O

deputado federal Carlos Jordy pleiteia o posto, mas, segundo dirigentes partidários, a preferência hoje na sigla não é dele. O nome mais forte é o do também deputado Sóstenes Cavalcante, líder do PL na Câmara. Quem decidirá o destino da vaga é o senador e postulante à Presidência Flávio Bolsonaro (PL), mas a cúpula do partido defende que o escolhido seja alguém mais alinhado internamente com as demandas da legenda e que saiba compor com aliados. Entre os dois deputados, Sóstenes é quem tem mais esse perfil. Nos últimos anos, o parlamentar evangélico tem sido um defensor vocal do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e de toda família do ex-mandatário.

‘Encontro de Flávio e Trump tem ‘saldo zero’ no longo prazo’

Cristiane Agostine
De São Paulo

O impacto político do encontro do senador e presidenciável Flávio Bolsonaro (PL) com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, na terça-feira (26), em Washington, deve se diluir até as eleições e ter peso “zero” para o eleitor independente definir seu voto na disputa presidencial no Brasil. Para o cientista político Guilherme Casarões, professor da Florida International University, a reunião serviu para Flávio “reenergizar” sua base, depois dos escândalos do Banco Master, mas há ceticismo sobre uma eventual atuação de Trump na eleição brasileira. A tentativa de interferência, no entanto, pode vir da base de apoio do presidente dos EUA e de grupos de extrema-direita americanos que atuaram para viabilizar o encontro de Flávio e Trump, com um eventual o financiamento de campanha e o uso de estrutura digital para disseminar notícias no Brasil. Especialista em política externa e estudioso da extrema-direita, Casarões avalia que a reunião não deve resultar em prejuízos comerciais para o Brasil, como o tarifaço anunciado por Trump no ano passado. O próprio presidente dos EUA enfrenta um desgaste político no país, com a queda da popularidade, após o aumento das tarifas. O cientista político, no entanto, afirma que o saldo do encontro que deve ser explorado por Flávio é a bandeira da segurança, tema que o senador afirma ter abordado com Trump e que é o “calcanhar de Aquiles” do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A seguir, trechos da entrevista:

Valor: *Os encontros de Trump com Lula e com Flávio são vistos como indicativo da entrada da americano na eleição brasileira. Qual deve ser o impacto político no país?*
Guilherme Casarões: Quando houve os ataques ao Brasil em 2025 [tarifaço], as pesquisas apontaram que a maioria dos brasileiros rejeitava as ações do Trump. Ele é um sujeito aparentemente impopular no Brasil, então não se trata de uma aliança. Estão em jogo narrativas conflitantes, de ambos os pré-candidatos, sobre quem consegue lidar melhor com os EUA, que lugar o Brasil ocuparia nas prioridades americanas. Para o bolsonarismo pesa muito a associação com Trump. Mas isso não vai mudar a disposição do eleitor de centro, de pender mais para a candidatura do Flávio ou para de outros da direita, ou mesmo do Lula.

“Não há elementos para dizer que a Casa Branca jogará seu peso político para favorecer Flávio”

Para Flávio, que passou por desgaste em função do Banco Master e das relações com Daniel Vorcaro, pode ser uma maneira de reenergizar a base. Hoje se discute se ele é o candidato mais adequado ou viável contra o Lula. Mostrar alguma credencial de política externa tem peso para a candidatura. Não para ‘virar’ o eleitor de centro, mas para mobilizar a base. **Valor:** *E para o presidente Lula?*
Casarões: Para Lula não se trata de ter uma relação pessoal com Trump. A viagem que ele fez [para os EUA] estava ligada com a necessidade de rebater a única ideia da campanha bolsonarista até ali, de que só um Bolsonaro poderia salvar as relações entre os Estados Unidos e o Brasil. Flávio não tem, pelo menos até aqui, uma grande agenda de políticas públicas, um projeto de governo definido, para além de falas pontuais que fez sobre dar continuidade ao governo do pai. Só dizia que seu diferencial seria construir uma relação positiva com os Estados Unidos. Lula vem trabalhando para se aproximar e construir canais de diálogo diplomáticos. A reunião dele com Trump pareceu mais uma jogada de política interna, eleitoral, do que de política externa. Pouco se resolveu, em questões concretas, de política externa, tarifas, investigação comercial, terras raras. Mas a simbologia de Lula ser um presidente de esquerda, crítico absoluto do Trump e ainda assim ser recebido como chefe de Estado na Casa Branca, foi ali o antídoto que encontrou para dizer, sobretudo para o eleitor de centro, que não é verdade que só Bolsonaro pode ter relação com os EUA. **Valor:** *O impacto nas eleições deve ser diluído?*
Casarões: Flávio se contrapôs à jogada do Lula. Cada um já jogou do seu lado. Essa relação com o Trump fica no empate. Para Flávio, reafirmou a relação com Trump e desviou o assunto do Banco Master. Do ponto de vista eleitoral, no longo prazo, o saldo é zero. Não houve um grande impacto. Dificilmente Flávio vai conseguir vender para um eleitor não bolsonarista convicto que essa viagem foi um grande sucesso. Foi uma foto, não teve ali uma grande pauta, um endosso aberto, nada. Continuo muito cético com relação à possibilidade de Trump interferir diretamente nas eleições do Brasil. Isso não deve acontecer, ou pelo menos não há elementos neste momento para dizer que haverá disposição da Casa Branca de jogar o peso político para favorecer Flávio. Não tem grandes implicações eleitorais para o futuro. **Valor:** *E por que continua muito cético sobre essa influência?*
Casarões: Trump, desde que voltou à Casa Branca, tentou jogar o peso do seu governo nas eleições do Canadá, em eleições europeias, na Austrália, na Hungria e não deu certo. Há uma grande rejeição a ele ao redor do mundo. Há uma percepção de que, mesmo com os aliados, ele tem um tratamento ruim na questão de tarifas ou de guerras comerciais. Qualquer endosso mais eloquente no Brasil pode até mobilizar o bolsonarista convicto, mas dificilmente vai mudar o humor de quem está na dúvida. E tem a cautela dos EUA, porque na hipótese de Trump ser um cabo eleitoral de Flávio e ele perder, o americano vai ficar numa

situação delicada diante de Lula. Em que pese a vontade de Lula de querer manter as relações com os Estados Unidos, há sempre o risco de o Brasil cair no colo da China. Lula está atuando de maneira equilibrada, pragmática e não é anti-EUA. Há a compreensão de setores da Casa Branca de que ter Lula como presidente por mais quatro anos não é de todo ruim. É parceiro possível. **Valor:** *O senhor vê a possibilidade de retaliação comercial?*
Casarões: Não. Ainda que a questão comercial não esteja inteiramente resolvida, teve uma penalização econômica para os EUA muito grande. A popularidade de Trump tem caído em grande parte em função da situação econômica e dos preços. E parte disso está ligado às tarifas. Essa medida seria ruim para a economia americana, o que afasta a perspectiva de novo tarifaço.

“[Tema da segurança] seria o grande trunfo de Flávio daqui para frente na relação com os EUA”

Valor: *Flávio diz ter conversado com Trump sobre segurança. Os EUA devem entrar nessa pauta?*
Casarões: Esse seria o grande trunfo de Flávio daqui para frente na relação com os EUA. Os governos de esquerda tem grande dificuldade de lidar com segurança e foi em cima dessa plataforma que Bolsonaro ganhou. Ele associou o PT ao crime organizado. Lula deixou muito claro, desde 2025, que estava disposto a cooperar com os Estados Unidos no combate ao crime organizado, desde que não se classificassem como grupos terroristas, pelas implicações jurídicas, normativas e políticas que poderia trazer. A pressão do Flávio sobre esse tema talvez seja a única coisa de concreto que poderá utilizar no contexto eleitoral. Segurança é o calcanhar de Aquiles do governo. **Valor:** *A realização do encontro mostrou a atuação e a ligação de grupos conservadores do Brasil com os EUA. Pode vir desses grupos a tentativa de influenciar as eleições?*
Casarões: Sim. Existe uma transnacionalização desse sistema de direita hemisférica, ancorada na extrema-direita americana, o movimento MAGA e seus braços. Essa articulação tem peso na produção de narrativas, no impulsionamento de mensagens digitais, em eventuais fontes de financiamento de campanha. Não pode ter dinheiro estrangeiro em campanha, mas esse dinheiro pode, por vias ilícitas, chegar para Flávio. É um ponto de atenção para o quadro eleitoral. Sou cético com relação à influência que a Casa Branca vai ter diretamente na eleição, mas pode ser que o impulsionamento, financiamento partam desses grupos.



Casarões: “Há a compreensão de setores da Casa Branca de que ter Lula por mais quatro anos não é de todo ruim”

Os craques da bola na visão dos craques do clique.

Exposição Futebol Território-Êxtase

De 30/05 a 09/08

Horários:
Terça a Sexta
das 13h às 19h.

Sábados, Domingos
e Feriados
das 10h às 18h.

Ingressos Gratuitos

Curadoria de
Eder Chiodetto
com 23 fotógrafos
participantes.

Foto: Tanara Stuermer

INSTITUTO
VIAFOTO

RUA FERNÃO DIAS, 640 | LARGO DA BATATA (METRÔ FARIA LIMA)

Política

Fim da jornada 6x1 dá um nó no bolsonarismo



Maria Cristina Fernandes

A votação do fim da jornada 6x1 na Câmara dos Deputados deu um nó no PL tão ou mais enroscado que o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) no Master: como manter a viabilidade eleitoral da direita na mão contrária do desejo de sete em cada 10 eleitores. Como cada um puxou de um lado, o nó ficou ainda mais difícil de ser desatado. A campanha do senador à Presidência tem como coordenador o senador Rogério Marinho (PL-RN), que foi o relator da reforma trabalhista. Aprovada em 2017, a reforma foi a mais abrangente alteração das leis trabalhistas desde a criação da CLT há mais de 80 anos. A redução da jornada para 40 horas semanais com pelo menos dois dias de folga, sem redução de salário, foi no sentido contrário. Marinho, como era de se esperar, se declarou contrário ao fim da jornada 6x1 e defendeu a remuneração por horas de trabalho, deixando em aberto o limite da jornada. Uma proposta que aproximaria a legislação brasileira da americana. Antes de embarcar para os EUA, Flávio Bolsonaro avalizou a proposta.

O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, que monta seu caixa a partir do tamanho das bancadas que elege, se apavorou. Depois de articular pelo adiamento, Costa Neto se deu conta de que não seria capaz de barrar a proposta e usou da mesma franqueza com a qual entregou as intenções de seu candidato na visita a um Daniel Vorcaro de tornozeleira eletrônica: “Se não aprovarmos o fim da 6x1, Lula ganha a eleição”. Nikolas Ferreira (PL-MG), o deputado bolsonarista que melhor se comunica, também demonstrou que já teve melhores dias nas redes sociais. Gravou um vídeo para dizer que não adiantava o trabalhador voltar pra casa mais cedo se seria assaltado no ponto de ônibus. O líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), pudera, ficou zozno. Derrotado na tentativa de alongar a transição para dez anos, que recebeu a adesão de 62 deputados do partido, usou a cartada da esperteza. Apresentou, num destaque, uma jornada 4x3 com o objetivo de constranger governistas e deixar seu partido bonito na fita. Na votação da Comissão Especial, foi além. Quis acabar com os 60 dias de transição

previstos no substitutivo do relator para lhe dar validade imediata. Outra tentativa de constrangimento que tampouco emplacou. No final, rendeu-se e encaminhou sua bancada para votar favoravelmente ao projeto. No plenário, o PL voltou atrás e encaminhou contra. Na comissão, três deputados do seu partido divergiram da orientação da liderança: Osmar Terra (RS), Maurício Marcon (RS) e Julia Zanatta (SC). O quarto deputado a votar contra foi Gilson Marques (Novo-SC) que, durante a discussão, disse que tentar acabar com as jornadas sabidamente exaustivas de seis dias para carvoeiros, por exemplo, pioraria ainda mais a vida de quem trabalha. A bem-sucedida trajetória do fim da jornada 6x1 na Câmara, porém, não foi resultado apenas de um PL baratinado, mas do sucesso da estratégia de alargar para o centro uma proposta que brotou da esquerda. Foram dois parlamentares do Psol, o vereador carioca Rick Azevedo e a deputada federal Érika Hilton (SP), que lhe deram tração com uma proposta que radicalizava a redução para 36 horas. O governo temia a reação do empresariado, mas foi dobrado pelas pesquisas de opinião que

mostravam a popularidade do tema entre mães ansiosas por mais tempo com os filhos, jovens, por mais estudo, e trabalhadores em geral, por fazer bicos em aplicativos. Se não aproveitasse um momento de emprego em alta seria mais difícil emplacar o projeto em meio aos reclamos sobre a elevação dos custos das empresas que terão que encarar um aumento médio de 15% sobre a hora trabalhada. Resgatou-se o projeto do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) sendo a relatoria entregue a Leo Prates (Republicanos-BA), que foi secretário de ACM Neto em Salvador. Registre-se o desprendimento dado que seu grupo político enfrentará o PT no Estado em que o partido governa há mais tempo. Este alargamento fez com que parlamentares de centro incorporassem como seus os argumentos levados pelos governistas ao debate: o Brasil é líder em afastamento do trabalho por exaustão, países de maior produtividade são também aqueles de menor jornada e é nela que se pode buscar melhor formação. A aprovação folgada na comissão e o plenário decorre dessa convergência.

O avanço da proposta na Câmara mostra a encruzilhada do bolsonarismo. Foi a eleição do ex-presidente que tirou a direita do armário. De envergonhado, o rótulo passou a ser exibido na testa. Deu certo. Na eleição seguinte, o PL elegeu a maior bancada da Câmara e quase reelegeu o presidente que, àquela altura, tinha adicionado adereços como o aumento de 167% no valor do Bolsa Família. A posse, em 2023, de um presidente com mais entregas para a baixa renda emparedou um bolsonarismo que se tornou popular entre os mais pobres com o conservadorismo nos costumes, o discurso anticorrupção e um punhado de bondades sem perder de vista sua base nos empreendedores de todos os tamanhos. O congelamento do salário mínimo no governo Jair Bolsonaro é um sinal disso. Para tentar manter os pés nas duas canoas, só restará ao PL tentar barrar a redução de jornada no Senado e mudar o assunto. E, se voltar ao Planalto, colocar uma pedra por tempo indeterminado em cima da proposta.

Maria Cristina Fernandes é jornalista do Valor. Escreve às terças e quintas-feiras. E-mail mcristina.fernandes@valor.com.br

Judiciário Além de Andreson Gonçalves, dois ex-funcionários da corte foram denunciados; inquérito não aponta envolvimento de ministros

PGR denuncia lobista por esquema de venda de decisões no STJ

Mateus Coutinho De Brasília

A Procuradoria-Geral da República (PGR) apresentou, na quarta-feira (27), denúncia contra o lobista Andreson Gonçalves por suspeita de participação em um esquema de venda de decisões no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Além dele, também foram denunciados sua esposa, a advogada Mirian Ribeiro, dois ex-funcionários da corte e outras cinco pessoas. As investigações não apontam o envolvimento de nenhum ministro do tribunal. A acusação é a primeira apresentada no âmbito da operação Sisammes, que investiga os desvios no STJ, segunda principal corte de Justiça do país, abaixo apenas do Supremo Tribunal Federal (STF). O caso tramita no STF e é relatado pelo ministro Cristiano Zanin. Na peça, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, acusa os envolvidos dos crimes de cor-

rupção, exploração de prestígio, formação de organização criminosa, lavagem de dinheiro e violação de sigilo funcional. Segundo a denúncia, o grupo teria constituído uma organização criminosa “desde pelo menos o dia 17 de junho de 2019 e operando até o dia 5 de dezembro de 2023, voltada a pagamento e obtenção de vantagens pecuniárias ilícitas, em troca de interferências no resultado de decisões judiciais proferidas no bojo de processos com tramitação no Superior Tribunal de Justiça, mediante o concurso de funcionário público”. A denúncia cita casos de três pessoas que teriam feito pagamentos por meio de Gonçalves para tentar obter decisões favoráveis no STJ. Os pagamentos foram referentes a quatro processos, dos quais em um deles o grupo criminoso teria vendido uma suposta influência que não se comprovou. A acusação também cita o vazamento de informações de um quinto proces-

so, o que configura violação de sigilo funcional. A acusação, porém, não aponta corrupção ou mesmo quem teria sido beneficiado deste quinto vazamento. A denúncia cita o envolvimento de dois ex-servidores do gabinete da ministra Isabel Galotti: Daimler Alberto Campos e Márcio José Toledo Pinto, que teriam vazado minutas de decisões que atendiam aos interesses do grupo criminoso. Daimler é servidor de carreira e está afastado de suas funções. Márcio Toledo foi demitido do tribunal. A PGR aponta que Gonçalves teria cometido o crime de explo-

Gonet acusa envolvidos de crimes como corrupção e lavagem de dinheiro



Gonet: segundo denúncia, organização criminosa atuaria desde junho de 2019, com pagamentos referentes a quatro processos

ração de prestígio ao receber recurso de um dos investigados na Operação Faroeste “a pretexto de influir na atuação jurisdicional do Ministro Og Fernandes”. A Faroeste foi uma investigação sobre um esquema de venda de sentenças no Tribunal de Justiça da Bahia que estava sob a relatoria de Og Fernandes iniciada em 2019. Nesse caso, porém, a PGR apontou que o próprio grupo teria produzido minutas de decisões para pressionar o empresário interessado em pagar Gonçalves e não identificou envolvimento de servidores.

Na denúncia, Gonet aponta ainda que as investigações estão avançando sobre mais servidores e que o esquema teria comprometido a “higidez de pronunciamentos judiciais” proferidos pelas ministras Isabel Galotti e Nancy Andrighi e pelo ministro Mo ura Ribeiro. Em nota, o advogado Eugênio Pacelli, que representa Gonçalves e a mulher, disse que iria se manifestar nos autos, mas afirmou que o caso não deveria tramitar no STF. “Depois de dois anos sobreveio a denúncia, na qual se confirma, ainda mais uma vez, a absoluta in-

competência do STF para apreciar os fatos. Não é e nem nunca foi competente para o caso.” Em relação a Miriam, ele disse que a defesa estava “perplexa”. “Nada do que lá está liga a acusada a coisa nenhuma.” Já o advogado Bernardo Feneilon, que representa Daimler, afirmou em nota que a acusação é “teratológica”. “Basta verificar que a sindicância promovida pelo STJ havia afastado sua responsabilidade e o delegado responsável pelo caso não o indiciou.” Procurado por meio da assessoria, o STJ não se manifestou.

OAB abre processo contra advogado após provocação a Zanin

De Brasília

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) abriu um processo disciplinar contra um advogado após ele insinuar em uma petição dirigida ao ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), que poderia ter obtido resultado favorável de um recurso se seu cliente tivesse contratado o escritório de advocacia da esposa de Zanin, Valeska Martins. O processo foi aberto após envio de ofício de Zanin à OAB, procedimento padrão estabelecido no Código de Processo Civil, e corre em sigilo na seccional da entidade no Distrito Federal. O autor da peça foi o advogado Délio Fortes Lins e Silva, de uma tradicional família do direito. Apesar da insinuação, que causou mal-estar interno, Zanin e outros ministros do Tribunal sempre se declaram impedidos quando algum parente deles advoga no Supremo. O episódio acontece em meio a críticas da atuação de parentes

dos ministros em tribunais superiores, tema que pode ser abordado em um eventual código de conduta para os magistrados, que vem sendo defendido pelo presidente do STF, Edson Fachin. Após o ofício de Zanin à OAB sobre a conduta do advogado, Délio Fortes Lins e Silva protocolou no dia 19 de maio uma petição se retratando e afirmando que não pretendeu “ofender a dignidade, seja de Vossa Excelência, seja da advogada Vossa esposa, seja muito menos da Justiça ou do Supremo Tribunal Federal”. No documento, ele solicita que as palavras consideradas ofensivas por Zanin sejam retiradas dos autos. Diante disso, em um despacho o ministro mandou a secretaria do Supremo retirar as menções ofensivas e a antiga petição foi editada e atualizada no processo eletrônico, agora com os trechos tarjados. Valeska, esposa de Zanin, tem uma carreira consolidada na advocacia e era sócia do ministro

no escritório do casal antes de ele ser indicado para o STF. Seu nome figura em 47 processos na Corte, dos quais 40 foram movidos antes da posse de Zanin — o ministro sempre se declara impedido nos casos em que ela atua no Tribunal. Délio, por sua vez, é um advogado conhecido na capital federal e tem um escritório junto com seu filho, Délio Lins e Silva Júnior, que presidiu a seccional da OAB no Distrito Federal até 2024 e atualmente é conselheiro da OAB Nacional. Na petição que deu origem ao mal-estar, protocolada em 4 de maio, o advogado reclamou, dentre outras coisas, do fato de

Defensor insinuou que obteria resultado favorável caso cliente fosse de esposa de ministro

Zanin ter negado seu recurso no mesmo dia em que o defensor entrou em contato com o gabinete do ministro para tentar agendar uma audiência sobre o caso. Na sequência, ao final de sua manifestação direcionada a Zanin, Délio fez a insinuação de que o ministro não teria dado a devida atenção ao caso e que o resultado seria diferente se o escritório de Valeska tivesse sido contratado. “Ante esse quadro, o que se pode concluir é que se a família da vítima tivesse contratado um escritório influente como aquele situado na [cita o endereço do escritório de Valeska Zanin Martins em Brasília], possivelmente o desfecho do caso seria outro”, escreveu. Antes de tomar qualquer decisão no processo, Zanin encaminhou no dia 11 de maio um ofício ao presidente da OAB, Beto Simonetti, afirmando estar “surpreso” com as palavras utilizadas na manifestação e pedindo a instauração de um procedimento

disciplinar. Também procurou Fachin para tratar do tema. Depois disso, Simonetti teve uma reunião com o presidente do STF e com o próprio Zanin para tratar do tema e avisar que seria aberto um procedimento. O filho do advogado também se reuniu com Zanin, para se desculpar sobre o ocorrido. O recurso apresentado pelo advogado trata do julgamento de um caso de homicídio ocorrido no Tocantins no qual Délio representa a família da vítima. Na peça, ele pedia para o caso ser julgado pelo Tribunal do Júri, depois de a defesa do acusado ter conseguido no Superior Tribunal de Justiça (STJ) que o caso não fosse submetido ao júri popular. O pedido era para que a Corte derrubasse a decisão do STJ e fizesse o processo retornar ao Tribunal do Júri. Em um primeiro momento, Zanin negou o recurso entendendo que ele demandaria um reexame de provas, o que não seria possível neste momento. Irresignado com a deci-

são, Délio apresentou o recurso com as insinuações. Após o advogado se retratar nos autos, o caso foi pautado para o plenário virtual da Primeira Turma do STF, na sessão que se inicia na sexta-feira (29). Em nota, a OAB disse que “o advogado mencionado informou que já protocolou, no processo, uma retratação” e que o Conselho Federal da entidade “remeteu o ofício do STF à seccional competente para analisar o caso”. Como Délio está inscrito no Distrito Federal, o processo disciplinar precisa tramitar na seccional. A OAB-DF, por sua vez, disse que o caso está sendo investigado por seu Tribunal de Ética e Disciplina, em um procedimento sigiloso “com rigor e com respeito ao devido processo legal”. Procurado, Délio preferiu não se manifestar. Zanin também não quis comentar o caso. O Valor tentou contato com Valeska Zanin por meio de seu escritório, mas não obteve retorno. (Mateus Coutinho)

Internacional

Guerra Casa Branca nega autenticidade de rascunho de pacto divulgado por TV iraniana que livraria país de sanções e seria avalizado pela ONU

Trump rejeita concessões, mas admite ‘empenho’ do Irã para fechar acordo

Agências internacionais

O presidente americano, Donald Trump, disse ontem que não fechará nenhum acordo para pôr fim à guerra contra o Irã, que já se arrasta por três meses, se Teerã não acatar duas exigências básicas: a liberação total e imediata da navegação no Estreito de Ormuz e a entrega de uma carga de urânio enriquecido em um grau de pureza suficiente para a fabricação de armas. Ele acrescentou, porém, que os iranianos “estão empenhados em alcançar um acordo”.

No fim da noite de ontem, militares americanos disseram ter interceptado e derrubado vários drones iranianos, que “ameaçavam forças dos EUA e a navegação comercial” na região do Golfo — em mais uma aparente escaramuça que põe em risco a frágil trégua que vigora desde 7 de abril. Um incidente similar, na segunda-feira, causou protestos do Irã e ameaças, não cumpridas, de retaliação.

As declarações de Trump, com os mesmos sinais ambíguos que

têm marcado sua retórica há semanas, parecem afastar a expectativa de que a assinatura de um pacto seja iminente. Elas foram feitas em uma reunião de Gabinete convocada pelo presidente para discutir a situação do conflito.

As falas se deram também em reação à informação de da TV estatal do Irã, segundo a qual um esboço do acordo já estava fechado. Por este documento, o Irã se comprometia a liberar Ormuz e os EUA levariam as sanções econômicas contra o país persa, em um pacto com o aval da Organização das Nações Unidas (ONU). Washington desmentiu essa versão.

“O Irã está muito empenhado,

“Ainda não estamos satisfeitos com o Irã, mas estaremos”
Donald Trump

quer fechar um acordo. Até agora, eles não conseguiram chegar lá. Não estamos satisfeitos com isso, mas estaremos. Estaremos ou então teremos simplesmente que terminar o trabalho”, disse Trump para os seus secretários, na Casa Branca.

O memorando apresentado pela TV iraniana previa que o tráfego no Estreito de Ormuz seria coordenado pelo Irã em conjunto com Omã. Estabelecia também que seriam liberados US\$ 24 bilhões de ativos do Irã congelados no exterior.

Apesar do desmentido americano, as informações são consistentes com outros supostos “vazamentos” de detalhes das negociações divulgados pela imprensa ocidental e por fontes no Oriente Médio. A Casa Branca, no entanto, qualificou o memorando de “completa invenção”.

Trump rejeitou a possibilidade de o Irã controlar Ormuz após um acordo. “Nós teremos de supervisioná-lo, mas ninguém irá controlá-lo. Isso faz parte da ne-



Trump, de frente, no centro da mesa, durante reunião com secretários, na Casa Branca, passa orientações sobre guerra

gociação que estamos conduzindo”, afirmou o presidente.

Apesar das declarações de Trump, o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, afirmou na reunião que houve avanços nas negociações com o Irã. “Acho que houve algum progresso e algum interesse. Veremos nas próximas horas e dias se será possível alcançar um acordo”, acrescentou.

Trump e Rubio reiteraram que o principal objetivo dos EUA nas negociações é impedir que o Irã obtenha uma arma nuclear. Teerã nega ter a intenção de usar seu programa atômico para construir uma bomba.

Questionado por jornalistas sobre o urânio enriquecido do Irã após a reunião de gabinete, Trump afirmou que não aceitará que o material

seja enviado para China ou Rússia, aliados de Teerã. Na segunda-feira, uma postagem de Trump nas redes sociais, mencionava de forma dúbia a possibilidade de o material ser destruído “logo ao ser entregue, no Irã, ou em outro lugar”.

Enquanto toma parte de negociações complicadas com o Irã, Trump tem enfrentado críticas de integrantes de seu partido, que se opõem a fazer a fazer concessões ao Irã — comparando um possível acordo ao pacto para frear o acordo nuclear iraniano firmado durante o governo de Barack Obama e considerado excessivamente descendente com Teerã pela base de apoio político do presidente.

As pressões sobre Trump têm aumentado na medida em que as eleições legislativas de meio de manda-

to, em novembro, entram no radar, com republicanos temendo que o aumento do custo de vida e dos preços dos combustíveis esteja piorando o humor dos americanos.

Mike Pompeo, um dos secretários de Estado do primeiro mandato de Trump, afirmou que o acordo em negociação lhe parecia ser o mesmo firmado na era Obama, do qual Trump se retirou. “Não tem absolutamente nada de ‘EUA Primeiro’”, escreveu Pompeo na rede X.

John Bolton, assessor de segurança nacional durante o primeiro mandato e que se tornou crítico do presidente, disse que os detalhes revelados do plano em negociação pareciam favorecer o governo iraniano.

Mais informações na pág. A18

‘Conselho de Paz’ trumpista está de cofres vazios

Neri Zilber e Abigail Hauslohner
Financial Times, de Tel Aviv e de Washington

O fundo oficial do Conselho de Paz de Donald Trump está vazio e a organização está presa em um limbo político e legal que tem travado projetos de reconstrução de Gaza.

O presidente dos EUA descreveu o conselho, que solicitou contribuições de “adesão vitalícia” de US\$ 1 bilhão dos líderes mundiais, como uma das organizações internacionais “mais importantes” já criadas. Os países-membros prometeram US\$ 7 bilhões para um “pacote de alívio” à Faixa de Gaza, enquanto Trump prometeu outros US\$ 10 bilhões em financiamento dos EUA.

No entanto, quatro meses após sua criação, o fundo financeiro instituído pelo Banco Mundial não recebeu dinheiro algum dos doadores, segundo quatro fontes a par da situação. “Foram depositados zero dólares”, disse uma delas.

Em vez de usar o fundo, que é administrado pelo Banco Mundial e endossado pela Organização das Nações Unidas (ONU), o

conselho tem recebido doações diretamente por meio de uma conta sua no JPMorgan Chase, segundo o porta-voz do conselho e outra fonte a par dos arranjos.

Não há exigências independentes de transparência para a conta no JPMorgan, em contraste com o fundo da Faixa de Gaza, cuja situação financeira precisa ser relatada aos contribuintes e membros do conselho pelo Banco Mundial.

Um funcionário do Conselho de Paz disse ao Financial Times que “foram estabelecidas várias opções para receber recursos”, inclusive o fundo do Banco Mundial, e que “a esta altura, os contribuintes têm optado por usar outras opções”. O Conselho de Paz “prestará contas de suas finanças” à própria junta executiva, composta por integrantes do governo Trump e outros assessores, “em um momento considerado apropriado”, acrescentou o funcionário.

Contribuições de cerca de US\$ 3 milhões do Marrocos e US\$ 20 milhões dos Emirados Árabes Unidos ajudaram a custear o escritório de Nickolay Mladenov, o “alto representante” do conselho para Faixa

de Gaza no pós-guerra, assim como os salários do comitê tecnocrático palestino estabelecido pelo para governar o território.

Os Emirados Árabes Unidos também enviaram recentemente US\$ 100 milhões para o treinamento de uma nova força policial para a Faixa de Gaza, mas o programa ainda não começou e os recursos estão congelados, segundo duas fontes.

O Departamento de Estado dos EUA pretende redirecionar cerca de US\$ 1,2 bilhão de programas de auxílio internacional para projetos relacionados à agenda do conselho. No entanto, os recursos, que não iriam diretamente para o conselho, também não foram usados ainda.

“Nada desse dinheiro [foi para o conselho]”, disse um assessor parlamentar sênior. Nada desse dinheiro está sendo administrado pelo Conselho de Paz. E o [Departamento de] Estado nos informa que não há intenção de permitir que qualquer parte desses recursos seja administrada pelo Conselho de Paz.”

O Departamento de Estado pretende fornecer cerca de US\$

50 milhões diretamente ao conselho para financiar operações, mas o valor também ainda não foi enviado. Funcionários asseguraram ao Congresso que o conselho não poderá usar os recursos até a entrada em vigor de controles financeiros e de outros sistemas necessários para a liberação de fundos americanos, segundo o assessor parlamentar.

Embora o conselho já tenha começado a abrir licitações para trabalhos de segurança e reconstrução na Faixa de Gaza, um porta-voz do conselho disse que ninguém ganhou nenhum contrato até agora. “Muito disso ocorre porque ainda não estamos operando em Gaza”, já que o Hamas ainda não se desarmou, disse o porta-voz.

Legisladores americanos têm pressionado o governo Trump por mais informações sobre o conselho, suas operações e seu status jurídico. Algumas vezes questionam se a entidade atende aos critérios legais para se qualificar nos EUA como organização internacional apta a receber recursos americanos.

Israel expande zona de combate no Líbano

Agências internacionais

Israel intensificou as operações militares no sul do Líbano, ordenando que moradores deixassem suas casas em novas áreas antes de novos ataques, ao mesmo tempo em que mantinha a pressão em Gaza ao anunciar ter matado o líder militar do Hamas na região.

A capital, Beirute, foi poupada ontem de mais ataques. Três funcionários graduados israelenses disseram que Israel acredita ter liberdade de ação no sul do Líbano, mas enfrenta mais restrições em Beirute, porque não quer ser visto como responsável por comprometer um possível acordo entre EUA e Irã.

No sul do Líbano, contudo, o Exército israelense declarou ontem que uma nova faixa na fronteira passará a ser considerada “zona de combate” contra o grupo militante Hezbollah, aliado do Irã. O comunicado pareceu sinalizar uma nova escalada do conflito, após mais de 120 ataques terem

atingido o sul e o leste do Líbano na terça-feira, apesar do cessar-fogo em vigor desde 16 de abril.

Fontes de segurança libanesas disseram que moradores estavam fugindo para o norte, na direção da cidade portuária de Sidon, que já abriga milhares de deslocados de outras partes do sul do país.

Enquanto isso, em Gaza, o Exército israelense afirmou que Mohammad Odeh, apontado por Israel como o novo líder militar do Hamas na região, foi morto em uma operação na terça-feira. Um parente de Odeh confirmou a morte à Reuters. Outras seis pessoas morreram e mais de 20 ficaram feridas no ataque, que destruiu um andar inteiro de um prédio residencial, disseram médicos locais.

Israel afirma que Odeh chefiava a inteligência do Hamas durante os ataques de outubro de 2023 e havia sido nomeado há cerca de uma semana para substituir Izz al-Din al-Haddad, morto por Israel em um ataque em 15 de maio.

Candidato de Trump arrasa em prévia no Texas

Agências internacionais

O presidente Donald Trump conquistou mais uma vitória no ciclo de eleições primárias dos Estados Unidos ao apoiar o candidato vencedor na disputa por uma das cadeiras do Senado dos Estados Unidos pelo estado do Texas. Seus candidatos vêm ganhando as primárias do Partido Republicano, que costumam atrair eleitores mais engajados.

O procurador-geral do Texas, Ken Paxton, derrotou na noite de terça-feira o senador John Cornyn, que ocupava o cargo havia quatro mandatos, vencendo o segundo turno pela indicação republicana.

Foi uma das campanhas de primárias mais caras da história dos EUA, com gastos próximos de US\$ 130 milhões. Paxton agora enfrentará o seminarista James Talarico, de 37 anos. O resultado era o cenário ideal para o Partido Democrata, que vê no deputado estadual um candidato mais forte contra Paxton em uma

eleição que pode ajudar a alterar o controle do Senado.

Talarico, inclusive, liderava pesquisas de opinião contra Paxton desde janeiro — desempenho que nunca foi alcançado por Beto O'Rourke, outro político local promissor que acabou não conseguindo se consolidar eleitoralmente.

O apoio de Trump entre os hispânicos do estado, essencial para sua vitória em 2024, praticamente evaporou diante das medidas impopulares adotadas pelo presidente, como a campanha de repressão à imigração. Isso alimenta as esperanças democratas de uma virada no Texas, considerado um dos redutos do Partido Republicano.

Cornyn contava com o apoio da liderança republicana na batalha política mais difícil de sua carreira contra Paxton, cercado de escândalos e que só recebeu o apoio de Trump na semana passada. Paxton já sobreviveu a um processo de impeachment após investigações sobre possível corrupção.

Presidente da Bolívia abre caminho para reprimir protestos



O presidente da Bolívia, Rodrigo Paz, adotou ontem medidas para potencialmente declarar estado de emergência, em meio à escalada dos protestos antigovernamentais nos primeiros meses de seu governo. A

medida de exceção permitiria que Paz enviasse forças militares às ruas para reprimir os protestos, uma medida que alguns legisladores da oposição alertaram que poderia aprofundar ainda mais as tensões após quase um

mês de bloqueios de estradas e manifestações. Caso Paz avance com a declaração de estado de emergência, esta precisará da aprovação do Congresso. Os protestos são motivados por líderes sindicais e apoiadores do

ex-presidente de esquerda Evo Morales, que querem que o novo governo conservador reverta medidas de austeridade e enfrente o aumento do custo de vida. Na foto, manifestantes marcham em La Paz.

Para o mundo, é urgente um acordo entre EUA e Irã

Findos três meses de guerra e um mês e meio de trégua instável, Estados Unidos e Irã indicam que podem estar perto de um acordo sobre o qual nada se sabe ao certo ainda. As cotações do petróleo, acima de US\$ 100 há cerca de 30 dias, caíram ontem para US\$ 95 o barril, depois de informações genéricas sobre prorrogação da trégua e indicações de que o Estreito de Ormuz, por onde escoam 20% do petróleo mundial, será reaberto em um mês. Junho pode ser um mês cruel no calendário da maior crise de oferta de petróleo da história, com a possibilidade de escassez de óleo e derivados e preços ainda mais altos. Isso acabará acontecendo se não houver ao menos uma perspectiva de que o abastecimento será em algum momento normalizado.

A falta de orientação estratégica de Donald Trump e seu caleidoscópio de metas, sempre mutante, tornam difícil saber o que os Estados Unidos querem afinal. O presidente americano entrou em uma aventura sem medir consequências ou objetivos negociáveis, agora a rendição do Irã. Com pesadas perdas, inclusive de líderes políticos e militares, o regime dos aiatolás resistiu à demonstração de um poderio militar muito superior ao seu, manteve razoável capacidade ofensiva, destruiu parte da infraestrutura de óleo e gás de países vizinhos e manteve o estreito fechado.

Trump entrou na guerra querendo o fim do programa de enriquecimento de urânio iraniano, a retirada de 440 toneladas de urânio com alto grau de beneficiamento, o desmantelamento de seu programa de mísseis e o fim do financiamento iraniano a grupos terroristas na região, como o Hamas e o Hezbollah. Ao matar no primeiro dia da ofensiva militar o líder supremo do regime, aiatolá Ali Khamenei, Trump cogitou também catalisar uma mudança iminente do regime, que não ocorreu. Ao contrário, os elementos mais radicais do regime iraniano assumiram o comando. Nenhum dos resultados aventados foi atingido.

O maximalismo das intenções americanas e o desfecho militar insuficiente no campo de batalha para cumpri-los tornam um possível acordo, se houver, uma caixa de surpresas. Para que Trump executasse tudo o que imaginou, seria necessário colocar tropas em solo iraniano, alternativa que excluiu por princípio.

As negociações giram em torno de alguns eixos óbvios. A detenção do programa nuclear iraniano, com garantias de que ele não visa à confecção de armas nucleares, é um deles. O Irã assinou acordo para isso com EUA e países europeus

em 2015, mas Trump, em seu primeiro mandato, o renegou. A abertura de Ormuz sem controle ou pedágios por parte do Irã — o que seria a confissão de derrota americana — é outro. Os negociadores iranianos continuam jurando que seu programa é pacífico, mas sem mecanismos verificáveis e inspeções externas in loco, como ocorreu no finado acordo, suas palavras nada valem. A entrega do urânio de maior grau de pureza para um país neutro conta com resistência do Irã, mas, embora difícil, não é impossível.

Trump só gosta de acordos em que impõe as condições e que suas exigências sejam aceitas. O regime xiita iraniano, em um indício de que ainda detém capacidade bélica razoável de resistência, exige por seu lado indenização pelos danos causados pela guerra, fim das sanções americanas com liberação do dinheiro do país retido no exterior (US\$ 24 bilhões) e controle de Ormuz. Há chance de que parte das sanções seja atenuada, mas quase nenhuma de que as demais exigências sejam atendidas.

Ainda que boa parte da infraestrutura fabril do país tenha sido aniquilada, e que a oposição aos aiatolás seja crescente — não à toa as execuções de opositores voltaram —, o tempo parece correr a favor do Irã. A popularidade de Trump, que se submeterá às eleições de meio de mandato em novembro, é baixa, com apenas 38% dos americanos aprovando seu manejo da economia e da guerra até agora.

Os estragos da guerra são altos e crescentes. Com alta de 51% dos combustíveis, os americanos gastaram US\$ 41,5 bilhões a mais com o produto desde que o conflito começou, ou US\$ 316 por família, segundo cálculos de especialistas da Brown University. A inflação anual em abril, de 3,8%, já pulou à frente da correção de salários, algo que se observa não apenas nos EUA, mas também na Europa. Os juros dos títulos americanos de longo prazo subiram. A zona do euro caminha para uma recessão leve. Os bancos centrais dos países desenvolvidos pararam de reduzir os juros e podem se ver obrigados a voltar a elevá-los em breve.

Apesar de sua retórica provocadora, Trump precisa encontrar uma saída para uma enrascada. Mas, em geral, a destruição praticamente cessou com a trégua, e os beligerantes agora conversam sem parar, o que é muito melhor do que nada. A perspectiva de um acordo ronda o cenário há semanas, o que indica tanto sua possibilidade quanto as dificuldades em alcançá-lo. Para o mundo, há urgência em sua conclusão, porque a ameaça de escassez de óleo e de outros insumos é agora mais presente do que nunca.

GRUPOGLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes: José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor
é uma publicação da Editora Globo S/A
Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.br/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)

Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherinevieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)

Sucursais
Brasília: Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Rio: Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)

Internacional: Roberto Lameirinhas
(roberto.lameirinhas@valor.com.br)
Legislação & Tributos: Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Política: Marcello Corrêa
(marcello.correa@valor.com.br)
Projetos Especiais: Célia Rosenblum
(celia.rosenblum@valor.com.br)
S.A.: Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Tendências & Tecnologia: Cynthia Malta
(cynthiamalta@valor.com.br)
Valor Online: Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Valor PRO: Roberta Costa
(roberta.costa@valor.com.br)
Visual Multiplataformas: Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)

Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adrianamattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@valor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)

Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)

Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelleboucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

Valor Data
Coordenador: William Volpato
(williamvolpato@valor.com.br)

Valor Investe
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

Pipeline
Editora: Maria Luíza Figueiras
(maria.figueiras@valor.com.br)

Valor International
Editor: Samuel Rodrigues
(samuelrodrigues@valor.com.br)

Nova Globo Rural
Editor-executivo: Cassiano Ribeiro
(cassiano@edglobo.com.br)

Valor PRO
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Rua Gerivalta 207 - 12º e 13º andares - Butantã - São Paulo - SP - CEP 05501-030. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade, Imprensa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955. **RJ** 0 xx 21 3521.1414. **DF** 0 xx 61 3717 3333
Legal SP 0 xx 3767 1323. **Redação** 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 - Brasília Shopping - Torre Sul - sala 301 - 3º andar - Asa Norte - Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 - Nível 2 - Bairro: Cidade Nova - Rio de Janeiro/RJ - CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados			
SP interior e litoral - MM Mardegan Marcelo Mardegan. Cel (19) 99251-7817 Ribeirão Preto - SP - F&C Campos Fernando Campos e Valéria Campos Cel (16) 99787-8159 / (16) 99131-3667	MT, MS, Região Norte e Nordeste - Canal C. Carlos Chetto. Cel (71)99617-6800 ES/MG - Sat Propaganda Luiz Otavio. Cel (31) 9994-6884	GO - Realize Comunicação. Isleika Leite e Alessandra Marinho. Cel (62) 99972-8207 / (62) 99979-6190 PR - SEC Soluções Estratégicas. Luiz Carvalho e Mara Araújo. Cel (41) 99974-7316 / (41) 99533-5866	SC - Marcucci & Gondran Associados Milton Marcucci. Cel (48) 99982-0100 / (48) 9999-2274 / (48) 99982-2313 RS - HMR Representações Hermano Thaddeu. Cel (51) 99987-3165
Revistas Setoriais Financeiro e Especies - Atendimento nacional - Transforme Negócios Marisa de Assis Stephano Cel (11) 99414-8277			

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais:
Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300**. Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br**. Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste:
R\$ 1.858,80 ou R\$ 154,90 mensais. Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. Tel: **0800 7018888**. Carga tributária aproximada: 3,65%

Resultado primário projetado não reflete disciplina fiscal real. Por Matheus Ribeiro e Livio Ribeiro

O lado oculto do déficit fiscal

Normalmente, períodos pré-eleitorais são propícios a políticas de estímulo econômico, elevando gastos e, eventualmente, reduzindo impostos. Outra característica, mais sofisticada, é gerar desconexão entre as informações que o público consegue entender e a efetiva condução das políticas públicas, criando a impressão de que os resultados são melhores do que de fato são¹. Em matéria fiscal, regras bem desenhadas limitam esse comportamento, mas não o eliminam. Como efeito colateral, quão mais rígidas forem as regras fiscais, maior será o incentivo a exceções e estratégias contábeis, por vezes criativas.

Em uma visão inicial, certos indicadores fiscais brasileiros poderiam sugerir que este período pré-eleitoral é atipicamente positivo. Sob influência do pacote de majoração de receitas aprovado ao final de 2025, parte importante do mercado projetava, para 2026, um resultado primário similar ou até melhor que o do ano passado. O aumento das cotações de petróleo, após o início dos conflitos no Oriente Médio, reforçou essa leitura favorável, com expectativa de forte elevação das receitas líquidas. Poucas instituições esperavam uma piora nas condições fiscais em 2026; a BRCC era uma delas.

Nossa visão mais negativa partiu da constatação de uma mudança no modus operandi da política fiscal. Tome-se como exemplo a forma como o Banco Central avalia o impulso fiscal, com variações do resultado primário, especialmente do governo central, impactando a demanda agregada. Isso é “canônico”. Mas se emergem iniciativas de estí-

mulo à demanda que contornam o canal primário, as âncoras fiscais perdem relevância, a comunicação com a sociedade fica prejudicada e o impulso à demanda é maior do que o percebido no procedimento usual. É precisamente o que tem ocorrido nos últimos trimestres.

Note-se que essas medidas não são espúrias. Os canais são legais e a informação é pública, mas a sua compilação exige conhecimento específico e boa dose de paciência para consolidar informações. A desconexão entre o procedimento canônico e a realidade aumentou, com a ampliação de uma agenda que passa por políticas de crédito com garantias, iniciativas parafiscais e aumento das despesas orçamentárias financeiras (não primárias).

Com a introdução do Novo Arcabouço Fiscal, o custo reputacional de ampliar as despesas primárias aumentou. Há limites para o seu crescimento real. Algumas modificações foram feitas, excetuando despesas do limite e permitindo um crescimento efetivo superior ao da regra fiscal. Essa é a parte mais visível das mudanças.

Entretanto, nosso maior interesse está em iniciativas mais sutis, com a multiplicação de canais fiscais não-convencionais²: subsídios creditícios, uso de fundos privados e atuação extraorçamentária das estatais. Com pouco impacto primário, mas crescente impulso fiscal à demanda.

Parte dessas medidas ocorre por dentro do Orçamento da União. É comum se dizer que despesas primárias são os gastos do governo exceto o serviço da dívida pública. Uma simplificação

por vezes útil, mas enganosa. Diversas despesas estão no Orçamento financeiro (não primário) da União. Em sua maioria, medidas de crédito facilitado, com avaliações de impacto não triviais, variando de acordo com o desenho de cada política. Tais iniciativas não são abarcadas pelas principais regras fiscais ou pelas métricas usuais de impulso à demanda. São o lado oculto da política fiscal, que só faz crescer.

Em números, esse subgrupo das despesas financeiras passou de 0,6% do PIB no biênio 2022/23 para 1,1% do PIB no biênio 2024/25³. A maior parte do crescimento veio de iniciativas ine-

xistentes ou irrelevantes até 2024, ligadas a programas como o Brasil Soberano, transição climática, investimentos em infraestrutura social, ampliação do Minha Casa Minha Vida e renovação da frota de veículos.

O elevado estímulo financeiro se estende a 2026. Até março, o governo orçava despesas financeiras de 1,5% do PIB para este ano. Nos dois meses seguintes, até maio, o montante já subiu 0,2 p.p. do PIB (R\$ 20,5 bilhões). Se mantida a relação histórica entre o orçado e o executado, os gastos efetivos de 2026 vão, ao menos, repetir o elevado patamar do último biênio. O viés é para estímulo

ainda maiores.

Para além do já orçado em 2026, há novas medidas em discussão, como um crédito de até R\$ 30 bilhões para motoristas de aplicativo e taxistas, além de amplo refinanciamento, em montante igual ou superior, da dívida agropecuária. Note-se, também, que as despesas financeiras de 2025 ainda terão efeitos sobre a demanda agregada em 2026, em função das defasagens naturais de sua transmissão, proporcionando efeitos cumulativos.

Outros estímulos à demanda, inclusive de natureza primária, estão ocorrendo, como o fim do imposto sobre importações de

pequeno valor (a taxa das blusinhas) e o programa Brasil Contra o Crime Organizado (nesse caso, a maior parte do financiamento vem do BNDES). Mais ainda, medidas de subvenção e desoneração têm sido implementadas no segmento de combustíveis, como forma de minimizar os efeitos inflacionários do choque externo em curso. O governo se compromete com a neutralidade fiscal das medidas compensatórias. No limite, enquanto o aumento dos preços de petróleo gerar receita líquida aos cofres da União, esse montante extra poderá ser usado⁴.

Sabemos que contextos extraordinários costumam exigir atuação estatal e que a iminência de eleições agrava o custo político da inação. Não é razoável supor austeridade em período pré-eleitoral, ao menos como o cenário-base. As atuais regras fiscais não comportam medidas primárias tão relevantes. Do contrário é possível, mas o custo reputacional é elevado. Estratégicamente, faz mais sentido buscar canais menos convencionais, com destaque para o aumento das despesas financeiras.

É exatamente o que está acontecendo, mesmo que poucos percebam. Que se ilumine o lado oculto da política fiscal. E que se desfaça a miragem de certa disciplina fiscal, sugerida pelo resultado primário.

1. Ver <https://bit.ly/3RAc26L>
2. Ver <https://bit.ly/4vaMhIB>
3. Ver: <https://bit.ly/4ujAo2t>
4. Ver: <https://bit.ly/4u4htlC>

Matheus Rosa Ribeiro é economista da BRCC (matheus.ribeiro@brccg.com.br)
Livio Ribeiro é sócio da BRCC e pesquisador associado do FGV-IBRE (livio.ribeiro@brccg.com.br)

Opção pela estagnação

Pedro Cavalcanti e Renato Fragelli



Entre 1980 e 2024, a taxa de crescimento da renda per capita brasileira foi de apenas 1,1% ao ano, inferior à observada nos EUA. Em termos relativos, o Brasil empobreceu. Enquanto o país permaneceu semi-estagnado, algumas economias mostraram que é possível convergir gradualmente para o nível de renda das nações mais ricas. As trajetórias variaram conforme circunstâncias históricas e institucionais específicas. Portugal e Espanha — e depois, os países da antiga Cortina de Ferro — cresceram em regime democrático após ingressarem na União Europeia e abrirem suas economias. Coreia do Sul e Chile avançaram impulsionados por reformas econômicas iniciadas sob governos autoritários e posteriormente preservadas por democracias. A China pós-Deng Xiaoping é o grande exemplo contemporâneo de crescimento acelerado liderado por uma ditadura. Apesar dessas dife-

renças, os casos de sucesso compartilham características comuns: economia aberta, educação de qualidade, elevada taxa de investimento e regras favoráveis ao empreendedorismo e à poupança. O Brasil apresenta deficiências graves em todas essas dimensões. Durante décadas, os recorrentes desequilíbrios do balanço de pagamentos, alinhados à uma ideologia torta, levaram à adoção de barreiras alfandegárias destinadas a substituir importações por produção doméstica. O resultado foi a construção de uma das economias mais fechadas do mundo. Tarifas elevadas, restrições quantitativas e outras formas de proteção reduziram a concorrência externa e criaram um ambiente pouco favorável à inovação e aos ganhos de produtividade. Em vez de estimular competitividade, a proteção prolongada frequentemente preservou setores pouco eficientes, aumentou distorções e retardou a incorporação de novas tecnologias. A mesma estratégia que reduzia importações industriais também inibia exportações. Ao encarecer insumos, máquinas e bens intermediários importados, o fechamento comercial diminuía a competitividade da própria indústria nacional. Produtos obsoletos destinados a um mercado interno cativo dificilmente encontravam compradores no exterior. Somente a partir de 1990 o quadro começou a mudar. O passo seguinte foi a adoção do câmbio flutuante em

1999, seguida do acúmulo de reservas internacionais durante o boom das commodities entre 2006 e 2011. Desde então, o país conquistou estabilidade externa, mas avançou pouco em integração comercial. O acordo recente com a União Europeia pode representar mais uma etapa — ainda tímida — desse lento processo de abertura. Na educação houve progresso, mas insuficiente. Universalizou-se o acesso ao ensino básico, porém a qualidade segue muito baixa. Exemplos como o Ceará no ensino fundamental e Pernambuco no ensino médio mostram que é possível melhorar significativamente os resultados, embora a busca por eficiência frequentemente encontre resistência de grupos organizados. No investimento, a distância em relação aos países de crescimento acelerado continua grande. Enquanto nessas economias o investimento costuma situar-se entre 25% e 30% do PIB, no Brasil oscila entre 15% e 20%, com média próxima de 17%. O baixo investimento decorre, em grande medida, do elevado custo de capital associado à reduzida taxa de poupança doméstica, hoje em torno de apenas 15% do PIB. A baixa poupança ajuda a explicar os juros estruturalmente elevados. Atualmente, títulos públicos federais indexados à inflação, com vencimentos entre 10 e 20 anos, oferecem taxas reais próximas de 7,5% ao ano — patamar extraordinariamente alto em termos inter-

nacionais. Parte dessa baixa poupança decorre dos incentivos embutidos em regras generosas de acesso a programas sociais — tema discutido em artigo publicado neste espaço em 27/06/2024. Foram escolhas políticas legítimas, voltadas à expansão do consumo presente, mas com consequências sobre o crescimento futuro.

O Brasil apresenta deficiências graves em todas as dimensões que permitiram a outros países enriquecer

Além do elevado custo de capital, deficiências institucionais comprometem os mecanismos de financiamento do investimento. Em um país com baixa poupança, seria fundamental direcionar os recursos disponíveis para os projetos de maior retorno, algo que depende de um mercado de capitais robusto. No entanto, a CVM encontra-se progressivamente esvaziada, com perda de quadros técnicos e redução de capacidade operacional. Apenas um terço da arrecadação da Taxa de Fiscalização da CVM permanece no órgão; o restante é absorvido pelo caixa do governo. A fragilidade do mercado de capitais contribuiu para que empresas relevantes transferissem a negociação de suas ações para os EUA, como JBS e Natura, enquanto outras preferiram abrir capital di-

retamente no exterior, como Nubank, XP, Stone e PagSeguro. Os fundos de pensão fechados aplicam apenas 9% de seus recursos em ações, destinando cerca de 74% a títulos públicos. Na mesma semana em que o Senado confirmou um nome controverso para presidir a CVM, o BNDES divulgou anúncios celebrando seus resultados — elevado volume de empréstimos, lucro expressivo e expansão de operações. São números essencialmente contábeis, difíceis de interpretar economicamente, pois o custo de captação do banco via FAT e a garantia implícita do Tesouro tornam impossível compará-lo em igualdade de condições com instituições privadas. A exuberância do BNDES e o enfraquecimento da CVM refletem um modelo distorcido de intermediação da já escassa poupança nacional. Ao mesmo tempo, persistem barreiras comerciais elevadas, a baixa qualidade da educação e um excesso de distorções regulatórias e tributárias que reduzem a concorrência, desestimulam a inovação e retardam a adoção de novas tecnologias. O baixo crescimento brasileiro não é uma fatalidade histórica, mas, em larga medida, resultado de escolhas.

Pedro Cavalcanti Ferreira é professor da EPGE-FGV e diretor da FGV Crescimento e Desenvolvimento
Renato Fragelli Cardoso é professor da Escola Brasileira de Economia e Finanças (EPGE-FGV).

Frase do dia

“Até que cheguemos a um acordo sobre todas as questões, não chegamos a um acordo sobre nada”.

Ali Bagheri, vice-presidente do Conselho de Segurança Nacional do Irã, sobre as negociações para encerrar conflito com os EUA

Cartas de Leitores

Ajuda de Trump

A imagem do senador e candidato ao Planalto, Flávio Bolsonaro (PL-RJ), de pé ao lado do presidente americano Donald Trump, que aparece sentado em seu gabinete na Casa Branca, sinaliza um momento delicado para o filho de Jair Bolsonaro. Atolado em suspeitas por sua ligação com o banqueiro Daniel Vercaro — ex-dono do Banco Master, instituição liquidada pelo Banco Central —, o parlamentar foi na terça-feira para os Estados Unidos, parecendo buscar o apoio do presidente americano para tentar reagir nas pesquisas de opinião. Atualmente, Flávio vê a liderança de Lula se consolidar tanto no primeiro quanto no segundo turno.

Essa perda de tração eleitoral decorre, em grande parte, das investigações sobre um pedido de R\$ 134 milhões ao citado banqueiro, recurso que seria supostamente destinado à produção de um filme sobre seu pai. Com o avanço das investigações da Polícia Federal, o caso ganhou as páginas policiais da imprensa, provocando uma queda significativa nas intenções de voto.

O fato de Trump sequer ter se levantado para o registro fotográfico sugere, ainda, um claro distanciamento e a perda de prestígio da família Bolsonaro junto ao líder americano.

Paulo Panossian
paulopanossian@hotmail.com

PT sem culpa

O discurso de Lula para 2026 parece menos preocupado em apresentar resultados concretos e mais empenhado em reforçar uma narrativa emocional de confronto entre ‘pobres explorados’ e ‘elites perversas’. O mais impressionante não é a nova narrativa eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT), mas sua impressionante capacidade de governar há tantos anos sem jamais assumir a autoria dos próprios fracassos.

A culpa continua sempre convenientemente terceirizada: ontem eram as elites, hoje os banqueiros, as big techs e o bolsonarismo. Enquanto isso, promessas recicladas seguem embaladas como novidade para um eleitorado que, entre indignação seletiva e memória curta, continua aceitando ser seduzido pelo velho marketing político.

Izabel Avallone
izabelavallone@gmail.com

Acertos

Duas boas conquistas foram alcançadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, prestes a encerrar o seu terceiro mandato, as quais eu não imaginava que conseguiria: primeiro, a queda do desmatamento no Brasil, inclusive na Amazônia, para o menor nível desde 2019; segundo, o alcance de 0,805 no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o maior da história, ingressando na categoria de países com desenvolvimento humano “muito alto”.

Jorge de Jesus Longato
cestadecompras@hotmail.com

Correspondências para Rua Gerivatiba 207 - 12° e 13° andares - Butantã - São Paulo - SP - CEP 05501-030, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Ele cometeu alguns erros, mas sua decisão de enfrentar Trump foi heroica. Por Martin Wolf

Como Powell se saiu no Fed?

Jay Powell é um homem honrado e inteligente. Ele lidou de forma hábil e imparcial com o lado político de ser presidente de Federal Reserve (Fed, banco central dos EUA) — em particular, nas relações com o Congresso americano. Acima de tudo, ele fez frente aos abusos vingativos de Donald Trump, o homem que o indicou, apenas para depois rotulá-lo de “idiota” pelo crime de fazer seu devido trabalho.

Os bajuladores do presidente no Departamento de Justiça chegaram até a abrir uma absurda investigação penal contra Powell. Ele é, de fato, uma das poucas pessoas a emergir sem máculas da experiência de trabalhar com Trump. O fato de que planeja continuar como membro do conselho do Fed sob o comando de seu sucessor, Kevin Warsh, é encorajador, já que os próximos anos provavelmente serão realmente desafiadores para a estabilidade monetária dos EUA.

Ao contrário de Arthur Burns, presidente do Fed no governo de Richard Nixon, ele optou por fazer frente ao valentão que queria intimidá-lo. Isso é admirável. Infelizmente, ele deparou-se com outros desafios que, possivelmente, não tenham sido tão bem administrados. O mais importante foi a desestabilização causada pela pandemia da covid-19. O Fed, assim como outros bancos centrais, falhou em manter a inflação em 2% ao ano. Alguns argumentam que, dada a escala dessa desestabilização, o que ocorreu foi o menos pior dos resultados. Ainda assim, em março de 2026, o índice de preços de despesas pessoais dos EUA estava 10,4% acima do patamar em que teria estado se o Fed tivesse cumprido sua meta anual de 2% de janeiro de 2020 em diante. Isso foi, corretamente, abominado pelos eleitores.

A partir dessa experiência, é racional as pessoas concluírem que, ao longo do tempo, a meta de 2% será excedida. Isso porque, em resposta a grandes choques, os bancos centrais permitirão que os preços subam permanentemente acima dos níveis previstos pela meta de inflação. E que eles trabalharão com muito mais empenho para evitar que a inflação caia consistentemente abaixo desse patamar.

O Fed também tornou o próprio trabalho mais difícil ao migrar para um novo regime, no qual águas passadas não seriam mais águas passadas. Em agosto de 2020, o Fed



Powell passou pelos incêndios da pandemia e de Trump apenas chamuscado. Por não ser economista, ele recorreu a seus técnicos auxiliares. E acertou em se ater às tarefas centrais do Fed, evitando se envolver na polêmica das políticas sobre o clima

declarou que “busca alcançar uma inflação que tenha uma média de 2% ao longo do tempo”. Portanto, “após períodos em que a inflação esteve persistentemente abaixo de 2%, a política monetária apropriada provavelmente almejará alcançar uma inflação moderadamente acima de 2% por algum tempo”. Além de uma má ideia isso também ocorreu em um péssimo momento, pois foi seguida por um período de inflação muito elevada. Esse episódio também levanta questões sobre a abordagem econômica do Fed. Sempre considerei um erro saltar do monetarismo ingênuo dos anos 1980 para a convicção de que o dinheiro não tem importância nenhuma. A experiência dos anos 2020 mostra que ele ainda importa, como sinalizei em maio de 2020. De fato, foi um caso que serviu para provar isso. Os monetaristas argumentariam que um grande salto em qualquer mensuração importante da base monetária levaria a um salto correspondente no nível de preços. No curto prazo, a razão entre dinheiro e Produto Interno Bruto (PIB) nominal dispararia, mas, à medida que o nível de preços reagisse a isso, o próprio PIB nominal saltaria, retornando a razão entre os dois para quase o mesmo ponto

de partida. Foi quase exatamente o que ocorreu: a razão entre o agregado monetário amplo e o PIB nominal dos EUA saltou no início de 2020, de forma que passou de 70% no último trimestre de 2019 para 91% no segundo trimestre de 2020, e depois caiu para 71% à medida que o nível de preços (e o PIB monetário) disparou. Alguns poderiam argumentar que a aparente precisão da previsão é um falso positivo para o monetarismo. Outros argumentariam que, dada a escala do choque negativo de oferta durante e após a pandemia, uma inflação temporariamente acima da meta e um nível de preços permanentemente mais alto foram um preço pequeno a pagar, ainda mais porque a desinflação não exigiu o salto no desemprego temido por alguns. Além disso, se a política monetária não tivesse sido tão expansionista, a experiência da pandemia e do pós-pandemia teria sido mais traumática. Talvez. Sobre o que não há dúvida, entretanto, é que o Fed e outros bancos centrais não esperavam tal aumento na inflação e que, na minha opinião na época, acabaram apertando a política monetária tarde demais. É sempre difícil debater contrafactuais. Portanto, não se po-

de saber o que teria ocorrido se a política monetária (e fiscal) tivesse sido menos expansionista durante e após a pandemia. No entanto, achar que o dinheiro não tem efeito sobre o comportamento das pessoas, a não ser por meio das taxas de juros de curto prazo, é tolice.

Outro erro foi não insistir em fazer os grandes bancos regionais terem os chamados “planos de resolução” para casos de crise. A quebra do Silicon Valley Bank e o socorro prestado a depositantes que não tinham garantia foram um exemplo cabal de risco moral. A pressão para desregular o setor bancário, em geral, termina mal.

Na minha avaliação, Powell passou pelos incêndios da pandemia e de Trump apenas chamuscado, ainda mais porque, como não é economista, ele precisou recorrer a seus técnicos auxiliares. Ele também, acertadamente, ateu-se às tarefas centrais do Fed e evitou se envolver na polêmica das políticas sobre o clima. Sair-se igualmente bem não será tarefa fácil para Warsh. Ele já sinalizou que a inteligência artificial será desinflacionária. Tendo em vista os enormes investimentos, esse ponto de vista é prematuro. O equilíbrio entre os impactos sobre demanda e oferta é desconhecido.

Igualmente prematura é a opinião de que o balanço patrimonial do Fed precisa ser enxugado. Não há razão premente para fazer isso. Isso, sem dúvida, tenderia a elevar os juros de longo prazo. Fazer isso poderia demonstrar independência em relação a Trump, mas só isso está longe de ser um motivo bom o suficiente.

O desafio imediato será a crise no Estreito de Ormuz. Nesse contexto, juros mais altos poderiam de fato ser necessários. No entanto, uma política monetária padrão seria mais flexível do que efetuar reduções no balanço. Além de tudo isso, Warsh precisa assegurar que a ideologia de livre mercado não leve rapidamente a outra imensa crise financeira. Como Powell sabe, os presidentes do Fed não têm a garantia de que serão populares nem com a população nem com o presidente. Warsh precisa se preparar para tempos difíceis pela frente. *(Tradução de Sabino Ahumada)*

Martin Wolf é o principal comentarista econômico do Financial Times.

Geopolítica Analistas descartam vitória proclamada por Trump e avaliam que o conflito entrou em ponto crítico, no qual nenhum dos lados está disposto a ceder

Guerra no Irã completa três meses em meio a impasse e pressão sobre economia global

Luiza Palermo e Laura Lopes
De São Paulo

Quando anunciou os primeiros ataques ao Irã, em 28 de fevereiro, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou que o conflito duraria poucos dias. Três meses depois, no entanto, a guerra não apenas prossegue como se expandiu pelo Oriente Médio, provocou perturbações na economia global, desencadeou uma crise energética sem precedentes e caminha na direção de um desfecho cada vez mais incerto.

“Os últimos três meses foram apenas o primeiro round de um conflito que EUA e Irã travam há quase meio século”, afirmou ao **Valor** Aaron David Miller, ex-negociador dos EUA para o Oriente Médio que atuou em governos republicanos e democratas. “E não há como o resultado final disso ser uma relação normalizada entre os dois países.”

Desde o primeiro dia, Trump adotou um padrão que se repetiria ao longo de todo o conflito: declarações difusas que oscilavam entre ameaças de destruição total, anúncios de avanços diplomáticos e proclamações de vitória. Em 9 de março, dias após os ataques iniciais terem matado o líder supremo iraniano, o aiatolá Ali Khamenei, o presidente afirmou à emissora CBS que a guerra contra o Irã estava “praticamente concluída.”

Teerã, no entanto, revidou, escalando o conflito para uma dimensão regional. O Irã atacou países vizinhos, incluindo Catar, Kuwait e Emirados Árabes Unidos, enquanto um novo front irrompeu entre Israel e o Hezbollah no Líbano.

Estima-se que o conflito tenha deixado 3.375 mortos no Irã, 2.702 no Líbano, 26 em Israel e 28 nos países do Golfo, além de 13 soldados americanos mortos e milhares de deslocados. Já nas primeiras horas da guerra, um ataque — ainda sob investigação — a uma escola na cidade iraniana de Minab matou cerca de 150 pessoas, a maioria crianças.

A consequência econômica mais devastadora foi o fechamento do Estreito de Ormuz pelo Irã — por onde passavam cerca de 20% do petróleo comercializado no mundo —, seguido por um bloqueio americano a embarcações saindo de portos iranianos. O fornecimento global de energia despencou, os preços do barril dispararam e uma onda de incerteza tomou conta dos mercados financeiros internacionais.

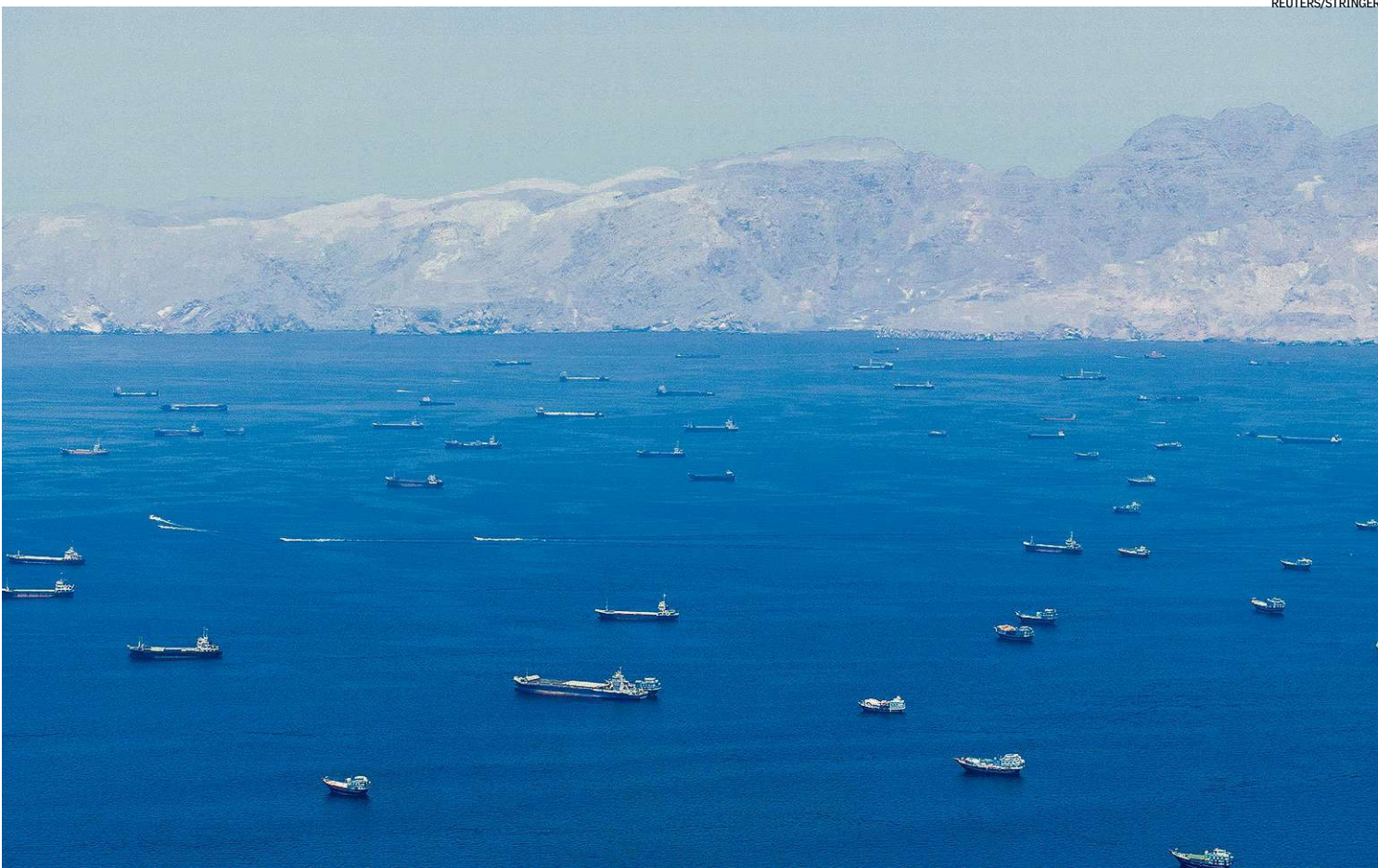
A economia americana sofreu forte pressão, com o preço da gasolina subindo quase 50% e a inflação atingindo 3,8% em abril na comparação com o mesmo período de 2025. Os países da Europa e da Ásia, altamente dependentes do petróleo do Golfo Pérsico, também foram severamente atingidos.

Farzan Sabet, especialista em Irã do Instituto de Graduação de Genebra, na Suíça, afirma que os danos econômicos da guerra são graves, mas distribuídos de forma desigual. “As regiões mais vulneráveis do mundo sofrerão muito mais do que países ricos ou com melhor acesso a petróleo e outros recursos”, afirma.

Sabet destaca também que, apesar de o Irã ter demonstrado força ao fechar o Estreito de Ormuz, o país também sofreu com bloqueios econômicos e congelamento de ativos. “É preciso lembrar que a própria economia iraniana está bloqueada e, embora o sistema iraniano acredite que possa resistir por muito tempo, continua sob enorme pressão.”

Nesse cenário, Mark Cancian, ex-funcionário do Pentágono e consultor sênior do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CSIS), avalia que o conflito se transformou essencialmente em uma guerra de atrito econômico. “A economia iraniana está sofrendo muito, a economia mundial está sofrendo muito”, diz. “Ambos os lados têm um bloqueio do Estreito. Portanto, eu não diria que nenhum deles tem vantagem.”

No início da guerra, muitos apostavam que essa pressão econômica mútua aceleraria um cessar-fogo. Esse cenário, porém, não se confirmou. O conflito já custou US\$ 29 bilhões aos EUA, informou o Pentágono em abril — uma estimativa que analistas consideram muito subestimadas.



Navios aguardam desbloqueio do Estreito de Ormuz: analistas veem riscos de que morte de Ali Khamenei abra caminho para um regime militar ainda mais fechado

“Não haverá acordo com o Irã exceto rendição incondicional”
Trump, 6 de março

“Irã está totalmente derrotado e quer um acordo”
Trump, 13 de março

“Claro que eles [regime iraniano] estão negociando, foram obliterados”
Trump, 26 de março

“Não temos pressa para um acordo. O tempo está ao nosso lado”
Trump, 24 de maio

trago, acredito, é muito grande.”

“Ambos os lados estão sofrendo e ambos estão sinalizando ao outro que conseguem aguentar por mais tempo”, completa.

Em março, com vários líderes iranianos mortos nos ataques, o país nomeou Mojtaba Khamenei, filho do líder supremo assassinado, como seu sucessor. Nas semanas seguintes, Trump intensificou suas declarações de que Teerã estava “totalmente derrotada” e o regime, “obliterado”.

“Eles estão implorando para fazermos um acordo”, afirmou o presidente em uma publicação na Truth Social, em 26 de março.

Para Miller, porém, a morte de Khamenei eliminou uma figura que equilibrava as facções internas rivais, tornando a tomada de decisões mais descentralizada — mas não necessariamente mais fraca.

“O que vai emergir é um regime militar no Irã. Os clérigos farão parte dele, mas a Guarda Revolucionária Islâmica vai continuar controlando o dinheiro, as armas, a informação e o petróleo — e você precisa dessas quatro coisas para governar esse país”, afirma. “Você terá uma ditadura militar repressiva e brutal.”

Antes mesmo do início do conflito, analistas afirmam que o regime iraniano havia se preparado para um cenário em que a liderança fosse eliminada ou incapacitada. “Conseguiram continuar as operações e a resistência, mesmo tendo perdido muitos de seus altos funcionários”, diz Cancian. “Os iranianos são capazes de continuar a resistência apesar das perturbações em sua governança.”

Essas posturas refletem diretamente o momento atual das negociações, descrito por especialistas como um “equilíbrio instável”, uma situação em que os dois lados se contrapõem, mas em que a própria dinâmica é frágil e insustentável no longo prazo, já que ambos esperam que o outro ceda primeiro.

“Acho que tanto Trump quanto os iranianos basicamente acreditam que o tempo está do lado deles”, afirma Miller.

Os principais impasses concentram-se nas condições para a reabertura do Estreito de Ormuz, no alívio das sanções iranianas, nas garantias mútuas de segurança e, sobretudo, no programa nuclear de Teerã. Em abril, uma primeira rodada de negociações presenciais em Islamabad, no Paquistão, fracassou justamente por não conseguir avançar nessas questões.

Trump já afirmou diversas vezes que não fechará nenhum acordo sem que o Irã encerre seu programa nuclear e entregue seu estoque de urânio enriquecido — estimado pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) em 408 quilos a 60% de enriquecimento. Teerã, por sua vez, defende o direito de enriquecer urânio para fins pacíficos.

Para Sabet, é muito difícil resolver a questão nuclear nesta janela atual de negociações. Ele afirma que parte do problema é a “enorme desconfiança” do lado iraniano em relação

aos EUA e a Israel. “Eles [iranianos] acreditam que, mesmo oferecendo um bom acordo, Washington pode não cumprir sua parte”, enfatiza.

“Mesmo que a questão nuclear seja resolvida, Israel continuará preocupado com os mísseis iranianos e os grupos aliados, como Hezbollah e Houthis. Ou seja: mesmo após um acordo nuclear, Israel ainda poderia atacar o Irã por outros motivos”, completa.

Outro fator complicador é a parcela mais radical da base do regime islâmico, que considera o programa nuclear um pilar essencial da soberania e da força nacional iraniana, diz Sabet. Desse modo, se Teerã resolvesse abandonar o programa sem obter ganhos significativos, o custo político interno seria enorme, avalia o analista. “Acho improvável que isso [acordo] amadureça para um acordo substantivo e bem implementado”.

Miller avalia que mesmo que um entendimento seja alcançado, o problema nuclear iraniano jamais será completamente eliminado enquanto o regime atual estiver no poder. “Sempre haverá uma preocupação com a questão do status nuclear latente: ou seja, o Irã possui todos os ingredientes, mas simplesmente ainda não tomou a decisão de criar uma arma”, completa.

Com isso, Cancian avalia que um caminho possível seria o urânio enriquecido em poder do Irã ser enviado a um terceiro país, como a Rússia, retirando-o do território iraniano sem entregá-lo aos americanos. “Ambos os lados concordam em discutir sobre o direito do Irã de enriquecer no futuro — e isso é algo que poderia ficar para o futuro.”

“Da mesma forma, no que diz respeito ao Estreito, há um arranjo similar: ambos os lados levantam seu bloqueio, os EUA defendem a liberdade de navegação, o Irã diz que acredita ter direitos soberanos, e simplesmente deixam assim”, diz Cancian. “Parecia que estavam caminhando nessa direção — e então recuaram.”

Nesse cenário, mesmo com as conversas em andamento, analistas avaliam que o fim das hostilidades ainda está distante — o que aumenta a preocupação dos mercados com a possibilidade de agravamento do cenário para a economia global.

“Tudo depende da rapidez da reabertura do tráfego no Estreito de Ormuz e da possibilidade de nova rodada de combates antes disso”, diz Sabet. “Se o conflito continuar por mais um ou dois meses, o impacto econômico poderá ser muito pior. Se houver acordo rapidamente e o tráfego for retomado, parte dos danos poderá ser mitigada.”

Enquanto isso, a perspectiva de um desfecho próximo se afasta cada vez mais, diante de impasses complexos nas negociações e do alto custo que tanto Teerã quanto Washington parecem dispostos a assumir para sustentar o conflito.

“Esta é mais uma etapa numa disputa que já dura 47 anos”, resume Miller. “E ela não será conclusiva.”

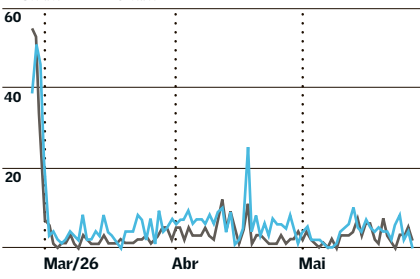
Cenário
Com guerra, produto químico nacional recupera mercado
B5

Guerra no Oriente Médio

Custos humanitários e econômicos nos 3 meses de conflito

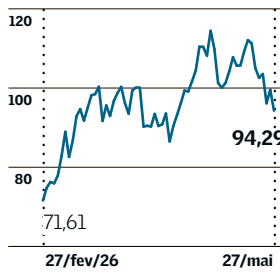
Tráfego em Ormuz ao longo da guerra

Número de navios comerciais por dia



Petróleo Brent

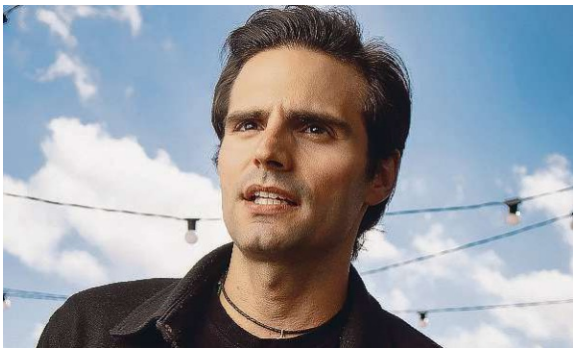
Cotação - em US\$/barril



Indicadores	Antes da guerra	Pós-guerra
Inflação mundial anual 2026 (FMI)*	3,8%	4,4% (cenário base)
PIB mundial em 2026 (FMI)*	3,30%	3,1% (cenário base)
Gasolina nos EUA	US\$ 2,90 por galão	US\$ 4,50 por galão
Baixas em 3 meses	Mortos	Feridos
Irã	3.468	26.500
Líbano	3.042	9.301
Militares americanos	13	381
Israel	26	7.791

Fontes: Bloomberg, FMI, AAA Gas Prices, Ministério da Saúde do Irã, do Líbano e de Israel e Forças Armadas dos EUA, Dow Jones Newswires, Elab.: Valor Data. *Projeções.

Entretenimento
Plataforma Ingresse vai oferecer serviço de revenda de ingressos, conta Bruno Sapienza **B3**



Petroquímica
Com guerra, produto nacional recupera fatia no mercado brasileiro **B5**

Tecnologia
Inteligência artificial dá sentido à possível fusão de SpaceX e Tesla **B6**

Agronegócio
Câmara aprova projeto de lei com benefício de R\$ 10 bi para fertilizantes **B7**

Valor B
Quinta-feira, 28 de maio de 2026

Empresas

Saneamento Segundo fontes, propostas de sócios estratégicos não atingiram preço mínimo esperado Copasa tenta nova oferta de privatização após frustração

Tais Hirata e Fernanda Guimarães
De São Paulo

Nesta quarta-feira (27), o mercado de saneamento acordou cedo sob a expectativa de receber o anúncio do novo sócio de referência da Copasa (Companhia de Saneamento de Minas Gerais), conforme previsto no cronograma da privatização da estatal. Em vez disso, o que veio foi um comunicado do governo mineiro informando que a oferta de ações seria interrompida, teria suas regras alteradas e passaria a seguir um novo calendário. A decisão pegou os investidores de surpresa e gerou uma onda de dúvidas e críticas no setor.

O motivo da interrupção do processo, segundo apurou o **Valor**, é que nenhuma das duas propostas recebidas atingiu o preço mínimo estabelecido pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-MG). Na segunda-feira (25), dois grupos haviam apresentado ofertas pela vaga de acionista de referência da Copasa: a Equatorial Energia e um consórcio formado pelos sócios da Aegea, Itaúsa, GIC e Equipav.

O preço mínimo da ação no processo de privatização não foi divulgado, porque em um processo do tipo a intenção é buscar o maior valor possível.

A abertura dos envelopes aconteceu no início da manhã de ontem, mas os valores tampouco foram revelados. Fontes, que falaram sob condição de anonimato, disseram que os preços oferecidos pelos investidores teriam ficado próximos, tanto em relação ao mínimo quanto entre si.

Com isso, a ideia em debate, de acordo com as fontes, é lançar um novo prospecto, desta vez revelando o preço mínimo, e dar um prazo de cinco dias para a reapresentação das propostas pelos investidores de referência.

Em meio às incertezas ao longo do dia de ontem, houve ainda questionamentos sobre a vontade política em torno do processo, visto que o mesmo foi desenhado sob a batuta de Romeu Zema, que deixou o governo mineiro para se tornar pré-candidato à Presidência da República pelo partido Novo.

A ideia de uma nova rodada de apresentação das propostas dos sócios de referência ainda não foi formalizada, e a mudança gera muitas dúvidas no mercado.

Pessoas que acompanham o processo se dizem perplexas com a falta de transparência e a confusão em torno do processo. Fontes não descartam a possibilidade de judicialização.

Essa incerteza se refletiu nas ações da Copasa, que encerraram o pregão de quarta (27) com valor de R\$ 50,75, queda de 4,71% em relação ao dia anterior.

Uma das principais críticas é que o prospecto da oferta de ações, publicado na semana passada, não previa a possibilidade de alteração das normas caso o preço mínimo não fosse atingido pelos candidatos a acionista estratégico. O documento inclusive trazia outro rito, com a previsão de se realizar a privatização sem a figura de um sócio de referência, com pulverização completa no mercado, por meio de oferta subsequente de ações (“follow-on”).

O prospecto determinava que a oferta seria cancelada “caso, na data de conclusão do procedimento de ‘bookbuilding’, não seja verificada a condição do preço mínimo”. Ou seja, a oferta seria

cancelada após a etapa de alocação das ações para todo o mercado, e não no meio do processo.

A privatização da Copasa foi desenhada em duas etapas. Na primeira, seria feita a venda de 30% aos sócios de referência. Na segunda, outros 15% seriam oferecidos ao restante do mercado, e o Estado ficaria com 5% — hoje o total é de 50,03%. Porém, a oferta indicava que, caso não houvesse ofertas válidas de acionistas de referência, os 45% seriam pulverizados. Além disso, nessa hipótese, o governo poderia vender totalmente sua fatia, e a oferta poderia chegar a 50% das ações.

Segundo fontes próximas às empresas candidatas, ainda não há clareza de como seria uma

eventual nova apresentação de proposta. Além disso, uma fonte cobra a publicação dos preços apresentados pelos dois grupos, já que os envelopes foram abertos na quarta-feira (27).

A decisão de alterar a regra da oferta partiu do próprio governo mineiro. Fontes disseram que o governador de Minas Gerais, Mateus Simões de Almeida, teria se

Mudança de regra no meio da oferta surpreende e gera desconfiança de investidores

reunido com a cúpula da Copasa para tratar do assunto ontem.

A reviravolta gerou desconfiança em atores envolvidos no processo. Um deles afirmou ser estranho que os dois envelopes de preço sejam abertos e, na sequência, decidam mudar as regras. No caso da privatização via bolsa, a abertura das propostas não é feita em sessão pública, com transparência do processo, e nem sequer os investidores acompanham o momento.

No fato relevante publicado pela Copasa na manhã de quarta, a empresa comunicou que o motivo das mudanças no prospecto seriam “fatores supervenientes”, sem especificar quais seriam eles. Fontes criticaram a falta de clareza no

anúncio, principalmente se a decisão se deu pelas propostas não terem atingido o preço mínimo.

O TCE-MG também cobrou explicações da Copasa, que deverão ser prestadas até esta quinta-feira (28). O tribunal pediu que a empresa explique qual é “a natureza, o conteúdo e a origem dos fatores supervenientes apontados” pela companhia como o motivo da alteração do prospecto. O órgão solicitou também “as condições da oferta que serão objeto de alteração”, a “eventual manifestação do Comitê de Coordenação e Governança de Estatais acerca das alterações propostas” e o novo cronograma da oferta.

Procurado, o governo de Minas Gerais disse, em nota, que

“comunicou à Copasa que determinadas condições da oferta pública de distribuição de ações serão alteradas” e que as mudanças “serão submetidas à deliberação do Comitê de Coordenação e Governança de Estatais e um novo cronograma atualizado da oferta será oportunamente reapresentado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM)”. “O Estado reitera o seu compromisso inabalável com o projeto de transformação da Copasa”, disse a gestão.

A Copasa afirmou, também em nota, que “o cronograma e as condições da oferta (...) passarão por modificações” e que “tais medidas decorrem de instruções expressas e formais do acionista controlador, o Estado de Minas Gerais”.



BLACK



UM PLANO EXCLUSIVO COM 8 OPÇÕES DE STREAMING

Só no TIM Black você tem muita internet, uma opção de streaming incluída no plano e a possibilidade de trocar de assinatura todo mês. Você ainda viaja conectado e tem experiências exclusivas com o TIM Mais, o programa de vantagens da TIM.









Plano de referência: TIM Black Premium (60GB). Clientes do plano podem escolher entre as opções de streaming: Amazon Prime, Deezer Premium, Disney+ Padrão com anúncios, Globoplay padrão com anúncios, HBO Max Básico com anúncios, Netflix padrão com anúncio, Paramount+ ou YouTube Premium. Para mais informações, consulte o regulamento completo em tim.com.br. Inclui Termos & Condições. © 2026 WarnerMedia Direct Latin America, LLC. Todos os direitos reservados. HBO Max e elementos relacionados são propriedade da Home Box Office, Inc. Benefícios válidos para o titular da conta. Verifique países elegíveis no regulamento da oferta. Vigência do plano: 1º/2/2027. Para mais informações, acesse tim.com.br.

‘CBN Professional’ e ‘Trabalho S/A’ estreiam segunda (1)

Nova temporada

Da redação
De São Paulo

Na próxima segunda-feira, começa a décima primeira temporada do podcast “CBN Professional”, uma parceria do jornal **Valor** com a rádio CBN. Esta é a quinta temporada realizada em conjunto com o jornal. Desde o início da parceria, em 2021, já passaram pelo podcast 140 CEOs responsáveis

pela gestão de algumas das mais importantes empresas do país, de diferentes setores. Também começa nesta segunda-feira “Trabalho SA”, um quadro para falar de carreira e dilemas profissionais, apresentado por Stela Campos, editora de Carreira do **Valor**, no jornal da CBN. Ela vai responder às dúvidas e perguntas mais frequentes sobre esses temas. As inserções acontecerão todas as segundas e quartas-feiras, às 8h25. Os episódios da nova tempora-

da do podcast “CBN Professional” estarão disponíveis sempre às segundas-feiras a partir das 8 da manhã no site da CBN, nos principais canais de streaming como Spotify e Apple Podcasts e nos canais do YouTube do **Valor** e da rádio CBN. Na décima primeira temporada, o podcast terá como tema principal as decisões que mudaram o rumo de um negócio, de pensar a carreira e de viver das lideranças. Cada um dos 20 executivos e executivas contará como essas decisões

acabaram moldando sua forma de liderar e de fazer gestão. Em tempos de alta complexidade na condução dos negócios, diante dos desafios tecnológicos e geopolíticos, os entrevistados vão contar como lidam com as incertezas e inovações do mercado. Também vão falar sobre conselhos que gostariam de ter ouvido no início de suas carreiras, os livros que moldaram sua formação e aqueles que estão atualmente em suas cabeceiras. Há ainda um espaço reserva-

do para os gestores contarem como cuidam do seu bem-estar físico e mental, compartilhando hobbies, filmes e séries que estão assistindo. A apresentação do podcast é feita por Stela Campos, editora de Carreira do **Valor**, e Thiago Barbosa, gerente de produtos digitais da CBN. O objetivo do “CBN Professional” é trazer insights sobre carreira, gestão e liderança, mas também mostrar o lado humano dos CEOs e presidentes de empresas. O

podcast busca revelar quem é a pessoa que está no comando, qual é a sua história, como isso influencia sua maneira de decidir e de liderar e qual foi sua trajetória até alcançar o sucesso profissional. Pelo podcast “CBN Professional”, já passaram gestores e gestoras de companhias como Ford, Ambev, Dell, LVMH Beauty, Gol, Nomad, BP, L’Oréal, Gerdau, Siemens, IBM, Heineken, Microsoft, Bayer, Uber, Diageo, Philips, Danone, Accor, Vivo, Pfizer, Amazon, Natura, Alpargatas, GM, entre outras.

Pesquisa Cerca de 80% dos executivos C-level não enxergam suas lideranças como impulsionadoras de uma alta performance sustentável

Líderes medianos são entrave para fazer a estratégia virar ação

Stela Campos
De São Paulo

Tirar a estratégia do papel e transformá-la em ações nunca foi uma tarefa simples. Neste momento em que inúmeros fatores pressionam os negócios, como a inteligência artificial, a busca por produtividade, as mudanças geopolíticas e a rapidez exigida na tomada de decisões, esse desafio aumentou. O que chama atenção no alto escalão das empresas brasileiras é que 8 em cada 10 ocupantes do C-level acreditam que suas lideranças não são capazes de impulsionar a performance de suas empresas, uma das principais barreiras à execução da estratégia. Isso porque consideram que a maior parte dos cargos de comando é ocupada por líderes medianos, incapazes de engajar pessoas e que obtêm resultados apenas satisfatórios. “Essa performance mediana das lideranças pode impactar de forma muito forte a retenção de talentos, o engajamento dos times e, consequentemente, o alcance de resultados e a capacidade de inovação”, afirma Nádia Rabechi, diretora-executiva da Amcham Brasil. Esses dados estão na pesquisa Panorama Liderança 2026, realizada pela Amcham e pela consultoria Humanizadas antecipada ao **Valor**. O estudo ouviu 662 executivos, sendo que 73% ocupam cargos de decisão; 84% representam empresas de médio e grande porte, com faturamento anual estimado em R\$ 814 bilhões, de diversos setores da economia, a maioria das regiões Sul e Sudeste. Na pesquisa, 67% dos entrevistados citam o baixo engajamen-

to e 55%, a perda silenciosa de talentos como os principais custos invisíveis de uma liderança considerada fraca. Quando perguntados sobre o quanto suas lideranças contribuem para a alta performance da empresa, 48% dizem que elas entregam resultados medianos no curto prazo e 43%, no longo prazo. Para 31%, elas travam os resultados no longo prazo e 37%, no longo prazo. Para Pedro Paro, CEO da Humanizadas, o fato de quase 80% dos pesquisados terem a mesma percepção — de que suas lideranças colocam a estratégia em risco por não atingirem alta performance — demonstra que esta é uma questão coletiva, não individual. “É um problema de cultura organizacional e demanda uma reflexão sobre gestão de pessoas e também sobre como apoiar essas lideranças”, diz.

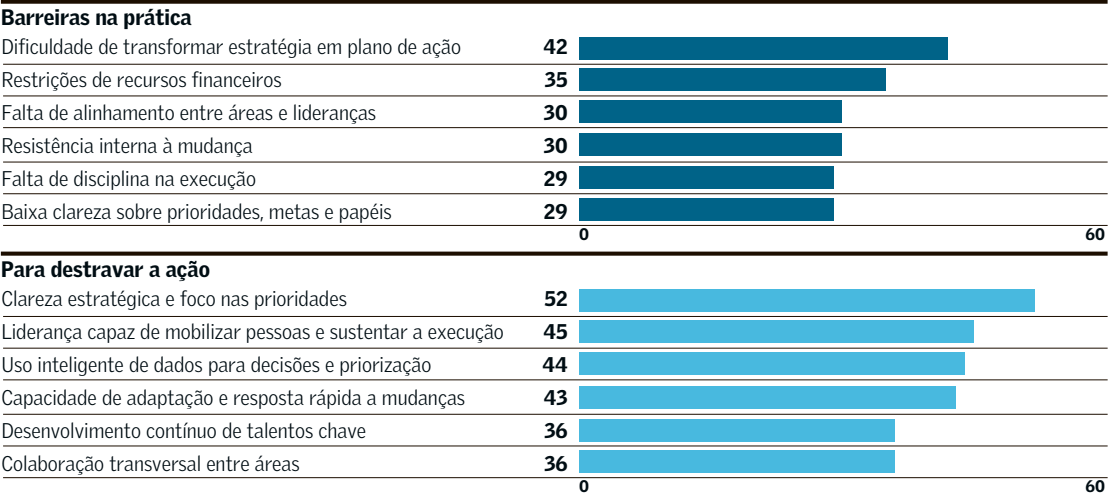
"Traduzir a estratégia talvez seja uma das competências mais importantes para os executivos seniores"
Pedro Paro

O que trava a execução da estratégia e coloca em xeque a atuação dos líderes são, segundo a pesquisa, principalmente, as habilidades “soft”. “A capacidade de

mobilizar as pessoas é um dos fatores-chave para as empresas que têm uma boa capacidade de execução. Existem mais gargalos humanos do que técnicos”, diz Rabechi. “Os pesquisados querem mais clareza da liderança, alinhamento, disciplina, comunicação e capacidade de priorização.” A pesquisa aponta ainda como as diferentes gerações percebem as falhas na execução da estratégia. Para 64% dos pesquisados entre 25 e 34 anos, a baixa clareza sobre prioridades é a principal barreira, enquanto apenas 12% dos participantes acima de 65 anos pensam o mesmo. Para 43% dos mais seniores, as restrições financeiras são o maior obstáculo, enquanto entre os mais jovens esse percentual cai para 27%. Vale lembrar, segundo os pesquisadores, que 91% dos entrevistados têm mais de 35 anos de idade, sendo que 34,9% estão na faixa dos 45 aos 54 anos. Outro ponto do levantamento buscou saber como o C-level define o estilo de liderança atual e qual seria o estilo ideal. Em relação ao atual, as diferentes gerações convergem em competências, como orientação para resultados, abertura para feedback, colaboração, melhoria de processos e aprendizado com erros. Em relação à visão estratégica, apenas 19% dos mais jovens acreditam que ela seja um atributo da liderança atual, contra 38% dos entrevistados de 35 a 44 anos. “As novas gerações redefinem o que se espera de um líder. Elas parecem ter uma régua muito mais alta”, observa Rabechi. Entre os principais gaps de competências entre a liderança atual e a desejada pelos mais jovens estão a co-

Panorama estratégico

Pesquisa com 662 executivos brasileiros mostra o que dificulta a execução da estratégia



Fonte: Panorama Liderança 2026 da Amcham & Humanizadas. 662 executivos



DIVULGAÇÃO

"A capacidade de mobilizar as pessoas é um dos fatores-chave para as empresas que têm boa capacidade de execução"
Nádia Rabechi

municação assertiva, citada por 64,5% dos entrevistados de 24 a 34 anos, e a tomada de decisão baseada em dados (41,9%). “As lideranças precisam usar mais dados para iluminar pontos cegos e ajudar a reduzir vieses na tomada de decisões. Porém, eu entendo que um ponto cego das lideranças mais jovens, com menos experiência, é acreditar que seja dados ou intuição. Existe o soft e o hard, e a intuição também faz parte do dia a dia. A estratégia talvez seja mais arte do que ciência, então este é um ponto de atenção.”

A capacidade de traduzir a estratégia talvez seja uma das competências mais importantes para os executivos seniores, segundo Paro. “Eles têm mais visibilidade e compreensão do sistema e do que está acontecendo. As novas gerações querem saber o que estão fazendo, por que é importante e qual o propósito”, observa. Um dos temas mais desafiadores para as lideranças hoje, o uso da inteligência artificial ainda é visto por 68% dos entrevistados como uma forma de traduzir grandes volumes de dados em insights acionáveis; apenas 27% avaliam os impactos das decisões nos diferentes públicos e só 21% a usam para identificar fatores que afetam o engajamento e o clima na organização. “Eu vejo uma oportunidade de usar a IA no desenvolvimento de melhores gestores. Existe uma alavanca que é a chave para as grandes empresas entenderem como usar a IA para endereçar esse desafio.” Quando respondem sobre as prioridades estratégicas de suas empresas para 2026, a pesquisa mostra que 56% citam eficiência operacional; 41%, crescimento e expansão comercial; 25%, relacionamento com clientes; 15%, inovação e novos negócios; 10%, tecnologia, IA e dados; 10%, governança e sustentabilidade; e apenas 5% citam o desenvolvimento de pessoas e lideranças. “Tudo está muito ligado à eficiência e ao resultado de curtíssimo prazo”, ressalta Rabechi. “Com o excesso de informações, priorizar e realmente organizar o tempo, designar equipes ou projetos, vai fazer bastante diferença.”

O verdadeiro impacto dos algoritmos

Rumo certo



Claudio Garcia

Entre as inúmeras publicações sobre inteligência artificial (IA), uma linha de argumentação recorrente sustenta que certas características imutáveis da humanidade — como empatia ou criatividade — ‘jamais’ serão substituídas. Embora reconfortante, essa visão é cientificamente ingênua, simplista e pouco ajuda a lidar com uma tecnologia que, como é comum em invenções humanas, pode trazer tanto benefícios quanto danos severos. O “futuro do trabalho” não será sobre o que a IA substitui e o que nunca substituirá, mas sobre como nos transformamos na presença dela. Tentar uma separação estática e linear entre tarefas puramente humanas e de máquinas é um equívoco que ignora nossa natureza plástica e adaptável — que “reconfigura” capacidades cognitivas e emocionais em contextos distintos — e nos impede de enxergar a dinâmica real da mudança.

Em vez de focar no que a IA “é” isoladamente, deveríamos perguntar o que a interação entre humanos e algoritmos “gera”. A lógica é de coevolução, em que o comportamento do algoritmo altera o do humano e vice-versa — exponencializado pela natureza interativa da IA. É dessa interação que emergem novos padrões, e onde os insights sobre o futuro residem. As mídias sociais servem como alerta: por anos, seduzidos pelos vários benefícios da conectividade, seguimos o fluxo de arquiteturas desenhadas para moldar reações e capturar atenção. Por não termos monitorado essa adaptação de forma consciente, colhemos impactos negativos, como polarização extrema, aumento da depressão entre jovens, piora no desempenho escolar e até redução na natalidade — como sugerem pesquisas recentes. Um bom exemplo relacionado à IA é a promessa de ampliação da capacidade cognitiva. Estudos mostram que, quando experts utilizam adequadamente

IA generativa, obtêm resultados além dos que conseguiriam sozinhos ou dos que a IA conseguiria sem o expert. Entretanto, os mesmos ganhos podem vir acompanhados de riscos emergentes. Por exemplo, a rendição cognitiva — identificada por pesquisadores da Wharton Business School —, em que pessoas, ao tomarem decisões com a ajuda da IA, param de verificar informações e adotam automaticamente as respostas ou os julgamentos fornecidos. Mais relevantes, porém, são as implicações para a gestão. Nesse caso, não apenas atrair e reter talentos, mas também preservar a capacidade cognitiva, torna-se um diferencial competitivo central, o que exigiria a introdução de fricções cognitivas deliberadas, garantindo que não estejamos terceirizando capacidades essenciais. Outras dezenas de exemplos mostram fenômenos emergentes com implicações amplas, como antropomorfização (atribuir

características humanas à IA), difusão de responsabilidade (atribuir responsabilidades morais e operacionais a algoritmos) ou ainda a ampliação da síndrome do impostor (em que, mesmo com contribuições próprias, pessoas atribuem 100% das conquistas às máquinas, reduzindo a autoestima). Considerando uma tecnologia que, diariamente, introduz novas possibilidades e novas vulnerabilidades com efeitos relevantes para negócios, especular sobre o futuro do trabalho não passa de uma distração sem consequências práticas. Prosperar — e, em muitos casos, sobreviver — depende menos de previsões abstratas e mais de modelos de gestão e liderança capazes de perceber, compreender e evoluir à medida que essa nova realidade emerge e nos “reconfigura” como indivíduos.

Claudio Garcia ensina gestão global e estratégia na Universidade de Nova York

Vaivém

Stela Campos

Amgen

Daniel Villegas é o novo gerente-geral no Brasil da biofarmacêutica Amgen. Antes, ele ocupou o mesmo cargo na unidade de Taiwan. Também atuou no Reino Unido e na Alemanha.

Decolar

Isabella Barreto é a nova diretora de ecossistema & partnerships na Decolar. A executiva trabalhou por mais de seis anos na Vtex, onde foi head da área de marketing.

Axa

Juliana Amaral assumiu como diretora jurídica e de ESG da seguradora Axa no Brasil. **E-mail:** vaivem@valor.com.br

valor.com.br

Acompanhe a movimentação de executivos também no site www.valor.com.br/carreira

Entretenimento Empresa é a primeira do setor a oferecer essa possibilidade em sua plataforma

Ingresse terá serviço de revenda de ingressos

Cristian Favaro
De São Paulo

A Ingresse lançou uma nova funcionalidade que vai permitir a revenda de ingressos dentro da plataforma, tornando-se a primeira tiqueteira a oferecer essa possibilidade no Brasil. O modelo de mercado secundário de ingressos já é forte em outros países, como nos Estados Unidos, e movimenta bilhões. No Brasil, a revenda de ingressos por si só não é crime e acontece informalmente na internet, mas preços abusivos são enquadrados como ilegais perante o Código de Defesa do Consumidor. Apesar de ser considerada uma área cinzenta, já há empresas operando esse mercado hoje no país.

Na Ingresse, a possibilidade de revenda vai depender do aval dos produtores, que vão determinar os limites de variação de preço. O grupo já negocia com os organizadores a abertura para a revenda em eventos como o Primavera Sound, festival a ser realizado em dezembro na capital paulista, assim como na nova turnê da Anitta.

O passo da empresa no segmen-

to mira um negócio bilionário. O maior M&A (sigla em inglês para fusões e aquisições) no setor de tiqueteiras nos últimos anos saiu justamente de empresas que operam no mercado secundário. Em 2019, a Viagogo e a StubHub anunciaram uma fusão de US\$ 4 bilhões. O negócio enfrentou um forte escrutínio regulatório e parte dos ativos da StubHub precisou ser vendida para conseguir a aprovação, em meados de 2021.

Ao **Valor**, Bruno Sapienza, diretor de marketing e receitas da Ingresse, disse que a atualização chega como forma de atender a uma demanda dos consumidores, uma vez que os ingressos hoje já são comercializados de forma on-line, mas sem segurança e com muitos registros de golpe.

Levantamento da consultoria de cibersegurança Redbelt identificou 778 domínios falsos criados para simular plataformas de venda de ingressos no país entre novembro de 2025 e fevereiro de 2026.

Segundo o executivo, a regulamentação do mercado secundário internamente seria uma forma de combater a atividade de cambistas,



Bruno Sapienza, diretor da Ingresse, afirma que nova ferramenta vai ajudar a combater a atividade dos cambistas, a ilegalidade e os preços excessivos

hoje um dos principais motivos pelo qual as plataformas são criticadas por consumidores e políticos.

A funcionalidade seria benéfica também aos produtores, disse Sapienza, ao garantir que os ingressos voltem ao mercado caso o comprador inicial desista, aumentando a ocupação real dos eventos, o consumo de alimentos e bebidas e reduzindo cadeiras vazias mesmo em eventos esgotados.

“A reação de todos ao escutar ‘mercado secundário’ é cambismo, ilegalidade e preço excessivo. Mas é exatamente o oposto. Queremos combater isso”, disse. A plataforma já tem ferramentas que buscam combater a atividade de cambistas,

15%
é a taxa de revenda
que será cobrada

como limite de compra por CPF.

David Ruiz, diretor de tecnologia da Ingresse, disse que a funcionalidade começou a ser testada em alguns eventos de forma piloto desde abril. “Quase 40% dos ingressos disponíveis para revenda foram comercializados na primeira hora”, disse.

Ruiz disse que a função foi desenhada pensando na forma como os usuários comercializam hoje os ingressos. A primeira forma de vender é uma comunicação entre usuários por meio de links. Ou seja, o usuário que quer vender seu ingresso cria um link para ser compartilhado em rede social. O pagamento é feito à Ingresse, que libera o recurso após a realização do evento — forma de evitar golpes com cancelamento do pagamento do cartão (por meio do “chargeback”) ou reversão do Pix.

A segunda forma de o usuário vender ingresso é via marketplace, na página do evento. Esta área, en-

tretanto, só vai ficar ativa após o esgotamento dos ingressos primários.

A Ingresse vai ser remunerada por meio de uma taxa, que vai rondar os 15% no total, dividida entre o comprador e o vendedor.

A relação entre as tiqueteiras e os consumidores tem sido turbulenta. No Brasil, há fortes críticas de políticos e consumidores diante do esgotamento acelerado de bilhetes, assim como críticas às taxas cobradas pelas plataformas.

Já no lado do mercado secundário, no ano passado, a Ticketmaster decidiu ressarcir clientes por causa da polêmica envolvendo ingressos superfaturados nos EUA para o show da cantora Olivia Dean — a própria cantora criticou a tiqueteira. O problema se deu por causa de preços elevados na revenda. A plataforma alega que fornece aos artistas total controle sobre o preço, sobre como ingressos são liberados e se haverá limites de revenda no seu site. A Ticketmaster não tem a

modalidade de revenda no Brasil.

No Brasil, a revenda não é proibida, mas é considerada prática abusiva perante o Código de Defesa do Consumidor ante preços elevados. Há ainda um projeto no Congresso, o PL 3115/23, conhecido como Lei Taylor Swift, que tenta ampliar punições aos cambistas.

“Na Ingresse, o próprio usuário determina o valor a ser vendido, embora a plataforma indique um preço sugerido”, disse Sapienza, destacando que os ingressos vão ter limites de preço para evitar valores abusivos.

Gabriel de Britto Silva, advogado especializado em direito do consumidor, disse que o mercado secundário em si não é uma prática abusiva. “Para ser uma prática abusiva, tem de ter uma desvantagem manifestamente exagerada em face do consumidor. Isso é subjetivo. Não há uma regulação nisso. A partir de quantas vezes [de ágio] isso colocaria o consumidor em uma desvantagem excessiva?”, explicou.

PIMENTA Gonzalez
Moreira
Paiva
Figueiredo

Um novo escritório,
com história.

Rua Iguatemi, 151, 281, Itaim Bibi, São Paulo | Tel + 55 11 3195-1030
Av. Ataulfo de Paiva, 1235, 9º Andar, Leblon, Rio de Janeiro | Tel + 55 21 31950-5510
escritorio@pimenta.com.br | pimenta.com.br | in pimenta-adv

Cenário Pela primeira vez, companhias desse porte lideram procura por selo concedido pelo Sistema B

Aumenta o número de médias empresas em busca de certificação por práticas ESG



Suzana Liskauskas
Para o Valor, do Rio de Janeiro

Nos últimos três anos, empresas de médio porte vêm concentrando a maioria das certificações concedidas pelo Sistema B no Brasil. Entre 2023 e 2025, 60 companhias desse segmento foram reconhecidas como Empresa B, por atender padrões de desempenho social, ambiental e de governança. Desde o início da operação do Movimento B no Brasil, em 2013, pela primeira vez, os pedidos de certificação no segmento de negócios de médio porte têm superado os demais.

Levantamento feito pelo Sistema B com exclusividade para o **Valor** indica que, do total de certificações para empresas de médio porte no Brasil, 53% foram concedidas entre 2023 e 2025. Entre as 342 que obtiveram o selo pelo Sistema B no país, 114 são consideradas de médio porte. Nesse grupo, 43% já foram recertificadas.

“Temos observado uma maior procura pela certificação de Empresa B no segmento de médio porte nos últimos três anos, quando comparamos com os demais negócios. Entre 2023 e 2025, a média das certificações nos outros segmentos foi 44%”, diz Cinthia Gherardi, co-CEO do Sistema B no Brasil.

O aumento do interesse das empresas de médio porte pela certificação reflete o anseio desse grupo por maior visibilidade no mercado. Na avaliação de Gherardi, em empresas familiares, por exemplo, a nova geração entende que ser Empresa B favorece movimentos de expansão, busca por investido-

res e alternativas para fusões e aquisições. Obter o selo ainda facilita o acesso a novos mercados, sobretudo para empresas exportadoras que miram os países da União Europeia, onde é maior a exigência em relação a ESG (sigla para critérios ambientais, sociais e de governança).

“A certificação amplia a visibilidade em mercados e em temos de alcance de consumidores, além de preparar negócios de médio porte para atender a cadeia de valor das grandes empresas. Isso é um diferencial competitivo, porque as grandes empresas têm requisitos de sustentabilidade”, diz Gherardi.

Para se tornar uma Empresa B, é preciso comprovar que o negócio gera impactos positivos e consistentes nas áreas social e ambiental, além de manter rigor com transparência e governança. Criada nos Estados Unidos há 20 anos pela rede sem fins lucrativos B Lab, a certificação passou por atualização global nos últimos anos e tornou-se mais rigorosa na avaliação dos requisitos. Outra mudança foi aumentar o alinhamento dos critérios para concessão do selo aos principais desafios sociais, ambientais e econômicos da atualidade, observa a executiva.

Doutor em Sustentabilidade pela Universidade de São Paulo (USP), professor da ESPM e diretor

“Vemos a UE colocando vários indicadores para fornecedores globais, inclusive os de médio porte”
Marcus Nakagawa

tor presidente da Associação Brasileira dos Profissionais pelo Desenvolvimento Sustentável (Abraps), Marcus Nakagawa diz que, globalmente, há um movimento para aumentar a régua na análise dos indicadores financeiros relacionados à sustentabilidade, não mais restrito a grandes empresas. Nakagawa observa que o aprimoramento desses indicadores evolui desde os anos 2000.

Um exemplo é a adoção das normas IFRS S1 e S2, estabelecidas pelo International Sustainability Standards Board (ISSB) para padronizar dados financeiros e contábeis sobre riscos e oportunidades relacionados às práticas sustentáveis. “Vemos a União Europeia colocando vários indicadores para fornecedores globais, inclusive os de médio porte”, ressalta.

Na visão de Nakagawa, todo movimento do Sistema B, para além do impacto de reputação e imagem, traz um fator educacional muito grande, criando a cultura de indicadores e certificações que valida ações corporativas sob o ponto de vista social, ambiental e de governança. Essa cultura também contribui para inibir ações de marketing promovidas por instituições e empresas que querem passar a imagem de sustentáveis, mas, na prática, não mantêm esse compromisso. Por outro lado, o pesquisador reconhece que o processo de certificação exige muito empenho, sobretudo de empresas de menor porte, que não costumam ter departamentos exclusivos para tratar da agenda ESG.

“O Sistema B trabalha com indicadores críveis, que validam as ações das empresas certificadas. Esse movimento cria metodologia e freia o greewashing, o socialwashing, o diversitywashing e todos os washings possíveis. O



Cinthia Gherardi, do Sistema B: preparação para cadeias de grandes empresas

Sistema B mostra a credibilidade de um modelo de cultura ética sustentável, que antes era colocado como ideológico”, observa.

Certificada como Empresa B pela primeira vez em abril de 2022, a Celcoin, que desenvolve tecnologia e infraestrutura para o segmento financeiro, foi recertificada no ano passado. Fundada em 2016, a infratech de médio porte que processa mensalmente cerca de R\$ 40 bilhões em transações levou um ano para obter o primeiro selo. No período, a empresa precisou provar a consistência entre o discurso e a prática, lembra Adriano Meirinho, cofundador e diretor de marketing da Celcoin.

“A certificação nunca foi um fim em si, foi consequência da decisão de construir uma empresa de infraestrutura financeira com padrões de governança desde o início”, afirma Meirinho.

Para ele, uma das evoluções mais significativas, desde a obtenção do selo, foi a institucionalização da governança. “O principal avanço não está nas iniciativas isoladas, mas na institucionalização da governança: maior formalização de processos e controles, evolução de transparência e prestação de contas e fortalecimento de práticas internas ligadas a pessoas e cadeia de valor. O impacto em si deixa de ser um tema periférico e passa a ser incorporado na operação, sobretudo uma empresa regulada”.

Mesmo diante de um mercado mais cético com relação a ESG, a Celcoin considera o selo importante por sinalizar disciplina operacional. “Indica que existe método, auditoria e comparabilidade. No setor financeiro, isso ganha ainda mais peso, ambiente em que confiança é infraestrutura, regulação é parte do produto e risco precisa ser gerido em escala”, diz Meirinho.

Conecte-se com quem faz mais. Acesse o canal e acompanhe.

MÊDIA É

PATROCÍNIO

Claro empresas

REALIZAÇÃO

CBN

Empresas & Negócios

Valor ECONÔMICO

Curtas

Venda de máquinas
A indústria de máquinas e equipamentos registrou forte perda de tração em abril, revertendo a melhora pontual observada no mês anterior. Dados da Abimaq, entidade que representa o setor, mostram que a receita líquida total recuou 14,9% em relação a abril de 2025, somando R\$ 21,3 bilhões. No acumulado do primeiro quadrimestre, a retração chega a 12%.

iFood e Keeta na mira
O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, informou que o governo vai abrir processo administrativo sancionador contra iFood e Keeta por descumprimento da portaria que determina a discriminação dos valores destinados aos trabalhadores e das parcelas retidas pelas plataformas digitais. De acordo com Boulos, a medida será publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta quinta-feira (28) e as plataformas terão 20 dias, após a notificação, para responder aos questionamentos e se adequar às normas. A Keeta disse que todas as informações estão no recibo disponibilizado ao consumidor. O iFood não retornou até o fechamento.

Plano de reestruturação da Raízen prevê conversão de 45% da dívida em ações

Combustíveis
Victor Meneses e Stella Fontes
São Paulo

A Raízen, joint venture entre Cosan e Shell e que busca reestruturar R\$ 65 bilhões em dívidas, disponibilizou nesta quarta-feira (27) os materiais que foram compartilhados com os grupos de credores financeiros quirografários (sem garantia real), com quem vem negociando os principais termos e condições do seu plano de recuperação extrajudicial.

Em linhas gerais, a proposta, que ainda está em negociação, prevê, conforme já anunciado, um aporte de ao menos R\$ 3,5 bilhões pela Shell e um potencial aporte de R\$ 500 milhões por veículo controlado pela Aguassanta (“family office” de Rubens Ometto, controlador da Cosan), além da conversão de 45% da dívida em ações e o reperfilamento de 55% da dívida em novos instrumentos.

Além disso, o plano prevê a separação das operações da Raízen

em duas unidades independentes: Raízen Energia, dedicada exclusivamente aos negócios de etanol, açúcar e bioenergia; e Raízen Combustíveis, de distribuição de combustíveis e lubrificantes. Em nota, a companhia informou ainda que, caso receba a aprovação dos credores e a homologação judicial até 8 de junho, o plano será implementado em etapas sucessivas.

Outra opção apresentada aos credores é de desconto de 80% sobre o valor do crédito e pagamento em parcela única, com vencimento em 31 de março de 2047. A terceira possibilidade é de liquidação em caixa limitada a pequenos credores.

Os materiais divulgados ontem contemplam informações sobre os negócios, o desempenho

R\$ 3,5 bi

será o aporte da Shell na companhia

operacional e financeiro da companhia, bem como incluem declarações prospectivas, estimativas e projeções financeiras que foram elaboradas exclusivamente para fins de discussão com os credores no contexto do plano de recuperação extrajudicial.

Conforme a companhia, até o momento, não foram formalizados documentos definitivos nem tomadas decisões finais acerca dos termos econômicos específicos ou da implementação das medidas em negociação.

Os termos apresentados estão sujeitos a alterações materiais no curso das negociações, à obtenção das aprovações necessárias e à execução de documentos definitivos por todas as partes envolvidas.

A Raízen ainda esclarece que a disponibilização do material faz parte do processo legal de reestruturação e tem por objetivo assegurar que informações relevantes compartilhadas no contexto das negociações com os grupos de credores financeiros sejam tornadas públicas.

Movimento falimentar

Falências Decretadas	
Empresa: Bebidas Max Wilhelm Ltda. - CNPJ: 84.429.869/0001-46 - Endereço: Rua Wilhelm Kinnaesel Sênior, 334, Bairro Itoupava Central, Blumenau/SC - Administrador Judicial: Não Citado No Despacho - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Florianópolis/SC	Empresa: Trans Fabula Transportes Rodoviários Nacional e Internacional Ltda. - CNPJ: 01.915.382/0001-46 - Endereço: Rua Origens Gonçalves do Carmo, 167, Bairro Jardim Fronteira, Santo Antonio do Sudoeste/pr - Administrador Judicial: Ajota Administração Judicial, Representada Pelo Dr. Átila Sauner Possi - Vara/Comarca: 1a Vara Estadual de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR
Recuperações Judiciais Concedidas	
Empresa: Sancoel Saneamento Construção e Comércio Ltda. - CNPJ: 09.267.923/0001-89 - Endereço: Rua Hortência Helena de Amorim Brito, 350, Bairro Jardim América - Vara/Comarca: 2a Vara de Cabedelo/PB - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.	
Recuperações Judiciais Indeferidas	
Empresa: Ideal Banheiros Químicos Ltda. - CNPJ: 11.479.366/0001-01 - Endereço: Rua José Carlos Rodrigues da Cunha, 25, Bairro Recreio Dos Bandeirantes - Vara/Comarca: Vara Empresarial de Uberaba/MG - Observação: Face não preencher os requisitos legais para a ação.	Empresa: Uberaba Banheiros Químicos Ltda., Nome Fantasia Uberban - CNPJ: 10.735.833/0001-54 - Endereço: Rua José Carlos Rodrigues da Cunha, 85, Bairro Recreio Dos Bandeirantes - Vara/Comarca: Vara Empresarial de Uberaba/MG - Observação: Face não preencher os requisitos legais para a ação.
Recuperações Extrajudiciais Indeferidas	
Empresa: Wetzel S/A - CNPJ: 84.683.671/0001-94 - Endereço: Rua Dona Francisca, 8300, Bloco H, Perini Business Park, Distrito Industrial, Joinville/SC - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Jaraguá do Sul/SC - Observação: Face não preencher os requisitos legais para a ação.	
Processos de Falência Extintos	
Requerido: Jung Indústria de Esquadrias Metálicas Ltda. - CNPJ: 07.545.138/0001-15 - Endereço: Rua Condi de Cavias, 214, Bairro Flores - Administrador Judicial: A Ser Nomeado - Vara/Comarca: 15a Vara de Manaus/AM	Empresa: Max Midia Ltda. ME - CNPJ: 06.962.988/0001-56 - Endereço: Rua Wanda Dos Santos Mallmann, Pinhais/pr - Administrador Judicial: Arake Tomazette Advogados Associados - Vara/Comarca: 2a Vara Estadual de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR
Recuperação Judicial Deferida	
Empresa: Provider Soluções Tecnológicas Ltda. - CNPJ: 01.159.435/0001-46 - Endereço: Av. Projetada 01, S/nº, Bairro Nova Caruaru, Caruaru/PE - Administrador Judicial: Vivante Gestão e Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Felipe Sávio Araújo de Magalhães - Vara/Comarca: 6a Vara de Recife/PE	

AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!

EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR

Empresas

E-commerce Problemas surgiram após mudança em gestão de estoques, afetando sistemas ‘full’ e ‘flex’, mas já foram resolvidos pela companhia

Mercado Livre tem pane em serviço a lojista e vendas caem

Adriana Mattos
De São Paulo

O Mercado Livre, maior plataforma de comércio eletrônico do país, enfrentou problemas em seus serviços de logística oferecidos aos vendedores, após mudanças no sistema de sincronização de estoques que começaram a ser implementadas em março, apurou o **Valor**.

As dificuldades se estenderam por abril e início de maio, e vendedores acionaram advogados para processar a companhia por perdas em vendas.

Na tentativa de aprimorar seus formatos de envios principais, chamados “full” e “flex”, a empresa lançou há dois meses um programa batizado de “multiestoques”. Trata-se de um sistema para melhorar a gestão dos produtos estocados pelos lojistas em seus centros de distribuição. Ocorre que, nesse processo, um “bug” afetou a plataforma em diversos Estados, com lojistas sendo impedidos de vender porque a plataforma não identificava corretamente a existência de produtos estocados nos armazéns e centros, dizem fontes.

Procurada, a empresa cita “inconsistência pontual” e diz que o incidente foi de baixo impacto, não comprometeu a operação e que a questão já foi solucionada. Para analistas, num momento de forte competição entre Mercado Livre, Shopee e Amazon, qualquer tropeço pode abrir espaço

para avanço dos concorrentes sobre as vendas dos rivais.

Segundo vendedores e advogados que representam as lojas, ao tentar concluir o processo de entrega aos consumidores, os lojistas eram surpreendidos por alertas em suas contas com dizeres como “Este produto está indisponível no momento”, “Inativo - Sem estoque”, “Por enquanto, não podemos fazer envios para essa localização”, entre outros avisos nessa linha.

O **Valor** apurou que a falha afetou lojistas de ao menos oito Estados, segundo grupos de mensagens a que a reportagem teve acesso, em sites como Reclame Aqui e nas redes sociais. São eles: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Bahia, Paraná e Santa Catarina.

“A ideia deles era melhorar o sistema com a alteração que fizeram, mas só piorou, mandamos notificações extrajudiciais, sem retorno para um acordo, e entre 15 a 20 ‘sellers’ decidiram judicializar a questão. Outros ainda tentaram resolver o problema diretamente com a empresa, e uma parte sim-

"A ideia era melhorar o sistema, mas piorou. Não tivemos retorno à notificação"
Carlos Soares

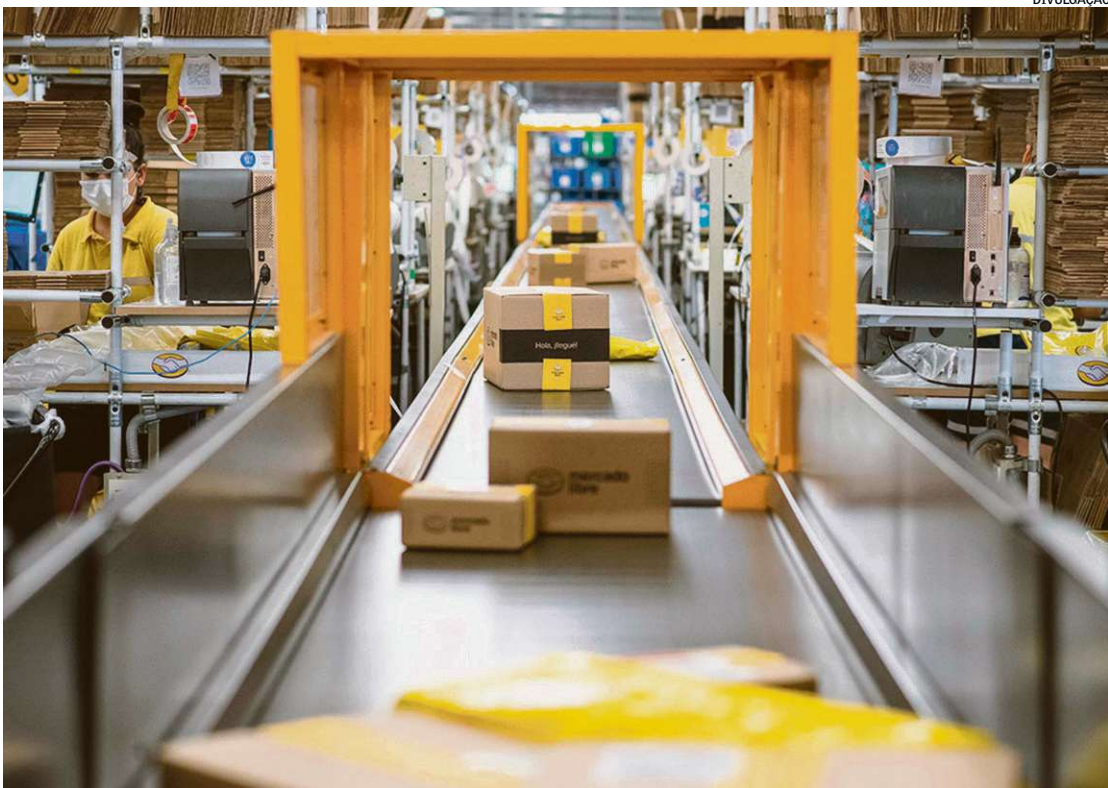
plesmente desistiu e foi solucionar o ‘bug’ manualmente no sistema”, disse Carlos César Soares, sócio da CCS Advocacia Digital.

“Há casos de lojistas que continuam analisando entrar com ação e um desses ‘sellers’ viu despencar sua venda mensal de R\$ 500 mil para R\$ 200 mil. Tivemos também problemas com alteração nas medidas de produtos no cadastro de mercadorias no envio do “full” e, quando isso ocorre, afeta o custo da entrega para a loja”, disse ele.

O formato de envio “full” refere-se ao modelo de “fulfillment”, em que a plataforma armazena, embala e entrega os produtos, geralmente em até 24 horas. No caso do “flex”, são envios no mesmo dia. Em ambos, a empresa tem o controle de todo o processo logístico, e a loja paga taxas de comissão — que têm sido reajustadas anualmente — pela garantia de que o vendedor irá receber um serviço ágil e eficiente.

Segundo fontes, a origem das mudanças se deu no fim de março, quando a companhia comunicou aos lojistas que passaria a operar um modelo de integração na gestão de estoques para o chamado multiestoques.

A migração na sua base de vendedores para esse modelo ocorreria de forma paulatina, e dessa maneira, seria possível, ao fim do processo, controlar rupturas de produtos geradas por ineficiência dos vendedores. A questão central



Problema foi em sincronização de estoque nos centros, numa fase de forte competição; questão está resolvida, diz grupo

é que os grandes marketplaces sentem os gargalos gerados de falhas dos lojistas na hora de eles gerirem o próprio estoque.

Por exemplo, até então, quando a conta do lojista mostrava que acabavam os produtos do estoque da conta “full” do vendedor — e a loja lembrava a perceber isso —, o vendedor perdia a venda se não transferisse rapidamente os produtos do estoque “full” para o “full”.

Desde abril, isso passou a ser gerenciado num único anúncio de forma automática. Atualmente, quando o lojista abre sua conta para checagem, os produtos de seu estoque próprio, ou do “full” e “flex”, são atualizados automaticamente pela plataforma, e um pode compensar o outro.

A desconfiança de parte dos vendedores é que, nessa mudança, o sistema passou a ler de forma errada as informações de estoque. “A ideia é boa, sem dúvida, rodando bem é uma mão na roda, mas começou meio torto. Nas últimas semanas, já está rodando bem”, diz um lojista que vende vitaminas e pede anonimato.

“Minhas vendas desabaram da noite para o dia”, escreveu a vendedora Taua Nascimento em rede

social, dentro de um grupo que fez reclamações sobre a plataforma no fim de abril. “Tem anúncio que vendia bastante, e do nada parou de vender. Tudo isso começou exatamente depois da implementação dos multiestoques.”

Um lojista ouviu foi incluído na fase de testes do sistema com a empresa. “Passamos por isso seis meses atrás, quando fizemos parte de um projeto-piloto com múltiplos depósitos deles. Foram dois meses de ajustes e normalmente no começo é assim mesmo, mas depois disso, não normalizou totalmente. Eles nos disseram que houve um ‘bug sistêmico’ e graças ao Bling, que tem um sistema integrado ao ‘flex’, intermediou o meio de campo com eles, conseguimos regularizar a implementação”, disse.

Com milhões de lojas em sua base — há consultores que dizem que o Mercado Livre tem 10 milhões de vendedores no país, entre pessoas físicas e jurídicas —, as falhas na gestão de estoques afetam diretamente a receita da empresa.

Técnicos do Mercado Livre não orientaram as lojas a ajustarem manualmente suas contas para destravar o sistema, mas foi isso o que parte dos vendedores buscou

fazer, e já há planilhas com sugestões circulando nos grupos sobre como seguir, passo a passo.

Na venda ao consumidor, esse movimento pode não ser percebido, já que ele não “enxerga” eventuais panes do vendedor. É a empresa tem um volume grande de lojistas e gargalos são equilibrados pela quantidade de ofertas em mercadorias. Isso nos casos de produtos em que a concorrência é elevada.

Em nota, a empresa afirma que identificou uma inconsistência pontual em seu sistema de sincronização de estoques que unifica a gestão de anúncios e estoques dos vendedores em um único painel (aquele que os lojistas administram suas contas). Diz ainda que o incidente foi de baixo impacto e não comprometeu a operação geral.

O Mercado Livre relata também que, assim que o problema foi identificado, as equipes de tecnologia iniciaram a investigação e a correção, com atualizações comunicadas aos lojistas. E diz que o aprimoramento de plataforma passa por validação rigorosa antes da implementação em larga escala, que o compromisso com a estabilidade e a evolução das ferramentas logísticas segue sendo tema central.

Com guerra, produto químico nacional recupera mercado

Cenário

Stella Fontes
De São Paulo

Embora os números ainda estejam distantes dos níveis considerados saudáveis e não haja sinais de reversão de tendência de longo prazo, a indústria química instalada no país iniciou 2026 em rota de recuperação, em indicadores que vão de participação de mercado a ocupação de capacidade instalada — numa surpreendente retomada em meio ao pior e mais prolongado ciclo de baixa do setor.

Por causa da guerra entre Irã, Estados Unidos e Israel e de seus efeitos no comércio global de petróleo e seus derivados, as importações brasileiras de químicos e petroquímicos foram drasticamente reduzidas. A oferta restrita de importados redirecionou a demanda para o produto nacional e a indústria, que há anos vinha alertando para o elevado nível de ociosidade, foi capaz de responder prontamente.

Segundo a Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), a produção do setor saltou 22,8% no primeiro trimestre, frente ao período de outubro a dezembro. Mas ain-

da não alcançou o ritmo visto no mesmo intervalo de 2025, ficando 4,1% abaixo do total produzido.

As vendas internas também se beneficiaram da menor concorrência com as importações, que recuaram 19,1%, e subiram 22,7% em relação aos três últimos meses do ano passado. A taxa é bem mais forte do que o 0,9% de crescimento do PIB, ressalta a Abiquim.

Como resultado, a fatia da produção nacional na demanda interna saltou de 42% em dezembro, rondando o piso histórico, para 56% em março. “O primeiro trimestre trouxe um fôlego importante para a indús-

tria química, mas ainda estamos longe de um cenário estruturalmente equilibrado e competitivo”, diz em nota o presidente-executivo da entidade, André Passos Cordeiro.

Os destaques em produção ficaram com os intermediários para plásticos, com alta de 26% em março ante fevereiro, e intermediários para fertilizantes, com alta de 10,6% na mesma comparação.

Em resinas termoplásticas, a reação à queda das importações ficou mais evidente apenas no fim de março, porque havia estoques ao longo da cadeia de valor. A expansão nas vendas internas naquele mês foi de

4%. Mas, segundo executivos ouvidos pelo **Valor**, os números a partir de abril são “mais expressivos”.

No geral da indústria, a maior procura por produtos nacionais contribuiu para a elevação do uso da capacidade instalada de 49% em dezembro para 63% em março.

Para o presidente-executivo da Abiquim, as medidas adotadas pelo governo para coibir a entrada de produtos químicos e petroquímicos a preços comprovadamente inferiores ao custo de produção também ajudaram o setor.

Seja qual for o peso da guerra e das medidas de defesa comercial na

retomada do indústria, os números do primeiro trimestre são positivos, mas não refletem a realidade do setor, globalmente, sem eventos extraordinários como a guerra — em condições normais, há forte desequilíbrio entre oferta e demanda, que se arrasta há pelo menos três anos, e seguiria comprimindo margens até 2027 ou 2028, segundo projeção de consultorias internacionais. Os dados da indústria considerando-se um período mais abrangente ratificam essa leitura: segundo a Abiquim, em 12 meses até março, a produção nacional caiu 7% e as vendas internas, 8,2%.



TRANSPORTO ENERGIA S.A.
CNPJ/MF nº 14.683.671/0001-09 - NIRE nº 33.3.0035271-6
Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária (AGE)
Ficam convocados os acionistas da **Transnorte Energia S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.683.671/0001-09, com sede na Rua da Quitanda, 196, Loja – Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20091-005 (“**Companhia**”) para se reunir, em **1ª convocação**, no dia **05/06/2026, às 10h** (horário de Brasília) e, em **2ª convocação**, no dia **10/06/2026, às 10h** (horário de Brasília), nos termos do artigo 14 do Estatuto Social da Companhia, de forma digital, nos termos do art. 124, §1º, inciso I e §2º-A, da Lei nº 6.404/1976, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, para deliberar sobre a seguinte **ordem do dia**: (I) destituição do Sr. Antonio Augusto Beldiara Pandauli do cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, elegendo, em sua substituição, o Sr. Daniel Alves Ferreira, até o término do mandato unificado do Conselho de Administração, conforme indicação do acionista Axia Energia Norte S.A., (II) indicação do presidente do Conselho de Administração, nos termos do artigo 19, §3º, do Estatuto Social e (III) determinação para que a administração tome as medidas necessárias para solicitar e obter a aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), da SUDAM e de demais autoridades, conforme aplicável, para a assunção do controle isolado da Companhia por Axia Energia Norte S.A., em cumprimento aos dispositivos do Acordo de Acionistas da Companhia e do Contrato de Financiamento mediante repasse de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA. Link para acesso à AGE: <https://teams.microsoft.com/meet/218257256827430?pe=JmWuRGGVWUWxVL5FY>. Para que os representantes legais ou procuradores dos acionistas possam participar da Assembleia, deverão encaminhar à administração da Companhia previamente à data prevista para a Assembleia cópias dos seguintes documentos: (i) documento hábil de identidade do representante do acionista ou de seu procurador, e (ii) instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei. Rio de Janeiro/RJ, 25/05/2026. Domingos Romeu Andreatta.



INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR

AVISO DE DEVOLUÇÃO DE PRAZO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 583/2026- GMS/FUNDEPAR

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90583/2026 - PNCP - UASG 929906

PROTOCOLO: Nº 25.351.000-5. **OBJETO:** Registro de Preços, pelo período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, para futura e eventual aquisição do Grupo VI – Barra de banana com cacau, sem adição de açúcares, barra de banana com morango, sem adição de açúcares, barra de amendoim/paçoia, sem adição de açúcares, biscoito amanteigado sabor coco, biscoito amanteigado sabor leite, biscoito amanteigado sabor maçã com canela, biscoito maizena de chocolate, biscoito de polvilho salgado e cereal de milho flocado sem açúcar, destinados ao Programa de Alimentação Escolar, Colégios Estaduais Agrícolas e Florestal e demais estabelecimentos de ensino vinculados à Secretaria de Estado da Educação do Paraná. A aquisição será dividida em 9 (nove) lotes. **VALOR MÁXIMO: R\$ 142.260.000,00** (cento e quarenta e dois milhões e duzentos e sessenta mil reais). **DATA E HORÁRIO DA DISPUTA:** 17 de junho de 2026, às 08:30 (oito horas e trinta minutos). **MODO DE PARTICIPAÇÃO:** por meio do sistema eletrônico de licitações do Governo Federal - compras.gov. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o <https://www.gov.br/compras>. **CONSULTA DO EDITAL E ANEXOS:** O Edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas <https://pnpc.gov.br> e www.comprasparana.pr.gov.br. **INFORMAÇÕES:** (41) 2117-8288 ou (41) 2117-8286. **DATA:** 27/05/2026. Unidade de Licitação.



EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 02.302.100/0001-06 - NIRE 35.300.153.235

Aviso aos Debenturistas da 14ª Emissão de Debêntures da Companhia

Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total

A **EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A.**, por meio desta, comunica aos Senhores Debenturistas da 14ª Emissão de Debêntures, nos termos do disposto na Cláusula 5.1 do **Instrumento Particular de Escritura da 14ª (Décima Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, Para Distribuição Pública, Com Esforços Restritos, da EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A.**, que, em 03 de junho de 2026 (“Data do Resgate Antecipado Facultativo”), realizará o Resgate Antecipado Facultativo da totalidade das Debêntures em circulação, código EBENA4, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante o pagamento do (i) Valor Nominal Unitário das Debêntures, correspondente a R\$333.333,49999, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, ou seja, 25 de maio de 2026, até a Data do Resgate Antecipado Facultativo, e do (ii) prêmio de 0,30% (trinta centésimos por cento) ao ano, calculado *pro rata temporis*, multiplicado pelo prazo remanescente contado da data do efetivo resgate até a Data de Vencimento, a ser calculado nos termos na Cláusula 5.1.1, da Escritura (“Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo”) e “Valor do Resgate Antecipado Facultativo”). O Resgate Antecipado Facultativo de Debêntures custodiadas eletronicamente na B3 seguirá os procedimentos adotados pela B3. No caso das Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3, a liquidação do Resgate Antecipado Facultativo se dará mediante depósito a ser realizado pelo Escriturador nas contas correntes indicadas pelos titulares das Debêntures.

São Paulo, 27 de maio de 2026

Edp São Paulo Distribuição de Energia S.A.



EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 02.302.100/0001-06 - NIRE 35.300.153.235

Aviso aos Debenturistas da 12ª Emissão de Debêntures da Companhia

Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total

A **EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A.**, por meio desta, comunica aos Senhores Debenturistas da 12ª Emissão de Debêntures, nos termos do disposto na Cláusula 5.1 do **Instrumento Particular de Escritura da 12ª (Décima Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A.**, que, em 03 de junho de 2026 (“Data do Resgate Antecipado Facultativo”), realizará o Resgate Antecipado Facultativo da totalidade das Debêntures em circulação, código EBENA2, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante o pagamento do (i) Valor Nominal Unitário das Debêntures, correspondente a R\$333.333,49999, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, ou seja, 20 de janeiro de 2026, até a Data do Resgate Antecipado Facultativo, e do (ii) prêmio de 0,30% (trinta centésimos por cento) ao ano, calculado *pro rata temporis*, multiplicado pelo prazo remanescente contado da data do efetivo resgate até a Data de Vencimento, a ser calculado nos termos na Cláusula 5.1.1, da Escritura (“Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo”) e “Valor do Resgate Antecipado Facultativo”). O Resgate Antecipado Facultativo de Debêntures custodiadas eletronicamente na B3 seguirá os procedimentos adotados pela B3. No caso das Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3, a liquidação do Resgate Antecipado Facultativo se dará mediante depósito a ser realizado pelo Escriturador nas contas correntes indicadas pelos titulares das Debêntures.

São Paulo, 27 de maio de 2026

EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A.



INSTITUTO BRASILEIRO DE AUTORREGULAÇÃO DO MERCADO DE CORRETAGEM DE SEGUROS, DE RESSEGUROS, DE CAPITALIZAÇÃO E DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ABERTA – IBRACOR

CNPJ nº 19.438.946/0001-62

AVISO DE DECLARAÇÃO DE POSÍTIPO

MARIA FILOMENA MAGALHÃES BRANQUINHO, brasileira, solteira, corretora de seguros, identidade MG-nº 3.229.568 - SSP/MG, CPF nº 203.615.216-34; GIANNI MOREIRA LEITÃO, brasileira, divorciada, contadora, identidade nº 06318220-8 - IF/RJ, CPF nº 787.705.647-87; PAULO FERNANDO MATTAR, brasileiro, casado, Corretor de Seguros, identidade nº 8.336.603-9 - SSP-SP, CPF nº 044.049.438-90; AUGUSTO COELHO CARDOSO, brasileiro, casado, advogado, identidade nº 169.663 - OAB/RJ, CPF nº 052.189.737-85; MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA, brasileiro, casado, advogado, identidade nº 127811 - OAB/RJ, CPF nº 023.545.687-03; EDUARDO TOLEDO PROTÁSIO DE ALMEIDA, brasileiro, casado, Corretor de Seguros e Resseguros, identidade nº 12.243.361-0 - SSP/SP, CPF nº 148.046.298-58; ANTONIO FERREIRA MOTA DE ALBUQUERQUE, brasileiro, casado, corretor de seguros, identidade nº 134941-4 - SSP/SE, CPF nº 034.073.305-53; RAQUEL FERREIRA DA SILVA, brasileira, solteira, advogada, identidade nº 84.902 - OAB/MG, CPF nº 041.970.736-07; HAILTON COSTA NEVES, brasileiro, casado, Corretor de Seguros, identidade nº 1.514.460 - SSP/GO, CPF nº 336.765.771-91; LORAYNE PAES BUENTES, brasileira, casada, advogada, identidade nº 155953 - OAB/RJ, CPF nº 091.128.237-83; LUIZ ALBERTO MATTUA TEIXEIRA, brasileiro, casado, administrador de empresas, identidade nº 051736627 - DETRAN-RJ, CPF nº 831.002.537-87; ALEXANDER BARBOSA FERREIRA, brasileiro, solteiro, administrador, identidade nº 22.243.942 - SSP/SP, CPF nº 294.795.158-14; PAOLA YOUNG CASADO BARROS DE SOUZA, brasileira, casada, administradora de empresas, identidade nº 7359617 - DETRAN-RJ, CPF nº 004.008.967-37; JULIANA RIBEIRO BARRETO PAES, brasileira, solteira, advogada, identidade profissional nº 159.174 - OAB/RJ, CPF nº 112.065.027-54; MURIEL DUARTE FERNANDES FIGUEIRA DA SILVA, brasileira, casada, identidade nº 13276691-6 - DETRAN-RJ, CPF nº 054.525.317-93; ANDREA SCHUNK MENDES, brasileira, casada, coordenadora financeira, identidade nº 09.113.356-1 - DETRAN-RJ, CPF nº 021.341.137-74; CARLOS APARECIDO CUNHA, brasileiro, casado, corretor de seguros, identidade nº 9.184.469-1 - SSP/SP, CPF nº 772.841.608-10; WALLACE RUFINO DE QUEIROZ, brasileiro, solteiro, advogado, identidade nº 20.251.249-7 - DETRAN-RJ, CPF nº 124.425.157-76; MARIA HELENA CARDOSO MONTEIRO, brasileira, divorciada, advogada, identidade nº 27756 - OAB/RJ, CPF nº 523.721.468-15; e ALBERTO CELIO COTRIN LEITE, brasileiro, casado, corretor de seguros, identidade nº 365.682.951-91 - SSP/MS, CPF nº 365.682.951-91. DECLARAM sua intenção de compor o Conselho Diretor, o Conselho Fiscal e a Ouvidoria (efetivos e suplentes) do INSTITUTO BRASILEIRO DE AUTORREGULAÇÃO DO MERCADO DE CORRETAGEM DE SEGUROS, DE RESSEGUROS, DE CAPITALIZAÇÃO E DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ABERTA – IBRACOR, DECLARAM, também, que, para efeitos dos atos relativos ao IBRACOR, possuem endereço na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Rio Branco, 147 - 6º andar – Centro - CEP: 20.040-910, e que preenchem as condições estabelecidas na legislação e na regulamentação vigentes para preenchimento dos respectivos cargos para os quais foram eleitos na Assembleia Geral Ordinária Eleitoral, realizada no dia 21 de maio de 2026. ESCLARECEM, ainda, que, nos termos da regulamentação em vigor, eventuais impugnações à presente declaração deverão ser comunicadas diretamente à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, no endereço abaixo, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data desta publicação, por meio de documento em que o autor esteja devidamente identificado, acompanhado da documentação comprobatória, observado que os declarantes poderão, na forma da legislação em vigor, ter direito a vista do respectivo processo. Superintendência de Seguros Privados – SUSEP – Coordenação-Geral de Regimes Especiais, Autorizações e Julgamentos (CGRAJ) – Av. Presidente Vargas, nº 730 – Centro – CEP 20071-900 – Rio de Janeiro – RJ. Rio de Janeiro, 27 de maio de 2026. MARIA FILOMENA MAGALHÃES BRANQUINHO; GIANNI MOREIRA LEITÃO; PAULO FERNANDO MATTAR; AUGUSTO COELHO CARDOSO; MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA; EDUARDO TOLEDO PROTÁSIO DE ALMEIDA; ANTONIO FERREIRA MOTA DE ALBUQUERQUE; RAQUEL FERREIRA DA SILVA; HAILTON COSTA NEVES; LORAYNE PAES BUENTES; LUIZ ALBERTO MATTUA TEIXEIRA; ALEXANDER BARBOSA FERREIRA; PAOLA YOUNG CASADO BARROS DE SOUZA; JULIANA RIBEIRO BARRETO PAES; MURIEL DUARTE FERNANDES FIGUEIRA DA SILVA; ANDREA SCHUNK MENDES; CARLOS APARECIDO CUNHA; WALLACE RUFINO DE QUEIROZ; MARIA HELENA CARDOSO MONTEIRO; e ALBERTO CELIO COTRIN LEITE.

Empresas

Estratégia Informações veiculadas pela CNBC surgem na reta final da preparação para a abertura de capital da empresa de foguetes

Inteligência artificial dá sentido à possível fusão de SpaceX e Tesla

Dow Jones, de Nova York

Mais detalhes sobre a ideia do empresário Elon Musk de fundir a Tesla e a SpaceX vieram à tona nesta quarta-feira (27), conforme reportado pela CNBC. Apesar das diferenças entre as duas empresas, ambas estão cada vez mais focadas em “inteligência artificial e nos talentos e recursos de computação necessários para construir a infraestrutura e os serviços de IA”, segundo fontes anônimas citadas pela emissora de televisão.

Tal acordo combinaria as duas maiores companhias de Musk em uma verdadeira gigante da tecnologia, que fabricaria desde veículos elétricos e foguetes reutilizáveis até a administração do seu próprio laboratório de IA.

Os rumores surgem no momento em que Musk planeja abrir o capital da SpaceX, mirando uma avaliação de mercado de cerca de US\$ 1,75 trilhão. A listagem das ações na Ndaq está marcada para 12 de junho.

A atual configuração da SpaceX já é o resultado de várias empresas fundidas pelo homem mais rico do mundo. Em fevereiro deste ano, a companhia espacial se uniu à xAI, empresa de inteligência artificial do bilionário, que, por sua vez, já havia adquirido sua plataforma de rede social X em março de 2025.

Embora a Tesla e a SpaceX possam não parecer ter muito em comum à primeira vista, ambas estão firmemente determinadas a desenvolver a infraestrutura necessária para um futuro movido

pela inteligência artificial.

Enquanto a SpaceX lança satélites e tem planos de construir centros de dados no espaço, a Tesla foca no desenvolvimento de carros autônomos e robôs.

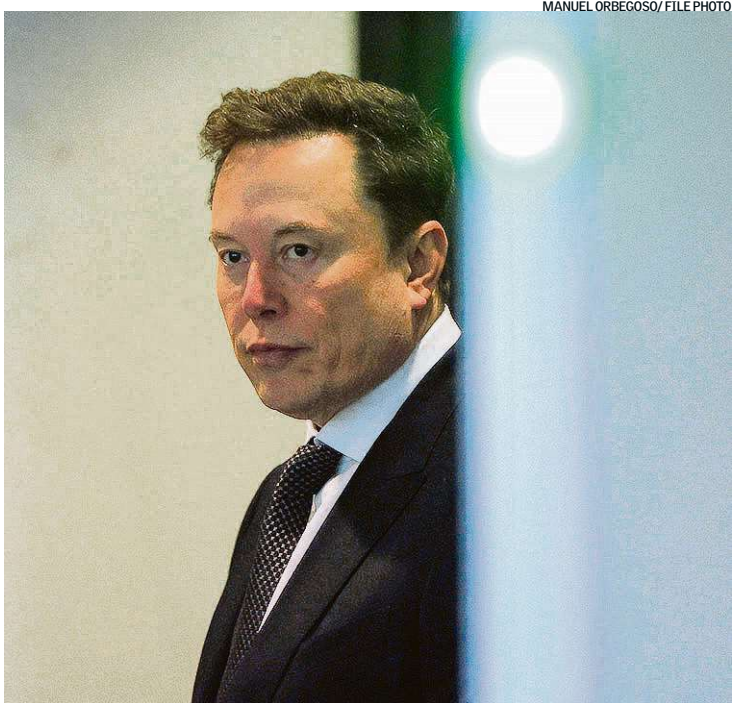
A SpaceX comprou sistemas de armazenamento de baterias Megapack e veículos elétricos da Tesla, de acordo com documentos da Comissão de Valores Mo-

A SpaceX lança satélites e planeja construir centros de dados no espaço. A Tesla foca em carros autônomos e robôs

biliários dos Estados Unidos (SEC, na sigla em inglês).

Além disso, ambas colaboram em projetos para construir o que pode vir a ser a maior fábrica de semicondutores do mundo, apelidada de Terafab. Profissionais envolvidos na Terafab já começaram a contatar fornecedores para obter os equipamentos necessários para a montagem da fábrica.

Esta não é a primeira vez que circulam rumores e especulações sobre uma possível união entre as duas companhias. Após a fusão da SpaceX com a xAI, analistas começaram a se perguntar se o próximo passo seria uma integração com a Tesla. Alguns até consideraram esse o desfecho natural das ambições empresariais de Musk, dado o



Musk vai abrir o capital da SpaceX com ações listadas na Nasdaq em 12 de junho

trabalho conjunto que as empresas já vêm realizando.

Esses projetos conjuntos estão “praticamente sugerindo a visão de Musk de uma entidade combinada SpaceX/xAI/Tesla”, escreveu James Picariello, analista do BNP Paribas, em março deste ano.

Enquanto isso, Dan Ives, analista e otimista de longa data em relação à Tesla, acredita que um acordo desse tipo poderia acon-

tecer já no próximo ano, conforme relatório publicado no início deste mês.

Ao ser questionado sobre uma possível fusão durante uma palestra no início desta semana, Musk se recusou a responder, citando a iminente oferta inicial de ações da SpaceX, o que o impede legalmente de fazer comentários públicos sobre o futuro financeiro da empresa.

Vinhos de Portugal começa hoje e traz rótulos inéditos

Evento

Maria da Paz Trefaut
Para o Valor, de São Paulo

Os dois eram jovens enólogos, trabalhavam para vinícolas diversas e se conheceram num jantar no Douro. Deu “match”. Sandra Tavares vinha de uma família proprietária de uma quinta na região de Lisboa, tinha acabado de cursar agronomia e trabalhava como modelo. A família de Jorge Seródio produzia vinhos no Douro. Pouco depois de se casarem decidiram criar sua própria marca. Assim nasceu a Wine & Soul, em 2001, que utiliza apenas vinhas velhas e castas tradicionais do Douro.

Neste ano em que a vinícola completa 25 anos, os dois estarão juntos pela primeira vez no evento Vinhos de Portugal, que começa hoje em São Paulo, no Shopping JK Iguatemi, e está em sua 13ª edição. O festival acontece até sábado (30) na capital paulista e migra para o Rio de 5 a 7 de junho. Sandra e Jorge, que foram eleitos enólogos de 2025 pela “Revista de Vinhos”, participam da prova “A Arte de Criar Vinhos a Dois” com o casal de especialistas Jorge Lucki, crítico do **Valor**, e Bianca Veratti, nesta sexta-feira (29), das 19h às 20h.

“Quando começamos, não tínhamos nem terras nem adega, só sonhos”, conta Sandra. Apesar de jovens, ambos tinham na bagagem a experiência de trabalhar em vinícolas prestigiadas do Douro. Ela na Quinta Vale Dona Maria e ele na Niepoort. “Tivemos a sorte de ter dois mentores incríveis. E nossa ideia inicial era criar apenas um vinho”.

Não foi o que aconteceu. A Wine & Soul cresceu comprando vi-



Jorge Seródio e Sandra Tavares usam vinhas velhas do Douro na Wine & Soul

nhas velhas, algumas com mais de 90 anos e com mais de 40 castas misturadas. “O Douro tem essa diversidade incrível, além de ser para mim, a região vinícola mais bonita que conheço. Mas tivemos a sorte de começar quando a região estava agitada pelo movimento de uma geração que decidiu apostar nos vinhos de mesa quando se fazia basicamente vinhos do Porto”, afirma a enóloga.

Nos primeiros anos em que se dedicou ao vinho, Sandra ainda trabalhava como modelo e tinha uma agenda concorrida. Mas largou o mundo da moda pela Wine & Soul. Anteriormente, havia jogado vôlei pela seleção portuguesa. “Sempre fui uma criança muito tí-

mida, que gostava muito de mexer na terra, não falava com quase ninguém e era muito introvertida. Todas essas atividades me ajudaram a ultrapassar a timidez. Acho que foi bom enfrentar uma passarela e fotografias, enquanto todo o mundo olhava para mim.”

Essas e outras histórias, Sandra e Jorge vão contar numa conversa regada a bons vinhos. A proposta de trazer rótulos especiais foi justamente o que norteou as escolhas de Jorge Lucki, que comanda várias provas no evento.

“Uma das orientações que pedi para os produtores é que para as minhas provas sempre mandassem alguns vinhos que não estão disponíveis no mercado. Quero

Vinhos de Portugal 2026

Este ano, evento começa por São Paulo

São Paulo	Rio de Janeiro
Datas: 28 a 30 de maio	Datas: 5 a 7 de junho
Local: Shopping JK Iguatemi	Local: Jockey Club Brasileiro - Gávea
Salão de degustação	
Durante duas horas é possível experimentar uma grande variedade de vinhos e ainda conversar com produtores e enólogos. São cerca de 700 rótulos. Ingressos a partir de R\$ 170,00	

Confira algumas provas guiadas em São Paulo	
29/5 das 14h30 às 15h30	“As cores e os sabores dos Vinhos Verdes”, com o crítico português Manuel Carvalho
29/5 das 16h às 17h	“Alentejo, entre clássicos e modernos”, com Jorge Lucki e Luís Lopes
29/5 das 20h30 às 21h30	“Entre tradição e inovação”, com Carlos Agrellos, Manuel Lobo e o master of wine Dirceu Vianna Junior

Para comprar ingressos e consultar a programação completa, acesse <https://vinhosdeportugal.com.br/>

que o público possa experimentar algo novo e que não seja apenas uma repetição daquilo que já tomou”, diz Lucki. “Neste ano teremos vinhos que nem eu nem o Dirceu [o master of wine Dirceu Viana Junior] tomamos, que serão novidades pra nós e faremos essa experiência com público.”

Entre os grandes vinhos desta edição há o Pêra-Manca, em São Paulo, e o Barca Velha, no Rio. O Pêra-Manca, do Alentejo, produzido pela Cartuxa, chega aqui pela Adega Alentejana e tem preço na faixa de R\$ 5,1 mil, já o Barca Velha, da Casa Ferreirinha, no Douro, é importado pela Zahil e custa cerca de R\$ 10 mil. “Não quis colocar esses dois ícones na mesma cidade”, diz

Lucki, que também destaca o Tapa-da do Chaves, branco como um dos seus vinhos preferidos de Portugal (Adega Alentejana, R\$ 425).

O evento se inicia num momento especialmente promissor. É que na contramão do mercado global, que tem registrado queda na venda de vinhos, o Brasil teve alta de consumo. Dados da Organização Internacional da Vinha e do Vinho (OIV) indicam que em 2025 o brasileiro consumiu 440 milhões de litros, entre rótulos nacionais e importados, uma alta de 41,9% comparada ao ano anterior, enquanto o consumo mundial caiu 2,7% no mesmo período.

“Isso é particularmente instigante, porque entre os vinhos im-

portados, os de categoria premium, super premium ou luxury, que são os mais caros, Portugal cresceu 20%, enquanto países como Chile e Argentina experimentaram quedas”, afirma Carlos Abar, diretor da CRA Business, consultoria e informação estratégica, que monitora as Américas.

Nesta temporada paulistana, o Vinhos de Portugal vai trazer cerca de 700 rótulos de 77 produtores, que devem apresentar safras novas nos diversos horários do salão de degustação, onde aqueles que fazem os vinhos e o público se encontram e conversam num clima informal.

Além disso, há várias atividades gratuitas para quem estiver passeando pelo shopping: informações de enoturismo, conversas em volta de um copo de vinho, wine-bar e comidinhas.

O Vinhos de Portugal 2026 é uma realização dos jornais Valor, “O Globo” e “Público”, em parceria com a ViniPortugal, com a participação do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto; apoio do Turismo de Portugal, das Comissões dos Vinhos de Lisboa, Dão, Alentejo, Vinhos Verdes, Agências Regionais de Promoção Turística Centro de Portugal, do Porto e Norte e do Alentejo – Cofinanciados pela União Europeia através do Programa Compete 2030, Quinta do Paral, queijos Président e Granfino, água oficial Águas Prata, cia. aérea oficial TAP Air Portugal, local oficial Shopping JK Iguatemi (SP), Jockey Club Brasileiro (RJ), loja oficial Woods Wine, assessoria de imprensa InPress Porter Novelli, promoção Clube O Globo, rádio oficial CBN e curadoria Out of Paper.

Curtas

HP supera projeções

As ações da HP subiam fortemente na noite desta quarta-feira (27), após a fabricante de computadores reportar resultados do segundo trimestre fiscal acima do esperado. A HP registrou lucro ajustado de US\$ 0,86 por ação no trimestre encerrado em 30 de abril, bem acima das estimativas de Wall Street, de US\$ 0,71 por ação, de acordo com a FactSet. A receita do trimestre, de US\$ 14,4 bilhões, também superou as estimativas dos analistas, que previam US\$ 14 bilhões.

O trimestre da Salesforce

A Salesforce, empresa de software de gestão de relacionamento com clientes (CRM) na nuvem, apresentou lucro líquido de US\$ 2,1 bilhões no trimestre encerrado em 30 de abril, resultado 36,7% superior ao ganho líquido obtido um ano antes. A receita cresceu 13% a US\$ 11,1 bilhões.

Debate

Debora Leite
Do Rio

O acesso a financiamento, inclusive a programas apoiados pelo Estado, e um ambiente mais estável para atrair capital privado estão entre os principais desafios do mercado audiovisual brasileiro, segundo especialistas do setor que participaram ontem (27) do Rio2C, encontro de criatividade, inovação e negócios da América Latina, que começou na terça-feira e vai até domingo (31), no Rio.

No sábado (30), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva é esperado no Rio2C para lançar, oficialmente, uma política de Estado para o audiovisual. O programa, construído ao longo de 2025, vai considerar a cadeia produtiva do audiovisual, com oferta de linhas de cré-

dito, políticas de exportação, combate à pirataria, ampliação de fundos públicos e integração do setor à agenda de transformação digital da indústria brasileira.

“O audiovisual não é apenas cultura. É indústria, inovação, tecnologia, emprego e exportação”, disse, na segunda-feira (25), o ministro Márcio Elias Rosa, do MDIC. “Cada R\$ 10 milhões investidos no audiovisual geram impacto estimado de R\$ 12 milhões no PIB.”

Na ocasião, Rosa se reuniu com representantes do setor no Rio, quando anunciou a inclusão da cadeia produtiva do audiovisual na política industrial da Nova Indústria Brasil (NIB). O movimento busca transformar o setor em eixo estratégico de desenvolvimento econômico, inovação e projeção internacional do país.

Ontem (27), no Rio2C, o tema também esteve em pauta no pai-

nel “O Brasil no mapa de investimento”, que discutiu mecanismos de financiamento e estratégias para ampliar a atração de capital. Os painelistas defenderam maior previsibilidade regulatória e integração entre União e governos subnacionais.

Marconi Viana, gerente de pesquisa e planejamento do BNDES, disse que o banco trabalha para consolidar o audiovisual como indústria, ampliando o acesso do setor a instrumentos de financiamento: “No momento que o setor passa a se enquadrar como indústria, ele pode recorrer a vários outros tipos de instrumentos de benefício público.”

Segundo ele, o banco também busca desenvolver modelos capazes de atender empresas menores e projetos em estágio inicial: “O crédito funciona para empresas mais consolidadas,

mas ainda existe dificuldade para empresas menores, porque o audiovisual é uma economia baseada em intangíveis”, afirmou.

Na mesa, o gerente do BNDES lembrou que o banco atua no setor desde 1995, e destacou o programa BNDES FSA Audiovisual, lançado em 2024 em parceria com a Ancine e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). Viana afirmou ainda que a intenção é transformar os atuais mecanismos em políticas permanentes: “A ideia é que isso deixe de ser uma política de governo e passe a ser uma política de Estado”, disse.

Leonardo Edde, presidente da RioFilme, afirmou que o setor precisa construir um ambiente mais estável para atrair capital privado: “A gente precisa gerar segurança para os investidores. Sem diversidade de fontes e pla-

nejamento claro, é impossível gerar previsibilidade.”

Outra mesa realizada nesta quarta-feira (27) no evento abordou os impactos do edital “Arranjos regionais”, conduzido pelo Ministério da Cultura e pela Ancine. O programa prevê R\$ 520 milhões do Fundo Setorial do Audiovisual e outros R\$ 111 milhões em contrapartidas estaduais e municipais, totalizando cerca de R\$ 630 milhões em investimentos.

A secretária de financiamento da Ancine, Fabiana Trindade, disse que a iniciativa fortalece a coordenação entre União, Estados e municípios. “Deixamos de fazer uma política pontual para fazer política de Estado com continuidade e planejamento.” Segundo dados apresentados, foram selecionados 41 arranjos regionais, de 24 Estados e 17 municípios.

Empresas

Tecnologia Os recursos serão aplicados em quatro centros de dados dedicados a aplicações de IA

Ascenty vai investir R\$ 6 bilhões no Brasil

Daniela Braun
De São Paulo

A multinacional de infraestrutura de centros de dados Ascenty iniciou um investimento de US\$ 1,2 bilhão (cerca de R\$ 6 bilhões) em quatro “data centers” dedicados a aplicações de inteligência artificial (IA) generativa no interior e na grande São Paulo.

O primeiro centro de dados será inaugurado no terceiro trimestre de 2027, em Sumaré (SP), onde a Ascenty já conta com dois prédios em operação.

A operação Sumaré 3 consumirá um investimento de US\$ 720 milhões (R\$ 3,6 bilhões) e será a primeira na América Latina projetada para suportar cargas de trabalho em larga escala (hyperscale, no jargão do setor) de inteligência artificial, informou a companhia nesta quarta-feira (27).

O plano também contempla investimentos de US\$ 360 milhões (R\$ 1,8 bilhão) na expansão do segundo centro de dados da Ascenty em Vinhedo (SP) e na construção de um terceiro “data center” no mesmo local, com início das obras previsto no terceiro trimestre deste ano e inaugurações planejadas a partir do quarto trimestre de 2027.

A expansão inclui um investimento de US\$ 120 milhões (R\$ 609 milhões) no sexto data center da companhia em Osasco, na região metropolitana de São Paulo, previsto para entrar em funcionamento em maio do próximo ano.

Os recursos para o plano de expansão serão divididos entre o caixa da empresa, uma emissão de debêntures e uma captação junto aos controladores: a gestora de investimentos canadense Brookfield e o fundo de investimentos Digital Realty, com sede nos Estados Unidos.

“Temos ‘equity’ de dois acionistas bem robustos em termos financeiros, geração de caixa da própria operação que estamos conduzindo há 16 anos, e também faremos uma captação no mercado financeiro, em termos de dívida”, disse o executivo-chefe (CEO) da Ascenty, Christopher Torto, ao **Valor**.

No ano de 2025, a Ascenty apresentou lucro líquido de R\$ 298,9 milhões, revertendo prejuízo líquido de R\$ 855,6 milhões em 2024. A receita líquida alcançou R\$ 1,7 bilhão e cresceu 10,3% ante o resultado do ano anterior (R\$ 1,5 bilhão). A empresa encerrou o ano de 2025 com dívida líquida de R\$ 5,3 bilhões, conforme o balanço anual



“Os [novos] centros de dados já estão completamente lotados”
Christopher Torto

divulgado em 30 de janeiro.

Atualmente, a companhia conta com 40 centros de dados, sendo 26 em operação no Brasil, Chile, México e Colômbia, e 14 em construção.

Segundo o executivo, os novos centros de dados somam 150 megawatts (MW) de capacidade computacional, que já estão contratadas por grandes multinacionais de tecnologia americanas e de outros países.

“Os [novos] centros de dados já estão completamente lotados. Não é uma previsão de investimento para fecharmos contratos no futuro”, afirmou Torto. Os nomes dos clientes das operações não foram informados.

Torto nota que o mercado está aquecido mesmo sem perspectivas de aprovação do Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter (Redata).

A medida provisória que prevê isenções fiscais a equipamentos de IA para centros de dados no Brasil perdeu a validade no fim de fevereiro e o governo tenta avançar com a proposta por meio do projeto de lei 278/2026.

“Olhando o mapa global, o Brasil pode ser um dos quatro polos realmente de IA, porque gera mais energia do que consome, gera energia renovável e por um terço do preço do resto do mundo”, afirmou o CEO da Ascenty. “Quando você compara o Brasil a outros polos [de centros de dados] que estão surgindo como Malásia e Finlândia, o país pode ser um dos mais atraentes do mundo se os incentivos fiscais já previstos pela Reforma Tributária forem antecipados pelo Redata”, completou.

O salto de consumo energético de um centro de dados tradicional para uma operação de inteligência artificial chega a ser de mais de sete vezes, observou o executivo-chefe da Ascenty.

“O sistema de refrigeração, por ‘liquid cooling’ [refrigeração por fluxo de água reutilizável] vai diretamente no chip, já que a densidade energética de 8 kilowatts (kW) por rack [estruturas que abrigam equipamentos em centros de dados] vai para 60 kW e até 1 MW por rack”, compara o executivo.

O abastecimento se baseia na construção de sistemas próprios de geração de energia e em parcerias. A Ascenty está construindo uma subestação e uma linha de transmissão de 30 quilômetros para atender o centro de dados de Sumaré e fará o mesmo em Vinhedo, informa o executivo.

Em janeiro, a Ascenty fechou uma parceria avaliada em mais de US\$ 500 milhões com a geradora Casa dos Ventos para fornecimento de energia renovável, solar e eólica, a seus “data centers”, informou a Reuters. O acordo prevê a entrada da Ascenty como sócia em dois novos empreendimentos que estão sendo desenvolvidos pela empresa de energia.

Agronegócios

Por **GLOBAL**

Políticas Projeto, que criou o Profert, também prevê fundo de apoio e cotas de oferta local para estimular a produção no Brasil

Câmara aprova benefício fiscal de até R\$ 10 bi para fertilizantes

Ruan Amorim, Beatriz Roscoe e Érica Ribeiro
Brasília

A Câmara dos Deputados aprovou ontem (27) o projeto de lei que cria o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes (Profert) e estabelece incentivos fiscais para ampliar a produção nacional do setor. A matéria foi aprovada com alterações pela Câmara dos Deputados e, por isso, retornará ao Senado.

A medida busca reduzir a dependência do agronegócio brasileiro de fertilizantes importados e é discutida em um momento em que a guerra no Oriente Médio afeta a produção e circulação de fertilizantes críticos para a agricultura mundial. Atualmente, o Brasil importa 85% de todos os fertilizantes que consome.

“Corremos um risco de falta de alimentos no Brasil e no mundo. É uma questão econômica, mas, muito mais, de segurança alimentar”, disse o deputado Junior Ferrari (PSD-PA), relator que apresentou o substitutivo, segundo a Agência Câmara de Notícias.

O texto aprovado na Câmara substitui a versão original do projeto, que previa a suspensão de tributos para empresas que investissem na implantação, ampliação ou modernização de fábricas e infraestrutura do segmento de fertilizantes.

2%
será a cota de adubo nacional em 2027

Com a extinção gradual do PIS/Pasep, da Cofins e do IPI prevista a partir de 2027, o novo parecer reformulou o programa e passou a priorizar mecanismos de crédito tributário, financiamento e incentivos à produção nacional.

A proposta prevê a criação de um crédito fiscal equivalente a até 20% dos gastos com produção nacional. O benefício terá limite de R\$ 2 bilhões por ano entre 2027 e 2031, podendo somar até R\$ 10 bilhões no período.

Os créditos serão distribuídos por meio de processo concorrencial e poderão ser utilizados para compensação tributária, conversão em créditos da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) ou ressarcimento financeiro. Entre os itens contemplados estão ureia, nitrato de amônio, fosfatos, cloreto de potássio, amônia, enxofre,

ácido fosfórico, além de bioinsumos e biofertilizantes.

O projeto também institui um crédito financeiro extraordinário de até R\$ 1 bilhão para 2026, voltado a produtores e importadores que repassarem o incentivo aos preços finais dos fertilizantes.

A proposta ainda prevê a criação do Fundo de Estímulo à Produção Nacional de Fertilizantes (FPNF), destinado ao financiamento da cadeia produtiva nacional. O fundo poderá oferecer garantias de crédito, mecanismos de equalização de juros, contratos por diferença e apoio a iniciativas de pesquisa, inovação e desenvolvimento tecnológico.

Além disso, o texto autoriza o BNDES a disponibilizar linhas de financiamento para modernização, expansão e reativação de fábricas, além de investimentos em



Junior Ferrari (PSD-PA): corremos um risco de falta de alimentos no Brasil

logística e infraestrutura ligados à produção de fertilizantes, bioinsumos e remineralizadores.

Pela proposta, os produtos comercializados no país deverão conter, inicialmente, ao menos 2% de fertilizantes nacionais a partir de julho de 2027. Esse percentual aumentará progressiva-

mente até alcançar 10% em 2037.

O texto também autoriza o Conselho Nacional de Fertilizantes e Nutrição de Plantas (Confert) a ampliar essa participação para até 30%, desde que haja capacidade produtiva interna e estudos de impacto regulatório que justifiquem a medida.

Lucro do CTC caiu 5% no 4º trimestre da safra 2025/26

Balanco
Camila Souza Ramos
De São Paulo

Em um dos trimestres mais agitados de sua história, o Centro de Tecnologia Canavieira (CTC) acelerou seus investimentos entre janeiro e março, como a conclusão de sua indústria de sementes sintéticas de cana-de-açúcar, e ainda registrou um crescimento de receita com o avanço em participação de mercado. Por outro lado, o esforço resultou em gastos que diminuíram o lucro líquido do período, ainda que dentro do esperado.

O resultado líquido do quarto trimestre da safra 2025/26 (janeiro a março) foi positivo em R\$ 39,9 milhões, uma queda de 5,1% na comparação anual, enquanto o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) recuou 15,6%, para R\$ 60,6 milhões. A margem Ebitda do trimestre caiu 8,8 pontos na comparação anual, para 33,5%.



César Barros, do CTC: plantio das variedades lançadas em 2020 avança

Segundo Paulo Polezi, diretor financeiro do CTC, o resultado era esperado dados os projetos de investimento que ficaram concentrados no último trimestre da temporada. Além da conclusão da planta de sementes sintéticas, a companhia também fez o plantio

de 20 hectares com a nova tecnologia, e acelerou seu desenvolvimento e entrega de novas variedades.

No trimestre, o CTC lançou a Advana2, sua nova geração de variedade de cana-de-açúcar com melhoramento genético, menos de um ano após o lançamento da Ad-

vana1, a primeira dessa nova fase de desenvolvimento de cultivares da companhia. Como a primeira, a Advana2 também apresentou resultados de produtividade mais de 10% acima de suas competidoras, disse César Barros, CEO do CTC.

O CTC também concentrou esforços comerciais no último trimestre da safra relacionados à janela de plantio do setor canavieiro, o que ajudou a elevar as despesas operacionais, afirmou a companhia em relatório.

Os esforços da empresa para ampliar a penetração de suas variedades geraram frutos tanto no trimestre como no acumulado da safra. A receita líquida do CTC de janeiro a março cresceu 6,6%, para R\$ 121 milhões. Na temporada, a receita teve incremento de 11,3%, a R\$ 470,6 milhões.

O crescimento das receitas da companhia reflete o avanço da penetração das variedades mais recentes do CTC. Nos plantios da safra 2025/26 com variedades protegidas, 32% foram feitos com plan-

tas do CTC, um incremento de 6 pontos percentuais na participação de mercado em apenas um ano. “Foi o maior crescimento em um ano”, afirmou Barros. Segundo ele, o plantio das variedades lançadas em 2020 está em “franco crescimento”, enquanto o cultivo daquelas lançadas em 2023 também está “crescendo bem”, mas ainda com menor representatividade.

A expectativa, segundo ele, é que essa participação de mercado avance mais com a penetração das variedades lançadas no ano passado e neste. Apenas a variedade Advana1, lançada em 2025, já foi adotada por 268 produtores, um recorde para um primeiro ano de lançamento, segundo o CEO.

R\$ 39,9
milhões foi o lucro do quarto trimestre

No acumulado da safra, os resultados comerciais e ganhos de eficiência operacional permitiram que o CTC registrasse um aumento de 23,2% em seu lucro líquido, que totalizou R\$ 216,5 milhões. O Ebitda da safra subiu 10,4%, a R\$ 218,7 milhões, e a companhia ainda encerrou a temporada com um caixa de R\$ 501,7 milhões.

Para esta safra (2026/27), o CTC ainda deve ter um nível relevante de investimentos para avançar no seu projeto de sementes sintéticas, mas o capex deve ser um pouco menor, segundo Polezi. Na safra passada, o capex ficou em R\$ 139,2 milhões, dos quais R\$ 100 milhões foram para a fábrica de sementes. Nesta temporada, boa parte será voltada ao plantio dos 100 hectares com sementes sintéticas. Segundo Barros, a companhia espera que o custo deste plantio por hectare já seja menor do que o dos primeiros 20 hectares, mas por enquanto ainda não está focada nesse indicador. “Ainda precisa ganhar escala”, disse.

Políticas PL, com regras que desagradaram ao governo, foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, mas ainda não foi pautado para ir ao plenário

Projeto sobre renegociação de dívidas rurais deverá ser votado só em junho

Rafael Walendorff, Murillo Camarotto e Gabriela Guido
De Brasília

O plenário do Senado deve votar somente no início de junho o projeto de lei (PL) que cria linhas de crédito para a renegociação de dívidas por produtores rurais. Ontem, após tentativas frustradas de um acordo com o Ministério da Fazenda, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal aprovou o PL 5.122/2023 que trata das dívidas com regras que alcançam valores superiores aos defendidos pela equipe econômica do governo.

Diante das discordâncias entre os senadores e o Ministério da Fazenda sobre a proposta, o texto aprovado na CAE não foi pautado pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP) para ir ao plenário ontem. A matéria não foi incluída depois que lideranças governistas protestaram, argumentando que a proposta acarreta um impacto orçamentário elevado. Senadores ligados ao agro fizeram apelos pela votação ainda ontem, mas não foram atendidos.

Além da resistência do governo, os termos e condições do projeto aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado foram considerados inexecutáveis por fontes do sistema financeiro ouvidos pelo **Valor**. (ver abaixo)

Os valores a serem repactuados não estão fechados, mas defensores da proposta afirmam que o texto poderá alavancar a renegociação de até R\$ 200 bilhões de dívidas estressadas no campo, sobretudo no Rio Grande do Sul. Governo e críticos da proposta dizem que ela é abrangente, englobando R\$ 1,4 trilhão em operações de financiamentos rurais e pode afetar o ritmo de novas concessões de crédito para agricultores e pecua-



Renan Calheiros (MDB-AL) e Tereza Cristina (PP-MS) na sessão da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado

ristas neste e nos próximos anos.

O relator do projeto, senador Renan Calheiros (MDB-AL), apresentou um novo parecer ontem em que incorporou alguns ajustes sugeridos pela equipe econômica. A principal mudança foi a inclusão da regra de enquadramento dos beneficiários da renegociação, baseada na comprovação de até duas perdas acima de 30% entre 2019 e 2025. Os prejuízos podem ter sido causados por adversidades climáticas ou queda de preços das commodities agrícolas.

O texto manteve a autorização para uso de recursos do superávit financeiro de 2025 e 2026 do Fundo Social do Prê-Sal e de outros fundos públicos para bancar a renegociação das dívidas rurais, mas retirou a referência a limites globais fechados. Ou seja, deixou em aberto a

definição do valor total da linha especial para o Poder Executivo. O governo é contra o uso de recursos desses fundos.

“Ao autorizar uso do Fundo Social como fonte para linha de financiamento o projeto oferece opção para que o governo atue sobre uma realidade que atinge milhares de produtores, permitindo a retomada da sua capacidade produtiva”, disse Renan Calheiros na sessão da CAE que votou o projeto.

“O texto aprovado equilibra responsabilidade fiscal, não retira a autonomia de ação do Poder

Executivo e está com foco principal na urgência de apoiar o setor produtivo, justificando plenamente sua aprovação nos termos da construção do parecer atual. Lamento, mais uma vez, não efetivarmos na plenitude o acordo, que, mais uma vez, foi esboçado ontem (terça) no Ministério da Fazenda”, acrescentou o senador.

A principal diferença em relação à proposta encaminhada na terça-feira (26) pelo governo está no alcance da renegociação. A proposta da Fazenda criava linhas de crédito rural com recursos controlados e recursos livres das instituições financeiras para a composição de dívidas. O foco estava em operações de crédito rural de custeio, comercialização, industrialização e investimento, desde que cumpridos critérios de inadimplência, prorro-

R\$ 200
bi é o valor previsto
no projeto de lei

Para bancos, PL poderá impactar crédito ao setor

De Brasília e São Paulo

A aprovação do projeto de renegociação de dívidas rurais pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado ligou um alerta amarelo entre integrantes do sistema financeiro. Sob reservas, fontes do segmento disseram ao **Valor** que os termos previstos são inviáveis e que podem impactar o ritmo de concessão do crédito rural no país nos próximos anos.

Isso porque o texto aprovado não prevê um limite do montante de dívidas que poderão ser renegociadas e pode significar um custo alto para a União, disse uma fonte graduada. Na proposta mais restrita do governo, encaminhada ao Senado na terça-feira, seriam cerca de R\$ 120 bilhões passíveis de renegociação. Representantes do setor produtivo e parlamentares envolvidos na discussão falam

em cerca de R\$ 200 bilhões pelas condições do parecer do senador Renan Calheiros (MDB-AL).

Um executivo do sistema financeiro avaliou o projeto como inexecutável. “Ele acaba com o crédito rural no Brasil pelos próximos anos”, disse. A avaliação é que o governo pode vetar boa parte do texto, se for aprovado pelos plenários do Senado e da Câmara.

A expectativa leva em conta os cálculos feitos pelo Ministério da Fazenda sobre custos e abrangência da renegociação das dívidas nos termos do projeto. Pela análise do governo, a proposta abrangerá até R\$ 1,4 trilhão em operações, com custo superior a R\$ 800 bilhões nos próximos 13 anos.

Nos corredores próximos ao plenário da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, onde o projeto foi aprovado ontem, integrantes da base governista afirma-

vam, sob anonimato, que alguns bancos poderão acionar a Justiça para frear o andamento do projeto de renegociação das dívidas.

Questionado sobre uma possível reação contrária dos bancos, o deputado Pedro Lupion (Republicanos-PR), presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), descartou possibilidade de boicote. “Não acredito que vão fazer isso. Hoje as carteiras de agro são ativos superimportantes para os bancos. Eles estão participando ativamente disso, as empresas estão sendo financiadas por isso”.

No fim do dia, ontem, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) defendeu uma revisão da proposta de renegociação de dívidas aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Em comunicado, a entidade disse reconhecer a importância do projeto. Observou, no entanto,



Pedro Lupion: carteiras do agro são ativos importantes para os bancos

que a versão atual do texto pode alterar o equilíbrio das operações de crédito rural e a gestão de risco das instituições financeiras. “Ajustes estruturais na proposta são cruciais, para evitar que a medida possa produzir efeitos contrários aos pretendidos, penalizando justamente os produtores rurais, ao encarecer e dificultar o acesso ao crédito”, afirmou a Febraban.

Na visão dos bancos, o texto gera insegurança jurídica sobre ações de execução de garantia e recuperação de crédito. Também ‘desalinha’ riscos e o que a entidade chama de racionalidade econômica das operações. A consequência seria um desestímulo à concessão de crédito, encarecimento e restrição de oferta. (Rafael Walendorff e Raphael Salomão)

Câmara aprova proposta que reformula seguro para o campo

Érica Ribeiro, Ruan Amorim e Beatriz Roscoe
De Brasília

A Câmara dos Deputados aprovou ontem (27) projeto de lei (PL) que reformula o seguro rural e prevê condições mais vantajosas para operações de crédito rural amparadas pelo seguro, como taxas de juros menores, prazos diferenciados e prioridade na concessão de financiamentos. Como o texto recebeu alterações, a proposta retornará ao Senado para nova análise.

De autoria da senadora Tereza Cristina (PP-MS), o projeto foi relatado na Câmara pelo presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), Pedro Lupion (Republicanos-PR).

De acordo com o relator, a

proposta é um instrumento essencial para a proteção dos produtores rurais contra os riscos inerentes à atividade agropecuária, sobretudo o climático, o sanitário e o de preço.

No texto, ele reforça que, apesar dos avanços com a Lei da Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, de 2003, a penetração do seguro no meio rural brasileiro ainda é muito reduzida e que essa baixa cobertura decorre “da complexidade dos marcos normativos, da insuficiência de recursos direcionados à subvenção, das incertezas inerentes ao acesso aos programas governamentais e das dificuldades operacionais enfrentadas por produtores e seguradoras”.

Entre as alterações feitas pelos deputados no texto do projeto

está a inclusão da possibilidade de usar recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) para reforçar o seguro rural.

Pelo projeto, o governo poderá direcionar parte dos recursos anuais do Proagro para o seguro rural. A medida, no entanto, dependerá da disponibilidade orçamentária e não poderá comprometer a capacidade de operação e atendimento do programa.

Novo texto prevê uso de parte dos recursos do Proagro para o seguro rural

Além disso, a proposta prevê, ainda, que o prêmio do seguro será subsidiado por fundo que conta com recursos públicos. A matéria tenta viabilizar o chamado Fundo Catástrofe, de 2010.

Na avaliação de deputados defensores da matéria, esse mecanismo não funciona “corretamente” porque a legislação atual dificulta sua viabilidade. Nesse sentido, a proposta permite que o fundo possa receber ações de empresas nas quais a União tenha participação minoritária. A proposta também prevê que o conselho diretor do fundo definirá quais operações poderão ou não ser cobertas.

Além disso, o texto permite que seguradoras que não atuam no programa, resseguradoras, empresas das cadeias produtivas e co-

operativas agropecuárias, possam participar como cotistas do fundo.

Na avaliação dos parlamentares, outro entrave para a operacionalização do fundo é a possibilidade de fim da isenção de tributos federais sobre operações de seguro rural. Pela regra atual, o benefício poderia ser encerrado a partir de 1º de julho do ano seguinte ao início das atividades do fundo. O projeto retira essa previsão e, na prática, preserva a isenção tributária.

O projeto de lei também mantém os recursos destinados ao Seguro Rural dentro do orçamento do Ministério da Agricultura. Além disso, proíbe o bloqueio ou contingenciamento de recursos destinados a despesas obrigatórias, entre elas os subsídios ao seguro rural.

Balanço
Lucro do CTC
teve queda
de 5% no
quarto trimestre
da temporada
2025/26

B7

Entrevista
Liquidação do BRB levaria a um rombo de R\$ 17 bilhões no FGC, diz Durigan, da Fazenda **C8**



Caso Master
Uso do FGC para RPPS desvirtuaria fundo e elevaria custo ao sistema financeiro **C3**

Pagamentos
Alelo busca diversificação e muda meta para 2030 após nova regulação **C7**

Risco soberano
Dívida pública federal tem emissão recorde e beira os R\$ 230 bi **C2**

Valor C
Quinta-feira, 28 de maio de 2026

Finanças

Mercados Avanço de ações de chips se estende à Ásia; bolsa de Seul acumula alta de 95% no ano

Wall Street dobra aposta em IA e vive euforia com novos recordes

Artur Scaff
De São Paulo

Os mercados globais embarcaram de vez em um sentimento favorável a ações ligadas à inteligência artificial (IA). Com o peso crescente desses papéis nas bolsas americanas, os índices acionários em Wall Street seguem em níveis recordes e nem mesmo a incerteza derivada da guerra no Irã fere o otimismo dos agentes em torno do tema, na medida em que empresas como Micron Technology e a sul-coreana SK Hynix alcançaram a marca de US\$ 1 trilhão em valor de mercado e o índice Kospi, da Bolsa de Seul, já encosta em 100% de valorização no acumulado do ano.

Desde a mais recente rodada de divulgação de balanços em Nova York, a indicação de que as big techs devem continuar investindo valores bastante elevados em IA fortaleceu a sensação no mercado de que ainda há espaço para algumas ações continuarem a subir, sobretudo as fabricantes de semicondutores. O “capex” (despesa de capital) das big techs destinado à IA já começa a se aproximar de US\$ 1 trilhão nos cálculos de algumas casas.

A partir daí, papéis de empresas como SK Hynix, Micron e TSMC passaram a exibir ganhos ainda mais relevantes. Diante da forte participação das empresas de tecnologia na composição do S&P 500 e em índices como o sul-coreano Kospi e o taiwanês Taixex, o mercado “abraçou” a compra desses índices e papéis específicos como uma aposta na IA neste momento.

Do ponto mais baixo para as bolsas de Nova York desde o início da guerra no Irã, o S&P 500 já subiu

mais de 18% e, assim, se aproxima do território de “bull market” (mercado altista, configurado quando há uma alta de 20%) — algo que já foi alcançado pelo Nasdaq, que avança 28% no período.

No encerramento da sessão de ontem, o índice Dow Jones subiu 0,36%, aos 50.644 pontos; o S&P 500 subiu 0,02%, aos 7.520 pontos; e o Nasdaq eletrônico teve alta de 0,07%, para 26.674 pontos.

E é justamente com base na tese construtiva em relação à IA que alguns bancos em Wall Street têm se apoiado para revisar para cima as projeções para as bolsas americanas. Ontem, foi a vez do Goldman Sachs, que passou a projetar o índice S&P 500 em 8 mil pontos no fim do ano e em 8.300 pontos em 12 meses. Parte da revisão veio de um aumento nas projeções de lucro por ação do S&P 500. Agora, o banco espera que o lucro das empresas que compõem o índice cresça 24% neste ano e 13% em 2027.

O Morgan Stanley também prevê que o S&P 500 atingirá o nível de 8.300 pontos em 12 meses e justificou o novo cenário-base pela expectativa de que os EUA entrarão em um forte ciclo econômico, impulsionado por resultados trimestrais robustos e pela adoção mais disseminada da IA.

“A resiliência dos resultados corporativos corrobora nossa visão, apesar do risco geopolítico, das

US\$ 1 tri
foi o valor de
mercado atingido por
Micron e SK Hynix



Torsten Slok, da Apollo Global Management: investimentos bilionários com inteligência artificial não estão sensíveis a taxas de juros mais altas

preocupações com o crédito privado e da disrupção da inteligência artificial”, argumenta a equipe de estrategistas do Morgan Stanley liderada por Michael Wilson. Como justificativa adicional, o banco observa que houve uma surpresa de 6% no crescimento dos lucros do S&P 500 no primeiro trimestre, o maior nível em quatro anos.

Na Ásia, a tese de IA se mostra mais forte no sul-coreano Kospi e no taiwanês Taixex. No acumulado do ano até o pregão de ontem, o Kospi subiu 95,26%, enquanto o Taixex avançou 52,80%.

O movimento mais recente dos papéis de semicondutores nesta semana veio após o UBS triplicar o preço-alvo das ações da Micron, o que ajudou a puxar para cima o desempenho da SK Hynix. Além disso, o HSBC Private Bank também se mostrou otimista e ajudou a alimentar o rali, ao avaliar que o mercado ainda subestima a IA.

Vale notar que o otimismo com as techs nos mercados globais ocorre apesar de um aperto relevante nos juros de mercado, com as taxas de longo prazo em níveis bastante elevados ao redor do globo. Nos EUA, ainda que seja crescente a precificação no mercado na direção de uma alta nos juros americanos pelo Federal Reserve (Fed, banco central americano), o que tem deixado os juros em níveis altos, as bolsas em Nova York continuam a se valorizar.

Na avaliação do economista-chefe da Apollo Global Management, Torsten Slok, a dinâmica dos

juros americanos é agravada pela redução do grau de sensibilidade da economia americana aos juros mais altos e um dos motivos é, justamente, o “capex” bilionário na IA. Ele observa, em particular, que as taxas de juros mais restritivas não têm desacelerado a atividade econômica ou a inflação no país. “Em resumo, os juros podem continuar subindo, porque os aumentos não estão desacelerando a economia e a inflação”, diz.

Para Slok, o Fed tem travado uma batalha contra o receio dos investidores de “perder” o “boom” de IA, o que tem contribuído para as pressões inflacionárias. A alta dos juros de mercado, que usualmente restringe o grau de investimento, não tem surtido o efeito esperado na economia americana, visto que os gastos com IA têm pouca sensibilidade ao grau de restrição da política monetária.

“Não importa o que o Fed faça. Há um medo de ficar de fora (FOMO) entre os ‘hyperscalers’, e os gastos com IA não são sensíveis a taxas de juros mais altas”, disse Slok. Esse receio está nas projeções de capex de empresas do setor, que devem atingir US\$ 905 bilhões em 2027, segundo o Goldman Sachs.

Na sessão de ontem, mesmo com a queda do petróleo, os juros dos Treasuries seguiram elevados: A taxa da T-note de dois anos ficou em 4,041% e a da T-note de dez anos, em 4,488%. *(Colaboraram Cristiana Euclides e Luana Reis)*

Leia mais nas páginas C2 e C5

Destaques

Aumento de capital do BRB

O Banco de Brasília (BRB), que aprovou em assembleia no mês passado um aumento de capital de até R\$ 8,8 bilhões, informou que fará uma homologação parcial intermediária desse aporte, visando permitir a celeridade no processo de autorização desse movimento pelo Banco Central (BC). “Caso venha a ser verificada a ocorrência de subscrição e integralização suficientes para atingir a subscrição mínima incondicionada à verificação da subscrição máxima e à subscrição de ações representando um determinado valor mínimo até o encerramento do período do direito de preferência, será realizada a homologação parcial intermediária do aumento de capital”, diz o banco em fato relevante, ressaltando que a homologação intermediária não resultará no encerramento do processo de aumento de capital. O BRB diz ainda que realizará um ou mais períodos de subscrição de sobras e/ou rateio, após os quais fará novas homologações parciais do aumento de capital. “Esse modelo permite que os recursos aportados passem a produzir efeitos no capital do banco de forma gradual, sem prejuízo das etapas remanescentes”, explica. *(Álvaro Campos)*

Reag sem acordo na CVM

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) rejeitou proposta de termo de compromisso de João Carlos Mansur, dono da Reag Capital Holding, e de Rodolfo Turelli, diretor financeiro da empresa. Os executivos são julgados pela não elaboração dos formulários de informações trimestrais referentes ao primeiro e ao segundo trimestre de 2025 e das demonstrações financeiras anuais completas de 2024. Eles atribuíram o atraso na entrega à demora da auditoria independente em terminar sua análise e propuseram pagar multa de R\$ 150 mil cada um para encerrar o processo. Embora a Procuradoria Federal Especializada junto à autarquia (PFE-CVM) tenha concluído não existir impedimento jurídico para o acordo, o Comitê de Termo de Compromisso (CTC) entendeu não ser “conveniente e oportuna” a aceitação, já que existem outros processos e procedimentos em andamento na CVM envolvendo o grupo Reag, “com possível atuação em desvio no âmbito do referido grupo”. Também ontem, a CVM multou em R\$ 210 mil Eduardo Garcia de Souza por exercício irregular da atividade de administração de carteira de valores mobiliários. O colegiado acompanhou o voto da diretora Marina Copola e decidiu pela condenação. *(Liane Thedim)*

A parte mais complexa de oferecer serviços financeiros **agora é a mais fácil com a QI Tech.**

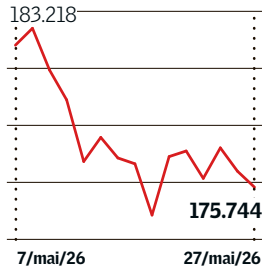
Por meio de soluções como Lending as a Service, Banking as a Service, Risk Solutions, FIDCs e mais, conectamos tecnologia e regulação em uma única infraestrutura. Uma forma fácil, rápida e, sobretudo, segura de oferecer serviços financeiros aos seus clientes — sem precisar se tornar um banco.



Finanças

Ibovespa

Em pontos



Queda de
0,48%

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

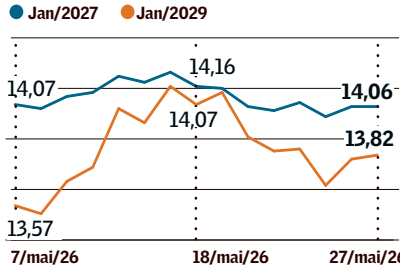
Bolsas internacionais

Variações no dia 27/mar/26 - em %

Dow Jones	0,36
S&P 500	0,02
Euronext 100	-0,27
DAX	-0,03
CAC-40	0,43
Nikkei-225	0,01
SSE Composite	-1,25

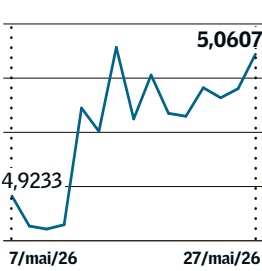
Juros

DI-Over futuro - em % ao ano



Dólar comercial

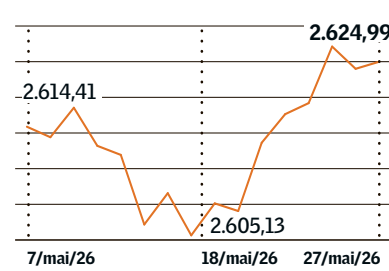
Cotação de venda - em R\$/US\$



Alta de
0,66%
em relação
ao real

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99



Ativos digitais Perfil abre contrato na plataforma de finanças descentralizadas Hyperliquid, que ganhou fama com negociações de futuros de bitcoin no modo 24x7

Ibovespa alavancado em ‘exchange’ traz incômodo a mercado regulado

Adriana Cotias e
Marcelo d’Agosto
De São Paulo

O lançamento de um contrato de Ibovespa alavancado em 20 vezes e que negocia 24 horas por dia, pela Hyperliquid, uma espécie de bolsa de futuros descentralizada que opera por meio de protocolo “blockchain”, trouxe incômodo para participantes do mercado regulado no Brasil.

Quem levantou a bola para o tema foi Alexandre Vasarhelyi, executivo-chefe de investimentos (CIO) da B2V Crypto, gestora de recursos que atua no universo dos ativos digitais e que criou o primeiro fundo dedicado no Brasil. Em seu perfil no LinkedIn, ele escreveu: “A B3 acaba de ser atropelada” porque a partir desta semana qualquer pessoa no mundo poderia operar o Ibovespa 24 x 7 x 365 na Hyperliquid, “a maior bolsa descentralizada do planeta”.

“Sem conta na corretora. Sem câmbio. Sem horário de pregão. Sem intermediário. O índice mais importante do Brasil agora tem preço em dólar, em tempo real, acessível de qualquer lugar. A B3 não fechou. Mas o monopólio, sim”, provocou.

Isso muda completamente o jogo do Ibovespa, respondeu um interlocutor que atua com compliance e IA aplicada a negócios. “Antes a gente falava de BDRs e ETFs como porta de entrada — agora o acesso direto 24/7 em dólar elimina ‘friction’ [fricção] e traz liquidez real”, escreveu. “Meu único ponto de atenção: essa exposição direta, sem os filtros de uma corretora local, pode puxar investidor despreparado pra alavancagem pesada. A educação financeira precisa correr atrás desse movimento.”

Sim, ele tem um ponto. Se a pessoa física se aventurar por algo assim pode de fato se machucar, mas seria mais nocivo do que as negociações de “day trade”, as compras e vendas de ativos no mesmo dia, com apoio da B3 e dos intermediários financeiros? Apesar das estatísticas desfavoráveis, esse tipo de operação, que tem o mérito de trazer liquidez para certos ativos, não para de aumentar.

Em conversa com o **Valor**, Vasarhelyi, um trader experiente que passou por instituições como Credit Suisse, Deutsche Bank e ING, explica que para investir no contrato é só preciso ter uma carteira de “stablecoins” ancoradas ao dólar e transferir a quantia necessária à garantia de margem.

Criada por um grupo de programadores em 2022, conside-



Pimenta, do BMA: “Teoricamente, bolsa e a CVM estão de mãos atadas”

rados a elite das transações de alta frequência, a Hyperliquid tornou-se conhecida no mundo cripto por disponibilizar contratos futuros de bitcoin em qualquer momento do dia. Um dos fundadores é Jeffrey Yan, que estudou matemática e ciência da computação em Harvard e é considerado um prodígio.

A “exchange” oferece a infraestrutura, não atua como contraparte, como ocorre nas negociações em bolsa, dentro do ambiente regulado. Qualquer pessoa pode comprar um “ticker”, um código de negociação, colocar preço e negociar. O perfil .xyz foi quem criou o contrato de Ibovespa alavancado, assim como vários outros.

O gestor estudou a Hyperliquid quando a companhia fez uma oferta de tokens e ele comprou cerca de 1% da carteira na emissão de ativos digitais, no que equivaleria a um oferta inicial no mercado de ações.

Ainda não há negociações com o contrato de Ibovespa alavancado, então isso não seria, por ora, motivo de preocupação para a B3, segundo um observador a par das questões concorrenciais que cercam a bolsa.

Uma atuação possível seria questionar a propriedade intelectual do índice. A A5X, uma nova infraestrutura de mercado brasileira focada em derivativos, licenciou, por exemplo, dados da B3 para desenvolver a criação de índices quando estreiar, entre o quarto tri-

mestre e o início de 2027. Mas como acionar um perfil .xyz já que a “exchange” é apenas uma infraestrutura e está no ambiente das finanças descentralizadas? “Não há com quem falar”, reconhece.

Esse interlocutor pondera que quem deve ser atraído para esse tipo de contrato é justamente a pessoa física. A preocupação é esse investidor se machucar e achar que o mercado de capitais é apenas um jogo. Uma alavancagem de 20 vezes não é, contudo, algo para amadores.

Sobre a hipótese de estratégias do gênero roubar em liquidez do Ibovespa futuro original da B3, ele avalia que, se o contrato ganhar adeptos, vai acabar servindo a operações de arbitragem, via robôs, e não necessariamente afetar de forma negativa o giro local. Mas pode, sim, afetar preços de mercado.

Diante da proliferação de ofer-

tas irregulares de contratos no exterior, a exemplo do Forex, a atuação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) se limita a emitir “stop orders” (a ordem para que as ofertas sejam interrompidas). Só que é o tipo de ação considerada ineficiente, porque “a CVM manda um e-mail que cai numa caixa postal em Cayman”, sem mais consequências, diz.

Uma saída seria usar a mesma estratégia adotada pela Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) em relação aos mercados preditivos, que, em parceria com a Anatel, impediu o acesso a sites mantidos no exterior a partir do Brasil.

Não há, contudo, uma atuação que configure uma oferta pública irregular pela Hyperliquid no país, diz Henrique Pimenta, sócio de Banking do BMA Advogados.

“Teoricamente, bolsa e a CVM estão de mãos atadas”, diz Pimenta, ainda que veja a supervisão preocupada com situações que guardam certa semelhança, como no caso do Forex, o mercado global que negocia pares de moedas. “Mas nele há, de fato, prospecção ativa no Instagram. No caso da plataforma blockchain ela não está no Brasil ainda que seja acessível aos brasileiros.”

Os protocolos de finanças descentralizadas (DeFi) estão na moda e tiram a figura da B3 e das corretoras do jogo, diz o especialista. Neles, não há modelos padronizados, preços estabelecidos e métricas de cálculo do ativo para se fechar negócios. “A rigor, as partes estabelecem o preço que quiserem, de forma bilateral. Tem um pouco a questão filosófica das finanças descentralizadas, mas também todos os riscos.” O principal é o de a contraparte não honrar o compromisso.

Já o ambiente regulado, com todos os seus intermediários, existe justamente para mitigar riscos e assegurar a liquidação de ativos e derivativos.

Foi após a crise das hipotecas de alto risco nos Estados Unidos, com a consequente quebra do Lehman Brothers e de outras instituições, que iniciativas fora do mercado convencional começaram a prosperar, junto com a evolução da tecnologia. “No final, o que se descobriu é que saíram vendendo derivativos que não tinham lastro. A DeFi surge nesse ambiente de querer estar fora do alcance de intermediadores e reguladores, fazer de forma direta”, lembra Pimenta.

E se não precisa de intermediário ou uma contraparte central, não há custos de observância regulatória, emolumentos e outras taxas que remuneram a cadeia de

distribuição. Também não há garantia de que não vá haver algum tipo de fraude e que os procedimentos anti-lavagem de dinheiro e de financiamento ao terrorismo estão sendo respeitados.

“Em tese, com o crescimento do ambiente de DeFi e ele se tornando mais popular, isso diminui um pouco o papel das bolsas e corretoras que negociam derivativos e valores mobiliários, esse é o receio dos players estabelecidos”, diz Pimenta.

O especialista cita que atualmente a bolsa, que ainda atua como um monopólio, mantém um market share robusto, não há grande preocupação — mas e no futuro?

“A exchange tem 12 funcionários, uns caras que entraram com protocolo de blockchain de smart contract rodando sem auditoria. Se isso ganhar tração pode reduzir a liquidez da bolsa, ainda mais se tratando de ativos do universo cripto. Quem negocia bitcoin, ethereum já é familiarizado e gosta disso. [O contrato de Ibovespa alavancado] atrai esse público, é o pessoal jovem, inovador.”

Sem citar nomes, Rafael Furlanetti, presidente da Associação Nacional das Corretoras e Distribuidoras de Valores Mobiliários, Câmbio e Mercadorias (Ancord), diz estar preocupado com a “bagunça” das ofertas irregulares como Contratos por Diferença (CFD) e o Forex, que são “o Tigrinho do mercado de capitais”.

“O que está sendo oferecido para o cliente brasileiro por plataformas ilegais para vender um pedaço do céu, de forma irresponsável, sem controle de cadastro, compliance, tem se tornado incontrolável”, diz.

Ele cita que as estimativas são de que os valores negociados pelas plataformas ilegais, incluindo as bets, representem cerca de 50% do volume do varejo na B3. “Isso vende a promessa de um lucro que não existe, não tem que fazer o ‘know your client’ [conheça o seu cliente], há uma evasão grande de dinheiro.”

Furlanetti defende que Banco Central e CVM atuem fortemente contra esse tipo de “erva daninha” que consome parte da poupança do brasileiro. Fez uma reunião com o BC na semana passada e coordena outras agendas.

Uma das propostas, afirma, seria proibir o fechamento de câmbio que tenha como destino as plataformas ilegais. Outra ação possível seria a Anatel derrubar os sites domiciliados no Brasil. “Se atuar no câmbio, já mata boa parte do problema aí”, diz Furlanetti.

Real perde força em dia de queda do petróleo

Arthur Cagliari, Bruna Furlani,
Maria Fernanda Salinet
e Gabriel Roca
De São Paulo

Diante do recuo de mais de 5% do petróleo no mercado futuro, o real apresentou um dos piores desempenhos do dia entre as 33 moedas mais líquidas acompanhadas pelo **Valor** no pregão de ontem — ficando na frente apenas da rúpia da Indonésia. A queda nas cotações do óleo bruto também pesou sobre o Ibovespa, em um pregão em que blue chips de bancos não conseguiram oferecer suporte suficiente para manter o índice no campo positivo. Já os juros futuros voltaram a registrar alta leve.

Pela manhã, a divulgação de um rascunho de um acordo entre EUA e Irã pela TV estatal iraniana provocou um movimento relevante nos preços de petróleo, o que pesou sobre o dólar. Ainda que a Casa Branca tenha negado a veracidade do documento, o mercado continuou a embutir nos preços a expectativa de reabertura do Estreito de Ormuz e, assim, desfez parte dos “trades” que ganharam apelo nos mercados globais desde o início da guerra, como a compra do real frente ao dólar. Com isso, a moeda americana terminou o dia negociada a R\$ 5,0607, em alta de 0,66% frente à divisa brasileira.

“Nossa percepção é que há uma redução da compra do real com a queda recente do petróleo. Até o ‘Flávio Day’, a moeda foi um claro vencedor com a alta do petróleo e, até por isso, é natural haver alguma devolução desse bom desempenho com a queda hoje [ontem]”, avalia um profissional de uma importante gestora carioca.

Já o Ibovespa chegou a oscilar entre perdas e ganhos durante a manhã, mas passou a adotar uma tendência única ao longo da tarde. No fim do dia, o índice encerrou com queda de 0,48%, aos 175.744 pontos.

A piora mais intensa ocorreu após novas declarações do presidente americano, Donald Trump, feitas na segunda metade do pregão. Trump se mostrou insatisfeito com os termos da negociação com Teerã, acrescentando que não há neste momento discussão sobre o alívio de sanções contra o país.

Além das incertezas quanto à guerra, o movimento negativo no índice foi intensificado pelas perdas em ações da Petrobras. No fim, as preferenciais da petroleira recuaram 1,43%.

Blue chips de bancos também chegaram a subir com mais força, mas terminaram o pregão longe das máximas intradiárias, o que ajudou a ampliar as perdas do Ibovespa durante a sessão. No fim, as preferenciais do Bradesco foram destaque ao subir 0,90%. Da mesma forma, Vale exibiu valorização de 0,46%.

Participantes do mercado ressaltaram que papéis de empresas não ligadas à commodity, como bancos, têm performedo acima das demais blue chips em dias de recuo do petróleo, como foi o caso de ontem, embora as ações do setor bancário tenham perdido força na segunda metade da sessão.

Pressionados pela valorização do dólar contra o real, juntamente com dados mais fortes do que o esperado para o IPCA-15 (prévia da inflação) e incertezas sobre a guerra, os juros futuros fecharam em ligeira alta. A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2028 passou de 13,82% para 13,865%; e a do DI para 2029 subiu de 13,80% para 13,83%.

Dívida pública federal tem emissão recorde

Giordanna Neves e
Jéssica Sant’Ana
De Brasília

A emissão da Dívida Pública Federal (DPF) em abril foi recorde em termos nominais, alcançando quase R\$ 230 bilhões — o maior da série histórica iniciada em novembro de 2006, afirmou o coordenador-geral de Operações da Dívida Pública, Helano Borges Dias, após divulgação do Relatório Mensal da Dívida (RMD).

Segundo ele, as emissões foram

puxadas principalmente pelos títulos atrelados à Selic, as LFTs, que responderam por 56,1% do total emitido no mês passado. Em maio, acrescentou, esses papéis também seguem liderando as emissões da DPF. Segundo ele, o movimento é natural, já que, em momentos de maior incerteza, as LFTs passam a ter alta demanda, já que não incorrem em perdas caso a taxa de juros oscile e garantem ao portfólio boa rentabilidade e proteção contra a volatilidade.

Apesar de esses títulos aumen-

tarem o prazo médio da dívida, diminuindo o risco de rolagem, a elevada proporção desses papéis gera efeitos negativos ao suscitar um aumento na vulnerabilidade da dívida. Ainda assim, Dias disse que, por ora, a banda prevista no Plano Anual de Financiamento (PAF) é suficiente para permitir a emissão de um volume mais elevado de LFTs.

Pelos limites do PAF, a participação desses papéis deve variar entre 46% e 50% em 2026. Em abril, a fatia dos títulos

pós-fixados na DPF subiu para 48,59%, ante 47,71% em março.

O Comitê de Gestão da Dívida se reuniu em abril para discutir o PAF e, em agosto, será feita a segunda reavaliação do plano. Caso haja decisão de alterar os parâmetros do plano, a mudança será comunicada ao mercado, disse Dias.

Ele reconheceu que a demanda por LFTs depende do cenário internacional e das condições macroeconômicas domésticas e reiterou que o processo de consolidação fiscal é funda-

mental para que o país avance na redução da parcela de títulos pós-fixados na dívida pública.

A DPF terminou abril em R\$ R\$ 8,798 trilhões, alta de 1,91% em relação ao mês anterior em termos nominais. Houve ainda uma alta no colchão de liquidez da dívida pública, que terminou abril em R\$ R\$ 1,091 trilhão, contra R\$ 885,42 bilhões em março. O colchão é suficiente para cobrir 8,91 meses de vencimentos de títulos à frente, acima dos 5,69 meses do mês anterior.

Bancos Para especialistas, proposta do senador Renan Calheiros pode gerar insegurança jurídica e incentivar má gestão de riscos

Uso do FGC para RPPS desvirtuaria fundo e elevaria custo ao sistema

Álvaro Campos e Lais Godinho
De São Paulo

O projeto apresentado pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL) para estender a cobertura do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) a fundos de previdência de Estados e municípios que tiveram perdas com o Banco Master é alvo de críticas e tem pouca chance de prosperar. Especialistas e representantes do setor financeiro afirmam que a proposta pode gerar insegurança jurídica, elevar os custos dos bancos e desviar o FGC de sua função original. A medida também pode enfrentar questionamentos de constitucionalidade, sobretudo pela aplicação retroativa.

Para a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), o projeto cria uma distorção conceitual, já que fundos de pensão não captam depósitos. Segundo a entidade, fundos garantidores têm como função garantir a estabilidade financeira, evitando corridas bancárias, além de proteger a poupança popular, especialmente de famílias de menor renda e menor acesso à informação. “Investimentos de fundos de pensão não justificariam proteção via mecanismos de garantia de depósitos, nem se enquadrariam na lógica de proteção da poupança popular”, disse, em nota.

Larissa Arruy, sócia do Mattos Filho, também avalia que a proposta desvirtua a função original do FGC. “Não se trata, portanto, de uma estrutura voltada a atuar como garantidor ou ‘seguro’ para toda e qualquer modalidade de investimento no mercado financeiro, mas sim de um mecanismo de proteção de poupança popular, voltado especialmente para os clientes pessoas físicas”, afirmou.

Para Leandro Vilain, presidente da Associação Brasileira de Bancos (ABBC), sob o ponto vista técnico-jurídico, o projeto é uma “aberração”. “Ele incide em cima de um fato passado, fora que é quase uma expropriação de recursos privados [do FGC] para resolver um problema público. E o projeto cita nominalmente o Master. Nunca vi isso, uma lei citar um caso específico.”

O advogado Rafael Petracioli, especialista em recuperação de ativos judiciais e sócio do sócio do Rafael Petracioli Advocacia Corporativa, avalia que o efeito retroativo é o principal problema da proposta. “Se a ideia for fazer com que essa propositura retroaja para poder cobrir os prejuízos integralmente dos fundos de previdência dos fundos estaduais e municipais, a gente vai estar diante de uma inconstitucionalidade flagrante.”

O tamanho do FGC é calculado

com base em regras atuariais e a inclusão dos RPPS exigiria um crescimento significativo do fundo. “A medida [proposta por Calheiros] ampliaria bastante o escopo de cobertura do FGC, por não se enquadrar como mecanismo usual de garantias de depósitos e abre precedente para inclusão de outros ativos de mercado de capitais, desvirtuando a finalidade do FGC. Dessa forma, aumenta o custo”, disse a Febraban. “No fim das contas, o custo recairia sobre os depositantes”, acrescentou Vilain.

Para João Carlos Figueiredo, presidente da Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais (Abipem), usar a cobertura do FGC para os RPPS não é a solução. Entretanto, ele defende a aprovação de um projeto de lei que dê prioridade no recebimento dos valores previdenciários junto ao quadro de credores em caso de quebra de banco. “A resposta legislativa ao episódio do Banco Master deve ser firme, mas também institucionalmente cuidadosa. O problema não está em reconhecer a gravidade da perda potencial sofrida por RPPS. O problema está em converter essa gravidade em uma solução excepcional, retroativa e dirigida a um caso específico, mediante ampliação casuística da cobertura do FGC.”

Proposta revela o que o Brasil não aprendeu com o Master

Análise

Talita Moreira
São Paulo

A proposta do senador Renan Calheiros (MDB-AL) para que o Fundo Garantidor de Créditos (FGC) tenha de ressarcir fundos de previdência estaduais e municipais (RPPS) que aplicaram em letras financeiras do Banco Master mostra que a fraude promovida por Daniel Vorcaro trouxe menos aprendizados do que deveria.

Correligionários do próprio senador já admitem que o projeto de lei tem poucas chances de avançar, mas a mera apresentação da medida causou espanto.

Apresentada por Calheiros como uma defesa dos aposentados e pensionistas que saíram prejudicados pelo episódio, a proposta traria alívio apenas aos gestores profissionais pagos justamente para defender os interesses da população.

Pior: conforme as investigações da Polícia Federal, há indícios de que alguns investimentos foram feitos não com base em critérios técnicos, mas em troca de favores com o dono do Master.

Sinal disso foi a operação de busca e apreensão realizada na terça-feira contra o ex-governador do Rio Cláudio Castro (PL). De acordo com a PF, Castro mantém “vínculo próximo” com Vorcaro e teria agido politicamente para viabilizar investimentos de R\$ 3,7 bilhões do Rioprevidência no Master — parte disso, em letras financeiras, parte, na cadeia tortuosa de fundos do banco.

Ressarcir as perdas dos RPPS, portanto, equivaleria a cancelar que os malfeitos compensam. Além disso, deixa a sensação de

que os interesses ocultos que circulam por Brasília continuam mais vivos do que nunca, apesar de tudo que já se viu no caso Master — como a tentativa do senador Ciro Nogueira (PP-PI) de aumentar a garantia do FGC, patrocinada por Vorcaro.

O problema, entretanto, não é apenas moral. O projeto de lei deturpa completamente a natureza do FGC, entidade cujo objetivo é garantir a estabilidade do sistema financeiro. A cobertura oferecida pelo fundo é limitada a R\$ 250 mil por CPF ou CNPJ e se aplica a títulos bancários para captação essencialmente no varejo, como os CDBs — não é esse o caso das letras financeiras.

Cobrir perdas do pequeno investidor é a consequência e não a razão de ser do FGC. A ideia é que o “seguro” oferecido pelo fundo mitigue riscos e crises bancárias, dando segurança ao investidor. Não é (ou não deveria ser), na essência, um passaporte para ele aplicar suas economias tendo em vista apenas a taxa paga pelo emissor.

O Master seduziu depositantes com taxas de até 140% do CDI, mas não fez isso sozinho. O FGC foi usado como ferramenta de marketing por emissores e distri-

buidores de CDBs e outros títulos cobertos pelo fundo — o que incentivava o investidor a comprar sem se importar com o risco, pois sabia que seria ressarcido.

Essa é uma lógica já deturpada. A garantia do FGC jamais deveria ser o principal atributo de venda de um produto. Porém, é ainda pior estendê-la aos RPPS para ressarcir perdas de títulos não cobertos pelo fundo e provocadas por quem não honrou o dever fiduciário de proteger os interesses de aposentados e pensionistas.

A conta do caso Master para o FGC já soma mais de R\$ 50 bilhões, entre pagamentos de garantias a depositantes e perdas com empréstimos concedidos a instituições do conglomerado de Vorcaro. A essa cifra, podem ser acrescidos mais R\$ 17 bilhões se não houver acordo para socorrer o Banco de Brasília (BRB), como disse ao **Valor** o ministro da Fazenda, Dario Duri-gan. Essa conta será paga pelas instituições financeiras mantenedoras do fundo e, no fim do dia, pode aumentar o custo do crédito.

Desde antes da quebra do Master, as regras do FGC vêm sendo ajustadas com o objetivo de evitar que haja espaço para novos casos do gênero. Já foram adotadas medidas para desincentivar modelos de negócio baseados apenas na captação via fundo garantidor e para evitar o mau uso dos recursos tomados dessa maneira. Agora, estão em debate iniciativas voltadas a investidores e plataformas.

Todas essas rodadas de mudanças foram discutidas tecnicamente pelo Banco Central, pelo próprio FGC e pelo setor financeiro, e submetidas ao Conselho Monetário Nacional (CMN). É essa a instância adequada para debater eventuais novas alterações.

Ressarcir as perdas dos RPPS com o Master equivaleria a cancelar que os malfeitos compensam

CONTEÚDO PATROCINADO POR

JUSTIÇA & CIDADANIA

Novo videocast propõe debater temas jurídicos de forma clara e acessível

Na estreia de ‘Concedo a Palavra’, o professor Flavio Galdino entrevista o ex-presidente Michel Temer

O professor Flavio Galdino, doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde se formou e leciona há mais de 25 anos, ainda era estudante quando se deparou com um texto que usava a palavra “nosocômio” para referir-se a hospital. Desde então, pergunta-se por que a linguagem jurídica é tão hermética. Chegou a uma conclusão que se tornou uma

causa: compreender o que determinam as leis, o que rezam os contratos de todos os tipos, o que decidem os juízes em suas sentenças é um direito do cidadão.

Sócio-fundador do escritório Galdino, Takemi, Ayoub, Salgueiro, Rezende de Almeida, Costa, Faria, constituído em 2013, Galdino decidiu encarar um desafio. Depois de inúmeras ocasiões em que foi entrevistado, conferencista ou palestrante, abriu espaço para o papel de entrevistador, no qual estreia hoje como titular do videocast “Concedo a Palavra”. Sobre a entrevista de estreia, Galdino ressalta que o ex-presidente Michel Temer não se furtou a comentar nenhum dos temas propostos. Entre eles, os critérios de indicação e o mandato dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

Na entrevista a seguir, Galdino detalha o que o levou a esse projeto e quais são seus objetivos.

■ **Por que a tradução da linguagem jurídica é tão importante?**

Acredito que há um descompasso abissal entre a linguagem jurídica e a linguagem corrente. E isso é grave. A compreensão do fenômeno jurídico é fundamental para o exercício da cidadania. Quando a gente fala em discussão jurídica pode ficar abstrato, mas a regulação da vida cotidiana das pessoas depende da compreensão de alguns temas jurídicos.

■ **Esse desconhecimento jurídico vai além da linguagem?**

Sim. Um exemplo que utilizo frequentemente é que todos ouvem falar diariamente em deputados e senadores. E muitas pessoas não sabem a diferença entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Elas não sabem exatamente como os mandatos são exercidos, quais são as funções dessas ca-



Flavio Galdino com o ex-presidente da República Michel Temer, na gravação do primeiro episódio de ‘Concedo a Palavra’

“Hoje o Congresso não só aprova como domina boa parte do orçamento, as tais emendas positivas, de relator. Mas domina sem ter responsabilidade governativa”

Michel Temer, ex-presidente da República

“

demandas. Mas quem não compreende que órgãos ou pessoas são responsáveis por determinados serviços terá muita dificuldade em controlar e exigir qualidade dos gestores da coisa pública. Isso é muito ruim para a democracia. A ideia de produzir informação jurídica de modo acessível é isso. É discutir esses temas, tentando fazer isso que a primeira pergunta chama de tradução.

■ **A que públicos o senhor quer se dirigir em “Concedo a Palavra”?**

Eu considero que a tradução da linguagem jurídica é uma demanda geral. Acredito também que sou capaz de gerar uma tradução eficiente, tornando esses meandros jurídicos um pouco mais acessíveis.

■ **De onde surgiu a ideia do videocast?**

Ela tem correlação com a minha atividade como professor. As experiências e as pesquisas têm demonstrado que as novas gerações têm preferência pelo acesso à informação pelo meio audiovisual. Ao mesmo tempo, é uma tentativa de levar informação jurídica de qualidade para além da sala de aula. Acho que posso contribuir mais com o debate jurídico produzindo informação que atinja mais pessoas, e a tecnologia permite isso.

Assista ao videocast ‘Concedo a Palavra’



Finanças

Regulação

Governo enviou ao STF plano emergencial para a autarquia que prevê 102 contratações e força-tarefa para acelerar em 20% o andamento dos processos

CVM terá mutirão para reduzir fila

Liane Thedim
Do Rio

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) conseguiu incluir no plano emergencial do governo federal para a autarquia a maior parte de suas reivindicações, mas pontos importantes das recomendações do órgão ficaram de fora. A Advocacia Geral da União enviou ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) o documento detalhando as medidas de curto prazo, conforme determinou o ministro Flávio Dino no último dia 5. Das propostas feitas pela CVM, entraram no plano apresentado o pedido de aumento nos quadros de pessoal e a formação de uma força-tarefa para reduzir em 20% até dezembro a fila de processos. Mas o pagamento de hora extra com adicional de 50% para os servidores que entram sem o mutirão não foi aceito.

Além disso, conforme fontes da CVM apontaram, o documento enviado ao STF não é claro e incisivo quanto à destinação da Taxa de Fiscalização dos Merca-

dos de Títulos e Valores Mobiliários (TFMTVM), cobrada de participantes do mercado financeiro. Por decisão unânime do STF, a arrecadação da taxa, que atualmente vai para o caixa único do Tesouro Nacional, passará a ser destinada à autarquia, com desconto apenas da parcela referente à Desvinculação de Receitas da União (DRU). Em 2026, o montante está estimado em R\$ 560 milhões, mas o documento da AGU não especifica este valor e ainda faz a ressalva de que a execução das despesas “observará os procedimentos constitucionais e legais aplicáveis ao orçamento e à programação financeira da União” e dependerá “de atos administrativos e normativos próprios, conduzidos pelos órgãos competentes.” A CVM não quis comentar o documento enviado ao STF. No plano, o governo prevê 102 contratações, frente a 110 pedidas pela CVM. Estão incluídas a contratação de 30 servidores oriundos do Concurso Público

Nacional Unificado (CNPJU); a convocação de 14 aprovados no último concurso, de 2024; o aproveitamento de 50 inspetores federais do cadastro de reserva do concurso de 2024; mas somente oito novos cargos comissionados — a CVM pedia 16. O texto também estabelece os critérios para priorização dos processos que estarão na força-tarefa, como risco iminente de prescrição, magnitude do prejuízo potencial e número de investidores afetados. Cada superintendência formará ao menos uma equipe para o mutirão e as entregas serão pactuadas entre servidor e chefia. Atualmente, segundo a CVM, são 1.031 processos com potencial de se transformarem em sancionadores. Com o mutirão, 211 sairiam da fila. À espera de apreciação pelo colegiado são 160 processos, e a meta é resolver 32 com o plano emergencial. No texto de apresentação do plano, que informa ter sido construído com CVM, Ministério da Fazenda e Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, a

AGU diz que é um “instrumento inicial de organização e resposta institucional” à determinação de Dino, mas que pode ser adaptado conforme for sendo aplicado.

O plano diz ter como base os quatro eixos estruturantes apontados na medida cautelar do ministro Dino — atuação repressiva de choque e celeridade processual; recomposição de capital humano e integração tecnológica; inteligência financeira e cooperação interinstitucional; e supervisão preventiva, indústria de fundos e “zonas cinzentas” da regulação. O ministro classificou o quadro da autarquia como de “atrofia institucional” e “asfixia orçamentária”.

Na decisão de 5 de maio, Dino determinou que a União apresentasse, em até 20 dias, um plano emergencial para a CVM em 2026, ou seja, de curto prazo, com metas para celeridade processual, recomposição de pessoal e tecnologia, inteligência financeira e supervisão preventiva, o que foi feito ontem pela AGU. O ministro exigiu ainda um plano complemen-

tar de médio prazo, com diretrizes e projeções para os anos seguintes, a ser entregue em até 90 dias.

Na área de tecnologia, o plano prevê reforço de infraestrutura computacional, incluindo hardware próprio; plataforma integrada de dados e inteligência supervisora; ferramentas de inteligência artificial generativa e analítica; programa de detecção de abuso de mercado; e instrumentos tecnológicos de apoio direto.

Das medidas pedidas pela CVM, ficou de fora também a criação da política de valorização e retenção de pessoal, com plano de saúde equiparado ao do Banco Central. A CVM vem sofrendo nos últimos anos com falta de pessoal. Foram 15 anos sem concurso, até o realizado em 2024 mas que convocado um número bem abaixo da necessidade. Além disso, desde o ano passado a diretoria também está desfalcada, após o fim dos mandatos de Daniel Maeda e de Otto Lobo e a renúncia de João Pedro Nascimento da presidência. Na semana passada o nome de Lobo



Documento não deixou clara a forma de liberação dos recursos da taxa de fiscalização, que agora terá que ser destinada à CVM

foi aprovado pelo Senado para assumir um mandato tampão até julho de 2027, mas ele ainda não tomou posse. Permanecem na diretoria João Accioly, atual presidente interino, e Marina Copola.

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima						
Em 27/05/26						
Índice	Referência	Valor do Índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %	
IRF-M	1	20.119,24	0,05	0,98	5,33	
IRF-M	1+	24.403,71	0,02	0,38	3,79	
IRF-M	Total	22.514,57	0,03	0,55	4,21	
IMA-B	5	11.305,97	0,06	0,97	6,26	
IMA-B	5+	12.630,93	0,30	-0,23	4,31	
IMA-B	Total	11.520,61	0,19	0,30	5,16	
IMA-S	Total	6.593,04	0,05	0,98	6,65	
IMA- Geral	Total	10.093,14	0,08	0,72	5,20	

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data

Crédito						
Taxas - em % no período						
Líneas - pessoa jurídica						
	13/05	12/05	Há 1 semana	No fim de abril	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	36,81	37,55	32,49	34,26	39,00	40,72
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	30,32	29,85	27,90	28,03	30,18	28,44
Conta garantida pré - a.a.	61,52	60,84	52,25	53,45	62,02	49,06
Desconto de duplicata pré - a.a.	24,05	23,44	24,44	22,31	24,34	24,38
Vendor pré - a.a.	21,28	20,99	14,98	19,91	16,55	19,66
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	23,01	24,01	22,42	22,25	22,24	20,45
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	18,64	17,65	20,02	19,23	18,67	18,29
Conta garantida pós - a.a.	27,86	27,91	28,72	27,86	28,25	29,39
Ad. pós - a.a.	6,28	5,86	6,70	6,72	7,01	7,60
Factoring - p.m.	3,12	3,12	3,05	3,10	3,00	3,15

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano						
	27/05/26	26/05/26	Há 1 semana	No fim de abril	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	3,6300	3,5100	3,6600	3,6600	4,3100
Média em 1 mês	-	3,6946	3,6121	3,6492	3,6418	4,1142
Média em 3 meses	-	3,6441	3,6509	3,6667	3,6689	4,3488
Média em 6 meses	-	3,7106	3,7229	3,7695	3,7785	4,4120
CSTR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	1,9320	1,9320	1,9300	1,9320	2,1720
Média em 1 mês	-	1,9321	1,9323	1,9331	1,9329	2,1704
Média em 3 meses	-	1,9358	1,9360	1,9359	1,9360	2,3644
Média em 6 meses	-	1,9401	1,9400	1,9399	1,9399	2,6576
Média em 1 ano	-	1,9577	1,9610	1,9750	1,9782	3,1435

1 mês	-	1,921	1,950	1,980	2,000	2,063
3 meses	-	2,190	2,195	2,199	2,170	2,021
6 meses	-	2,446	2,596	2,524	2,465	2,056
1 ano	-	2,722	2,828	2,848	2,763	2,056

Taxas referenciais no mercado norte-americano

Prime Rate	6,75	6,75	6,75	6,75	6,75	7,50
Federal Funds	3,75	3,75	3,75	3,75	3,75	4,50
Taxa de Desconto	3,75	3,75	3,75	3,75	3,75	4,50
FBIH (1 mês)	3,68	3,67	3,64	3,64	3,67	4,27
FBIH (3 meses)	3,67	3,67	3,67	3,67	3,68	4,32
FBIH (6 meses)	3,76	3,76	3,75	3,69	3,71	4,25
Contte (2 anos)	4,04	4,06	4,09	3,87	3,81	3,96
T-Note (5 anos)	4,19	4,07	4,25	4,01	3,96	4,04
T-Note (10 anos)	4,49	4,49	4,57	4,38	4,35	4,45
T-Bond (30 anos)	5,02	5,01	5,09	4,97	4,95	4,95

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %											
Renda Fixa	mai/26*	abr/26	Mês mar/26	fev/26	jan/26	dez/25	Ano* 2025	Acumulado em 12 meses			
SOFR	0,37	0,19	1,21	1,16	1,22	1,55	1,22	5,35	1,22	5,35	11,833
CDI	0,97	1,09	1,21	1,00	1,16	1,22	5,55	14,83			
CDI (1)	0,71	0,73	1,01	1,01	1,01	1,01	4,55	12,45			
Poupança (2)	0,67	0,67	0,67	0,62	0,67	0,68	3,35	8,32			
Poupança (3)	0,67	0,67	0,67	0,62	0,67	0,68	3,35	8,32			
IRF-M	0,55	1,24	-0,59	0,99	1,96	0,30	4,21	13,69			
IMA-B	0,30	1,81	0,17	1,79	1,00	0,31	5,16	12,35			
IMA-S	0,98	1,09	1,27	1,01	1,18	1,23	5,65	15,05			
Renda Variável											
Ibovespa	-6,18	-0,08	-0,70	4,09	12,56	1,29	9,07	38,69			
Index Small Cap	-2,93	-3,16	-5,77	1,88	10,15	-3,58	-0,59	13,33			
IBV 50	-6,36	-0,06	-0,26	4,27	13,15	1,44	10,13	40,70			
ISE	-4,94	-1,64	-2,39	3,72	9,90	-2,37	1,85	24,93			
IMOB	-3,61	-3,78	-9,36	8,09	12,22	4,72	1,97	39,85			
IDIV	-6,39	-1,18	-0,23	4,38	10,56	1,16	6,50	34,07			
IT4	-1,04	1,53	1,18	1,32	2,27	3,14	2,08	15,16			
Dólar Plax (BC)	1,39	-4,42	1,36	-1,54	-4,95	3,16	-8,08	-11,87			
Dólar Comercial (mercado)	2,20	-4,38	0,87	-2,16	-4,39	2,88	-7,80	-12,77			
Euro (BC) (4)	0,54	-0,67	-1,12	-2,29	-3,83	4,49	-9,06	-8,94			
Euro Comercial (mercado) (4)	1,27	-1,13	-2,91	-1,37	-2,55	3,42	-4,17	-6,73			
Ouro (BC)	-2,54	-4,41	-10,73	2,72	10,66	5,88	-5,47	22,92			
Inflação											
IPCA	-	-	0,67	0,88	0,70	0,33	0,33	2,80	4,39		
IGP-M	-	-	2,73	0,52	-0,73	0,41	-0,01	2,93	0,61		

Fontes: Anbima, Bacom, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

* Rentabilidade no dia 27/05/26. ** Até abr/26. (1) rendimento bruto de 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês (até 03/05/12); (3) rentabilidade do 1º dia do mês (a partir de 04/05/12); (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 25/02/26											
	Patrimônio líquido		Rentabilidade nominal - % em 12 meses			Estimativa da captação líquida - R\$ milhões					
Categorias	R\$ milhões	líquido	no dia	no mês	2025 meses	em 12 meses	no dia	no mês	no ano	em 12 meses	
Renda Fixa	4.707.465,30						532,89	35.125,66	144.839,49	116.609,64	
RF Indicados (2)	129.893,18	0,06	0,56	5,19	12,40	-432,47	-1.463,59	-661,48	-10.136,13		
RF Duration Baixa Sovernano (2)	763.214,10	0,05	0,74	4,97	13,66	-685,34	-29.025,63	-22.977,27	-26.605,85		
RF Duration Baixa Grau de Invest. (2)	1.027.033,17	0,06	0,63	5,34	14,75	-697,88	-2.480,77	-5.732,23	-56.707,38		
RF Duration Média Grau de Invest. (2)	287.876,30	0,06	0,65	5,31	14,77	112,18	1.290,83	5.078,36	-20.865,84		
RF Duration Alta Grau de Invest. (2)	213.669,66	0,04	0,70	4,91	10,09	375,64	-2.917,32	-352,69	12.140,33		
RF Duration Livre Sovernano (2)	285.614,82	0,05	0,71	5,17	12,97	-217,84	1.159,96	3.934,59	10.601,33		
RF Duration Livre Grau de Invest. (2)	738.315,83	0,06	0,78	5,23	13,67	206,33	2.781,57	9.570,60	-36.633,64		
RF Duration Livre Crédito Livre (2)	716.875,13	0,08	0,57	3,98	12,54	-643,09	-4.903,43	-15.375,63	-131.271,67		
Ações	680.242,28						138,08	-137,12	-5.790,36	-21.078,84	
Ações Indicados (2)	12.430,35	-0,79	-5,89	8,77	27,64	-4,46	-208,43	-269,10	61,90		
Ações Indicados Ativo (2)	18.635,00	-0,98	-5,96	6,94	24,00	7,09	-86,08	-2.088,92	-6.582,90		
Ações Livre	243.735,21	-0,85	-4,30	2,80	18,32	-19,15	-108,35	-4.978,80	-11.980,71		
Fechados de Ações	80.623,50	-0,29	-3,80	-1,92	-1,06	0,00	13,28	-2.994,09	-29.137,04		
Multimercados	1.542.913,23						23,47	-1.309,05	5.518,27	10.081,09	
Multimercados Macro	99.762,95	-0,09	0,32	3,35	11,70	-10,80	-1.158,60	-5.320,36	-14.309,47		
Multimercados Livre	576.471,08	0,01	0,39	4,00	13,96	-61,14	-1.252,10	-3.185,60	-10.740,00		
Multimercados Jums e Meodas	39.071,18	0,05	0,89	5,15	14,16	102,46	145,33	-1.733,81	-9.593,15		
Multimercados Invest. no Exterior (2)	739.829,23	0,17	0,11	1,87	9,83	-62,69	1.417,01	13.913,73	46.902,02		
Cambial	7.733,62	0,41	1,45	-6,81	-6,36	-5,58	91,11	725,56	833,59		
Previdência	1.026.159,55						208,53	-1.889,50	-6.027,02	-23.351,72	
ETFs	110.929,09						214,05	2.564,39	24.875,58	45.250,40	
Dados Tipos	2.734.229,66						-315,52	5.401,34	36.701,90	74.035,96	
Total Fundos Estruturados	8.875.082,06						636,40	34.467,48	165.541,47	130.748,78	
Total Fundos de Investimentos	2.054.635,38						246,15	7.356	52.719	161.283,83	
Total Fundos Off Shore (4)	48.579,48										
Total Fundos	10.978.297,94						396,25	38.182,01	208.338,99	286.513,69	
Fonte: ANBIMA, IPI e captação líquida por cada tipo exceto os Fundos em Contas, para os quais não há contagem. (2) RDC, FID, FI, FMI, FINE, e IPI, dos tipos imobiliários e Off Shore referentes ao mês de abril de 2026. * Rentabilidade sem período completo. Dados: FID, FINE, FMI e Investimentos registrados pela ICVW 555.14, ICVW 552.12, ICVW 409.12, ICVW 359.02 e ICVW 141.91. Datas referentes a refiliação em razão da representatividade dos dados. Os dados são estimados, podendo sofrer alterações. Não se trata de recomendação, adicionalmente, a maioria dos fundos que não informaram o dia de data de emissão de relatório											

Ativos Mesmo com chance de retomada de navegação em Ormuz em breve, normalização dos fluxos da commodity ainda pode demorar

Goldman Sachs vê petróleo acima de US\$ 90 no fim do ano

Luana Reis
De São Paulo

Apesar da instabilidade e do vaivém nas negociações de paz entre Estados Unidos e Irã, os fluxos de navegação no Estreito de Ormuz devem se normalizar ao longo do mês de junho, conforme o conflito se torna cada vez mais caro para os dois lados. Ao menos é esse o cenário-base sustentado pelo Goldman Sachs, de acordo com o codiretor global de commodities do banco americano, Daan Struyven, que conversou com o **Valor** durante passagem pelo Brasil.

O executivo projeta o preço do petróleo tipo Brent a US\$ 90 por barril no fim do ano e avalia que os riscos para a normalização dos fluxos de petróleo por Ormuz são elevados, na medida em que EUA e Irã apresentam visões distintas sobre a questão nuclear e a gestão do Estreito. “Até que haja clareza sobre uma passagem segura, pode levar mais tempo para que os fluxos se normalizem. Estimamos que cada mês adicional de atraso na normalização da oferta acrescenta aproximadamente US\$ 10 por barril ao valor do petróleo bruto”, afirma.

O banco calcula que, desde o início do conflito, os fluxos pelo Estreito de Ormuz ficaram, em média, em torno de 10% dos níveis normais, que costumam ser de cerca de 20 milhões de barris por dia. No entanto, o Goldman Sachs acredita que, com o aumento no escoamento de petró-

leo por oleodutos e com uma queda na demanda, o déficit no mercado está entre 7 e 8 milhões de barris por dia, algo que é “bastante significativo, mas não tão grande”, na visão de Struyven.

Sem a guerra no Oriente Médio, o mercado de petróleo provavelmente estaria em superávit devido à forte oferta, enfatiza Struyven. “No início do ano, o crescimento da oferta fora do Oriente Médio era muito robusto”, afirma o executivo, ao destacar que a projeção do Goldman Sachs para o Brasil, por exemplo, é de um aumento na produção de cerca de 500 mil barris por dia no quarto trimestre deste ano em comparação com o mesmo período em 2025.

Ao ser questionado se pensar em uma normalização no Estreito de Ormuz no mês que vem não seria muito cedo, Struyven destaca que, quanto maior o tempo sem um acordo, maiores serão os custos para ambos os lados.

“Do lado iraniano, esperamos que os cortes de volume de produção aumentem ao longo do tempo, à medida que os estoques vão ficando cheios, o que aumentaria o custo econômico”, afirma. “Já no

US\$ 4,6
é o preço do galão
de gasolina nos EUA,
perto do pico de 2022

lado dos EUA e, de forma mais ampla, no lado global, quanto mais tempo esse conflito durar, mais os preços de produtos refinados, como gasolina e diesel, tendem a subir, e esses preços são politicamente muito importantes.”

O analista aponta ainda que o preço da gasolina no varejo dos EUA — um dos custos mais importantes para o consumidor americano — ronda os US\$ 4,6 por galão no momento, pouco abaixo do pico histórico de US\$ 5,1 atingido em 2022. “Quanto mais esse conflito durar, maior a probabilidade de voltarmos a esse recorde, e isso pode mudar os incentivos dos EUA para alcançar um acordo.”

Em meio aos prejuízos causados a estruturas de energia no Oriente Médio por conta do conflito, ele avalia que, até o momento, os danos foram mais expressivos sobre as refinarias do que sobre a produção de petróleo bruto. “Os danos reportados até agora foram relativamente limitados, embora não possamos ter total certeza de que não existam outros danos que simplesmente não foram reportados. Esse continua sendo um dos principais pontos de incerteza com os quais os participantes de mercado estão lidando”, avalia o analista.

Ele destaca também que o anúncio de um cessar-fogo entre ambos os lados, embora frágil, contribuiu para reduzir a probabilidade de danos relevantes às instalações de produção. Para o curto prazo, o banco

espera que os contratos futuros do petróleo tipo Brent, a referência mundial, continuem “andando de lado” e, depois, fiquem em torno de US\$ 90 por barril no quarto trimestre. No entanto, Struyven destaca o risco de que o processo de normalização da oferta demore mais do que o esperado, o que implicaria em preços mais altos. Ele também aponta que, até o momento, o mercado tem se ajustado a esse grande choque de oferta por meio da redução de estoques acumulados, algo que não irá se sustentar indefinidamente. “O mercado pode precisar que a destruição de demanda se torne o principal mecanismo de ajuste e os preços de produtos refinados em particular provavelmente precisariam subir.”

O executivo do Goldman Sachs também ressalta que, embora o nível dos estoques de petróleo estivesse elevado antes do início da guerra, o ritmo de redução tem sido significativamente acelerado, acendendo um alerta para as reservas de produtos refinados, como o diesel, que poderiam chegar a um nível crítico já em agosto.

Struyven espera que os preços de produtos refinados permaneçam altos por ainda mais tempo do que os preços do petróleo bruto. “Pode levar mais tempo para a produção de refinarias se recuperar do que a produção de petróleo bruto em si”, explica o executivo, ao destacar que, ao contrário do mercado de petró-



“Cada mês adicional de atraso na normalização da oferta acrescenta US\$ 10 ao valor do petróleo bruto”
Daan Struyven

leo cru, o de refino não contava com capacidade ociosa antes da guerra. “As refinarias já estavam operando com taxas de utilização muito elevadas antes do início da guerra, em parte porque houve muito pouco investimento no setor”, disse.

Para o petróleo tipo WTI, que é usado como a referência do mercado americano, o Goldman Sachs projeta o preço do barril em torno de US\$ 83 até o fim do ano.

O spread entre o Brent e o WTI tem estado mais elevado que de costume desde o início da guerra, devido aos custos mais altos de transporte. “O Brent é precificado a partir de barris no Mar do Norte, na Europa, e a diferença entre as duas referências normalmente reflete o custo de transportar um barril dos EUA até a Europa”, explica Struyven.

“Como o mercado de transporte marítimo está atualmente muito apertado, com navios fazendo viagens mais longas e maior demanda por transporte, os custos de frete aumentaram significativamente”, o que justifica o spread maior.



Concedo a Palavra

Podcast com o Professor

Flavio Galdino

Um espaço de conversa crítico e qualificado, feito para conectar você aos temas mais importantes do Direito contemporâneo brasileiro.

A cada episódio, Flavio Galdino recebe protagonistas do cenário jurídico para debater, de forma profunda e clara, o impacto real das leis e das grandes decisões no seu dia a dia, na economia e nas instituições.

Acesse e confira



PATROCÍNIO

REALIZAÇÃO

DIVULGAÇÃO

JUSTIÇA & CIDADANIA

PROFESSOR
FLAVIO GALDINO

EDITORA GLOBO

Valor ECONÔMICO **CBN**

Pagamentos Após mudanças na regulação, empresa busca ampliar receitas em outras linhas de negócios com foco nas áreas de RH

Alelo busca diversificação e traça nova meta para 2030

Álvaro Campos
De São Paulo

Criada em 2003 por Bradesco e Banco do Brasil (BB), a Alelo se tornou líder no mercado de voucher alimentação dez anos depois. Agora, no entanto, o segmento vive um processo profundo de mudanças regulatórias e tecnológicas e a empresa busca se reinventar.

O novo plano quinquenal prevê forte diversificação, com o objetivo de que até 2030 pelo menos 50% da receita venha de outras áreas além de pagamentos, transformando a Alelo em um ecossistema de soluções para os departamentos de recursos humanos (RH) das empresas.

Desde 2017, quando a reforma trabalhista criou a possibilidade das empresas oferecerem outros benefícios para os funcionários além do vale no âmbito do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), o segmento vem passando por diversas alterações. Em novembro do ano passado, após meses de discussões e sem consenso no setor, o governo assinou o decreto 12.712. A medida fixou teto de 3,6% para a taxa cobrada dos restaurantes (MDR) e de 2% para o intercâmbio, além de reduzir o prazo de repasse de 30 para 15 dias.

O decreto também determinou que os arranjos de pagamento com mais de 500 mil trabalhadores deverão ser abertos. Nessa modalidade, os cartões de benefícios ficam vinculados a bandeiras

de cartão de crédito ou débito, permitindo uso em qualquer maquininha. Isso afeta principalmente as quatro líderes do mercado — Alelo, Ticket, Pluxee (antiga Sodexo) e VR. Elas e a Associação Brasileira das Empresas de Benefícios ao Trabalhador (ABBT) estão questionando esse ponto na Justiça. Outras novatas digitais que surgiram nos últimos anos, como Flash, Caju e Swile, já operam em arranjo aberto.

O CEO da Alelo, Márcio Alencar, diz que a companhia cumpre todas as regras e que a discussão jurídica vai se resolver em algum momento. De qualquer forma, relata que desde o ano passado a companhia vem trabalhando no seu novo plano estratégico. “A gente já vinha discutindo um futuro novo e teve no meio disso uma mudança regulatória, que assim nos encontrou bem preparados para enfrentar essa mudança, que é desafiadora. Não tem nenhuma empresa nesse mercado que está operando igual.”

Com quase 10 milhões de clientes, a Alelo adotou mudanças na organização interna e quer explorar melhor os canais de BB e Bradesco. Também avançou na transformação tecnológica. Hoje, quase 80% da base já tem o benefício cadastrado em algum carteira digital. Além disso, vem investindo em produtos e parcerias complementares ao vale-alimentação. Lançou recentemente uma parceria com a OdontoPrev para planos odontológicos e outra com a TotalPass, que oferece

acesso a academias de ginástica. “Em poucos meses, temos dezenas de milhares de clientes aderindo a essa solução com a TotalPass. Temos uma jornada de simplificação, de inovação, soluções tecnológicas, integrações, com produtos que agreguem valor à vida do trabalhador”, afirma.

Nessa estratégia de diversificação de receitas, Alencar diz que iniciativas de saúde e bem-estar têm um grande potencial, mas também vê oportunidades em soluções de software para os RHs. “As empresas ainda são muito analógicas nos seus RHs. Então podemos pensar em soluções que facilitem processos, gestão, contratações. Ver como é que a gente constrói juntos soluções e entrega valor. Existem muitos caminhos possíveis e não há bala de prata. É preciso ir testando e modelando.”

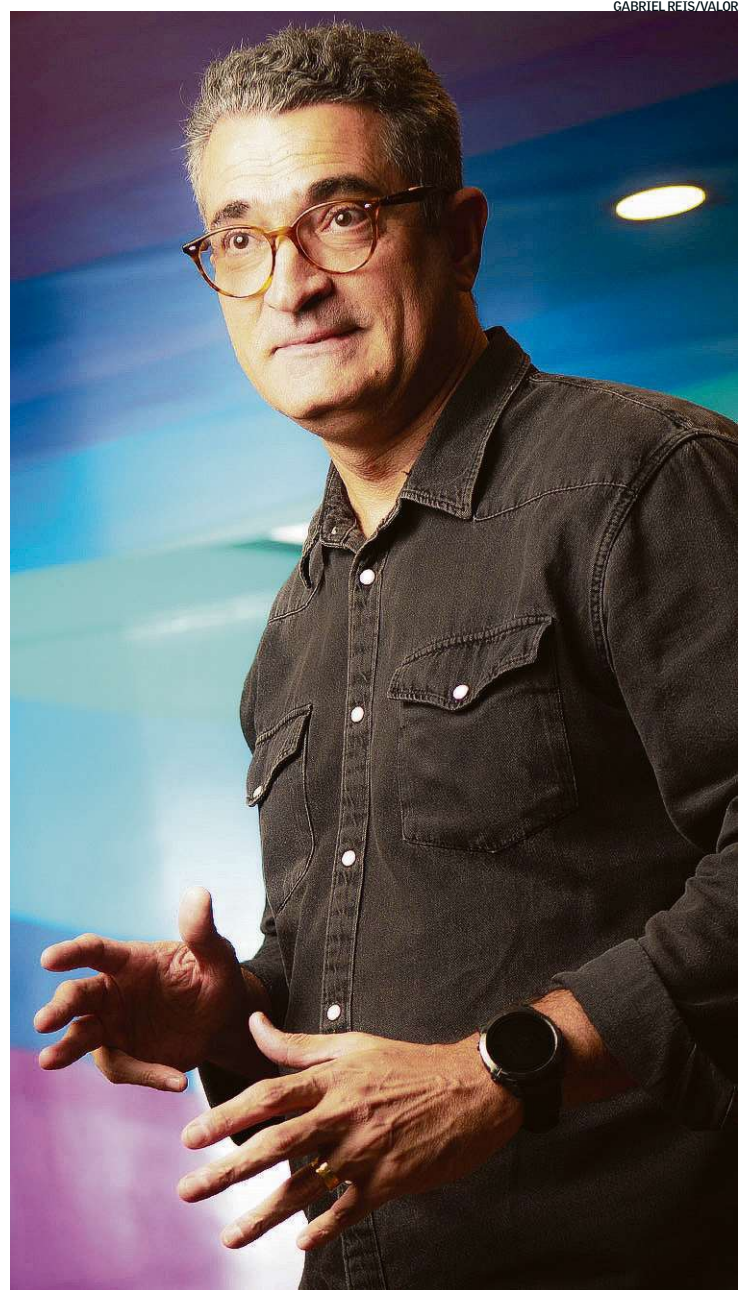
Ele lembra que o Brasil tem cerca de 100 milhões de trabalhadores, quase 50 milhões deles com carteira assinada, mas ape-

nas 30 milhões com auxílio-alimentação. “A gente tem muita oportunidade nas pequenas empresas e queremos avançar nessa direção e aí, naturalmente, é canal digital e oferta integrada.”

A Alelo teve lucro de R\$ 610,8 milhões em 2025, com crescimento de 53,9%. O CEO diz que a companhia é forte geradora de caixa, tem alavancagem zero e não precisa do apoio dos acionistas para alcançar os objetivos do seu plano estratégico. Sobre eventuais fusões e aquisições (M&A), o executivo diz que essa possibilidade está sempre no radar. “A gente estuda bastante isso. Eventualmente podem surgir oportunidades. Há uma demanda por novas soluções e você tem três caminhos: ou você compra, ou você constrói, ou você desenvolve em parceria.”

Neste mês, o **Valor** noticiou que a bandeira de cartões Elo — que, assim como a Alelo, fica debaixo da holding Elopap — estuda uma oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês). Mas, no caso da Alelo, Alencar não vê essa possibilidade. “Não faz sentido, porque não precisamos de recurso externo.”

Na outra ponta, no ano passado chegou a ser noticiado que o iFood Benefícios estaria em negociações para comprar a Alelo. O CEO diz que esse assunto nunca chegou até ele e que, se houve alguma discussão nesse sentido, ficou no passado. “Não vejo nenhuma razão para que esse assunto volte à mesa. A gente compete com o iFood



Alencar: “mudança regulatória nos encontrou bem preparados”

e o respeita muito, assim como os outros concorrentes”, afirma.

Sobre a concorrência com os novos players digitais, Alencar diz que esse é um mercado de margens apertadas e que é essencial ter escala. “A indústria de benefícios ao trabalhador é uma indústria complexa. Tem um conjunto grande de atores diferentes e o desafio é como integrar tudo isso. Quem integrar isso melhor sai na frente”, diz.

Em relação às mudanças trazidas pela inteligência artificial generativa, não necessariamente uma startup nativa digital tende a ser mais beneficiada, afirma. “Tem ‘n’ exemplos no mundo de empresas tradicionais que conseguiram se reinventar. A gente está nesse grupo, posso garantir. Eu não me sinto incumbente. Me sinto em uma empresa atenta, que está olhando com cuidado as demandas dos clientes.”

“Essa indústria é complexa e o grande desafio é como integrar tudo isso. Quem integrar melhor sai na frente”
Márcio Alencar

ECONOMIZE TEMPO. VALORIZE A INFORMAÇÃO.

No Portal do Assinante, você resolve tudo sobre sua assinatura de forma rápida, prática e sem complicações.

- Atualize seus dados de pagamento
- Gere a 2ª via do boleto
- Programe ou transfira a entrega do jornal impresso
- Descubra como aproveitar ao máximo sua assinatura
- Conte com atendimento direto via chat

Acesse: portaldoassinante.com.br

Se precisar de ajuda, fale com a gente pelo WhatsApp:

(21) 4002-5300

portaldoassinante.com.br

Finanças

Entrevista Para ministro da Fazenda, proposta de crédito de R\$ 5 bilhões para salvar instituição financeira interessa ao conjunto dos bancos

Durigan cita custo do FGC de R\$ 17 bi para justificar empréstimo ao BRB

Jéssica Sant’Ana, Lu Aiko Otta e Giordanna Neves
De Brasília

Uma eventual liquidação do Banco de Brasília (BRB) levaria a um rombo de R\$ 17 bilhões no Fundo Garantidor de Créditos (FGC), valor que teria que ser arcado pelos bancos associados, afirmou o ministro da Fazenda, Dario Durigan, em entrevista ao **Valor**, na manhã de quarta-feira. Questionado se poderia explicar a cifra, não deu detalhes. Disse que foi um número apresentado pelo Banco Central (BC), no contexto da mediação feita pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Por isso, o governo federal propôs o empréstimo a ser contraído pelo Distrito Federal (DF) junto ao FGC para capitalizar o banco distrital, mediante fiança oferecida por um sindicato de instituições financeiras públicas e privadas. Especialistas criticam o fato de a saída, apesar de não recair sobre o Tesouro, no limite poder utilizar recursos do contribuinte que seriam destinados ao governo do Distrito Federal, caso não haja pagamento.

O empréstimo deverá ser de R\$ 5 bilhões. As verbas que o governo distrital recebe dos Fundos de Participação serão usadas como contragarantia. Não haverá aval da União, o que era o maior entrave ao acordo.

Durigan disse ser esse o único caminho para viabilizar a capitalização do BRB. “Quando eu apresentei essa proposta, eu disse: ‘é isso ou nós vamos caminhar para a liquidação do banco’”, afirmou o ministro. Os termos para capitalizar o BRB estão sendo discutidos pela União e pelo governo do Distrito Federal (GDF), com mediação do Supremo Tribunal Federal (STF). Uma nova audiência para fechar a proposta acontecerá nesta quinta.

Ele contou que deve fazer uma subvenção ao diesel na próxima semana, já que a desoneração dos impostos federais atualmente em vigor vai apenas até domingo (31). Poderá ser de R\$ 0,35, a depender da variação do preço do barril de petróleo nos próximos dias. Já o reajuste do teto do Microempreendedor Individual (MEI) terá um impacto fiscal abaixo de R\$ 10 bilhões, informou. A medida também será feita de maneira escalonada, e não vai incluir o Simples Nacional.

Leia a seguir os principais pontos da entrevista:

Valor: *O governo federal e o GDF chegaram a um acordo preliminar na terça sobre a capitalização do BRB. O que ficou pendente para ser discutido na quinta-feira?*

Dario Durigan: Na audiência [no STF], eu levei a proposta envolvendo um empréstimo ao GDF para fins de capitalização do BRB, que tem as próprias entidades bancárias dando a fiança, pelo seguinte motivo: o FGC, segundo informações trazidas pelo Banco Central, já teria, em caso de liquidação do BRB, um rombo de R\$ 17 bilhões que teria que ser arcado pelos bancos que são os associados do FGC. Nos parece que o FGC teria o interesse econômico, a confirmar com o FGC, de fazer o empréstimo de R\$ 5 bilhões, e os bancos, que teriam um prejuízo muito maior caso nada fosse feito, também teriam interesse em não comprometer capital com o empréstimo deles próprios para o GDF. E na terça, quando eu apresentei essa proposta, eu disse: “É isso ou nós vamos caminhar para a liquidação do banco”.

Valor: *Poderia explicar esses R\$ 17 bilhões?*

Durigan: O BC disse que o FGC teria que arcar, caso o BRB fosse liquidado, em um valor em torno de R\$ 17 bilhões, o que atrai o interesse de mitigar esse impacto. Como

há uma resolução do Senado que trata de limite de operação de crédito, eu disse que, caso haja acordo no Supremo, o governo federal flexibilizaria o PAF [Programa de Reestruturação de Ajuste Fiscal] para permitir um aporte acima de R\$ 900 milhões, que é o limite que hoje o GDF teria [para empréstimo sem garantia da União]. A gente cumpre a determinação do Senado, que é 16% da receita corrente líquida do DF, que dá em torno de R\$ 5 bilhões [valor do empréstimo]. O GDF capitalizaria o BRB, com a fiança dos bancos e os fundos do DF como contragarantia aos bancos. Essa é a única saída que é possível hoje, ou a gente caminha para um caminho ruim.

Valor: *Mas esses R\$ 5 bilhões resolvem o problema de capital?*

Durigan: Isso é uma pergunta que tem que ser feita tanto para o próprio banco quanto para o BC. A sinalização de ontem [terça] é positiva.

Valor: *Então o que está faltando nessa negociação?*

Durigan: O GDF está de acordo, entendeu que não cabe aval da União. Está pendente a confirmação de uma operação de R\$ 5 bilhões com a fiança dos bancos, a operacionalização [das contragarantias] de FPE [Fundo de Participações dos Estados e do Distrito Federal], FPM [Fundo de Participações dos Municípios] e uma avaliação sobre o Fundo Constitucional do DF funcionando como contragarantia. É importante destacar que o GDF vai ter um aumento de orçamento de R\$ 5 bilhões, o que faz com que cause um aumento de déficit fiscal no balanço. O GDF e o banco têm que apresentar um plano de recuperação.

Valor: *O senhor falou do uso do FCDF como contragarantia. O GDF ainda está resistente...*

Durigan: O Distrito Federal tem fundo de participação de Estado e de município, ele recebe as duas parcelas. Essas duas parcelas já estão acordadas que vão [entrar como contragarantia]. O Fundo Constitucional está sendo avaliado pelo GDF e vai ser importante ouvir os bancos, a avaliação de risco, para saber se FPE e FPM dariam conta de contragarantir a operação, ou se seriam necessários mais recursos que deveriam vir de fundos do DF e, portanto, do fundo constitucional. Não virá da União.

Valor: *Tem discussão de constitucionalidade do uso desses fundos...*

Durigan: Não me parece haver discussão de constitucionalidade, porque o BRB tem uma responsabilidade importante sobre prestação de serviço público no GDF. A primazia desses fundos é fazer com que o serviço público funcione bem. Então, estamos indo aqui na mesma linha, de usar recursos do DF, que é o controlador [do BRB], para garantir uma operação que garante o funcionamento dos serviços públicos e o interesse público da população do DF.

Valor: *Tem um histórico dos entes que conseguem entrar na Justiça e não executar essa contragarantia. O senhor teme esse risco?*

Durigan: Eu acho que o risco fica bem mitigado, dado que nós estamos falando de um acordo no Supremo.

Valor: *Teremos Caixa e Banco do Brasil nesse consórcio de garantia?*

Durigan: Pode ter. O esforço que está sendo feito no consórcio

cio, nesse sindicato, neste pool de bancos, é envolver o maior número de bancos S1 possível.

Valor: *Não é arriscar o patrimônio dos bancos públicos?*

Durigan: A Caixa e o Banco do Brasil também seriam prejudicados caso o FGC fosse utilizado na liquidação do BRB. Então, como medida preventiva, nós estamos mitigando os danos aqui, inclusive dos bancos públicos, que vão ser atendidos no seu interesse. Caso a gente consiga botar essa operação de pé, não tem a liquidação do banco [o BRB], o banco se recupera, esse empréstimo é pago de volta, o FGC se recompõe e a fiança não é utilizada. Caso seja necessário usar a fiança, os próprios bancos públicos vão buscar os recursos do DF para não haver prejuízo.

Valor: *Como o senhor viu a ação do GDF de entrar no STF? Houve uma interpretação de que o GDF colocou uma faca no pescoço da União?*

Durigan: Eu não trabalho com faca no pescoço. Eu acho que, dado o exíguo tempo que a Fazenda teve, fomos nós mesmos que propusemos uma solução que me parece prestigiar o interesse público, da União em especial, que não tem aval aqui nesse caso, e dos próprios bancos, que teriam prejuízo caso o FGC fosse acionado.

Valor: *Quais são as linhas gerais da proposta de autonomia financeira do BC que o senhor está negociando com o presidente Gabriel Galípolo?*

Durigan: Seria dentro do curso que está sendo discutido no Senado, lá na CCJ [Comissão de Constituição e Justiça]. É discutido como fortalecer a atuação do Banco Central enquanto órgão de fiscalização do sistema financeiro. Mas, em vez de a gente criar toda uma governança numa regra constitucional que tenha efeitos em outras frentes, como por exemplo as contas públicas, vamos endereçar o problema do Banco Central, que é a questão de infraestrutura e pessoal.

Valor: *Qual é seu acordo com o Galípolo?*

Durigan: É o ponto restrito a essas dores de orçamento, de pessoal. Eu não gostaria de discutir, por exemplo, contabilidade pública por conta de uma discussão de necessidade de maior orçamento e maior suporte do BC.

Valor: *Mas quais seriam esses termos exatamente? Seria mantido como autarquia?*

Durigan: Seria. Isso não está em debate.

Valor: *E a parte de pessoal ficaria com o MGI [Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos]?*

Durigan: Não, a parte de pessoal segue com o Banco Central.

Valor: *Então o ajuste se refere especificamente sobre a contabilização na dívida pública de todos os títulos públicos, e não só as compromissadas, que estão com o BC?*

Durigan: Isso não tem que ser tratado nessa PEC.

Valor: *E a parte de classificação como primárias as receitas e despesas do Banco Central?*

Durigan: Isso está em debate exatamente agora para a gente fechar o texto em comum acordo. Nós temos que dar autonomia para o Banco Central ter essa força tanto na gestão de pessoal, quanto na gestão da infraestrutura do Pix. O que não dá é ter efeitos secundários, que não são o principal problema do que estamos discutindo agora.

Valor: *E tem uma preocupação com relação às receitas do Banco Central, se elas seriam suficientes para essa autonomia financeira?*

Durigan: É isso que nós estamos discutindo agora, olhando o histórico das receitas. Para a gente, não dá para ter impacto na contabilidade pública aqui.

Valor: *Houve alguma rusga entre o senhor e Galípolo por causa desse tema?*



Dario Durigan, ministro da Fazenda: “É acordo ou vamos caminhar para a liquidação do Banco de Brasília”

Durigan: De minha parte, nenhuma.

Valor: *Esse acordo que está sendo construído com o Banco Central, mais o que está sendo discutido com a CVM via STF, não pode ensejar um movimento que mais órgãos públicos peçam isso?*

Durigan: Essa é a minha principal preocupação. Porque é natural que os órgãos se protejam e corram atrás das suas demandas. Mas o papel do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento, é fazer com que a gente harmonize as coisas.

Valor: *Como o senhor viu a decisão do STF sobre a CVM?*

Durigan: Foi muito ruim a decisão do Supremo. Isso gera um incentivo para que sindicatos, associações e os próprios órgãos corram para se satisfazer individualmente, em prejuízo do orçamento público geral. Como o cobertor é curto, eventualmente se atendermos um determinado órgão, não sobrarão para atender outros e nós vamos ter problemas logo à frente com outros órgãos.

Valor: *O senhor acredita que vai ser possível enviar os nomes para a diretoria do BC ainda neste ano?*

Durigan: Eu espero que sim. Para além da questão política, os órgãos precisam funcionar devidamente. Tem uma série de outras indicações que estão pendentes. Tem vaga na CVM ainda aberta, tem indicações do Cade, da ANPD e de uma série de outras agências.

Valor: *A Fazenda tinha feito duas indicações para o BC. Estão mantidas ou haverá outros nomes?*

Durigan: Isso está pendente de avaliação com o presidente [Luíla]. Posso reavaliar os nomes que o [ex] ministro [Fernando] Haddad colocou, propor outros nomes, estou aberto a isso.

Valor: *Se for reapresentada a indicação de Jorge Messias para o STF, os demais nomes podem travar novamente?*

Durigan: Eu acho que tem um risco. Mas a minha posição é que a gente deveria encaminhar, apesar dos riscos colocados.

Valor: *Estão trabalhando com a possibilidade de fazer uma subvenção ao diesel, na qual o valor de R\$ 0,35, já que o PLP dos combustíveis ainda não foi aprovado?*

Durigan: Trabalhamos, sim. A gente queria que o PLP fosse aprovado rapidamente para compensar a desoneração. Não conseguimos avançar a tempo, então talvez seja o caso de na semana que vem voltar a discutir diesel. Vamos avaliar o valor do Brent, o impacto que isso pode ter, para calibrar qual seria essa subvenção do diesel. Eu trabalho hoje com a ideia de manter a subvenção que tem hoje [de R\$ 0,35].

Valor: *Neste caso, vocês insistiriam no PLP?*

Durigan: Eu insistiria no PLP. Temos que ter cuidado para não sermos afoitos, dizermos que precisamos do PLP e ter um PLP com uma série de jabutis. Mas, do ponto de vista de como enfrentar essa guerra, quanto mais instrumento a equipe econômica tiver, melhor.

Valor: *E o querosene de aviação? Como é que vai ficar quando acabar o prazo da desoneração?*

Durigan: Devemos seguir tam-

bém com a desoneração ou subvenção no QAV.

Valor: *Todas medidas serão consideradas com arrecadação extra?*

Durigan: Ainda que a gente use crédito extraordinário para fazer a subvenção, o compromisso é de fazer a compensação. Não vamos usar a guerra como pretexto para mudar a regra fiscal do país, o que a gente já viu em outros períodos. Meu papel aqui não é só fazer fiscal. Claro que esse é o meu papel primordial, mas não é só. Eu preciso fazer com que o país apareça no relatório do Pnud, como [aconteceu na terça-feira] pela primeira vez. É isso que nós temos que fazer, compatibilizar fiscal com desenvolvimento social.

"A Caixa e o Banco do Brasil também seriam prejudicados caso o FGC fosse utilizado na liquidação do BRB"

Valor: *O governo ainda estuda novas medidas para outros setores afetados pela guerra? Quais?*

Durigan: O setor de fertilizante está sendo afetado pela guerra, o de combustível. Se a gente notar que algumas empresas brasileiras estão com dificuldade na importação de insumo, ou que o impacto em preço para o Brasil está vindo demasiado, podemos adotar novas medidas de retirada de tributo, de subvenção, de linhas especiais de financiamento.

Valor: *Qual é o desenho que a Fazenda está propondo para o reajuste do MEI?*

Durigan: Nós não estamos tratando da proposta de reajuste do Simples como um todo. Nós estamos tratando do MEI, cujo impacto fiscal é bem menor. Nós vamos fazer isso de maneira escalonada, não sei ainda se vai ser em 2027, 2028. Nós não fechamos a proposta ainda, e eu vou falar com o presidente [da Câmara] Hugo Motta sobre isso. Mas é algo focalizado no MEI, permitindo mais de um empregado, podendo ser dois. Eu, inclusive, gostaria de corrigir outras distorções aqui no caminho. A pequena empresa que contrata mais de cinco MEIs, eventualmente, poderia ter de contribuir para a Previdência.

Valor: *Qual é o impacto do reajuste? Menos do que dois dígitos de bilhões?*

Durigan: A gente não fechou ainda, mas é um impacto muito menor do que o que você trouxe. Não vai ser este ano, para termos um tempo para adaptar com as regras fiscais. E a ideia é que o escalonamento não seja muito longo, acho que menos de dez anos.

Valor: *Analistas têm criticado as medidas de crédito, por atrapalhar o trabalho do Banco Central. Também se diz que muitas medidas são eleitoreiras. Como o senhor avalia?*

Durigan: Falar que é medida eleitoreira quando o governo está bloqueando R\$ 23 bilhões de Or-

çamento não me parece factível. Me parece mais eleitoreiro o comentário do que a medida. Nós não podemos deixar de ajudar alguns setores, como caminhões e ônibus, que iam fazer grandes demissões. Não acho que isso tenha efeito macroeconômico.

Valor: *E em relação à política monetária?*

Durigan: As medidas para conter o preço dos combustíveis ajudam o BC, porque colocam uma espécie de colchão no país para absorver uma volatilidade de preço. Se não houvesse as medidas, os preços seriam mais impactados e o BC seria mais pressionado a adotar medidas para conter o aumento da inflação.

Valor: *O governo também é criticado pela falta do ajuste fiscal pelo lado da despesa.*

Durigan: Não tem como fazer um debate de política fiscal que não harmonize com política monetária, com política social e com política ambiental. Nós vamos seguir discutindo revisão de gasto, controle de gasto obrigatório, mas não tem mais discurso fácil, ideológico, como a gestão anterior fez. Nós vamos seguir no caminho certo, e o principal símbolo é o arcabouço fiscal. Ele pode ser ajustado em termos de parâmetro? Pode, mas ele veio para ficar.

Valor: *O relatório bimestral não atualizou a previsão de receitas administradas, que serão impactadas pelo petróleo. O governo ainda trabalha com um aumento em torno de R\$ 40 bilhões?*

Durigan: Precisamos ser conservadores, para não passarmos a mensagem errada de dizer que o país está com muita receita e que nós podemos adotar várias medidas. Temos que ir com cautela. Como o bimestral me permite atualizar a perspectiva de receita a cada dois meses, e como nós temos um cenário de muita incerteza da guerra, vou ser bem conservador para que a gente não abra espaço fiscal sem necessidade.

Valor: *A arrecadação com a tributação dos dividendos com o IR está abaixo do esperado nesse começo de ano. A previsão de arrecadar R\$ 30 bilhões pode ser frustrada?*

Durigan: No fim do ano passado, houve uma corrida para antecipar o pagamento dos dividendos, então é esperado ter um desfalque nessa arrecadação neste início de ano. Mas eu não tenho dúvida de que a medida é justa e de que, com o tempo, nós vamos recuperar essa arrecadação. E se essa previsão não se confirmar, vamos contingenciar [despesas] e vamos cumprir a meta fiscal.

Valor: *Os Correios estão em reestruturação. Como está o processo? Haveria mudança na lei postal?*

Durigan: Os Correios têm avançado bem, seja em termos de redução do gasto de pessoal, seja em termos de ganho logístico, tipos de parcerias, segmentação logística. E acho que pode passar para uma mudança na lei postal. Isso pode envolver, por exemplo, uma Cide setorial, uma espécie de financiamento do setor para que a gente garanta a universalidade [das entregas postais].

Valor: *E ano que vem tem um aporte?*

Durigan: É um processo que vai demorar um tempo. Temos as operações de crédito e deve ter um aporte do Tesouro no próximo ano.



Advocacia Principais apostas estão nas áreas transacional, de contencioso, reestruturação e tributária

Bancas projetam crescimento para 2026

Laura Ignacio
De São Paulo

Mesmo com um cenário de incertezas, o mercado da advocacia está aquecido este ano e a expectativa entre alguns dos maiores escritórios do país é de crescimento. Recentes investimentos internos na área transacional — que voltou a brilhar em 2025 — apontam nessa direção. Além disso, ficam mantidas as apostas nas áreas de contencioso, reestruturação de empresas e consultivo tributário. Outra aplicação de capital comum é em inteligência artificial (IA).

“Temos questões importantes a considerar como a eclosão da guerra do Irã, que gera preocupação com o impacto geopolítico, assim como o fato de este ser um ano eleitoral, o que torna natural que, em algum momento do segundo semestre, as coisas tendam a ficar mais devagar, com o ambiente polarizado, o que repercuta na economia, mas o ano começou mais forte do que no início de 2025”, afirma Tito Andrade, CEO do Machado Meyer.

Andrade destaca que a área de reestruturação do Machado Meyer está envolvida em grandes casos como Braskem, Raízen e Grupo Pão de Açúcar (GPA). “O ambiente de juros altos, entre outros fatores, leva a incertezas que provocam esse tipo de situação, de recuperação judicial ou extrajudicial. O escritório tem sido muito ativo nesse casos e percebemos que essa área deve continuar gerando e ocupando muito os nossos profissionais”, diz.

Por outro lado, para Andrade, poderá haver uma janela de mercado de capitais. “Um exemplo é a Compass querendo fazer IPO [abertura de capital], o que é importante porque o IPO se desdobra em M&A [fusões e aquisições], capitalização das empresas, saída de investidores, entre outras oportunidades para o mercado jurídico.”

De 2024 para 2025, a banca registrou um pequeno crescimento. Para este ano, a expectativa é

de alcançar dois dígitos. Para isso, o Machado Meyer elegeu cinco sócios no ano passado, em diversas áreas, como mercado de capitais, tributário e trabalhista. O CEO da banca destaca ainda o investimento em IA. “Há ferramentas cada vez melhores para o mundo jurídico, tanto para a área empresarial quanto para a de contencioso, mas temos que ter o olhar humano, a governança que faz toda diferença”, diz.

Para o TozziniFreire, a mudança para a Avenida Faria Lima, na capital paulista, foi um dos seus maiores investimentos de 2025. “Já pensamos até numa expansão, ficar mais perto dos clientes acaba sendo bom para todos. A Meta, por exemplo, está aqui atrás, vemos pela janela”, afirma o CEO da banca, Fernando Serec.

Entre as áreas do Direito, a transacional foi o foco dos maiores investimentos do Tozzini no ano passado. “E continuamos trazendo mais gente. Esses investimentos já estão se pagando porque nos destacamos tanto no número como no volume de transações”, diz.

Com o início da fase de testes da reforma tributária, acrescenta, a área continua gerando bastante trabalho. “No geral, crescemos em termos de receita 15% em 2025, ano em que tivemos um lucro histórico”, afirma. “Projetamos para este ano o mesmo percentual de crescimento em relação ao ano passado, mas com o resultado do primeiro trimestre, se não houver algum tipo de paralisação de negócios por causa das eleições, até podemos bater essa meta.”

Em relação à IA, o escritório criou a assistente Helena — “porque remete à Grécia, democracia, feminino” — para a classificação de casos novos, alimentar o banco de dados, analisar se é deep fake, se a questão está dentro das normas atuais. “E aí veio junto o desafio de treinar os advogados novos sobre o uso dessa ferramenta”, diz Serec.

Alexandre Gossn, CEO do Cescon Barrieu, lembra que há dois anos muita gente dizia que o Brasil estava fora do radar. “Esse cenário mudou e vemos muito mais interesse dos es-



Tito Andrade: “O ano começou mais forte do que no início de 2025”

trangeiros pelo Brasil, tanto que o mercado de M&A deu uma bela acelerada, já tivemos grandes operações nesse começo de ano e temos um pipeline sólido de M&A”, afirma ele. “Parece que entramos novamente para o eixo dos EUA, como alocação estratégica, a China continua olhando para nós e agora a União Europeia também.”

A área de contencioso continua superquente, segundo Gossn. “O escritório tem rodando atualmente mais de 50 arbitragens”, diz o CEO do Cescon Barrieu.

Também há, afirma, questões importantes no mercado de energia ainda a serem solucionadas, que têm demandado o consultivo. “Há a necessidade de mudanças regulatórias e questões a serem resolvidas sobre o curtailment [cortes de geração de energia elétrica decididos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico para evitar apagões]”, diz.

No ano passado, em relação a

2024, a banca souou para tentar ficar perto dos dois dígitos, afirma o CEO, mas não conseguiu. “Já neste primeiro trimestre, o crescimento é de 17% em comparação com o primeiro trimestre de 2025. Por isso, nossa projeção para 2026 é de um crescimento em torno de 15%”, diz. A maior parte das contratações feitas pela banca em 2025 foi na área de M&A.

O CEO do Pinheiro Neto, Fernando Meira, pondera que vivemos tempos difíceis, com juros reais altos, alta taxa de inadimplência e tensão institucional

“Há dois anos muita gente dizia que o Brasil estava fora do radar e esse cenário mudou”
Alexandre Gossn

que geram neblina e impactam o ambiente de negócios no Brasil. Mas a banca foi bem no primeiro trimestre, diz ele, e esse mesmo crescimento é esperado para o ano, de 10%, 11%.

“Entre as práticas que puxam mais o resultado no cenário atual está a de recuperação de empresas e negociação de dívidas, em razão da estrutura de capital alavancada, com dívidas altas por muito tempo, e a dificuldade de olhar para frente e ver uma melhoria sustentável”, afirma. Isso gera negócios não só para a área de recuperação, mas também para mercado de capitais e M&A. “Porque você tem uma segregação de ativos de operações ou vendas da própria empresa, como vimos com a Cosan trazendo BTG e Perfin.”

Outro destaque é a área de infraestrutura, que deslanchou em 2025. “Trabalhamos no Galeão, na venda dos aeroportos da CCR Motiva, estradas, saneamento e, na área de telecom, a infraestrutura digital ainda é incipiente, mas tem muto potencial”, diz.

Na área tributária, Meira destaca a volta dos julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) e a reforma tributária. “Para operar no novo ambiente, as empresas estão se preparando para o impacto na cadeia de fornecedores, logística, o que também tem aumentado o volume de trabalho”, explica.

No ano passado, o escritório fez a primeira contratação de sócio lateral para uma outra área que considera estratégica: de TMT — telecom, mídia e tecnologia. “A gente queria fortalecer essa frente olhando para essa área de infra digital”, diz Meira.

No Mattos Filho, as áreas que deverão se destacar este ano, segundo o CEO Pedro Dias, são contencioso em geral e consultivo tributário por conta da reforma. “Por outro lado, a área transacional em 2025 teve uma retomada importante e continuou bem ativa no primeiro trimestre deste ano”, afirma. “Obviamente que tem o desafio da eleição e Copa, mas vemos um movimento sólido de operações, não tanto no volume, mas mais sofisticadas”, acrescenta.

Dias diz que vê várias companhias abertas buscando soluções envolvendo M&A. “Hoje em dia, com as taxas de juros elevadas, uma forma de expansão é buscar operações de M&A, usando ações como moeda para fazer uma incorporação de empresa”, afirma.

Em 2025, diz ele, o escritório teve crescimento de 9% na receita líquida em relação a 2024. “Esse ano estamos acima da receita já no primeiro trimestre. Mas a projeção conservadora para 2026 é de crescimento menor, na casa de 5%.”

Já Amir Bocayuva, CEO do BMA, destaca que uma parte relevante do negócio da banca não é afetada por fatores pontuais, como Copa, guerras, eleição. “São áreas que navegam bem por mares turbulentos, como a de propriedade intelectual envolvendo disputa de patentes e conflitos relacionados a esses direitos”, afirma. “É uma tendência que vem se intensificando porque grandes players internacionais têm olhado Brasil como um mercado importante.”

Outra área de sucesso no BMA é a de projetos de infraestrutura, que por sua natureza são de longo prazo. “E também continua atraindo trabalho, por conta da taxa de juros muito alta, a área de reestruturações, o que envolve tanto renegociações com credores em geral, como casos em que o crédito muda para as mãos de fundos de direitos creditórios que acabam por obter o controle da empresa, uma prática cada vez mais comum no Brasil, quanto processos de recuperação”, diz. “E muito M&A resulta disso, da tentativa de se reestruturar a dívida. M&A voltou em 2025 e segue.”

Já no início deste ano, o BMA fez cinco sócios, a maioria para a área concorrencial, que é tradicional na banca. Quanto ao faturamento, de 2024 para 2025, o crescimento de receita foi da ordem de 12%, segundo Bocayuva. “Para 2026, em relação a 2025, a estimativa é de crescimento na faixa de 10%, já que o segundo semestre é um ponto de interrogação. As delações do Master, por exemplo, têm potencial de atingir as três esferas do poder.”

Justiça suspende falência da Construtora Triunfo

Marcela Villar
De São Paulo

Uma liminar concedida pelo desembargador Alberto Junior Veloso, do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), suspendeu a falência da Construtora Triunfo S.A., decretada no dia 19. A cautelar, proferida na manhã de terça-feira, anula temporariamente os efeitos da quebra, assim como a ordem de bloqueio de R\$ 100 milhões sobre o faturamento da empresa, em recuperação judicial desde 2019.

A Justiça paranaense havia decretado a falência da empreiteira por dívida de R\$ 40,8 milhões de Imposto Sobre Serviços (ISS) com o município de São Simão (GO), devidos supostamente pela construção da Usina Hidrelétrica Foz do Rio Claro. Foi um dos primeiros precedentes sobre o tema e aplicou-se a recente decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que validou pedido de quebra apresentado por Fazenda Pública por execução fiscal frustrada (REsp 2196073). A dívida é cobrada desde 2015.

Na sentença, a juíza Luciane Pereira Ramos, da 2ª Vara Esta-

dual de Falências e Recuperação Judicial de Curitiba, justificou a quebra por conta de uma tríplíce omissão da construtora no pagamento dos tributos. Segundo ela, “o devedor, regularmente executado, não paga, não deposita e não nomeia bens suficientes à penhora, caracterizando a insolvência jurídica prevista no artigo 94, inciso II, da Lei nº 11.101, de 2005 [Lei de Recuperação Judicial e Falência]”.

A empresa contestou a decisão no TJPR, alegando que o crédito ainda é discutido. A Triunfo discorda da base de cálculo usada pelo município e a própria competência para São Simão fazer a cobrança. Argumentou que foram apresentados bens à penhora, mas foram recusados, e que a juíza não ouviu o administrador judicial (AJ) nem o Ministério Público (MP). A construtora é representada pelo escritório Galdino, Pimenta, Takemi, Ayoub, Salgueiro, Rezende de Almeida Advogados.

O desembargador Alberto Junior Veloso, do TJPR, concedeu o efeito suspensivo basicamente por questões processuais. Um deles foi não terem sido ouvidos o

MP e a administração judicial. Ele reconhece que não é obrigatória a manifestação do administrador, mas houve determinação da própria magistrada para que ele fosse ouvido.

Já sobre o Ministério Público, Veloso lembrou do artigo 279 do Código de Processo Civil (CPC), que prevê a “nulidade ao processo em que houver supressão de intervenção ministerial obrigatória”. Segundo ele, tampouco foi respeitado o prazo para a Triunfo contestar as novas alegações feitas pela prefeitura.

Na visão de Veloso, se não fosse dado o efeito suspensivo, haveria risco de irreversibilidade da situação econômica da empresa, por conta da ordem de bloqueio de R\$ 100 milhões determinada. Com a decisão, é retomado o processo de recuperação judicial.

“Empregados desmobilizados, contratos administrativos rescindidos, estabelecimento lacrado e reputação empresarial afetada pela anotação registral de ‘falido’ configuram quadro cuja reconstituição posterior, ainda que sobrevenha eventual provimento meritório do recurso pelo órgão colegiado, mostra-se de di-

fícil ou impossível concretização prática”, disse (processo nº 0066508-96.2026.8.16.0000).

O município de São Simão vai recorrer. Segundo a procuradora Daniela Romão, que atuou no caso, era esperado o efeito suspensivo. “É um processo complexo e o efeito suspensivo é para que o desembargador possa analisar todo o caso. Entramos com agravo interno para que a liminar seja revogada”, afirma.

Na visão dela, houve espaço para ampla defesa, pois a empresa juntou contestação. Daniela lembra ainda que não houve depósito elisivo, o que encerraria o processo de falência. O depósito consiste no pagamento em 10 dias do valor total do crédito, além de correção monetária, juros e honorários advocatícios.

Na visão do advogado Thomas Dulac Müller, sócio da Cesar Peres Dulac Müller Advogados (CPDMA), não há “reprovação formal” ao conteúdo da sentença, que respeitou os requisitos legais e decretou a quebra com base na frustração da execução. “O que deu ensejo a isso foi a recente mudança na interpretação do STJ sobre a legitimidade ativa das

autoridades fazendárias”, diz.

Müller estima que mais falências devem ocorrer nos próximos meses com base nesse fundamento, pois dívidas de natureza tributária são uma parte relevante do estoque do passivo das empresas. “Muitas empresas vêm, ao longo dos anos, se financiando através da inadimplência de impostos, até porque o aumento da carga tributária pode resultar como um incentivo perverso à inadimplência ou sonegação”, afirma o advogado.

Por outro lado, os meios para a equalização da dívida fiscal em meio à alta taxa de juros têm sido insuficientes para uma solução definitiva, acrescenta o advogado. Além disso, os diferentes entes — municípios, Estados e União — têm entendimentos e capacidades diferentes de lidar com os créditos tributários.

“Caberá ao Judiciário controlar o balanço do pêndulo, que agora está inclinado para o lado contrário do contribuinte. Talvez tenha sido este o fundamento da decisão que concedeu efeito suspensivo, pois foi toda ela com base em conteúdo meramente processual”, diz Müller.



“Mais falências devem ocorrer nos próximos meses com base na decisão do STJ”
Thomas D. Müller

Procurada pelo **Valor**, a Companhia Brasileira de Administração Judicial (CBAJ), que faz a administração judicial do caso, não deu retorno até o fechamento da edição.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025 (Em milhares de Reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS											
		Consolidado		Controladora				Consolidado		Controladora	
Ativo	Nota	2026	2025	2026	2025	Passivo	Nota	2026	2025	2026	2025
Caixa e equivalentes de caixa	8	327.031	324.775	326.791	324.535	Fornecedores	16	49.558	24.491	48.566	23.463
Aplicações financeiras	8	354.358	304.617	354.358	304.617	Obrigações com arrendamentos (b)	14	13.060	11.395	11.897	9.984
Contas a receber	9	6.287	9.857	6.287	9.857	Financiamentos	17	749	665	749	665
Estoques		22.599	9.377	22.599	9.377	Impostos e contribuições a recolher		2.911	1.344	2.911	1.344
Impostos a recuperar		8.284	27.305	8.284	27.305	Salários, férias e encargos	18	53.233	46.953	52.635	46.290
Outros ativos	10	10.378	8.295	10.023	7.747	Dividendos a pagar (b)	27	46.684	36.765	46.684	36.765
Total do ativo circulante		728.937	684.226	728.342	683.438	Provisão benefícios pós-emprego	20	914	957	914	957
Contas a receber	9	24.246	23.921	24.246	23.921	Otras contas a pagar		1.248	1.260	2.580	2.445
Outros ativos	10	11.581	9.887	11.581	9.887	Total do passivo circulante		168.357	123.830	166.936	121.913
Depósitos judiciais	19	993	1.186	993	1.186	Obrigações com arrendamentos (b)	14	23.648	23.755	20.640	22.898
Impostos a recuperar		10.925	5.047	10.925	5.047	Financiamentos	17	178.982	134.767	178.982	134.767
Ativo fiscal diferido	11	27.642	28.362	27.642	28.362	Provisão benefícios pós-emprego	20	6.349	5.889	6.349	5.889
Total do realizável a longo prazo		75.387	68.403	75.387	68.403	Receita diferida de subvenções	21	54.733	32.877	54.733	32.877
Investimentos em controladas	12	—	—	1.314	2.221	Provisão para processos judiciais	19	364	650	364	650
Imobilizado	13	250.751	133.082	249.668	131.239	Total do passivo não circulante		264.076	197.938	261.068	197.081
Direito de uso	14	36.375	35.526	32.461	33.336	Total do passivo		432.433	321.768	428.004	318.994
Intangível	15	628.076	526.700	627.925	526.526		22	812.203	562.203	812.203	562.203
Total do ativo não circulante		990.589	763.711	986.755	761.725	Capital social		22.048	17.918	22.048	17.918
						Reserva de capital		46.028	35.204	46.028	35.204
						Reserva legal		48.436	23.571	48.436	23.571
						Reserva de incentivo fiscal		355.818	484.561	355.818	484.561
						Reserva de integralidade do patrimônio líquido		2.560	2.712	2.560	2.712
						Outros resultados abrangentes		1.287.093	1.126.169	1.287.093	1.126.169
						Total do patrimônio líquido		1.287.093	1.126.169	1.287.093	1.126.169
						Total do passivo e patrimônio líquido		1.287.093	1.126.169	1.287.093	1.126.169
Total do ativo		1.719.526	1.447.937	1.715.097	1.445.163						

Total do ativo

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS									
Nota	Consolidado		Controladora		2025	2026	2025	2026	2025
	2026	2025	2026	2025					
Receita operacional líquida	23	470.580	422.648	470.580	422.648				
Custo de pesquisa e serviços prestados	24	(156.249)	(139.293)	(153.211)	(135.641)				
Lucro bruto		314.331	283.355	317.369	287.007				
Despesas administrativas e com vendas	24	(142.903)	(126.874)	(142.903)	(126.874)				
Resultado de equivalência patrimonial	12	—	—	—	(5.894)				
Perdas esperadas com créditos	24	(8.054)	(7.850)	(8.054)	(7.850)				
Outras receitas (despesas) operacionais	24	7.138	(15.795)	9.663	(13.937)				
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		170.512	132.836	170.181	132.500				
Receitas financeiras	25	98.646	65.785	98.646	65.782				
Despesas financeiras	25	(17.501)	(12.113)	(17.170)	(11.774)				
Variações cambiais, líquida	25	(200)	(124)	(200)	(124)				
Financieiras líquidas	25	80.945	53.548	81.276	53.884				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		251.457	186.384	251.457	186.384				
Imposto de renda e contribuição social:									
Diferidos	11	(720)	(433)	(720)	(433)				
Corrente	11	(34.263)	(10.274)	(34.263)	(10.274)				
Lucro líquido do exercício		216.474	175.677	216.474	175.677				
Lucro por ação	22								
Lucro básico do exercício atribuível a acionistas									
controladores detentores de ações ordinárias		0,6749	0,5477	0,6749	0,5477				
Lucro diluído do exercício atribuível a acionistas									
controladores detentores de ações ordinárias		0,6715	0,5453	0,6715	0,5453				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais									

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Consolidado e controladora									
Nota	2026		2025		2025	2026	2025	2026	2025
	2026	2025	2026	2025					
Lucro líquido do exercício		216.474		175.677					
Resultado abrangente:									
Itens que são ou podem ser reclassificados para o resultado:									
Efeito de conversão de moeda estrangeira						(249)		477	
Perdas atuais com plano de benefícios definidos						(152)		819	
Lucro líquido do exercício		216.322		176.496					
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais									

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAS - MÉTODO INDIRETO

Nota	Consolidado		Controladora	
	2026	2025	2026	2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido	216.474	175.677	216.474	175.677
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	24	55.347	49.534	53.280
Provisão (reversão) para perdas de crédito esperada	24	8.054	7.850	8.054
Provisão para participação nos lucros	18	25.163	24.086	25.167
Resultado de equivalência patrimonial em controladas	12	—	—	5.894
Provisão para processos judiciais		(286)	(712)	(286)
Impostos pagos		(26)	(26)	(26)
Pagamento baseado em ações	22e	6.545	6.823	6.545
Provisões de juros	17	8.727	5.090	8.727
Ativo biológico		—	1.204	—
Créditos tributários e atualizações	24	(10.030)	—	(10.030)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	720	433	720
Resultado na venda de ativo		998	382	998
	311.712	270.341	315.543	272.738

Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	(4.809)	2.906	(4.809)	2.906
Estoque	(13.222)	1.796	(13.222)	1.796
Impostos a recuperar e ativo fiscal corrente	57.436	(15.890)	57.436	(15.890)
Outros ativos	(4.053)	2.257	(4.246)	2.149
Depósitos judiciais	193	267	193	267
Fornecedores	25.067	2.681	25.103	3.959
Impostos e contribuições a recolher e passivo fiscal corrente	1.567	(1.288)	1.567	(1.288)
Salários, férias e encargos a pagar	(21.298)	(17.655)	(21.237)	(17.705)
Subvenção governamental	21.856	32.877	21.856	32.877
Outras contas a pagar	628	(380)	400	236
Caixa proveniente das atividades operacionais	375.077	277.122	378.584	282.045
Impostos pagos	(34.263)	(10.274)	(34.263)	(10.74)
Juros pagos	17	(8.643)	(4.905)	(4.905)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades operacionais	332.171	262.733	335.578	266.866
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aplicação e resgates de aplicações de financeiras	(49.741)	(10.441)	(49.741)	(10.441)
Aquisições de imobilizado	13	(139.028)	(57.365)	(138.886)
Investimentos em controlada		—	(4.987)	(5.026)
Intangível	15	(121.287)	(107.250)	(121.287)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(310.057)	(175.056)	(314.901)	(180.082)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Amortização de arrendamentos	(14.216)	(13.562)	(13.127)	(11.378)
Dividendos pagos	(49.609)	(36.511)	(49.609)	(36.511)
Captação de financiamentos	17	44.595	59.460	44.595
Financiamentos pagos	17	(380)	(168)	(380)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamentos	(19.610)	9.219	(18.521)	11.403
Efeitos da variação das taxas de câmbio sobre o caixa e equivalentes de caixa	(249)	477	—	—
aumento em caixa e equivalentes de caixa	2.256	97.373	2.256	98.187
Caixa e equivalentes de caixa do início do exercício	(216.474)	(126.329)	(216.474)	(126.874)
Caixa e equivalentes de caixa do fim do exercício	327.031	324.775	326.791	324.535
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	2.256	97.373	2.256	98.187

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Nota	Consolidado		Controladora	
	2026	2025	2026	2025
Receitas	722.787	456.260	722.787	620.875
Receitas de contratos com clientes	503.569	445.205	503.569	445.315
Outras receitas	13.459	18.795	13.459	18.795
Receitas relativas à construção de ativos próprios	213.823	164.615	213.823	164.615
Provisão para perdas de crédito esperada	23	(8.054)	(7.850)	(7.850)
Insuamos adquiridos de terceiros	(256.981)	(234.569)	(253.481)	(232.509)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(159.225)	(142.058)	(161.079)	(144.934)
Outras	(28.181)	(24.698)	(28.181)	(24.698)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(69.576)	(67.812)	(69.576)	(67.812)
Valor adicionado bruto	465.813	386.307	469.314	386.307
Depreciação e amortização	23	(55.347)	(49.534)	(53.280)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	410.468	336.773	419.036	332.997
Valor adicionado recebido em transferência	99.058	65.546	93.163	59.694
Receitas financeiras	24	98.646	65.785	98.646
Variações cambiais, líquida	24	(200)	(124)	(200)
Resultado de equivalência patrimonial em controladas		—	(5.894)	(5.846)
Outras	612	(115)	611	(118)
Valor adicionado total a distribuir	509.526	402.319	509.199	401.691
Distribuição do valor adicionado	(509.526)	(402.319)	(509.199)	(401.691)
Remuneração direta	(193.410)	(162.329)	(193.410)	(162.040)
Benefícios	121.231	(102.160)	121.231	(102.160)
F.G.T.S.	(63.493)	(53.316)	(63.497)	(53.027)
F.G.T.S.	(8.686)	(6.853)	(8.686)	(6.853)
Impostos, taxas e contribuições	(82.141)	(52.200)	(82.141)	(52.200)
Federais - PIS/COFINS	(46.244)	(41.159)	(46.244)	(41.159)
Federais - Imposto de renda e contribuição social	(34.983)	(10.707)	(34.983)	(10.707)
Estadual - ICMS	(914)	(334)	(914)	(334)
Remuneração de capitais de terceiros	(17.501)	(12.113)	(17.170)	(11.774)
Despesas financeiras	(17.501)	(12.113)	(17.170)	(11.774)
Remuneração de capital próprio	(216.474)	(175.677)	(216.474)	(175.677)
Dividendos	(45.196)	(38.109)	(45.196)	(38.109)
Lucro líquido do exercício	(171.278)	(139.568)	(171.278)	(139.568)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais				

entrar em falência/recuperação judicial; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissor; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução do valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo. A Companhia considera um declínio de 20% como significativo e o período de 12 meses como prolongado. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução do valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução do valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Diretoria se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução do valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado. ii) Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e a contribuição social diferidos, estoques e intangíveis, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quando ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. g) Estoques: Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada móvel. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido das despesas de vendas. h) Benefícios a empregados: i) Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. ii) Provisão para benefícios pós-emprego - Planos de saúde: O Grupo oferece a seus colaboradores planos de saúde coletivos com o mercado, onde Companhia e sua controlada são copatrocinadoras. O plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia e sua controlada são reconhecidos mensalmente no resultado respectivo do regime de competência. Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuário independente. iii) Transações envolvendo pagamento baseado em ações: O custo de transações liquidadas com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um método de avaliação baseado em um fluxo descontado. Esse custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados (vide Nota 21 em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido (em outras reservas), ao longo do exercício em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho são cumpridas (exercício de aquisição ou vesting period). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (vesting date) reflete a extensão na qual o exercício de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de outorgas que, em

continua ➔

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O CTC - Centro de Tecnologia Canaveira S.A. e sua controlada CTC Genomics LLC ("CTC", "Companhia" ou "Grupo") tem por objetivo social a pesquisa, o desenvolvimento e a comercialização de tecnologias para o setor sucroenergético, com destaque para o desenvolvimento de novas variedades de cana-de-açúcar, através do melhoramento genético e biotecnologia, além de novas tecnologias. A sede da Companhia está localizada na cidade de Piracicaba, no estado de São Paulo. Desde 24 de agosto de 2016 a Companhia possui registro de companhia aberta na categoria "A" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e integra o segmento Bovespa Mais. A Companhia possui duas grandes áreas de foco de pesquisa sendo uma delas a de Melhoramento genético na qual detém um amplo banco de germoplasma de cana-de-açúcar e papel destacado nos campos do melhoramento convencional e da modificação genética utilizando a biotecnologia aplicadas



→ continuação

última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do exercício representa a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele exercício. Condições de serviço e outras condições de desempenho que não sejam de mercado não são consideradas na determinação do valor justo dos prêmios outorgados, porém a probabilidade de que as condições sejam satisfetidas é avaliada como parte da melhor estimativa da Companhia sobre o número de outorgas que, em última instância, serão cumpridas e os títulos adquiridos. Condições de desempenho de mercado são refletidas no valor justo na data da outorga. Quaisquer outras condições atinentes, mas que não possuam uma exigência de serviço a elas associada, são consideradas condições de não aquisição de direito. Condições de não aquisição de direito são refletidas no valor justo da outorga e levam ao lançamento imediato da outorga como despesa, a não ser que também existam condições de serviço e/ou desempenho. Nenhuma despesa é reconhecida para outorgas que completam o seu exercício de aquisição por não terem sido cumpridas as condições de desempenho e/ou de serviços. Quando as outorgas incluem uma condição de mercado ou uma condição de não aquisição de direito, as transações são tratadas considerando o direito como adquirido independentemente de a condição de mercado ou a condição de não aquisição de direito ser satisfetidas, desde que todas as outras condições de desempenho e/ou serviços sejam satisfetidas. Quando os termos de uma transação liquidada com títulos patrimoniais são modificados (por exemplo, por modificações no plano), a despesa mínima reconhecida é o valor justo na data de outorga, desde que estejam satisfetidas condições originais de aquisição do direito. Uma despesa adicional, mensurada na data da modificação, é reconhecida para qualquer modificação que resulta no aumento do valor justo dos acordos com pagamento baseado em ações ou que, de outra forma, beneficie os empregados. Quando uma outorga é cancelada pela entidade ou pela contraparte, qualquer elemento remanescente do valor justo da outorga é reconhecido como despesa imediatamente por meio do resultado. O efeito da diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído. i) Provisões: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo, com exceção da Provisão para perdas de créditos esperada que segue a política da Companhia. j) Receita operacional: i) Receitas de royalties: Receitas decorrentes do uso por terceiros de ativos da Companhia, que produzam juros e royalties, devem ser reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade e o valor da receita puder ser mensurado de forma confiável. Os royalties devem ser reconhecidos segundo regime de competência de acordo com a substância do contrato. As receitas de royalties reconhecidas pela Companhia referem-se à variedades de cana-de-açúcar desenvolvidas e são reconhecidas no resultado do exercício pelo método linear nos meses de abril a março, tendo como base a área de plantio multiplicada por valor definido em contrato firmado entre as partes. A emissão das notas fiscais de faturamento e os recebimentos ocorrem, em grande parte, durante o exercício de safra de cana de açúcar nos meses de setembro a dezembro. Caso o recebimento de faturamentos do exercício seja maior que a parcela já reconhecida no resultado, a diferença é reconhecida como "receitas diferidas" no passivo circulante. ii) Venda de bens e serviços: A receita operacional da venda de bens e serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado, este é reconhecido de acordo com suas respectivas vendas. k) Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros e rendimentos sobre as aplicações financeiras. A receita financeira é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias com juros e descontos. l) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto ativo e base negativa de contribuição social limitado a 30% do lucro tributável anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. m) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente: O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido: O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores contábeis para tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que deverão ser aplicadas às diferenças temporárias quando de sua reversão, baseando-se nas leis que estão em vigor na data de apresentação das demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posição fiscal tomada e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha de ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios-fimdos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações poderão impactar a despesa com imposto de renda no fim do exercício. Um ativo de imposto de renda corrente e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. n) Resultado por ação: O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuído aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios-fimdos apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33 - Resultado por ação. o) Ativos arrendados: No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, com efeito, um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no IFRS 16/CPC 06(R2). No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos iniciais incorridos pelo arrendatário ou, se essa taxa não puder ser determinada, incorridos pelo arrendatário na desmontagem ou remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento, ou, se essa taxa não puder ser determinada, imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente; • Mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. i) Arrendamentos de ativos de baixo valor: A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. o) Subvenção governamental: Subvenções governamentais relacionadas a ativos são reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que o Grupo irá cumprir as condições associadas com a subvenção. p) Aspectos ambientais: A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia gerencia os riscos associados com assuntos ambientais em todas as atividades que possam causar impacto ambiental. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

7. NORMAS EMITIDAS, MAS AINDA NÃO VIGENTES

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas até a data das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir: O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível. IFRS 18/CPC 51: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: O IFRS 18/CPC 51 substituirá o CPC 26/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros".

8. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

O Grupo classifica como equivalente de caixa os saldos de depósitos bancários de curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Qualquer tipo de depósito bancário que não satisfaça essas características cumulativamente, ou mesmo que satisfaçam os critérios, mas não são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo são classificados com aplicações financeiras, no ativo circulante ou não circulante.

	Rentabilidade média acumulada da carteira no exercício	Consolidado		Controladora	
		2026	2025	2026	2025
Caixa					
Em moeda local		—	4	—	4
Em moeda estrangeira		11	13	11	13
		11	17	11	17

Bancos					
Em moeda local		29	218	29	218
Em moeda estrangeira		240	240	—	—
		269	458	29	218

Aplicações CDB (i)	101%	680.005	628.383	680.005	628.383
Compromissada (ii)	85%	1.104	534	1.104	534
		681.109	628.917	681.109	628.917

Total caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		681.389	629.392	681.149	629.152
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras		327.031	324.775	326.791	324.535
Aplicações financeiras		354.358	304.617	354.358	304.617
(i) CDB: aplicações realizadas em bancos de primeira linha, e rendimento pré fixado em CDI. (ii) Compromissada: aplicação realizada em bancos de primeira linha. Aplicação de renda fixa em que o banco					

vende um título (debênture), com compromisso de recomprá-lo a qualquer momento, conforme remuneração em DI. A análise quanto à exposição desses ativos a risco de taxas de juros, dentre outros, é divulgada na nota explicativa nº 26.g.

9. CONTAS A RECEBER

O saldo de contas a receber de clientes é representado substancialmente por saldos referentes a receita de royalties, composto da seguinte forma:

	Consolidado e Controladora	
	2026	2025
Clientes	84.238	76.824
Clientes - partes relacionadas (nota explicativa nº 27)	17.634	20.239
Total	101.872	97.063
(-) Provisão para perda de crédito esperada - partes relacionadas	(2.365)	(2.276)
(-) Provisão para perda de crédito esperada	(68.974)	(61.009)
Total (nota explicativa nº 27)	(71.339)	(63.285)
Circulante	6.287	9.857
Não circulante (i)	24.246	23.921

(i) Estão classificadas na rubrica de longo prazo o saldo de R\$17.105 referente royalties a receber das variedades CTC 1-12, em discussão judicial ou administrativa junto a determinados clientes.

A movimentação da provisão está apresentada como segue:

Controladora			
2026	2025	2026	2025
Constituições	(7.850)		
Saldo em 31 de março de 2025	(63.285)		
Constituições	(8.054)		
Saldo em 31 de março de 2026	(71.339)		

As reversões e/ou constituições de provisões estão registradas na rubrica de "Outras despesas e receitas operacionais". A análise quanto a exposição desses ativos a risco de taxas de juros, dentre outros, é divulgada na nota explicativa nº 26.

10. OUTROS ATIVOS

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>2026</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Despesas antecipadas (i)	13.653	13.484	13.653	13.484
Adiantamento a fornecedores	7.871	3.994	7.871	3.994
Outros ativos	435	704	80	156

Circulante	10.378	8.295	10.023	7.747
Não circulante	11.581	9.887	11.581	9.887

(i) Referem-se a mudas disponibilizadas para multiplicação de variedades em clientes. Estas mudas são monitoradas para garantir que a taxa de multiplicação seja efetiva conforme acordo formalizado junto ao cliente que estabeleça a responsabilidade de multiplicação.

11. ATIVO FISCAL DIFERIDO

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável apuração de lucro tributável futuro com base em projeções de resultados elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

	Consolidado e Controladora			
	Reconhecidos no resultado		Reconhecidos no resultado	
	2024	2025	2025	2026
Perda de crédito esperada	13.856	2.669	16.525	19.263
Receita a auferir	7.161	(697)	6.464	(1.344)
Provisão participação nos lucros	7.363	322	7.685	5.120
Incentivo de longo prazo	5.803	2.320	8.123	1.872
Incentivo fiscal - aceleração	(9.554)	483	(9.071)	(1.810)
Outras diferenças temporárias	4.166	(5.530)	(1.364)	1.471
Imposto diferido líquido	28.795	(433)	28.362	(720)

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, a Diretoria considera as projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Tributos diferidos ativos são

13. IMOBILIZADO

Consolidado	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamento de informática	Veículos	Edifícios e Benfeitorias	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Obras em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
Custo:									
Saldo em 31 de março de 2024	78.123	6.938	13.401	10.406	2.893	63.134	12.662	2.580	197.718
Adições	11.091	1.163	2.263	2.383	17	13	23.677	16.758	57.365
Transferências	1.106	104	11	—	1.258	16.877	(11.007)	(8.349)	—
Baixas	—	(4)	(205)	(686)	—	—	—	—	(895)
Conversão moeda	739	55	206	—	—	358	—	—	1.358
Saldo em 31 de março de 2025	91.058	8.257	15.676	12.103	4.168	80.382	25.332	10.989	247.966
Adições	24.351	1.060	3.899	1.537	45	47	88.735	19.354	139.028
Transferências	12.957	632	10	170	—	15.120	(2.587)	(26.301)	—
Baixas	(2)	—	(80)	(539)	—	—	(1.027)	—	(1.648)
Conversão moeda	(735)	(39)	(98)	—	—	—	—	—	(872)
Saldo em 31 de março de 2026	127.629	9.910	19.407	13.271	4.213	95.549	110.453	4.042	384.474
Depreciação:									
Saldo em 31 de março de 2024	(52.151)	(3.312)	(8.343)	(5.851)	(1.201)	(28.093)	—	—	(98.951)
Depreciação no exercício	(5.921)	(588)	(1.906)	(1.398)	(262)	(5.452)	—	—	(15.526)
Baixa depreciação	—	3	184	326	—	—	—	—	513
Transferência	(20)	(1)	—	—	—	21	—	—	—
Conversão moeda	(470)	(27)	(95)	—	—	(328)	—	—	(920)
Saldo em 31 de março de 2025	(58.562)	(3.925)	(10.160)	(6.923)	(1.463)	(33.852)	—	—	(114.884)
Depreciação no exercício	(8.094)	(707)	(2.052)	(1.613)	(343)	(7.096)	—	—	(19.904)
Baixa depreciação	—	—	73	330	—	—	—	—	404
Conversão moeda	551	30	82	—	—	—	—	—	661
Saldo em 31 de março de 2026	(66.105)	(4.602)	(12.057)	(8.205)	(1.806)	(40.948)	—	—	(133.723)
Saldo em 31 de março de 2025	32.497	4.332	5.516	5.181	2.706	46.529	25.332	10.989	133.082
Saldo em 31 de março de 2026	61.524	5.308	7.350	5.066	2.407	54.601	110.453	4.042	250.751
Taxa de depreciação	10%	10%	20%	10%	5%	8%			
Controladora									
Custo:									
Saldo em 31 de março de 2024	73.175	6.567	12.588	10.406	2.893	60.737	12.662	2.580	181.608
Adições	11.091	1.163	2.263	2.383	17	13	23.677	16.758	57.365
Transferências	1.106	104	11	—	1.258	16.877	(11.007)	(8.349)	—
Baixas	—	(4)	(205)	(686)	—	—	—	—	(895)
Saldo em 31 de março de 2025	85.372	7.830	14.657	12.103	4.168	77.627	25.332	10.989	238.079
Adições	24.318	1.060	3.842	1.537	45	47	88.682	19.354	138.885
Transferências	12.957	632	10	170	—	15.120	(2.587)	(26.301)	—
Baixas	(3)	—	(80)	(539)	—	—	(1.026)	—	(1,648)
Saldo em 31 de março de 2026	122.644	9.522	18.429	13.271	4.213	92.794	110.401	4.042	375.316
Depreciação:									
Saldo em 31 de março de 2024	(49.002)	(3.132)	(7.706)	(5.852)	(1.201)	(25.895)	—	—	(92.788)
Depreciação no exercício	(5.109)	(529)	(1.815)	(1.398)	(262)	(5.452)	—	—	(14.564)
Baixa depreciação	—	3	184	326	—	—	—	—	513
Transferências	(20)	(1)	—	—	—	21	—	—	—
Saldo em 31 de março de 2025	(54.131)	(3.658)	(9.337)	(6.924)	(1.463)	(31.326)	—	—	(106.839)
Depreciação no exercício	(7.515)	(660)	(1.987)	(1.613)	(343)	(7,096)	—	—	(19,213)
Baixa depreciação	—	—	74	331	—	—	—	—	404
Saldo em 31 de março de 2026	(61.646)	(4.318)	(11.250)	(8.206)	(1,806)	(38,422)	—	—	(125,648)
Saldo em 31 de março de 2025	31.241	4.171	5.320	5.180	2.705	46.301	25.332	10.989	131.239
Saldo em 31 de março de 2026	60.998	5.204	7.179	5.065	2.407	54.372	110.401	4.042	249.668
Taxa de depreciação	10%	10%	20%	10%	5%	8%			

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados se necessário de forma prospectiva. A análise foi realizada com base em laudo técnico emitido por profissionais especializados sobre as informações contábeis 31 de março de 2026. Plantio de cana corresponde às plantas portadoras que são exclusivamente utilizados para cultivar a cana-de-açúcar. A cana-de-açúcar é classificada como cultura semi-perene, cujo ciclo produtivo economicamente viável tem duração média de cinco cortes. O montante alocado em obras em andamento refere-se principalmente a melhorias em laboratórios de pesquisas e construção da planta demonstrativa de Sementes Sintéticas com finalização prevista até o final da safra anual. O Grupo avalia anualmente se há indicadores de perda de valor de um ativo, havendo indícios, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. Para certos exercícios findo o Grupo não identificou a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável do ativo.

14. DIREITO DE USO E OBRIGAÇÕES COM ARRENDAMENTOS



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS (Em milhares de reais)									
15. INTANGÍVEL									
Consolidado	Software	Melhoramento genético	Novas tecnologias	Melhoramento genético em desenvolvimento	Novas tecnologias em desenvolvimento	Total			
Custo:									
Saldo em 31 de março de 2024	35.552	97.968	155.877	113.777	94.529	497.703			
Adições	3.014	—	32	45.180	59.024	107.250			
Conversão moeda	190	—	183	—	—	373			
Saldo em 31 de março de 2025	38.756	97.968	156.092	158.957	153.553	605.326			
Adições	4.225	—	1.752	52.722	62.588	121.287			
Transferência	—	13.449	—	(13.449)	—	—			
Conversão moeda	(135)	—	(119)	—	—	(254)			
Saldo em 31 de março de 2026	42.846	111.417	157.725	198.230	216.141	723.581			
Amortização:									
Saldo em 31 de março de 2024	(24.779)	(20.520)	(13.293)	—	(58.592)	—			
Amortização	(5.204)	(4.008)	(10.457)	—	(19.669)	—			
Conversão moeda	(184)	—	(181)	—	(365)	—			
Saldo em 31 de março de 2025	(30.167)	(24.528)	(23.931)	—	(78.626)	—			
Amortização	(2.885)	(5.282)	(11.721)	—	(19.888)	—			
Conversão moeda	118	—	113	—	231	—			
Saldo em 31 de março de 2026	(32.934)	(29.810)	(35.539)	—	(98.283)	—			
Saldo em 31 de março de 2025	8.589	73.440	132.161	158.957	153.553	526.700			
Saldo em 31 de março de 2026	9.912	81.607	122.186	198.230	216.141	627.925			
Controladora	Software	Melhoramento genético	Novas tecnologias	Melhoramento genético em desenvolvimento	Novas tecnologias em desenvolvimento	Total			
Custo:									
Saldo em 31 de março de 2024	34.277	97.968	154.493	113.777	94.529	495.044			
Adições	3.013	—	32	45.180	59.025	107.250			
Saldo em 31 de março de 2025	37.290	97.968	154.525	158.957	153.554	602.294			
Adições	4.225	—	1.752	52.722	62.588	121.287			
Transferência	—	13.449	—	(13.449)	—	—			
Saldo em 31 de março de 2026	41.515	111.417	156.277	198.230	216.142	723.581			
Amortização:									
Saldo em 31 de março de 2024	(23.572)	(20.520)	(12.095)	—	(56.187)	—			
Amortização	(5.147)	(4.008)	(10.426)	—	(19.581)	—			
Saldo em 31 de março de 2025	(28.719)	(24.528)	(22.521)	—	(75.768)	—			
Amortização	(2.885)	(5.282)	(11.721)	—	(19.888)	—			
Saldo em 31 de março de 2026	(31.604)	(29.810)	(34.242)	—	(95.656)	—			
Saldo em 31 de março de 2025	8.571	73.440	132.004	158.957	153.554	526.526			
Saldo em 31 de março de 2026	9.911	81.607	122.035	198.230	216.142	627.925			

Os custos com desenvolvimento referem-se a gastos incorridos, segregados da seguinte maneira:

Consolidado	31/03/2025	Adições	Conversão de moeda	31/03/2026
Melhoramento genético (a)	256.925	52.722	—	309.647
Novas Tecnologias (b)	309.645	64.340	(119)	373.866
Total	566.572	117.062	(119)	683.515
Consolidado	31/03/2024	Adições	Conversão de moeda	31/03/2025
Melhoramento genético (a)	211.745	—	—	256.925
Novas Tecnologias (b)	50.407	59.057	181	309.645
Total	462.152	104.237	183	566.572

Os custos com os projetos Melhoramento genético e Novas tecnologias, são classificados conforme segue: • Fase 1: Pesquisa aplicada e prova de conceito, a qual abrange a avaliação quanto à atratividade, mérito técnico, o potencial de aplicação no mercado, definição de protocolos e protótipo de laboratório. • Fase 2: Desenvolvimento precoce, a qual abrange o refinamento de processos e protocolos, os *startups* de investigação em campo e potencialmente plantas Piloto. • Fase 3: Desenvolvimento avançado, a qual abrange testes de campo, a análise regulatória e potencialmente plantas demonstração. • Fase 4: Pré-lançamento, a qual abrange as aprovações regulatórias, *Seed bulk-up*, detalhamento do plano de negócios e plantas em escala semicomercial ou comercial. a) Melhoramento genético: O Programa de Melhoramento genético, por meio de seus polos regionais estrategicamente distribuídos pelo País (PR/MG/MS/MT/TO/SP/GO), permite ao Grupo desenvolver variedades cada vez mais produtivas e que contemplam todas as condições de produção das diferentes regiões onde a planta é cultivada no Brasil. A diversificação e a modernização do plantel varietal contribuem decisivamente para a sustentabilidade do agronegócio, não só pelos ganhos de produtividade, como também pela melhoria da qualidade, pela redução dos riscos fitossanitários e de perdas agrícolas. Isso porque esses novos materiais genéticos são desenvolvidos para atender aos modernos processos produtivos, como plantio e colheita mecanizados. O CTC detém os direitos de Propriedade Intelectual dessas variedades pelo período de 15 anos a contar da data de concessão de seus respectivos certificados de proteção, conforme estabelece a Lei de Proteção de Cultivares (Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997). b) Novas tecnologias: i) *Projetos de melhoramento genético com emprego de biotecnologia (transgenia)*: A Biotecnologia, ferramenta para o esperado salto de produtividade do canavieiro, é capaz de acelerar o processo de melhoria contínua de produtividade das variedades convencionais e, ainda, incorporar a cana características desejáveis (*traits*) que oferecem vantagens econômicas, ambientais e de manejo, tais como aqueles já usufruídos por produtores de soja, milho e algodão no Brasil. O Programa de Biotecnologia, tem como foco principal a produção de plantas geneticamente modificadas com o uso de genes que conferem tolerância a insetos e herbicidas. Esta estratégia de controle já foi empregada em outras culturas, tais como milho, soja e algodão, e apresentam bons resultados em relação ao controle de suas pragas agrícolas. As plantas geneticamente modificadas estão sujeitas à aprovação pela Comissão Técnica Nacional de Biotecnologia (CTNBio) no Brasil, e os produtos com ela produzidos sujeitos a processos de desregulamentação nos países para onde são exportados. O CTC detém os direitos de Propriedade Intelectual dessas variedades e das tecnologias relacionadas por pelo menos 15 anos a contar da data de concessão de seus respectivos certificados provisórios de proteção, conforme estabelece a Lei de Proteção de Cultivares (Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997) e/ou por pelo menos 20 anos a contar da data de depósito do pedido de patente de invenção, incluindo o estabelecimento da Lei de Propriedade Industrial (Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996). ii) *Projetos de Sementes Artificiais*: O Projeto de Sementes Artificiais tem por objetivo desenvolver um novo sistema de plantio de cana-de-açúcar através de sementes sintéticas, a fim de obter um aumento da eficiência no processo produtivo como um todo por meio da utilização de materiais genéticos de qualidade, livres de pragas e doenças, maquinários mais leves para plantio, levando à menor compactação do solo, menor volume de material por hectare, dentre outros. Esse projeto reforça o nosso papel disruptivo, uma vez que a Companhia acredita que inexistia tecnologia semelhante no Brasil ou no mundo. Alocação dos desembolsos com pesquisas: As despesas de pesquisas são reconhecidas no resultado, desembolsos com desenvolvimento são capitalizados apenas como ativos intangíveis se os critérios de reconhecimento do IAS 38/CPC 4 - Ativo Intangível forem atendidos, isso inclui a suficiente certeza de que a atividade de desenvolvimento dará origem a fluxos de caixa financeiros futuros que também cobrem os respectivos gastos de desenvolvimento. No caso do Grupo, isso ocorre de acordo as regras atribuídas para cada tecnologia, sendo elas: a. Melhoramento genético: todos os gastos incorridos em variedades comerciais desde a fase 2 até a Fase 4; b. Novas Tecnologias: todos os gastos incorridos em variedades comerciais de tecnologia já conhecidas até sua desregulamentação internacional e nos casos de desenvolvimento de novas tecnologias, apenas gastos de Fase 4. Os custos com os projetos de Melhoramento genético e Novas Tecnologias, incorridos fora das normas citadas acima, são reconhecidas no resultado na rubrica de "custos de pesquisa e serviços prestados". A amortização dos ativos intangíveis de desenvolvimento e registro de produtos é reconhecida no "custos por natureza", nota explicativa nº 24. Redução ao valor recuperável (*impairment*): Anualmente, a Companhia avalia a recuperabilidade (*impairment*) dos saldos de ativos intangíveis, substancialmente representados por ativos relacionados ao melhoramento genético, biotecnologia, softwares e tecnologias em desenvolvimento. A metodologia utilizada para avaliação do valor recuperável é baseada no fluxo de caixa descontado, considerando premissas financeiras e operacionais aprovadas pela Administração, conforme descrito abaixo: (i) **Período de projeção** - Fluxos de caixa projetados com base no planejamento estratégico e orçamentos aprovados pela Administração, considerando período explícito de projeção e perpetuidade para o período residual; (ii) **Receitas** - Projetadas considerando o histórico operacional, expectativas de mercado, evolução tecnológica, expansão da base de clientes, licenciamentos, *royalties* e perspectivas de adoção das variedades e tecnologias desenvolvidas pela Companhia; (iii) **Margens operacionais** - Determinadas com base no desempenho histórico, eficiência operacional esperada e estratégia comercial da Companhia; (iv) **Custos e despesas operacionais** - Projetados considerando estruturas operacionais atuais, inflação esperada, ganhos de eficiência e investimentos necessários para manutenção das operações e continuidade dos projetos; (v) **Investimentos (Capex)** - Considerados conforme orçamento aprovado pela Administração, incluindo investimentos em pesquisa, desenvolvimento, infraestrutura tecnológica e manutenção operacional; (vi) **Crescimento no período residual** - Compatível com as expectativas de crescimento de longo prazo do setor de biotecnologia e agronegócio, bem como projeções macroeconômicas de mercado; (vii) **Taxa de desconto** - Os fluxos de caixa futuros foram descontados a valor presente utilizando metodologia baseada no *Weighted Average Cost of Capital* ("WACC"), considerando riscos específicos do negócio, estrutura de capital e condições econômicas e de mercado vigentes. A taxa média adotada no período de projeção é de 14% ao ano. A Administração não identificou indicadores de perda no valor recuperável dos ativos intangíveis em 31 de março de 2026.

16. FORNECEDORES

Referem-se, substancialmente, a fornecedores de máquinas e equipamentos, materiais e prestadores de serviços de assessoria técnica, assessoria de engenharia e consultoria.

	Consolidado	2026	2025	Controladora	2026	2025
Fornecedores nacionais	45.900	22.947	45.900	22.947		
Fornecedores estrangeiros	3.658	1.544	2.666	516		
Total	49.558	24.491	48.566	23.463		

17. FINANCIAMENTO

Consolidado e controladora	Vencimento		31/03/2026		31/03/2025	
Modalidade	Moeda	Encargos	De	até	Garantias	
Financiamentos	R\$	3,3% + TR a.a.	2027	2035	Fiança bancária	178.749
Financiamentos máquinas	R\$	2,4% + CDI a.a.	2024	2028		134.070
Circulante						179.751
Não circulante						135.432
						749
						685
						178.982
						134.767
Consolidado e controladora	31/03/2025	Captações	Juros incorridos	Juros pagos	31/03/2026	31/03/2025
Financiamentos	134.070	44.595	8.651	—	(8.567)	178.749
Financiamentos máquinas	1.362	—	76	(380)	(76)	982
Total	135.432	44.595	8.727	(380)	(8.643)	179.731
Consolidado e controladora	31/03/2024	Captações	Juros incorridos	Juros pagos	31/03/2025	31/03/2024
Financiamentos	74.435	59.460	5.080	(4.905)	134.070	
Financiamentos máquinas	—	1.520	10	(168)	1.362	
Total	74.435	60.980	5.090	(168)	(4.905)	135.432

Os montantes do passivo têm a seguinte composição por exercício de vencimento:

Exercício de vencimento	31/03/2026	31/03/2025
2025	570	570
2026	654	380
2027	7.736	5.897
2028	22.384	16.867
2029	11.692	16.551
Demais anos	126.889	95.167
	179.731	135.432

Em 22 de agosto de 2023, a Companhia assinou contrato de financiamento para captação de recursos junto à FINEP, no montante de R\$180.000, com vencimento final em 2035. Sobre o montante principal incidirão juros de taxa referencial ("TR") + 3,3% ao ano. O recebimento inicial no montante de R\$ 75.000 ocorreu em 24 de outubro de 2023, a segunda parcela de liberação no montante de R\$ 60.000 ocorreu em 10 de julho de 2024 e a terceira e última tranche do contrato de financiamento no valor de R\$ 45.000 foi realizada em 23 de julho de 2025. Com esta liberação, o montante total contratado foi integralmente disponibilizado à Companhia, reforçando a capacidade de investimento em inovação e desenvolvimento tecnológico. O pagamento dos juros ocorre mensalmente e o pagamento do principal terá primeira parcela a partir de 2027, o qual também será pago mensalmente. A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

18. SALÁRIOS, FÉRIAS E ENCARGOS A PAGAR

	Consolidado	2026	2025	Controladora	2026	2025
Provisão de férias, 13º salário e encargos	14.639	12.813	14.639	12.813		
Provisão para participação nos resultados (i)	25.765	24.404	25.167	23.741		
Provisão para bônus NE 22e	1.038	—	1.038	—		
Encargos trabalhistas a pagar	11.692	9.736	11.692	9.736		
Outros	99	99	99	99		
Total	53.233	46.953	52.635	46.290		

(i) **Movimentação da provisão para participação nos resultados:** O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta metas previamente definidas aos funcionários. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que tenha criado uma obrigação. O montante provisionado na safra 24/25 foi revertido após o pagamento que ocorreu em julho de 2025.

	Saldo em 31 de março de 2024	Saldo em 31 de março de 2025
	21.894	21.655
Pagamento do exercício	(21.576)	(21.053)
Provisão do exercício	24.086	23.139
Saldo em 31 de março de 2025	24.404	23.741
Pagamento do exercício	(23.802)	(23.741)
Provisão do exercício	25.163	25.167
Saldo em 31 de março de 2026	25.765	25.167

19. PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS

O Grupo, no curso normal de suas atividades, está sujeito a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, cível, entre outros. A Diretoria, apoiada pela opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 31 de março de 2026, se encontra provisionado o montante de R\$ 364 (R\$ 650 em 31 de março de 2025), o qual, na opinião da Diretoria e de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos trabalhistas em andamento. A contrapartida do ajuste da contingência está registrada na conta de despesas administrativas e com vendas. Se encontram registrados na rubrica de depósitos judiciais referentes a esses processos, R\$ 993 em 31 de março de 2026 (R\$ 1.186 em 31 de março de 2025).

Consolidado e controladora	Provisões de natureza trabalhista	Depósitos judiciais
Saldo em 31 de março de 2024	(1.362)	1.453
Adições	(615)	203
Baixas	1.327	(470)
Saldo em 31 de março de 2025	(650)	1.186
Adições	(361)	—
Baixas	647	(193)
Saldo em 31 de março de 2026	(364)	993

Adicionalmente, o Grupo está sujeito a processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista, em diversas fases do rito processual. Os processos de natureza tributária federal referem-se, principalmente, a discussões sobre interpretação e aplicação da legislação tributária no curso normal das operações da médica e outros benefícios pós-emprego. Os saldos relativos à provisão de benefícios pós-emprego concedidos a empregados estão representados a seguir:

Consolidado e controladora	2026	2025
Assistência médica pós-emprego	6.284	5.839
Outros benefícios	999	1.007
Total	7.263	6.846

Circulante
Não circulante
6.349 957

O plano está exposto principalmente ao risco de aumento dos custos médicos devido à inflação, novas tecnologias, novos tipos de cobertura e a um maior nível de utilização de benefícios médicos. A Companhia aprimora continuamente a qualidade de seus processos técnicos e administrativos, bem como dos programas de saúde oferecidos aos beneficiários, a fim de mitigar esse risco. Os empregados e aposentados realizam contribuições fixas mensais para cobertura de procedimentos e contribuições variáveis de alguns procedimentos, ambas com base nas tabelas de contribuição do plano, que são definidas com base em determinados parâmetros, como o salário e níveis de idade. **Revisão anual do plano de saúde:** Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas. Dentre as principais estão: (a) Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente, que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro; e (b) Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (per capita) da companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos. Essas e outras estimativas são revisadas, anualmente, e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuariais. Em 31 de março de 2026, o passivo foi remensurado com as premissas atuariais vigentes cujo resultado está demonstrado no quadro abaixo. Incertezas de mensuração associadas à obrigação de benefício definido: As premissas atuariais financeiras e demográficas significativas usadas para determinar a obrigação de benefício definido são apresentadas na tabela abaixo:

	2026	2025
Tábua de Mortalidade	AT-2000, por sexo	AT-2000, por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas
Tábua de Mortalidade de Invalídos IAPB 1957		
Rotatividade 0,30/(Tempo de Serviço + 1) (i)		
Plano	1ª outorga	2ª outorga
Data da outorga	20/07/2017	25/06/2018
Ações outorgadas	210.000	227.600
Ações canceladas (i)	(8.800)	(25.200)
Ações concedidas	201.200	202.400
Ações baixadas (ii)	(20.880)	(20.880)
Ações Restantes	180.320	181.520

(i) As ações canceladas referem-se às outorgas concedidas a ex-beneficiários que não fazem mais parte do quadro de colaboradores da Companhia. (ii) As Ações baixadas referem-se à recompra de ações anteriormente outorgadas a ex-beneficiários da Companhia. A Companhia reconheceu no exercício uma despesa administrativa de R\$ 6.545, sendo R\$ 5.507 com opções de ações e R\$ 1.038 referente ao "bônus de longo prazo" em 31 de março de 2026. Em função da concessão das ações estar vinculada à ocorrência do evento de liquidez, não houve qualquer exercício dessas desde a constituição do plano. O total de ações outorgadas em 31 de março de 2026, 1.611.392 ações (1.392.533 em 31 de março de 2025) foram reconhecidos líquidos no exercício R\$ 4.130 no patrimônio líquido à rubrica de reserva de capital. O programa tem como objetivo reforçar a retenção dos executivos-chave e alinhar seus interesses com os dos acionistas, na criação de valor para o negócio de forma sustentável e no longo prazo. Quando do lançamento de cada Programa, o Conselho de Diretoria fixará os termos e as condições de cada opção em Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações ("Contrato"), a ser celebrado entre a Companhia e cada beneficiário. Este contrato definirá: (i) o número de ações que o beneficiário terá direito de adquirir ou subscrever com o exercício das opções, (ii) o preço por ação, de acordo com o Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia, e (iii) quaisquer outros termos e condições adicionais, a condição de que não estejam em desacordo com as disposições do respectivo Plano ou Programa de Ações da Companhia e Bônus de Longo Prazo. f) Dividendos: De acordo com o estatuto da Companhia é assegurado aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido apurado no final do exercício social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, o Estatuto Social prevê a distribuição de dividendos adicionais correspondentes a 10% do lucro líquido ajustado, desde que haja disponibilidade financeira e deliberação favorável em assembleia. A Companhia deliberou em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de junho de 2025, a distribuição de dividendos adicionais mediante reclassificação de parte da reserva estatutária denominada Reserva de Integralidade do Patrimônio Líquido. **Dividendos**
Resultado do exercício em 216.474 175.677
(10.824) (8.784)
Base de destinação após reserva legal 205.650 166.893
(-) Reserva de incentivos fiscais (24.865) (23.571)
Base de destinação após incentivos fiscais 180.785 143.322
% Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (45.196) (35.830)
Dividendos propostos (45.196) (35.830)
Reserva de integralidade do Patrimônio Líquido 155.589 107.492
A Companhia mantém o passivo a pagar de dividendos pelo prazo de 3 anos, após o encerramento do exercício social em que foram declarados. Após esse prazo, os valores não reclamados pelos acionistas são revertidos em contrapartida de lucros acumulados, conforme previsto no artigo 287, inciso II, da Lei nº 6.404/76. g) Resultado por ação: A tabela abaixo reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído:

Controladora e Consolidado	2026	2025
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia (a)	216.474	175.677
Média ponderada de ações em circulação (b)	320.748.000	320.748.000
Lucro líquido por ação ordinária em (a)/(b) x 1000	0,6749	0,5477
Diluído		
Média ponderada de ações potencial diluída em circulação (c)	322.359.392	322.140.533
Lucro líquido por ação ordinária em (a)/(c) x 1000	0,6715	0,5453

23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado e controladora	
	2026	2025
Receitas de <i>royalties</i>	288.616	296.792
Receitas de <i>royalties</i> - partes relacionadas (nota explicativa nº 27)	214.953	148.523
Venda de mudas	11.040	15.022
Outras Receitas	2.419	3.773
Impostos	(46.448)	(41.462)
Receita operacional líquida	470.580	422.648
A receita de <i>royalties</i> de um cliente representa aproximadamente R\$ 53.182 (R\$ 37.198 em março de 2025) da receita total consolidada.		

AVISO DE LICITAÇÃO



O Serviço Social do Comércio – Administração Regional no Estado de São Paulo, nos termos da Resolução nº 1.593/2024, de 02 de maio de 2024, torna pública a abertura das seguintes licitações:

Modalidade: Pregão Eletrônico

Objetos:

PE 2026012000205 – Serviços de manutenção de áreas verdes para Diversas Unidades. Abertura: 23/06/2026 às 10h30.

PE 2026012000213 – Serviços de montagem cenográfica para a Unidade Bauru. Abertura: 19/06/2026 às 10h30.

PE 2026012000214 – Serviços de gerenciamento de resíduos, contemplando a coleta e destinação ambientalmente correta, para Diversas Unidades. Abertura: 22/06/2026 às 10h30.

PE 2026012000221 – Serviços de pré-impressão, impressão e fornecimento de peças de comunicação visual para Diversas Unidades. Abertura: 12/06/2026 às 10h30.

PE 2026012000222 – Fornecedor de scanner de alta demanda para a Administração Central. Abertura: 26/06/2026 às 10h30.

PE 2026012000223 – Locação de estruturas para Diversas Unidades. Abertura: 16/06/2026 às 10h30.

PE 2026012000224 – Locação de equipamentos de iluminação, sonorização e audiovisual para Diversas Unidades. Abertura: 12/06/2026 às 10h30.

A consulta e aquisição dos editais estão disponíveis no endereço eletrônico **portalcc.sescsp.org.br** mediante inscrição para obtenção de senha de acesso.



CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 10.760.260/0001-19 - NIRE 35.300.367.596 - Código CVM nº 02331-0
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 4ª (QUARTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL FLUTUANTE, CONTANDO COM GARANTIA ADICIONAL REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIA-GENS S.A., REALIZADA EM 5 DE MAIO DE 2026

1. **Data, Horário e Local:** 5 de maio de 2026, às 9:00 horas, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma “Teams”, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 81”). 2. **Convocação:** Convocados os Debenturistas (conforme definido abaixo), por meio da Edital de Convocação publicado nos dias 14, 15 e 16 de abril de 2026 no jornal “Valor Econômico”, observado o disposto no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) e na Cláusula 8.4 do “Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Flutuante, Contando com Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública, da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A.”, celebrado originalmente em 29 de março de 2019 e posteriormente aditado (“Escritura de Emissão”). 3. **Quórum e Presença:** Presenças titulares de debêntures da 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real flutuante, contando com garantia adicional real, para distribuição pública, da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. (“Debenturistas”, “Debêntures”, “Emissora” e “Emissão”, respectivamente), representando 50,81% (cinquenta inteiros e oitenta e um centésimos por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Escritura de Emissão), de acordo com a lista de presença anexa a esta ata. Presentes também os representantes da Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de agente fiduciário (“Agente Fiduciária”) e da Emissora. 4. **Mesa:** Presidente: Rodolfo Constantino de Tella. Secretária: Natália Carvalho Minetto. 5. **Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de hipótese de Evento de Vencimento Antecipado Mediante AGO prevista na alínea (i) da Cláusula 5.2.1 da Escritura de Emissão (“Evento de Vencimento Antecipado Mediante AGO”), decorrente da celebração, em 2 de abril de 2026, do Acordo de Acionistas da Companhia entre, de um lado, GIP Fundo de Investimento Financeiro em Ações e, de outro lado, Carbyne Travel Fundo de Investimento Financeiro, BRM Carbyne Voyage Fechado Fundo de Investimento Financeiro em Ações, Apex Vessel Fundo de Investimento Multimercado, AM Latitude Fundo de Investimento Financeiro em Ações, Propósito Previdência Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado - Responsabilidade Limitada, BRM Carbyne Jaguar Fundo de Investimento Financeiro em Ações e Fernando Antonio Kulng Cnelli (“Acionistas Vinculados” e “Acordo de Acionistas”, respectivamente), os quais detêm, em conjunto, participação equivalente a aproximadamente 35,52% do capital social da Companhia, conforme fato relevante divulgado pela Companhia em 10 de abril de 2026 (“Fato Relevante”) e detalhado na Proposta da Administração, divulgada pela Emissora em 13 de abril de 2026 (“Proposta da Administração”), bem como autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos os atos e assinatura de todos os documentos necessários para implementar a deliberação dos Debenturistas. 6. **Abertura:** Foram eleitos o Sr. Rodolfo Constantino de Tella como Presidente e a Sra. Natália Carvalho Minetto como Secretária da Assembleia, nos termos da Cláusula 8.7 da Escritura de Emissão para, entre outras providências, lavrar a presente ata. Após a eleição, foram abertos os trabalhos da Assembleia, tendo sido verificados os pressupostos de quórum e de convocação, bem como os instrumentos de mandato dos representantes dos Debenturistas presentes, declarando o Presidente instalada a Assembleia em 1ª (primeira) convocação, sem objeções. Em seguida, foi realizada a leitura da Ordem do Dia. 7. **Deliberações:** Examinada e debatida a matéria constante da Ordem do Dia, os Debenturistas presentes, em conjunto, deliberaram, por unanimidade, sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures em Circulação (conforme definido na Escritura de Emissão), por instrução de voto, a matéria, não tendo havido reprovações ou abstenções. Tendo em vista o atingimento do quórum previsto na Cláusula 5.2.3 da Escritura de Emissão (50% mais uma das Debêntures em Circulação), a Ordem do Dia foi aprovada e, consequentemente, foi deliberada: 7.1. A não declaração do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de hipótese de Evento de Vencimento Antecipado Mediante AGO prevista na alínea (i) da Cláusula 5.2.1 da Escritura de Emissão, decorrente da celebração, em 2 de abril de 2026, do Acordo de Acionistas pelos Acionistas Vinculados, os quais detêm, em conjunto, participação equivalente a aproximadamente 35,52% do capital social da Companhia. A não declaração de vencimento antecipado das Debêntures foi deliberada considerando a consignação da Emissora de que: (i) a celebração do Acordo de Acionistas não afeta a capacidade de pagamento da Companhia; e (ii) a operação não altera as condições financeiras das Debêntures, conforme detalhado na Proposta da Administração. Ficam a Emissora e o Agente Fiduciário autorizados a praticar a qualquer tempo todos os atos que forem necessários à implementação das deliberações aprovadas acima, incluindo, mas não se limitando, a assinar todos e quaisquer contratos, instrumentos e documentos relativos às deliberações ora realizadas, bem como praticar todos os demais atos necessários à formalização, efetivação e administração das deliberações desta Assembleia. 8. **Disposições Finais:** As deliberações da presente Assembleia são tomadas por mera liberalidade dos Debenturistas, portanto (i) não poderão ser interpretadas como renúncia dos Debenturistas quanto ao cumprimento pela Emissora das obrigações assumidas na Emissão; ou (ii) não poderão impedir, restringir e/ou limitar o exercício, pelos Debenturistas, de quaisquer direitos pactuados em relação à Emissão, bem como não importam em quaisquer formas de novação ou extinção das garantias prestadas às Debêntures, observando o disposto nos artigos 360 a 367 e 838 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, exceto pelo deliberado nesta Assembleia, nos exatos termos acima. O Agente Fiduciário informou aos Debenturistas que a deliberação desta assembleia podem ensejar riscos não mensuráveis no presente momento às Debêntures. Consigna, ainda, que não é responsável por verificar se o gestor, administrador ou procurador dos Debenturistas ao tomar a decisão no âmbito desta Assembleia, age com diligência observando as respectivas orientações de seu investidor final, observando seu regulamento, contrato de gestão ou política interna. Por fim, o Agente Fiduciário informou que os Debenturistas são integralmente responsáveis pela validade e efeitos dos atos realizados e das decisões tomadas por eles no âmbito da Assembleia, razão pela qual reitera que não é responsável por quaisquer despesas, custos ou danos que venha eventualmente incorrer em decorrência dos atos praticados nos termos desta Assembleia desde que em estrita observância às decisões tomadas pela comunidade dos Debenturistas. O Agente Fiduciário permanece responsável pelo cumprimento de todas as obrigações atribuídas a ele na Escritura de Emissão e na legislação aplicável. 9. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem quisesse se manifestar e ante a ausência de manifestações, foram encerrados os trabalhos da Assembleia e lavrada a presente ata, a qual foi lida e aprovada pelos presentes. Santo André/SP, 5 de maio de 2026. **Mesa:** Rodolfo Constantino de Tella - Presidente, Natália Carvalho Minetto - Secretária. **CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A.** - Karin Regina da Rocha Demarques Cruz - Diretora de Governança e Compliance, Felipe Pinto Gomes - Diretor Financeiro e Relações com Investidores. **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.** - Lítza Flores Sester - Procuradora, Gabriel Takashi Maeda - Procurador.

AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!

EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR

COPA ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 03.237.583/0001-67 - NIRE 35.300.391.781

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2026

Data, Hora e Local: 22/05/2026, às 10h, na sede social da Copa Energias S.A. (“Companhia”), situada na SP/SP, na Av. das Nações Unidas, 14.171, Torre C, 29º andar, cjs. 2901, 2902, 2903 e 2904, Condomínio Rochavér Corporate Towers, CEP 04794-000. **Composição da Mesa:** **Presidente:** Sr. Antonio Carlos Moreira Turquetto e Secretário: Sra. Bárbara Nogueira Gaspar. **Convocação:** Convocação realizada nos termos da Cláusula 17, §3º do Estatuto Social da Companhia, bem como Cláusula 5.2.6 do Acordo de Acionistas da Companhia. **Presença:** Presente os seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia, os Srs.: Antonio Carlos Moreira Turquetto, Ricardo Dell Aquila Mussa, Jairo Eduardo Loureiro Filho, Alfredo Egydio Setubal e Vicente Furletti Assis. **Ordem do Dia:** **Matérias para deliberação:** (i) a PD.CAC 018/2026: Renegociação da 5ª Emissão de Debêntures no Valor de R\$ 200 MM, Via Pré-Pagamento e Nova Emissão; (ii) a realização da 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografiária, em série única, da Companhia (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), no valor de R\$200.000.000,00, na Data de Emissão (conforme abaixo definido), as quais serão objeto de distribuição pública, sob o rito automático de registro, sem análise prévia, nos termos da Lei 6.385/76, conforme alterada (“Lei do Mercado de Valores Mobiliários”), do artigo 26, inciso X da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 160, de 13/07/2022, conforme alterada (“Resolução CVM 160”) e da Lei 6.404/76, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob o regime de garantia firme de colocação com relação à totalidade das Debêntures (“Oferta”); (iii) a celebração do “Instrumento Particular de Escritura da 7ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografiária, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito Automático de Registro, da Copa Energia S.A.”, entre a Companhia, na qualidade de emissora e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., CNPJ 36.113.876/0004-34 (“Agente Fiduciário”), na qualidade de agente fiduciário representante da comunidade dos titulares das Debêntures (“Debenturistas” e “Escritura”, respectivamente), bem como eventuais aditamentos à Escritura; e (iv) a autorização à Diretoria da Companhia para, dentro dos limites e condições, adotar as medidas e quaisquer medidas e 7ª emissão de debêntures da Companhia; **b) Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão será de R\$200.000.000,00, na Data de Emissão; **c) Número de Séries:** A Emissão será realizada em série única; **d) Procedimento de Distribuição:** As Debêntures serão objeto de distribuição pública sob o rito de registro automático de registro, sem análise prévia, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários e do artigo 26, inciso X da Resolução CVM 160, sob o regime de garantia firme de colocação com relação à totalidade das Debêntures, a ser prestada pelo Coordenador Líder, de forma individual e não solidária, nos termos do Contrato de Distribuição; **e) Agente de Liquidação e Escriturador:** O agente de liquidação e o escriturador será a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade por ações com sede na cidade do RJ, RJ, na Av. das Américas, 3.434, Bloco 7, Sala 201, Barra da Tijuca, CEP 22.040-102, CNPJ 36.113.876/0001-91 (“Agente de Liquidação” e “Escriturador”); **f) Destinação dos Recursos:** Os recursos líquidos da Emissão, bem como os recursos integrais utilizados para o pré-pagamento total da 5ª (quinta) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografiária, em série única, da Emissora; **g) Procedimento de Coleta de Intenções:** Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelo Coordenador Líder, sem lotes mínimos ou máximos, para averiguar a demanda de mercado pelas Debêntures; **h) Data de Emissão:** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será aquela a ser prevista na Escritura (“Data de Emissão”); **i) Data de Início da Rentabilidade:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a Primeira Data de Integralização das Debêntures, conforme definido no item “o” abaixo (“Data de Início da Rentabilidade”); **j) Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade:** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelares ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato das Debêntures emitido pelo Escriturador; e adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, será expedido por esta, extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures; **k) Conversibilidade:** As Debêntures serão simples, ou seja, não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia; **l) Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografiária, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações; **m) Prazo e Data de Vencimento:** Ressalvadas as hipóteses de resgate das Debêntures, a ser previsto na Escritura, Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido), Oferta de Resgate Antecipado (conforme abaixo definido) com eventual resgate da totalidade das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura, as Debêntures terão prazo de vencimento de 5 anos contados da Data de Emissão vencendo-se na data a ser prevista na Escritura; **n) Valor Nominal Unitário:** As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”); **o) Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 200.000 Debêntures; **p) Forma de Subscrição e de Integralização:** As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, pelo Valor 1 - Nominal Unitário, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos estabelecidos pela B3, sendo considerada “Primeira Data de Integralização”, a data da primeira subscrição e integralização das Debêntures. Caso qualquer Debênture venha a ser integralizada em data diversa e posterior à Primeira Data de Integralização, a integralização deverá considerar o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido), calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização até a data de sua efetiva integralização. Observado o disposto no Contrato de Distribuição a esse respeito, as Debêntures poderão ser subscritas com ágio ou deságio, a exclusivo critério do Coordenador Líder, sendo certo que, caso aplicável, o ágio ou deságio será o mesmo para todas as Debêntures subscritas e integralizadas em uma mesma data de integralização, nos termos do artigo 61 da Resolução CVM 160; **q) Atualização Monetária das Debêntures:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, não será atualizado monetariamente; **r) Remuneração das Debêntures:** Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, “*over extra-grupo*”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.b3.com.br/>) (“Taxa DI”), acrescida de sobretaxa de 0,83% ao ano, base 252 dias úteis (“**Remuneração das Debêntures**”), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data de início da Rentabilidade das Debêntures ou da Data de Pagamento de Remuneração (conforme definido abaixo) das Debêntures imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (exclusivo). A Remuneração das Debêntures será calculada de acordo com a fórmula a ser prevista na Escritura. **s) Pagamento da Remuneração:** Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate das Debêntures, a ser previsto na Escritura, Resgate Antecipado Facultativo, Amortização Extraordinária Facultativa, Oferta de Resgate Antecipado e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura, a Remuneração das Debêntures será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, conforme datas a serem previstas na Escritura; **t) Amortização do saldo do Valor Nominal Unitário:** O saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, será amortizado em 7 parcelas

semestrais consecutivas, a partir do 24º mês (inclusive), contado da Data de Emissão, de acordo com a tabela a ser prevista na Escritura; **u) Local de Pagamento:** Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia, nos termos a serem previstos na Escritura, serão realizados (i) pela Companhia, no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, à Remuneração, aos prêmios de Resgate Antecipado Facultativo e Amortização Extraordinária Facultativa e aos Encargos Moratórios (conforme abaixo definido), e com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio da B3; ou (ii) pela Companhia, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas, eletronicamente na B3, por meio do Agente de Liquidação ou em sua sede, conforme o caso; **v) Encargos Moratórios:** Ocorrendo imputabilidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas nos termos a serem previstos na Escritura e/ou nos demais documentos da Emissão e da Oferta, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou intelecção judicial ou extrajudicial, (i) juros de mora de 1% ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória, irredutível e de natureza não compensatória de 2% (“Encargos Moratórios”); **w) Repactuação Programada:** Não haverá repactuação programada; **x) Classificação de Risco:** Não será contratada agência de classificação de risco no âmbito da Oferta para atribuir *rating* às Debêntures; **y) Desmembramento:** Não será admitido o desmembramento do Valor Nominal Unitário, da Remuneração e dos demais direitos conferidos aos Debenturistas, nos termos do inciso IX do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações; **z) Resgate Antecipado Facultativo:** Sujeito ao atendimento das condições a serem previstas na Escritura, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 2º ano contado da Data de Emissão, ou seja, a partir de 25/05/2028 (inclusive), nas datas a serem previstas na Escritura, desde que com aviso prévio aos Debenturistas, por meio de comunicação individual ou publicação de anúncio, na respectiva Remuneração na Escritura, em ambos os casos com cópia para o Agente Fiduciário, com, no mínimo 3 dias úteis de antecedência da data do evento, a realizar o resgate antecipado da totalidade (sendo vedado o resgate parcial) das Debêntures (“Resgate Antecipado Facultativo”), com o consequente cancelamento das Debêntures resgatadas, mediante o pagamento (i) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso; (ii) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (sendo os valores dos Itens “(i)” e “(ii)” denominados, em conjunto, como “**Valor de Resgate Facultativo**”); (iii) de eventuais Encargos Moratórios (se houver); e (iv) de prêmio de resgate antecipado facultativo total, incidente sobre o Valor de Resgate Facultativo das Debêntures, correspondente aos percentuais a serem previstos na Escritura (“Resgate Antecipado Facultativo”). Caso a data de realização do Resgate Antecipado Facultativo coincida com uma Data de Amortização das Debêntures ou Data de Pagamento da Remuneração, conforme aplicável, o prêmio de resgate deverá ser calculado sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures após referidos pagamentos; **aa) Amortização Extraordinária Facultativa:** A Companhia poderá, a partir (i) do 2º ano contado da Data de Emissão, ou seja, a partir de 25/05/2028 (inclusive), a seu exclusivo critério e independentemente da anuência dos Debenturistas, realizar a amortização extraordinária facultativa, limitada a 98%, do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures, mediante o envio de comunicação de Amortização Extraordinária Facultativa (“Amortização Extraordinária Facultativa”). Em razão da Amortização Extraordinária Facultativa, os Debenturistas farão jus ao pagamento (i) de parcela do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso; (ii) da respectiva Remuneração na Escritura, em ambos os casos com cópia para o Agente Fiduciário, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa (sendo os valores dos Itens “(i)” e “(ii)” denominados em conjunto como “**Valor de Amortização Extraordinária Facultativa**”); (iii) de eventuais Encargos Moratórios (se houver); e (iv) de prêmio de amortização extraordinária facultativa, incidente sobre o Valor de Amortização Extraordinária Facultativa, correspondente aos percentuais a serem previstos na Escritura. Caso a data de realização da Amortização Extraordinária Facultativa coincida com uma Data de Amortização das Debêntures ou Data de Pagamento da Remuneração, conforme aplicável, o prêmio de amortização extraordinária deverá ser calculado sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures após os referidos pagamentos; **bb) Oferta de Resgate Antecipado:** A Companhia poderá realizar, a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado das Debêntures, observando as condições a serem previstas na Escritura (“Oferta de Resgate Antecipado”), O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido (a) da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; e (b) se for o caso, de prêmio de resgate antecipado a ser oferecido aos Debenturistas a exclusivo critério da Companhia, o qual não poderá ser negativo; **cc) Aquisição Facultativa:** A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no artigo 58, §3º da Lei das Sociedades por Ações, na Resolução CVM 77, de 29/03/2022, conforme em vigor, e na regulamentação aplicável da CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições de negociações previstas na Resolução CVM 160. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos a serem previstos na Escritura, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures; **dd) Depósito para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica:** As Debêntures serão depositadas para (i) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente na B3 e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; **ee) Garantias:** As Debêntures não serão garantidas por garantias reais ou fidejussórias; **ff) Vencimento Antecipado:** Sujeito ao que será disposto na Escritura, o Agente Fiduciário deverá considerar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (exclusivo), sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios, na ocorrência de qualquer dos eventos previstos em lei e/ou de qualquer dos eventos de inadimplemento a serem previstos na Escritura; e **gg) Demais Características:** As demais características da Emissão constarão na Escritura; (iii) a celebração da Escritura, bem como eventuais aditamentos à Escritura, nos termos que vierem a ser negociados de boa-fé, e conforme as condições apresentadas acima, pelos representantes legais da Companhia; e (iv) a autorização à Diretoria da Companhia para, diretamente ou por meio de procuradores, a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas nesta Reunião, podendo negociar e celebrar todos os atos e documentos aplicáveis no âmbito da Emissão e da Oferta, incluindo, mas sem limitação, (a) a contratação do Agente Fiduciário; (b) a celebração do Contrato de Distribuição; e (c) a contratação dos prestadores de serviços relacionados à Emissão e à Oferta, em conformidade com o artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, tais como instituições para atuar como banco liquidante da Emissão e Escriturador das Debêntures, a B3, o Agente Fiduciário, os assessores legais dentro ou fora, podendo, inclusive, negociar e fixar o preço e as condições para respectiva contratação dos serviços, bem como assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos, incluindo, mas não se limitando, a celebração dos respectivos contratos de prestação de serviços. **Encerramento:** Nada mais havendo tratar, e não tendo sido feito o uso da palavra por nenhum dos presentes, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos do Dia. São Paulo, 22/05/2026. Mesa: Sr. Antonio Carlos Moreira Turquetto - Presidente; Sra. Bárbara Nogueira Gaspar - Secretária. Conselheiros: Antonio Carlos Moreira Turquetto, Jairo Eduardo Loureiro Filho, Alfredo Egydio Setubal, Vicente Furletti Assis, Ricardo Dell Aquila Mussa. Certifico e dou fé que esta ata é uma cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 22/05/2026. Mesa: Antonio Carlos Moreira Turquetto - Presidente; Bárbara Nogueira Gaspar - Secretária. JUCESP - 229.330/26-5 em 26/05/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!

EM DIFERENTES PLATAFORMAS E EM DIVERSOS CONTEXTOS, AS MARCAS DA EDITORA GLOBO SÃO A MELHOR OPÇÃO PARA O SEU ANÚNCIO, PORQUE ENTREGAM O QUE CADA PÚBLICO QUER: CONTEÚDOS DE QUALIDADE COM CREDIBILIDADE.

ACESSE EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR E SAIBA MAIS.





CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES NO SITE:
WWW.FREITASLEILOIRO.COM.BR
Central de informações: (11) **3117.1000**

Acesse nossas mídias sociais:
 **YOUTUBE.COM/FREITASLEILOIRO**
 **INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOIRO**
 **FACEBOOK.COM/FREITASLEILOIRO**

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÃO DE VEÍCULOS - 350 LOTES - DIA: 29.05.2026 - 10h00 - 6ª FEIRA - PRESENCIAL E ON-LINE
AV. DOS ESTADOS, 584 - PORTÃO 2 - UTINGA - SANTO ANDRÉ/SP | VISITAÇÃO: 29.05.2026, a partir das 08h00 - verificar informações no site

CHASSIS:9BGK748R0FG314284 - 936CMNFN2GB005552 - 9355UNFNWDB530875 - 9BWA05ZXD4056458 - 93Y5SRD64GJ279166 - WBAVL3101CVS04436 - 9BGJB7520HB208281 - 8AFTZZFHCCJ014795 - 9BGKS48G0GG269189 - BAGCN48X0ER123796 - 9BWA65R1ART026885 - 9BGRG08F0CG391947 - 9BGXL80P0AC150907REM - WAUGFCF47HA003053 - 9BWYW82728R806686 - 935SUN6AYCB515548 - 9BD17140A852000307 - 9362MNA6AXA8050113 - 8AD3CRFJR8BG001274 - VVVWH06AU3FW011107 - 9BD195A4ZM0900154 - 9BFZHH5517F8261707 - 93HFA168082102447 - 3FA6P0D9D0R365885 - 9362AKFW98B014450 - 9BWD0A05U9CT048731 - 93W244M2AD2108863 - 93YRB800UR590978 - 93Y4SRF84KJ420750 - 9920633009N2906211 - 9BWA05UA8T203218 - 9235055VYKBS19693 - VVVWPT83C97E176374 - 9BFZHS455K8252989 - 935FCFV86B515681 - 9BGCS8030GB116307 - 9BFZK53A1DB461680REM - 9BD196271E2215178 - 98861112MXK342582 - 8BCLDRFYAGS10954 - 9BD17164G72914392 - 9BD195152G0727157 - 93YR8B001MJ530314 - 9BHBG51CAFP446913 - 9BWBAB45U3KT070407 - 9CGRG7720S0026478 - 93YR8B001MJ785061 - 9BGR48J0BB262346REM - 9BMY95820BP8313851 - 9BD19713MG3304241 - 9C2MC4400GR026206 - 9BD578141E7786654 - 9BGRX48F0B236838 - 3N1BC1CD0AL360672 - KMFZBX7HAAU538795 - 98RDB22B5NA003784 - 9C2KC2500TR402129 - WAURYA8XDXDB049043 - 9C2KC2500SR155181 - LGWVFUA58SH911971 - 9BWDG45U8PT034184 - 9BGKS48U0KG201901 - 8AP359AFDNU223367 - 9BFZHS551K8291416 - 9BHCUS1AANP195582 - 9BWD0A05U7CT056598 - 93YR8B002NJ161299 - 9BFZHS459K8328830 - 9BD195A4ZM0907246 - 93Y5SRF84J948628 - 8AFTZZFHCJ082925 - 9BWB8J6BF8L4003550 - 9BGKL69U0JG171281 - 9BHGAB118KP113831 - 98861112ZGK055129 - 9BFZHS551Q18378301 - 8A11ZLHOTGL160923 - 9BFZFS5P2E805955 - 9BGR48F0DG261112 - KMHSH81GDCJ0787524 - 94DTAF10CJ1716942 - 9BWB05WS8P03133 - 9BGRD08J0ZG145772 - 9A9FB1549RFF2639 - 9BWA05U3EP105780 - 9BFZHS51918477325 - 9BD195152C0319420 - 98867512WKH73060 - 93Y5SRF84KJ602345 - 93YR8B002JJ21611 - 8BCNDRFJUGG524752 - 93YR8B009KJ753178 - 9BWD049N79P014425 - VVGV565N6CW570017 - 9BFZES5H9C8681470 - 9BWK805W29P093114 - 9BWA05U9BP147883 - JSAJTE54VB4610201 - 8A11BMC35CL963969 - 3N1BC13D48L443564 - 93YR8B007KJ657355 - 9355UNFNWDB516421 - KMHDC51EBAU198347 - 3C4PDCFG6CT273024 - 93Y5SRFH4LJ838899 - 9BD17140G82981711 - 9BGRG48F0CG231025 - 9BD19716TF3246293 - 8AP372110F6112168 - 9BD195162D0403388 - 9BD17164G72903037 - 935SLNFWEB528370 - 9C2KC2200TR610385 - 9BHBG51CAGP530503 - 9C2JC4830KR017425 - 93Y4SRD64G343193 - 99HSH17555006752 - 9BD11812EF1312143 - 9C2KC2200PR318275 - 8AFTZZFHCJ0366470 - 99HSHF1755007621 - WAUAC8V2F1087854 - 9C2KC2500MR022250 - 93Y4SRD64FJ307092 - 9BWA845Z4A4140887 - 9BWA05U8EP171877 - 9BGB69X0CB313708 - 9BWA05U3B27206425 - 9BWA05U2BT206425 - 9BD17164G695336494 - 9362PKFWXC8012261 - 9BWA05U2AP003607 - 9BGB69X0DB210582 - 9C2KC2500NR057175 - 9BD376A21PY819277 - 93YR8B001KJ609639 - 9C2ND1120PR203339 - 93Y5SRD6G961685 - 9C2KC2500SR172783 - KNCSCXHT3AB7467958 - 93ZM1PNH0A8600649 - 9CGSH2610T0000793 - 98867512TNK151057 - 9BGE848A0MG121256 - 93Y4SRD64G343193 - 99HSH17555006752 - 9BD11812EF1312143 - 9C2KC2200PR318275 - 8AFTZZFHCJ0366470 - 99HSHF1755007621 - WAUAC8V2F1087854 - 9C2KC2500MR022250 - 93Y4SRD64FJ307092 - 9BWA845Z4A4140887 - 9BWA05U8EP171877 - 9BGB69X0CB313708 - 9BWA05U3B27206425 - 9BWA05U2BT206425 - 9BD17164G695336494 - 9362PKFWXC8012261 - 9BWA05U2AP003607 - 9BGB69X0DB210582 - 9C2KC2500NR057175 - 9BD376A21PY819277 - 93YR8B001KJ609639 - 9C2ND1120PR203339 - 93Y5SRD6G961685 - 9C2KC2500SR172783 - KNCSCXHT3AB7467958 - 93ZM1PNH0A8600649 - 9CGSH2610T0000793 - 98867512TNK151057 - 9BGE848A0MG121256 - 93Y4SRD64G343193 - 99HSH17555006752 - 9BD11812EF1312143 - 9C2KC2200PR318275 - 8AFTZZFHCJ0366470 - 99HSHF1755007621 - WAUAC8V2F1087854 - 9C2KC2500MR022250 - 93Y4SRD64FJ307092 - 9BWA845Z4A4140887 - 9BWA05U8EP171877 - 9BGB69X0CB313708 - 9BWA05U3B27206425 - 9BWA05U2BT206425 - 9BD17164G695336494 - 9362PKFWXC8012261 - 9BWA05U2AP003607 - 9BGB69X0DB210582 - 9C2KC2500NR057175 - 9BD376A21PY819277 - 93YR8B001KJ609639 - 9C2ND1120PR203339 - 93Y5SRD6G961685 - 9C2KC2500SR172783 - KNCSCXHT3AB7467958 - 93ZM1PNH0A8600649 - 9CGSH2610T0000793 - 98867512TNK151057 - 9BGE848A0MG121256 - 93Y4SRD64G343193 - 99HSH17555006752 - 9BD11812EF1312143 - 9C2KC2200PR318275 - 8AFTZZFHCJ0366470 - 99HSHF1755007621 - WAUAC8V2F1087854 - 9C2KC2500MR022250 - 93Y4SRD64FJ307092 - 9BWA845Z4A4140887 - 9BWA05U8EP171877 - 9BGB69X0CB313708 - 9BWA05U3B27206425 - 9BWA05U2BT206425 - 9BD17164G695336494 - 9362PKFWXC8012261 - 9BWA05U2AP003607 - 9BGB69X0DB210582 - 9C2KC2500NR057175 - 9BD376A21PY819277 - 93YR8B001KJ609639 - 9C2ND1120PR203339 - 93Y5SRD6G961685 - 9C2KC2500SR172783 - KNCSCXHT3AB7467958 - 93ZM1PNH0A8600649 - 9CGSH2610T0000793 - 98867512TNK151057 - 9BGE848A0MG121256 - 93Y4SRD64G343193 - 99HSH17555006752 - 9BD11812EF1312143 - 9C2KC2200PR318275 - 8AFTZZFHCJ0366470 - 99HSHF1755007621 - WAUAC8V2F1087854 - 9C2KC2500MR022250 - 93Y4SRD64FJ307092 - 9BWA845Z4A4140887 - 9BWA05U8EP171877 - 9BGB69X0CB313708 - 9BWA05U3B27206425 - 9BWA05U2BT206425 - 9BD17164G695336494 - 9362PKFWXC8012261 - 9BWA05U2AP003607 - 9BGB69X0DB210582 - 9C2KC2500NR057175 - 9BD376A21PY819277 - 93YR8B001KJ609639 - 9C2ND1120PR203339 - 93Y5SRD6G961685 - 9C2KC2500SR172783 - KNCSCXHT3AB7467958 - 93ZM1PNH0A8600649 - 9CGSH2610T0000793 - 98867512TNK151057 - 9BGE848A0MG121256 - 93Y4SRD64G343193 - 99HSH17555006752 - 9BD11812EF1312143 - 9C2KC2200PR318275 - 8AFTZZFHCJ0366470 - 99HSHF1755007621 - WAUAC8V2F1087854 - 9C2KC2500MR022250 - 93Y4SRD64FJ307092 - 9BWA845Z4A4140887 - 9BWA05U8EP171877 - 9BGB69X0CB313708 - 9BWA05U3B27206425 - 9BWA05U2BT206425 - 9BD17164G695336494 - 9362PKFWXC8012261 - 9BWA05U2AP003607 - 9BGB69X0DB210582 - 9C2KC2500NR057175 - 9BD376A21PY819277 - 93YR8B001KJ609639 - 9C2ND1120PR203339 - 93Y5SRD6G961685 - 9C2KC2500SR172783 - KNCSCXHT3AB7467958 - 93ZM1PNH0A8600649 - 9CGSH2610T0000793 - 98867512TNK151057 - 9BGE848A0MG121256 - 93Y4SRD64G343193 - 99HSH17555006752 - 9BD11812EF1312143 - 9C2KC2200PR318275 - 8AFTZZFHCJ0366470 - 99HSHF1755007621 - WAUAC8V2F1087854 - 9C2KC2500MR022250 - 93Y4SRD64FJ307092 - 9BWA845Z4A4140887 - 9BWA05U8EP171877 - 9BGB69X0CB313708 - 9BWA05U3B27206425 - 9BWA05U2BT206425 - 9BD17164G695336494 - 9362PKFWXC8012261 - 9BWA05U2AP003607 - 9BGB69X0DB210582 - 9C2KC2500NR057175 - 9BD376A21PY819277 - 93YR8B001KJ609639 - 9C2ND1120PR203339 - 93Y5SRD6G961685 - 9C2KC2500SR172783 - KNCSCXHT3AB7467958 - 93ZM1PNH0A8600649 - 9CGSH2610T0000793 - 98867512TNK151057 - 9BGE848A0MG121256 - 93Y4SRD64G343193 - 99HSH17555006752 - 9BD11812EF1312143 - 9C2KC2200PR318275 - 8AFTZZFHCJ0366470 - 99HSHF1755007621 - WAUAC8V2F1087854 - 9C2KC2500MR022250 - 93Y4SRD64FJ307092 - 9BWA845Z4A4140887 - 9BWA05U8EP171877 - 9BGB69X0CB313708 - 9BWA05U3B27206425 - 9BWA05U2BT206425 - 9BD17164G695336494 - 9362PKFWXC8012261 - 9BWA05U2AP003607 - 9BGB69X0DB210582 - 9C2KC2500NR057175 - 9BD376A21PY819277 - 93YR8B001KJ609639 - 9C2ND1120PR203339 - 93Y5SRD6G961685 - 9C2KC2500SR172783 - KNCSCXHT3AB7467958 - 93ZM1PNH0A8600649 - 9CGSH2610T0000793 - 98867512TNK151057 - 9BGE848A0MG121256 - 93Y4SRD64G343193 - 99HSH17555006752 - 9BD11812EF1312143 - 9C2KC2200PR318275 - 8AFTZZFHCJ0366470 - 99HSHF1755007621 - WAUAC8V2F1087854 - 9C2KC2500MR022250 - 93Y4SRD64FJ307092 - 9BWA845Z4A4140887 - 9BWA05U8EP171877 - 9BGB69X0CB313708 - 9BWA05U3B27206425 - 9BWA05U2BT206425 - 9BD17164G695336494 - 9362PKFWXC8012261 - 9BWA05U2AP003607 - 9BGB69X0DB210582 - 9C2KC2500NR057175 - 9BD376A21PY819277 - 93YR8B001KJ609639 - 9C2ND1120PR203339 - 93Y5SRD6G961685 - 9C2KC2500SR172783 - KNCSCXHT3AB7467958 - 93ZM1PNH0A8600649 - 9CGSH2610T0000793 - 98867512TNK151057 - 9BGE848A0MG121256 - 93Y4SRD64G343193 - 99HSH17555006752 - 9BD11812EF1312143 - 9C2KC2200PR318275 - 8AFTZZFHCJ0366470 - 99HSHF1755007621 - WAUAC8V2F1087854 - 9C2KC2500MR022250 - 93Y4SRD64FJ307092 - 9BWA845Z4A4140887 - 9BWA05U8EP171877 - 9BGB69X0CB313708 - 9BWA05U3B27206425 - 9BWA05U2BT206425 - 9BD17164G695336494 - 9362PKFWXC8012261 - 9BWA05U2AP003607 - 9BGB69X0DB210582 - 9C2KC2500NR057175 - 9BD376A21PY819277 - 93YR8B001KJ609639 - 9C2ND1120PR203339 - 93Y5SRD6G961685 - 9C2KC2500SR172783 - KNCSCXHT3AB7467958 - 93ZM1PNH0A8600649 - 9CGSH2610T0000793 - 98867512TNK151057 - 9BGE848A0MG121256 - 93Y4SRD64G343193 - 99HSH17555006752 - 9BD11812EF1312143 - 9C2KC2200PR318275 - 8AFTZZFHCJ0366470 - 99HSHF1755007621 - WAUAC8V2F1087854 - 9C2KC2500MR022250 - 93Y4SRD64FJ307092 - 9BWA845Z4A4140887 - 9BWA05U8EP171877 - 9BGB69X0CB313708 - 9BWA05U3B27206425 - 9BWA05U2BT206425 - 9BD17164G695336494 - 9362PKFWXC8012261 - 9BWA05U2AP003607 - 9BGB69X0DB210582 - 9C2KC2500NR057175 - 9BD376A21PY819277 - 93YR8B001KJ609639 - 9C2ND1120PR203339 - 93Y5SRD6G961685 - 9C2KC2500SR172783 - KNCSCXHT3AB7467958 - 93ZM1PNH0A8600649 - 9CGSH2610T0000793 - 98867512TNK151057 - 9BGE848A0MG121256 - 93Y4SRD64G343193 - 99HSH17555006752 - 9BD11812EF1312143 - 9C2KC2200PR318275 - 8AFTZZFHCJ0366470 - 99HSHF1755007621 - WAUAC8V2F1087854 - 9C2KC2500MR022250 - 93Y4SRD64FJ307092 - 9BWA845Z4A4140887 - 9BWA05U8EP171877 - 9BGB69X0CB313708 - 9BWA05U3B27206425 - 9BWA05U2BT206425 - 9BD17164G695336494 - 9362PKFWXC8012261 - 9BWA05U2AP003607 - 9BGB69X0DB210582 - 9C2KC2500NR057175 - 9BD376A21PY819277 - 93YR8B001KJ609639 - 9C2ND1120PR203339 - 93Y5SRD6G961685 - 9C2KC2500SR172783 - KNCSCXHT3AB7467958 - 93ZM1PNH0A8600649 - 9CGSH2610T0000793 - 98867512TNK151057 - 9BGE848A0MG121256 - 93Y4SRD64G343193 - 99HSH17555006752 - 9BD11812EF1312143 - 9C2KC2200PR318275 - 8AFTZZFHCJ0366470 - 99HSHF1755007621 - WAUAC8V2F1087854 - 9C2KC2500MR022250 - 93Y4SRD64FJ307092 - 9BWA845Z4A4140887 - 9BWA05U8EP171877 - 9BGB69X0CB313708 - 9BWA05U3B27206425 - 9BWA05U2BT206425 - 9BD17164G695336494 - 9362PKFWXC8012261 - 9BWA05U2AP003607 - 9BGB69X0DB210582 - 9C2KC2500NR057175 - 9BD376A21PY819277 - 93YR8B001KJ609639 - 9C2ND1120PR203339 - 93Y5SRD6G961685 - 9C2KC2500SR172783 - KNCSCXHT3AB7467958 - 93ZM1PNH0A8600649 - 9CGSH2610T0000793 - 98867512TNK151057 - 9BGE848A0MG121256 - 93Y4SRD64G343193 - 99HSH17555006752 - 9BD11812EF1312143 - 9C2KC2200PR318275 - 8AFTZZFHCJ0366470 - 99HSHF1755007621 - WAUAC8V2F1087854 - 9C2KC2500MR022250 - 93Y4SRD64FJ307092 - 9BWA845Z4A4140887 - 9BWA05U8EP171877 - 9BGB69X0CB313708 - 9BWA05U3B27206425 - 9BWA05U2BT206425 - 9BD17164G695336494 - 9362PKFWXC8012261 - 9BWA05U2AP003607 - 9BGB69X0DB210582 - 9C2KC2500NR057175 - 9BD376A21PY819277 - 93YR8B001KJ609639 - 9C2ND1120PR203339 - 93Y5SRD6G961685 - 9C2KC2500SR172783 - KNCSCXHT3AB7467958 - 93ZM1PNH0A8600649 - 9CGSH2610T0000793 - 98867512TNK151057 - 9BGE848A0MG121256 - 93Y4SRD64G343193 - 99HSH17555006752 - 9BD11812EF1312143 - 9C2KC2200PR318275 - 8AFTZZFHCJ0366470 - 99HSHF1755007621 - WAUAC8V2F1087854 - 9C2KC2500MR022250 - 93Y4SRD64FJ307092 - 9BWA845Z4A4140887 - 9BWA05U8EP171877 - 9BGB69X0CB313708 - 9BWA05U3B27206425 - 9BWA05U2BT206425 - 9BD17164G695336494 - 9362PKFWXC8012261 - 9BWA05U2AP003607 - 9BGB69X0DB210582 - 9C2KC2500NR057175 - 9BD376A21PY819277 - 93YR8B001KJ609639 - 9C2ND1120PR203339 - 93Y5SRD6G961685 - 9C2KC2500SR172783 - KNCSCXHT3AB7467958 - 93ZM1PNH0A8600649 - 9CGSH2610T0000793 - 98867512TNK151057 - 9BGE848A0MG121256 - 93Y4SRD64G343193 - 99HSH17555006752 - 9BD11812EF1312143 - 9C2KC2200PR318275 - 8AFTZZFHCJ0366470 - 99HSHF1755007621 - WAUAC8V2F1087854 - 9C2KC2500MR022250 - 93Y4SRD64FJ307092 - 9BWA845Z4A4140887 - 9BWA05U8EP171877 - 9BGB69X0CB313708 - 9BWA05U3B27206425 - 9BWA05U2BT206425 - 9BD17164G695336494 - 9362PKFWXC8012261 - 9BWA05U2AP003607 - 9BGB69X0DB210582 - 9C2KC2500NR057175 - 9BD376A21PY819277 - 93YR8B001KJ609639 - 9C2ND1120PR203339 - 93Y5SRD6G961685 - 9C2KC2500SR172783 - KNCSCXHT3AB7467958 - 93ZM1PNH0A8600649 - 9CGSH2610T0000793 - 98867512TNK151057 - 9BGE848A0MG121256 - 93Y4SRD64G343193 - 99HSH17555006752 - 9BD11812EF1312143 - 9C2KC2200PR318275 - 8AFTZZFHCJ0366470 - 99HSHF1755007621 - WAUAC8V2F1087854 - 9C2KC2500MR022250 - 93Y4SRD64FJ307092 - 9BWA845Z4A4140887 - 9BWA05U8EP171877 - 9BGB69X0CB313708 - 9BWA05U3B27206425 - 9BWA05U2BT206425 - 9BD17164G695336494 - 9362PKFWXC8012261 - 9BWA05U2AP003607 - 9BGB69X0DB210582 - 9C2KC2500NR057175 - 9BD376A21PY819277 - 93YR8B001KJ609639 - 9C2ND1120PR203339 - 93Y5SRD6G961685 - 9C2KC2500SR172783 - KNCSCXHT3AB7467958 - 93ZM1PNH0A8600649 - 9CGSH2610T0000793 - 98867512TNK151057 - 9BGE848A0MG121256 - 93Y4SRD64G343193 - 99HSH17555006752 - 9BD11812EF1312143 - 9C2KC2200PR318275 - 8AFTZZFHCJ0366470 - 99HSHF1755007621 - WAUAC8V2F1087854 - 9C2KC2500MR022250 - 93Y4SRD64FJ307092 - 9BWA845Z4A4140887 - 9BWA05U8EP171877 - 9BGB69X0CB313708 - 9BWA05U3B27206425 - 9BWA05U2BT206425 - 9BD17164G695336494 - 9362PKFWXC8012261 - 9BWA05U2AP003607 - 9BGB69X0DB210582 - 9C2KC2500NR057175 - 9BD376A21PY819277 - 93YR8B001KJ609639 - 9C2ND1120PR203339 - 93Y5SRD6G961685 - 9C2KC2500SR172783 - KNCSCXHT3AB7467958 - 93ZM1PNH0A8600649 - 9CGSH2610T0000793 - 98867512TNK151057 - 9BGE848A0MG121256 - 93Y4SRD64G343193 - 99HSH17555006752 - 9BD11812EF1312143 - 9C2KC2200PR318275 - 8AFTZZFHCJ0366470 - 99HSHF1755007621 - WAUAC8V2F1087854 - 9C2KC2500MR022250 - 93Y4SRD64FJ307092 - 9BWA845Z4A4140887 - 9BWA05U8EP171877 - 9BGB69X0CB313708 - 9BWA05U3B27206425 - 9BWA05U2BT206425 - 9BD17164G695336494 - 9362PKFWXC8012261 - 9BWA05U2AP003607 - 9BGB69X0DB210582 - 9C2KC2500NR057175 - 9BD376A21PY819277 - 93YR8B001KJ609639 - 9C2ND1120PR203339 - 93Y5SRD6G961685 - 9C2KC2500SR172783 - KNCSCXHT3AB7467958 - 93ZM1PNH0A8600649 - 9CGSH2610T0000793 - 98867512TNK151057 - 9BGE848A0MG121256 - 93Y4SRD64G343193 - 99HSH17555006752 - 9BD11812EF1312143 - 9C2KC2200PR318275 - 8AFTZZFHCJ0366470 - 99HSHF1755007621 - WAUAC8V2F1087854 - 9C2KC2500MR022250 - 93Y4SRD64FJ307092 - 9BWA845Z4A4140887 - 9BWA05U8EP171877 - 9BGB69X0CB313708 - 9BWA05U3B27206425 - 9BWA05U2BT206425 - 9BD17164G695336494 - 9362PKFWXC8012261 - 9BWA05U2AP003607 - 9BGB69X0DB210582 - 9C2KC2500NR057175 - 9BD376A21PY819277 - 93YR8B001KJ609639 - 9C2ND1120PR203339 - 93Y5SRD6G961685 - 9C2KC2500SR172783 - KNCSCXHT3AB7467958 - 93ZM1PNH0A8600649 - 9CGSH2610T0000793 - 98867512TNK151057 - 9BGE848A0MG121256 - 93Y4SRD64G343193 - 99HSH17555006752 - 9BD11812EF1312143 - 9C2KC2200PR318275 - 8AFTZZFHCJ0366470 - 99HSHF1755007621 - WAUAC8V2F108785

Entrevista

É preciso começar a falar em governos inteligentes, diz Téo Foresti Girardi, CEO da GovTech Lab

F7



Inovação

Inovação no serviço público pode aumentar com reforma tributária

F2

Desenvolvimento

Capacidade de criar soluções e inovar pesa mais que dinheiro e megaprojetos

F4

Exterior

Paris abre suas ruas, IA muda gestões nos EUA e China redefine vida urbana

F8

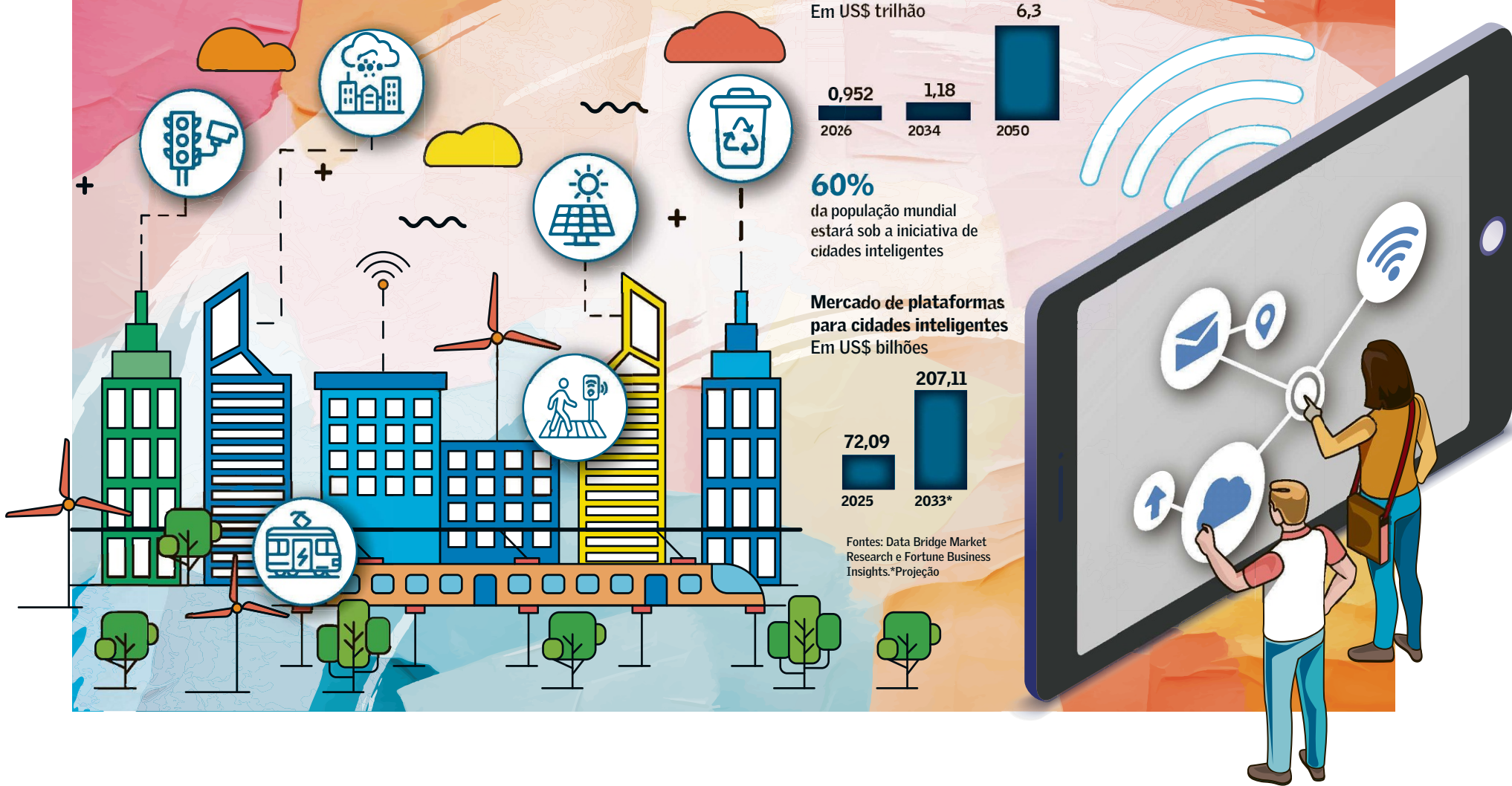
Valor F
Quinta-feira, 28 de maio de 2026

Especial

Cidades inteligentes

Em expansão

Smart cities vivem um momento de forte crescimento



Mais foco no cidadão

Transformação Com ênfase inicial em tecnologia, smart cities passam a incorporar uma agenda mais abrangente de desenvolvimento a partir do uso de dados para encontrar soluções que melhorem a vida dos moradores dos centros urbanos

Renata Turbiani
Para o Valor, de São Paulo

O termo cidades inteligentes — ou smart cities, em inglês — ganhou força há cerca de duas décadas, quando o setor de tecnologias da informação e comunicação (TICs) passou a ver os centros urbanos como um amplo campo para o desenvolvimento e a aplicação de soluções tecnológicas. Por conta disso, durante muitos anos o conceito esteve fortemente associado à tecnologia. Com o passar do tempo, porém, essa visão mudou e passou a incorporar uma agenda mais abrangente de desenvolvimento urbano.

Para especialistas, embora tecnologia seja fundamental, o diferencial está em como ela é aplicada. “É preciso entender como ela vai melhorar a vida do cidadão. Um sistema inteligente de trânsito, por exemplo, é capaz de identificar um pedestre com mobilidade reduzida e aumentar o tempo de travessia no semáforo”, diz Felipe Rezende, coordenador de sistemas departamentais do Instituto das Cidades Inteligentes (ICI), organização que desenvolve e opera soluções para a gestão pública.

E acrescenta: “Não é só instalar tecnologia, mas antecipar problemas, melhorar serviços e gerar benefícios concretos para a população. É preciso ser mais proativo e menos reativo”.

Projeções indicam que, até 2050, cerca de 60% da população mundial estará sob a iniciativa de smart cities. Essas localidades integram diferentes tecnologias digitais, como inteligência artificial, internet das coisas (IoT) e análise de dados, para otimizar eficiência, sustentabilidade e conectividade em diversos setores, incluindo energia, saúde, transporte, serviços públicos e governança.

Diante de tanta inovação e em razão dos centros urbanos enfrentarem desafios cada vez mais complexos, o mercado global de smart cities vive uma fase de forte expansão. Segundo levantamento da consultoria Fortune Business Insights, ele foi avaliado, em 2025, em US\$ 952,1 bilhões (aproximadamente R\$ 4,7 trilhões, na cotação atual), e deve ultrapassar US\$ 1,18 trilhão (R\$ 5,9 trilhões) em 2026, com projeção de chegar a US\$ 6,3 trilhões (R\$ 31,6 trilhões) até 2034.

A América do Norte dominou o mercado no ano passado, com participação de 39,6%. A previsão para a América do Sul é que experimente um crescimento significativo, devido ao aumento da conectividade, à alta taxa de urbanização e ao crescente investimento em pesquisa e desenvolvimento para automatizar o planejamento urbano e o desenvolvimento de infraestrutura.

No Brasil, diversos municípios têm se destacado, inclusive com projeção mundial. Segundo o Ranking Connected Smart Cities, da plataforma Connected Smart Cities, os cinco primeiros colocados na edição de 2025 foram Vitória, Florianópolis, Niterói (RJ), São Paulo e Curitiba. Rio de Janeiro e a capital paranaense foram vencedores em outros anos da competição internacional World Smart City Awards, organizada pelo Smart City Expo World Congress.

Nesse cenário de expansão acelerada, as cidades inteligentes atravessam uma fase de consolidação, com expectativas já superadas. Para o curto e médio prazos, Mauricio Bouskela, coordenador do Núcleo de Economia Urbana, Cidade Inteligente e Big Data do Centro de Estudos das Cidades - Laboratório Arq.Futuro do Insper, considera que os municípios terão cada vez mais que responder para o cidadão em relação à sua gestão e priorizar os serviços de atendimento, seja em saúde, mobilidade, meio ambiente, segurança, saneamento etc.

“Isso implica que os gestores terão que entrar de fato no século XXI, e pensar em novas ferramentas e formas de entender e solucionar os problemas da população”, indica. “Eu posso ter toda a tecnologia, que é muito importante, mas se eu não pensar de uma forma holística e integrada e não contar com a participação das pessoas, não funciona.”

Ele complementa que dados são indispensáveis: “Tivemos uma grande evolução nos últimos anos, com as cidades tendo uma série de sensores, câmeras, dispositivos, tudo isso gerando uma quantidade enorme de dados. Mas a cidade inteligente de verdade passa de um paradigma de simplesmente receber dados para reagir e eles, usando-os para entender o passado, enxergar o presente e projetar o futuro”. Beto Marcelino, presidente do conselho do Grupo iCities, organizador do Smart City Expo Curitiba, corrobora: “Dados são o novo ouro. E, se os gestores souberem lidar com o que é produzido, vão encontrar soluções para diversos casos crônicos”.

“A cidade inteligente vai muito além da tecnologia. Ela representa aquilo que o gestor pode oferecer para tornar os serviços mais eficientes, sustentáveis e resilientes para melhorar a vida dos moradores. É um conceito mais centrado nas pessoas”, diz Yuri Della, diretor do Departamento de Adaptação das Cidades à Transição Climática e Transformação Digital do Ministério das Cidades.

Apesar do otimismo, os desafios críticos das smart cities residem justamente na governança de dados e na cibersegurança, à medida que a hiperconectividade aumenta a superfície de ataque para infraestruturas vitais. Agora a expectativa da gestão pública é a de que, diante disso, os modelos de parceria público-privada devam ganhar protagonismo, especialmente para viabilizar

projetos em cidades com menor capacidade técnica e financeira.

“Vamos trabalhar ao longo do segundo semestre na seleção de alguns municípios para a estruturação de PPPs Cidades Inteligentes via Fundo de Estruturação de Parcerias da Presidência da República operacionalizado pela Caixa. A ideia é que todos possam ter condições de implementar soluções seguras para a população”, afirma Della.

A Carta Brasileira para Cidades Inteligentes, elaborada pelo governo federal em 2020 com princípios, diretrizes e recomendações, define essas cidades como “comprometidas com o desenvolvimento urbano e a transformação digital sustentáveis, em seus aspectos econômico, ambiental e sociocultural, que atuam de forma planejada, inovadora, inclusiva e em rede, promovem o letramento digital, a governança e a gestão colaborativas e utilizam tecnologias para solucionar problemas concretos, criar oportunidades, oferecer serviços com eficiência, reduzir desigualdades, aumentar a resiliência e melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas, garantindo o uso seguro e responsável de dados e das tecnologias da informação e comunicação”.

A revolução inteligente que transforma o futuro das cidades

Dados, IoT e 5G devem acelerar em 25% ao ano a infraestrutura das smart cities

CONFIRA NA PÁGINA F3

APRESENTADO POR
Claro empresas



PPPs Contribuição municipal passa a financiar segmentos como segurança e conectividade

Reforma tributária estimula a inovação

Simone Goldberg
Para o Valor, do Rio

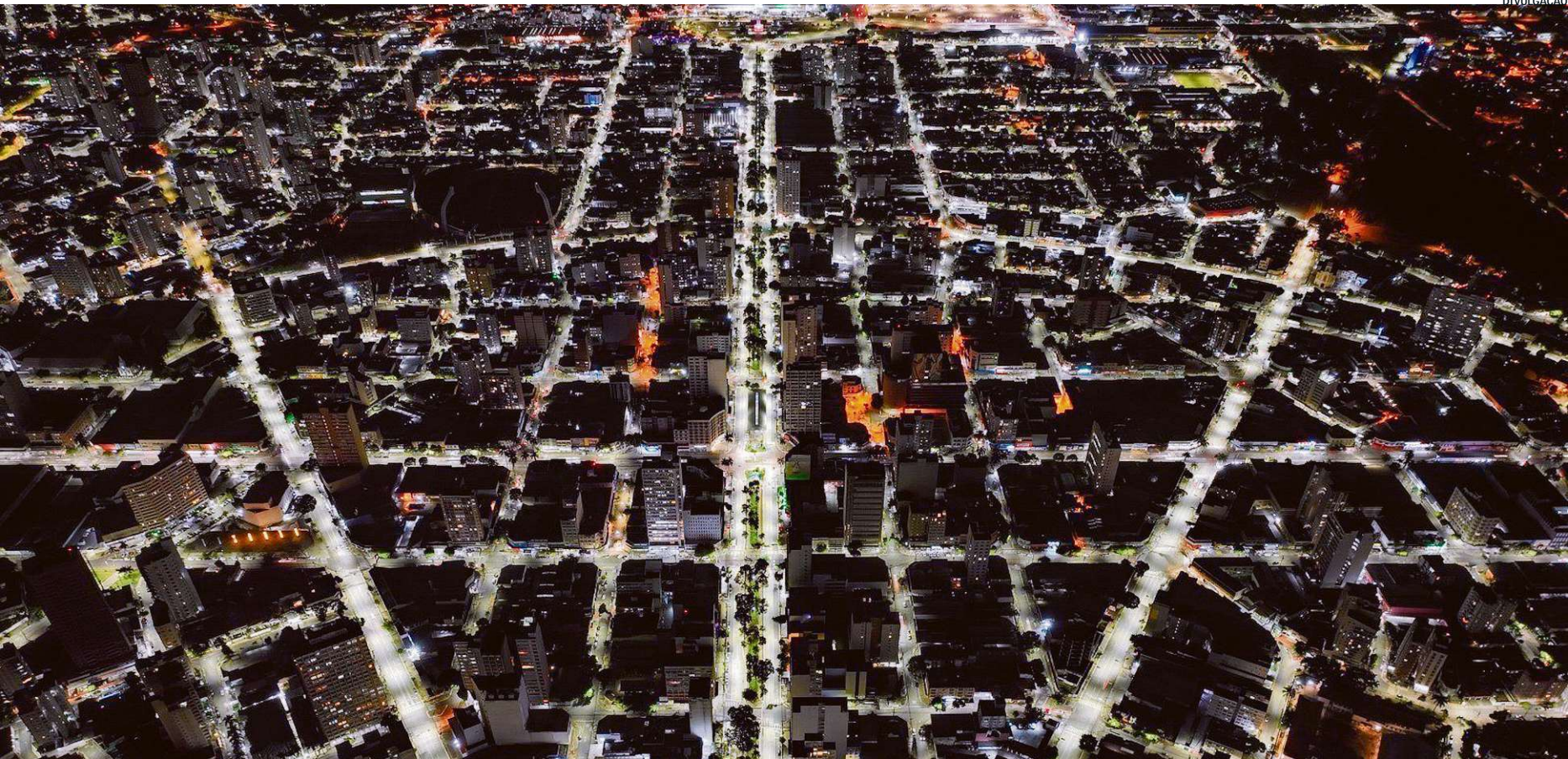
As parceiras público-privadas (PPPs) de cidades inteligentes têm sido uma alternativa eficaz para tornar os serviços urbanos mais integrados, eficientes e orientados a dados. Especialistas destacam que a reforma tributária, ao estender a Contribuição para Custeio de Serviço de Iluminação Pública (Cosip, municipal) a segmentos como segurança, conectividade e outras soluções para preservação de locais públicos, pode ajudar o modelo a crescer. O tributo serve como custeio de projetos, pagamento de contraprestação e constituição de garantias públicas.

Mário Saadi, advogado e professor de direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV), observa que há escopos amplos com essas parcerias, passando por videomonitoramento, wi-fi, estacionamentos inteligentes e eficiência energética. “PPPs de cidades inteligentes podem ser colocadas como formas diretas de investimentos em momentos cíclicos e anticíclicos, com incorporação de inovação de gestão e tecnológica”, afirma. Ele cita como exemplo a iluminação pública, em função de capilaridade, de conexão direta com ativos de internet das coisas (IoT) e embarque de componentes tecnológicos.

Goiânia foi a primeira capital a ter uma PPP de cidade inteligente. O consórcio Brilha Goiânia assinou, em 2025, contrato de 25 anos e investimento de R\$ 1,4 bilhão, para iluminação pública por LED com telegestão, wi-fi grátis em locais públicos, videomonitoramento com câmeras de segurança, rede de conectividade da prefeitura mais eficiente para atender o cidadão e um centro de controle de operações.

“LED traz mais de 60% de economia do que a iluminação normal, é quase R\$ 1 bilhão ao longo desses anos”, diz o prefeito de Goiânia, Sandro Mabel. Mais de 190 mil pontos de iluminação foram modernizados na cidade.

Alvorada (RS), na região metropolitana de Porto Alegre, é outro exemplo desse movimento. O município espera contratar uma PPP, formatada com apoio do Banco Regional de Desenvolvi-



Área de Goiânia com iluminação LED; PPP de R\$ 1,4 bilhão prevê também telegestão, wi-fi, videomonitoramento com câmeras de segurança e rede de conectividade da prefeitura mais eficiente

mento do Extremo Sul (BRDE), em novembro. A iniciativa prevê a substituição de 100% das luminárias da cidade por lâmpadas com tecnologia LED e a implantação de um centro de monitoramento capaz de identificar, em tempo real, possíveis falhas — para manutenção mais rápida —, além de videomonitoramento.

“Os prazos para troca de lâmpadas poderão variar de até seis horas em áreas centrais e próximas de hospitais, postos de saúde e serviços essenciais e em até 48 horas nos demais pontos da cidade”, afirma o prefeito de Alvorada, Douglas Martello.

Em Barretos (SP), a parceria

prevê a troca de 23,6 mil luminárias, inclui infraestrutura de 80 km de fibra óptica para conectar prédios públicos, 40 câmeras de videomonitoramento para ajudar na segurança e 28 pontos de internet grátis. Também será instalada uma micro usina solar, para economizar nas contas de energia do município.

No ano passado, o Instituto de Planejamento e Gestão de Cidades (IPGC), em parceria com o governo federal, lançou o “Atlas de Territórios Brasileiros para Parcerias Público-Privadas de Cidades Inteligentes”, trazendo abordagens estratégicas para PPPs de cidades inteligentes. Foram criadas cerca de 800 propostas de consórcios públicos, com soluções que englobam, além de iluminação pública, geração de energia fotovoltaica e telecomunicações. O estudo propõe ainda agrupamentos de municípios para a gestão colaborativa de projetos, os chamados “arranjos inteligentes”.

De acordo com o IPGC, caso os consórcios e os arranjos inteligentes sejam implementados, poderia haver economia de 10

mil GWh por ano no país, redução de 1 milhão de toneladas de CO₂ e geração de 3% de toda a energia consumida feita por painéis fotovoltaicos. O sucesso dessas empreitadas, avaliam especialistas, não se resume à tecnologia adotada, mas também à maturidade da administração pública. “Ela passa a operar de forma mais profissional e orientada a resultados”, ressalta o sócio da KPMG Cláudio Graeff.

Ele afirma que em diferentes países, a inteligência emerge menos da tecnologia isolada e mais da combinação entre contrato bem estruturado, governança clara e uso consistente da informação. Ou seja, o que diferencia uma cidade apenas “digitalizada” de uma cidade realmente “inteligente” é quando a iluminação pública passa a ser monitorada em tempo real e a mobilidade urbana é gerida a partir de centros de controle integrados, por exemplo.

Em pequenas e médias cidades, a conectividade é estratégica e uma oportunidade de desenvolvimento, avalia Bruno Jesus dos Santos, professor de en-

genharia de software e TI da Universidade São Judas. “Ao se tornarem inteligentes, esses municípios entram na rota de grandes investimentos e modernizam sua gestão. Isso permite a retenção de talentos”, destaca.

Gustavo Gusmão, sócio da EY-Parthenon para governo e infraestrutura, lembra que saúde, mobilidade urbana e saneamento também têm forte potencial como objetos de parcerias de cidades inteligentes e, embora os municípios sejam, em geral, os poderes concedentes dessas PPPs, União e Estados têm papéis relevantes. “A União pode apoiar estudos, capacitar municípios, financiar a estruturação de projetos, padronizar boas práticas e criar diretrizes nacionais. E os Estados também podem ter papel importante, quando o projeto envolve escala regional ou metropolitana”, comenta Gusmão.

Embora as esferas federal e estaduais possam e devam colaborar, David Goldberg, sócio-diretor da A&M Infra, ressalta que as PPPs de cidades inteligentes são sempre contratos caracterizados

pelo componente de realidade local, não sendo completamente replicáveis. No caso da iluminação pública — setor mais avançado nessas PPPs —, consegue-se estabelecer um modelo de remuneração, vinculado à arrecadação da Cosip, que reduz muito o risco de inadimplência, diz.

Porém, Goldberg observa que há componentes desconhecidos em contratos que preveem atualização tecnológica. “Que soluções vão estar disponíveis daqui a dez anos para uma PPP de smart cities que é criada hoje?” , questiona ele, vendo neste ponto algumas incertezas desafiadoras para a matriz de risco.

“[Municípios inteligentes] entram na rota de investimentos e modernizam a sua gestão”
Bruno J. dos Santos

Projetos podem ajudar combate à desigualdade

Tayguara Ribeiro
Para o Valor, de São Paulo

Transporte e mobilidade ganham centralidade na discussão de projetos que combatam a desigualdade racial e ao mesmo tempo deixem as cidades mais inteligentes, oferecendo mais qualidade de vida, saúde e até empregabilidade à população periférica. Ter mais tempo para família e estudo, segurança no ônibus ou conseguir buscar o filho na escola seriam alguns dos benefícios caso boas propostas fossem implantadas.

Mas apesar da importância, essa área segue negligenciada, afirma a pesquisadora Karoline Belo, mestre em políticas públicas pela Universidade Oxford e coautora do livro “Guia da Gestão Pública Antirracista”. Ela lembra que pessoas negras são as mais impactadas, já que são maioria nas periferias, e cita a iluminação como um dos pontos de mudança, uma vez que sistemas otimizados tornariam as vias públicas mais seguras à noite, especialmente para as mulheres. “E as mulheres são o maior contingente que utiliza transporte público”, diz.

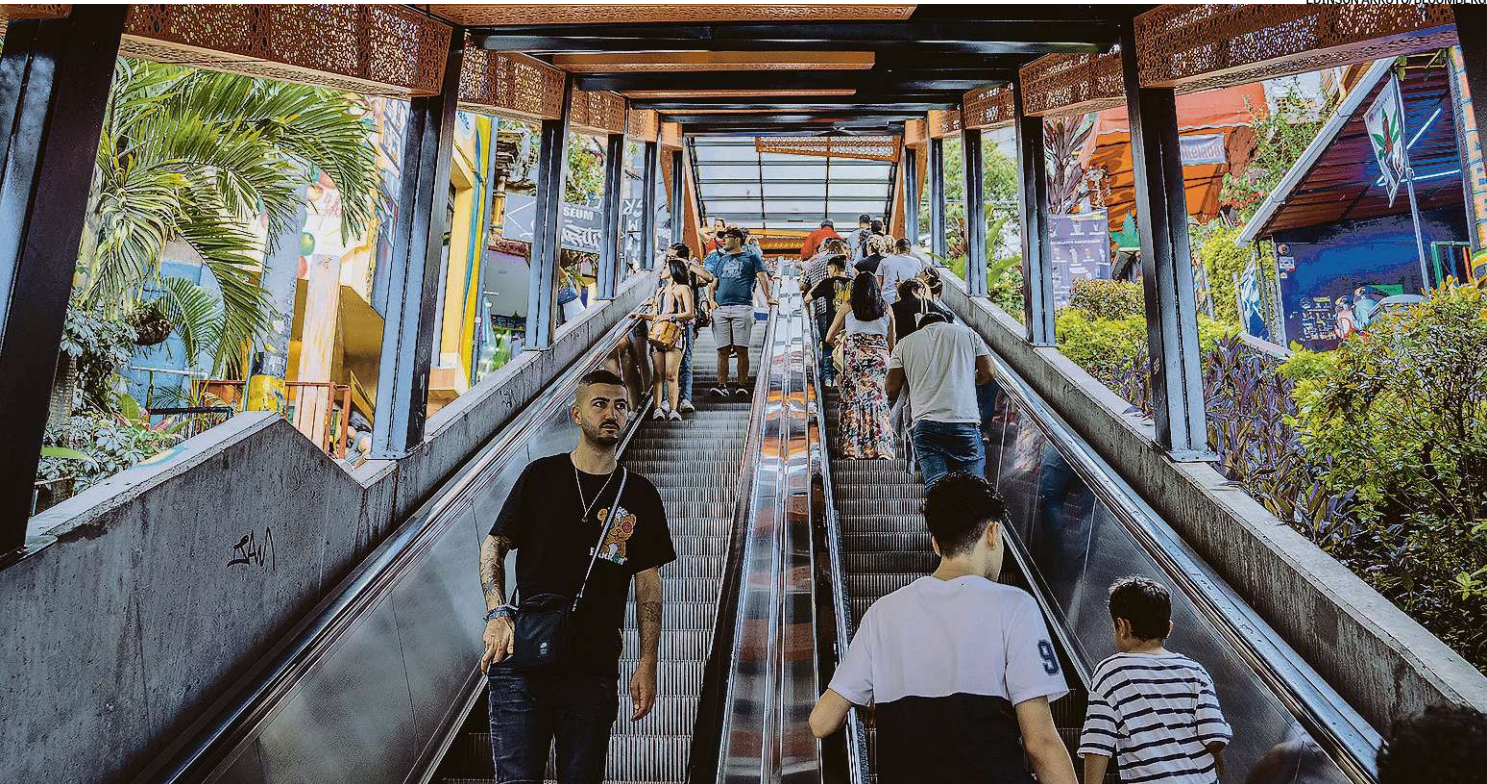
Para especialistas, são questões que demandam medidas além da eletrificação da frota de ônibus urbanos — comumente

citados em discussões sobre cidades inteligentes —, avançando sobre o urbanismo social, com corredores de ônibus, moradias e equipamentos públicos próximos ao transporte e rotas pensadas para encurtar distâncias. Outro fator é observar especificidades; muitos bairros estão isolados geograficamente.

“Se você mora no alto do morro, você tem que percorrer, geralmente a pé, um trajeto que é muito longo. Mesmo para levar o lixo até o latão lá embaixo”, exemplifica Belo. Não à toa, nas favelas o uso de motocicletas como meio de transporte é hoje quase incontornável.

Na Colômbia, a cidade de Medellín, que já foi considerada a mais perigosa do mundo, conseguiu melhorar índices de violência e mobilidade com projetos em comunidades que lembram as de morros cariocas. Os mais famosos são os teleféricos e escadas rolantes na Comuna 13, bairro que virou símbolo da transformação. “Um bondinho que diminui o tempo de deslocamento, e até promove acessibilidade para pessoas com deficiência, é uma política de equidade racial”, defende a pesquisadora.

É nesse sentido que atua a defesa do transporte público como um marco para acelerar a equi-



Escada rolante pública na Comuna 13, bairro da colombiana Medellín; medida facilitou a vida de moradores e ajudou a transformar local em ponto turístico

dade. Melhorar a mobilidade de um bairro pode contribuir para mudar a visão que a própria cidade tem sobre a região, podendo aumentar a autoestima dos moradores e até influenciar na

Investimentos em urbanismo social, transporte e análise de dados sobre cor podem mitigar problemas raciais e sociais, dizem especialistas

empregabilidade. Foi o que aconteceu em Medellín.

O relato que a juíza Vanessa Cavalieri, da Vara de Infância e Juventude do Rio de Janeiro, deu a uma audiência no Senado, em março, sobre o preconceito relacionado à moradia, ilustra como a visão de uma cidade sobre um bairro pode impactar a vida de quem vive lá. Uma garota acolhida enviou vários currículos em busca de emprego, mas não recebeu nenhum convite para processos seletivos. A desembargadora gestora resolveu mudar o endereço da acolhida: tirou o do abrigo e colocou o dela própria. “No dia seguinte, a menina teve 32 convites”, contou Cavalieri.

“As periferias no Brasil são desconectadas. Não pela falta de internet, mas porque são distantes. As

pessoas estão longe do local de trabalho, a mobilidade é precária, moram em áreas de risco”, diz a coordenadora do curso de arquitetura e urbanismo da Unisinos, Izabela Colusso. Ela vê na experiência colombiana uma inspiração que pode ser aplicada no Brasil, devido a similaridades das duas realidades. “A gente tem que aprender com os princípios, não apenas copiar”, afirma. “O mais inteligente é entender quais são as prioridades”.

Colusso, que vem sendo convidada para participar da elaboração de planos diretores por vários municípios, recorda que uma grande capital brasileira instalou internet em uma comunidade onde muitas pessoas que viviam ali não tinham sequer celulares. “Se não tiver inovação so-

cial, se esquecer das pessoas, não serve para nada. O município coloca internet no poste e se autointitula cidade inteligente. Não é sobre tecnologia, é planejamento com olhar da inclusão”.

Diante da escassez dos orçamentos públicos, Belo orienta que melhorar a coleta de dados ajuda a otimizar gastos e direcionar que podem criar transformação social. “Temos uma grande dificuldade dentro dos governos e no serviço público, que é a coleta de dados de raça e cor”, afirma. Porém, essa não é única questão que dificulta um planejamento urbano focado em diminuir desigualdades raciais e sociais. A pesquisadora diz que esse é um problema multifatorial, passando pela ausência de diversidade nos espaços decisórios.

APRESENTADO POR **Claro** empresas

Ambientes urbanos mais justos, eficientes, acolhedores e capazes de proporcionar qualidade de vida são feitos não apenas de condomínios, avenidas, prédios comerciais, espaços verdes e transporte público. Em sua formação estão também sensores urbanos, infraestrutura de Internet das Coisas (IoT), monitoramento ambiental, mobilidade inteligente e serviços públicos orientados por tecnologia. Em outras palavras, com o apoio intensivo da conectividade e da tecnologia, as cidades inteligentes são mais humanas, receptivas, resilientes e responsivas às demandas cotidianas, incluindo os impactos das mudanças climáticas.

Os investimentos no setor seguem em alta no Brasil. De acordo com a empresa Grand View Research, alcançou US\$ 17,2 milhões e deverá crescer 25,3% ao ano até 2030, quando deverá chegar a US\$ 61 milhões, valores que colocam o país na liderança da América Latina em inovação para cidades. É uma abordagem com potencial para melhorar exponencialmente a gestão pública e a oferta de serviços essenciais.

Como aponta uma análise da McKinsey, quando utilizadas com excelência, as soluções digitais baseadas em dados são capazes de melhorar os indicadores de qualidade de vida em até 30%, na medida em que ampliam a segurança pública e reduzem os tempos de deslocamento, entre outros benefícios no gerenciamento de sistemas complexos, como energia, água, saúde e licenciamento.

DADOS COMO VETOR DE TRANSFORMAÇÃO

A construção de cidades inteligentes está diretamente ligada à capacidade de conectar infraestrutura, serviços e pessoas em tempo real. As redes de alta capacidade atuam como as grandes habilitadoras das aplicações que permitem desenvolver soluções capazes de transformar áreas essenciais.

É a partir dessa integração entre conectividade, infraestrutura digital e análise estratégica de dados que a Claro empresas vem estruturando sua atuação. A companhia desenvolve um ecossistema de soluções voltado a diferentes aspectos da rotina urbana, incluindo iluminação pública, gás, saneamento básico, energia,

Cidades inteligentes avançam com uso estratégico de dados

Integração entre conectividade, IoT e infraestrutura digital melhora a eficiência operacional e a gestão de serviços essenciais

mobilidade, segurança e monitoramento.

Na primeira frente, enquanto os gestores enfrentam custos elevados de manutenção, falta de visibilidade sobre falhas na rede de iluminação e reclamações constantes da população sobre pontos de luz apagados ou com defeito, a solução passa pela implementação de infraestrutura inteligente que transforma a iluminação pública em uma plataforma digital capaz de suportar múltiplos serviços urbanos ao integrar todos os dados, que podem ser visualizados em tempo real, e facilita a automatização e os processos de manutenção.

Quanto ao gás, a leitura presencial obrigatória gera custos elevados, expõe equipes a riscos operacionais e resulta em baixa eficiência de cobrança e gestão. Em contraponto, é possível

atuar com medidores inteligentes, que oferecem baixo consumo de energia e alta penetração indoor, essenciais para instalações residenciais. Além disso, a plataforma segura de coleta e armazenamento de dados garante conformidade regulatória e permite análise de padrões para detecção de anomalias.

Em relação à energia, medidores inteligentes com comunicação celular integrados aos sistemas da concessionária criam a base para smart grids e gestão avançada de energia. Além disso, o monitoramento contínuo gera visibilidade em tempo real do consumo e da qualidade da energia em toda a rede e apoia análises preditivas para o planejamento de ações de expansão e manutenção.

Já no caso da mobilidade, a resiliência urbana

é reforçada com o uso de 5G e a análise de dados em tempo real, que permite, por exemplo, dar prioridade nos semáforos para casos de emergência. A baixa latência e a alta disponibilidade permitem realizar ajustes em tempo real e fazer a comunicação instantânea entre semáforos, viaturas e central de controle. Além disso, o backup de conectividade e a redundância da conexão por celular garantem operação contínua mesmo em eventos críticos, como chuvas intensas ou crises urbanas.

ATUAÇÃO COMPLETA

Entre as soluções disponibilizadas pela empresa está o Narrowband IoT (NB-IoT), uma tecnologia de rede celular de longo alcance e baixo consumo, voltada para dispositivos estáticos. Ela permite que

os equipamentos atuem utilizando baterias muito pequenas a ainda alcança áreas de difícil cobertura, como espaços muito fechados ou subterrâneos.

“A partir de nosso portfólio, parceiros e alianças, podemos atuar em todas as camadas da solução,

“A partir de nosso portfólio, parceiros e alianças, podemos atuar em todas as camadas da solução, orquestrando o nosso ecossistema ao do cliente e gerenciando todo o conjunto”

ALEXANDRE GOMES DA SILVA,
DIRETOR DE MARKETING
DA CLARO EMPRESAS

orquestrando o nosso ecossistema ao do cliente e gerenciando todo o conjunto”, afirma Alexandre Gomes da Silva, diretor de Marketing da Claro empresas.

Segundo o executivo, a companhia atua desde a infraestrutura de comunicação até as camadas de aplicações e interoperabilidade, apoiando cidades, concessionárias, empresas privadas e projetos de parcerias público-privadas (PPPs) na construção de ambientes urbanos mais conectados, eficientes e resilientes. “Trabalhamos a partir do nosso core, de infraestrutura em comunicação, para desenvolver os mais variados serviços capazes de habilitar a infraestrutura digital que conecta objetos, até chegarmos à camada de aplicações e de interoperabilidade”, finaliza o diretor de Marketing da Claro empresas.

DA CONECTIVIDADE À GESTÃO INTELIGENTE



O PRÓXIMO NOVO DOS NEGÓCIOS COMEÇA AQUI.

Claro empresas.
Impulsione sua empresa para o próximo novo.

Fale com nossos especialistas:
claro.com.br/claroempresas

Claro empresas

Desenvolvimento Municípios que não aparecem entre os maiores PIBs do país ganham destaque em rankings sobre inovação

Gestão tecnológica pesa mais que capacidade financeira

Vinícius Lemos
Para o Valor, de São Paulo

Para que uma cidade seja considerada inteligente, ela não precisa somente de um cenário financeiro favorável. Há um conjunto de fatores, segundo especialistas, que podem pesar mais do que o dinheiro quando se trata da adoção de medidas de tecnologia e inovação. “Há cidades inteligentes que são muito empreendedoras no uso de tecnologias. E ainda que não possuam tantos recursos, são arrumadinhas e têm boa gestão. Isso depende da maneira como as lideranças locais compreendem a tecnologia”, diz Maria Alexandra Cunha, professora de administração pública na FGV São Paulo. Apesar de enfatizar que recursos financeiros são importantes, Cunha frisa que é comum ver cidades com menor capacidade econômica que se destacam quando se trata de inovações.

“Claro, não estamos falando de uma cidade estrangulada pela falta de recursos”, destaca. “Mas o ponto é que mesmo que com recursos mais modestos, a liderança pública pode ter uma boa capacidade de gestão sobre o uso da tecnologia”, acrescenta. Entre as 100 cidades eleitas as mais inteligentes do país no ranking Connected Smart Cities 2025, por exemplo, 44 não aparecem entre os 100 maiores PIBs municipais. Além disso, Vitória (ES), eleita a cidade inteligente do ano passado, está em 51º lugar no levantamento mais recente do IBGE sobre o Produto Interno Bruto municipal. Entre as cidades mais ricas do país, duas sequer aparecem na lista das 100 mais inteligentes: Manaus (AM) e Guarulhos (SP), respectivamente 6º e 10º entre os PIBs municipais. O geógrafo Willian Rigon, responsável pelo Connected Smart Cities, diz que o levantamento reforça que as inovações de um

município não podem ser creditadas unicamente a recursos financeiros. O ranking avalia, além de questões econômicas locais, fatores como mobilidade, governança, inovação, sustentabilidade, saúde, educação e conectividade. “Um dos achados mais interessantes da análise é que cidades de porte médio conseguem superar municípios muito mais ricos quando existe boa gestão pública e planejamento urbano consistente”, afirma.

“Cidades de porte médio conseguem superar municípios muito mais ricos quando existe boa gestão pública”
Willian Rigon

Rigon defende que critérios como inovação, continuidade administrativa, foco em qualidade de vida e capacidade de execução das iniciativas podem gerar bons resultados. “Cidades como São Paulo, Vitória, Florianópolis e Curitiba mostram como ecossistemas urbanos mais complexos favorecem políticas integradas de mobilidade, conectividade, inovação e qualidade de vida. Ainda assim, o ranking mostra que não basta ser capital; o diferencial está na capacidade de coordenação, planejamento e execução das políticas públicas”, afirma o geógrafo. A professora Taiane Ritta Coelho, que estuda cidades inteligentes e leciona sobre o assunto na Universidade Federal do Paraná (UFPR), afirma que as iniciativas de Curitiba (PR), que já ganhou até reconhecimento internacional sobre o tema, estão pautadas na escuta ativa da população. “Você olha para a cidade

Não é só dinheiro
Cidades mais ricas não são as mais inteligentes

Os dez maiores PIBs municipais do Brasil	Posição no Connected Smart Cities 2025
São Paulo	4º
Rio de Janeiro	10º
Brasília	18º
Maricá (RJ)	96º
Belo Horizonte	34º
Manaus	Não aparece entre as 100 primeiras
Curitiba	5º
Osasco (SP)	71º
Porto Alegre	28º
Guarulhos (SP)	Não aparece entre as 100 primeiras

Fonte: IBGE e Connected Smart Cities 2025

para ver o que precisa melhorar e como a tecnologia pode ajudar esses problemas existentes”, diz. “Uma cidade pode ter recursos e se preocupar com implementação de tecnologias, mas só isso não basta se não houver planejamento e sem olhar para os problemas reais da população, que muda conforme cada cidade, Estado ou país”, acrescenta Coelho. Uma pergunta pode surgir ao falar sobre o tema: como uma cidade que está fora dos 100 maiores PIBs municipais do país consegue ficar entre as mais inteligentes? Para o prefeito de Praia Grande (SP) — município listado em 35º lugar no ranking das smart cities e na posição 156 do PIB —, Alberto Pereira Mourão (MDB), é possível criar uma cidade inteligente quando tecnologia e inovação figuram entre as prioridades de uma gestão municipal. “Em 2002 fizemos 300 quilômetros de fibra óptica em Praia Grande para interligar as repartições públicas. Essa tecnologia facilita os serviços administrativos da prefeitura até hoje”, afirma Moura, que hoje está no sexto mandato. Atualmente, a cidade tem iniciativas como serviços de segurança de dados, sistema on-line de matrículas, cadastro imobiliário informatizado, bilhete e cartão eletrônico no transporte público, semáforos e câmeras inteligentes e prontuário eletrônico de saúde. Mourão defende que essas estratégias, além de melhorar a vida dos moradores, trazem retorno financeiro ao reduzir custos operacionais. “Acredito que o princípio básico dessa tecnologia é racionalizar os gastos públicos”, diz o prefeito.

Cidades têm menos megaprojetos e mais soluções

Michèle Loureiro
Para o Valor, de São Paulo

Sem centrais futuristas ou obras bilionárias, municípios ao redor do mundo vêm encontrando formas mais simples — e muitas vezes mais eficazes — de melhorar a vida urbana. De acordo com um estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que analisou cerca de 800 iniciativas em 83 países, governos vêm priorizando soluções mais flexíveis, responsivas e centradas no cidadão, muitas delas construídas sobre infraestrutura já existente. O documento identificou tendências como uso de dados em tempo real, automação de serviços, infraestrutura digital escalável e integração de plataformas públicas. Em comum, essas iniciativas carregam uma lógica diferente daquela que por muito tempo dominou o debate sobre cidades inteligentes: menos vitrines tecnológicas e mais soluções escaláveis, pragmáticas e voltadas a problemas concretos.

“O modelo atual de cidades inteligentes mudou do ‘faraônico’ para o ‘funcional’”, diz Gilberto Perre, secretário-executivo da Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP). Segundo ele, a combinação entre restrição fiscal, pressão por resultados e maturidade tecnológica vem levando municípios a priorizarem projetos de implementação mais rápida, menor custo e retorno mais perceptível para a população. “As cidades não precisam inventar tudo do zero. Adaptar soluções que já deram certo em outros contextos reduz risco, acelera implementação e evita desperdício de recursos”, afirma. Em Volta Redonda (RJ), por exemplo, ferramentas de inteligência artificial passaram a apoiar a análise de exames de imagem na rede pública de saúde e mais de 50 mil exames já foram processados pelo sistema para fazer a triagem de casos urgentes. Em Curitiba (PR), gateways de internet das coisas instalados em estruturas de ilu-



“É hora de compartilhar os achados das cidades inteligentes”
Elaine A. Coimbra

minação pública integram conectividade, monitoramento e gestão operacional. Na gaúcha Santa Maria, luminárias ajustáveis reduzem desperdício de energia. Sensores em cidades chinesas como Hangzhou e Xangai monitoram poluição e congestionamentos para apoiar ajustes no trânsito e em políticas industriais. Em Bangladesh, hidrômetros inteligentes ajudam a detectar vazamentos e monitorar a qualidade da água. Morrinhos (GO) distribuiu tablets e telas interativas em escolas públicas. E enquanto Malásia e Vietnã avançaram no uso de aulas on-line e material didático digital para reduzir abandono escolar, lanternas solares vêm ampliando o tempo de estudo de estudantes da África e da Ásia que não têm acesso regular à eletricidade. Há ainda experiências voltadas à sustentabilidade e transparência, como campanhas de coleta seletiva em Jundiá (SP) e integração de dados públicos em Assaí (PR).

Na avaliação de Sérgio Avelleda, ex-secretário municipal de Transportes da capital paulista e responsável pelo Núcleo de Mobilidade Urbana do Laboratório Arq. Futuro de Cidades do Insper, há um amadurecimento do conceito de cidades inteligentes. “A pergunta não deve ser sobre qual tipo de tecnologia a cidade precisa, mas sobre o tipo de problema que está se dispondo a resolver”, afirma. Segundo ele, soluções urbanas precisam estar ligadas a sustentabilidade, inclusão social e segurança. Avelleda reforça a necessidade de que a inteligência urbana seja baseada mais em escolhas de política pública do que em sofisticação tecnológica e exemplifica com o avanço das ciclovias: “Implantar uma ciclovias não é algo tecnologicamente disruptivo, mas pode ser uma decisão extremamente inteligente, porque promove um transporte mais sustentável, inclusivo e seguro”. Na avaliação de Eduardo Dias, professor de tecnologia e inteli-

gência artificial do Centro Universitário Arnaldo, de Belo Horizonte, a democratização das ferramentas digitais têm ajudado a ampliar a transformação das cidades inteligentes. Segundo ele, sensores urbanos, plataformas de participação cidadã e sistemas de análise de dados se tornaram mais acessíveis para cidades médias e pequenas. “O que define uma cidade inteligente não é mais o tamanho do orçamento, mas a capacidade de utilizar ferramentas acessíveis para gerar impacto social direto”, afirma. A tendência é que a IA ganhe mais espaço. Para Elaine Abis Coimbra, vice-presidente de comunicação da Associação Brasileira de Inteligência Artificial (Abria), o principal gargalo das cidades não é mais a compra de tecnologia, mas a integração de dados públicos. “Muitas prefeituras ainda operam como ilhas, com sistemas que não conversam entre si. Agora é hora de compartilhar os achados das cidades inteligentes”, afirma.

Horta em áreas urbanas melhora clima e nutrição

Asdrúbal Figueiró
Para o Valor, de São Paulo

Quem passa pelo centro velho da cidade de São Paulo talvez nem imagine, mas, no meio do caminho entre a praça da Sé e a praça da República, uma horta produz cerca de 700 kg de alimentos por mês. Inaugurada há um ano e meio, a Horta da Cidade ocupa uma área de 2,1 mil m² no estacionamento da Câmara Municipal e é uma das 472 áreas de produção agrícola na área urbana ou periurbana (na transição entre a mancha urbana e a zona rural) do município. Parte do projeto Sampa + Rural, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho do município, a iniciativa ilustra o potencial da estratégia de reduzir a distância entre a produção de comida e a população. A agricultura urbana é vista por especialistas não apenas como um modelo de produção de alimentos, mas também como uma forma de mitigar efeitos localizados das mudanças climáticas, além de ser instrumento de educação nutricional e de reforço dos laços comunitários. Segundo o secretário Rogério Goulart, atualmente, das 473

hortas urbanas cadastradas na cidade, 225 são de responsabilidade direta da prefeitura e 248, de produtores independentes. “Nós temos outros 184 projetos em andamento e deverão ser implantados em breve”, diz Goulart. O número total é bem maior, porque há várias iniciativas individuais que não entram na conta da administração municipal. Boa parte da produção do projeto ocorre em áreas disponíveis de instalações públicas, como escolas e postos de saúde. Mas também há a ocupação, por exemplo, dos terrenos que ficam embaixo das linhas de transmissão de energia elétrica. Mais de 120 tipos de alimentos orgânicos são produzidos. Entre os produtos cultivados estão alface, couve, beterraba, repolho, tomate, temperos diversos e plantas alimentícias não convencionais (pancs). O potencial, porém, é muito maior. De acordo com um estudo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) em parceria com o Instituto Escolas, a conversão de terras improdutivas em fazendas orgânicas dentro da cidade de São Paulo poderia fornecer vegetais para 13 milhões de cidadãos. Outro traba-

lho do Pnuma, em parceria com a Unicamp e com o governo do Rio de Janeiro, mostrou que a mesma estratégia poderia criar 4 mil empregos e adicionar cerca de R\$ 65 milhões ao PIB do Estado. O incentivo à produção agrícola nas cidades é também uma política federal desde 2018, quando foi criado o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. A iniciativa prevê a capacitação técnica e de gestão, o mapeamento de áreas disponíveis nas grandes metrópoles e o uso de instalações e terrenos federais. Um mapeamento do programa identificou 16 experiências do tipo em andamento em áreas da saúde e 27 em áreas de assistência social. Como parte do programa, no mês que vem a Embrapa lançará um curso de capacitação em hortas urbanas. “A gente está colocando nessa capacitação todo nosso conhecimento técnico de produção de hortaliças no sistema orgânico e de base ecológica, utilizando elementos naturais, como bioinsumos e biofertilizantes, sem uso de defensivos ou agrotóxicos”, diz Guida Gorga, analista da Embrapa Hortaliças. Para a especialista, as hortas



A Horta da Cidade, em São Paulo, produz 700 kg de alimentos por mês no estacionamento da Câmara Municipal

urbanas são uma ferramenta pedagógica importante na busca da segurança nutricional, por aproximar as pessoas de alimentos não processados que estão desaparecendo da dieta dos brasileiros. “É mais do que segurança alimentar. Segurança alimentar é ter alimentos que você possa consumir todos os dias. Segurança nutricional significa que são alimentos saudáveis”. A avaliação é compartilhada por Marcos Flávio Godoy de Oliveira, professor do curso de agro-

nomia do Centro Universitário Arnaldo, de Belo Horizonte. Ele vê um caráter didático nas hortas urbanas, que muitas vezes funcionam em terrenos de escola ou mantêm programas de visitação para estudantes. “A qualidade da alimentação significa também variabilidade da dieta. Isso passa pela educação alimentar. A horta urbana me dá a chance de variar os vegetais que eu vou ofertar”. Outro impacto positivo da implantação de hortas urbanas é na mitigação de áreas de calor nas ci-

dades. “A literatura sugere uma redução em torno de 3 a 6 graus na temperatura no entorno das hortas”, diz Oliveira. Apesar de o benefício ser localizado, o professor afirma que essa redução já é suficiente para melhorar a sensação de conforto. “Por isso, o ideal é que as hortas fiquem perto das pessoas e, se possível, se multipliquem pela cidade.” O desafio para essa expansão, segundo Oliveira, é que os terrenos que ficam nas áreas de maior densidade populacional nas cidades tendem a ser caros.

Mobilidade Cidades somam R\$ 6 bi em verbas do PAC para transportes, mas esbarram na fragmentação de sistemas e na falta de capacitação técnica para gerir os dados

Baixa integração e infraestrutura precária ainda travam avanços

Regiane de Oliveira
Para o Valor, de São Paulo

Grandes e médias cidades brasileiras podem viver uma transformação silenciosa em mobilidade urbana. Há ao menos 29 obras para faixas e corredores exclusivos de ônibus (como os BRTs), veículos leves sobre trilhos (VLTs) e metrô, entre outros, com financiamento de R\$ 6 bilhões aprovado só no âmbito do Novo PAC. Além disso, o BNDES elencou outros 187 projetos que, se contratados, poderiam melhorar os deslocamentos em 21 regiões metropolitanas, com custos estimados em R\$ 430 bilhões até 2054. Porém, apesar de possuir tecnologias suficientemente avançadas para modernizar parte importante da operação urbana, o país esbarra

na baixa capacidade técnica dos órgãos públicos, avalia Luiz Carlos Mantovani Néspoli, superintendente da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP). “O Brasil tem sistemas de rastreamento, bilhetagem eletrônica, telemetria e monitoramento em tempo real bastante avançados. O problema é que muitos órgãos públicos não têm equipes capacitadas para transformar esse volume de dados em inteligência para planejamento operacional, fiscalização e melhoria dos serviços”, afirma. Também há o desafio de integrar os sistemas implantados em momentos diferentes por fornecedores e padrões distintos, o que cria um ambiente fragmentado. “O investimento não está mais só no concreto. Existe uma camada digital estratégica, baseada em senso-

res, softwares, integração de sistemas e inteligência operacional”, diz Fernando Cesar, CEO da UniQ Hub, especializada em soluções digitais para mobilidade urbana. Essa discussão ganha mais relevância diante da intensificação dos eventos climáticos extremos. Enchentes, apagões e quedas de árvores impactam diretamente a operação do transporte, obrigando as cidades a pensar também em resiliência operacional. “Centros de controle precisam monitorar a operação em tempo real, identificar riscos, reprogramar rotas e integrar informações com defesa civil, trânsito e operadores de transporte”, aponta Cesar. Neste contexto, Néspoli cita a vulnerabilidade dos sistemas semafóricos, que poderiam seguir funcionando com sistemas de no-

break e redes próprias de captação de energia. São investimentos que pressionam os cofres públicos. “A grande maioria das cidades subsidia a tarifa do transporte público. Quando a prefeitura investe recursos na operação, precisa saber exatamente o que está sendo realizado”, diz João Valle, diretor comercial da Empresa 1, braço da multinacional de tecnologia para transporte do Grupo Volaris. Com um histórico de problemas que se agravam com chuvas, São Paulo lançou um novo Sistema de Monitoramento e Gestão Operacional para integrar planejamento, monitoramento em tempo real e informação ao usuário, com o objetivo de tornar o transporte público mais eficiente e resiliente. Dados de GPS, bilhetagem, telemetria e planejamento vêm sendo in-

tegrados para melhorar a oferta de viagens, “com melhora na roteirização e redução do tempo de espera”, informaram a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte (SMT) e a SPTrans. Segundo Valle, experiências mostram como a integração tecnológica pode aumentar a eficiência operacional do transporte coletivo. “Em Goiânia e Sorocaba (SP) foram implantados semáforos inteligentes que identificam a aproximação do ônibus do BRT e priorizam sua passagem. Isso permite que o BRT opere com velocidade média próxima à de um metrô.” Apesar dos avanços, o Brasil ainda não possui uma cidade com mobilidade plenamente inteligente e integrada, mas algumas “ilhas de excelência”, avalia Cesar. A solução para áreas sem transpor-



“Em muitas cidades, o desafio é o deslocamento entre bairros”
Fabrício Ribeiro

te público tem vindo de apps de mobilidade. “Em muitas cidades, o desafio é o deslocamento entre bairros, acessar estações ou voltar para casa com segurança”, diz Fabrício Ribeiro, diretor de operações da 99. Presente em mais de 4.400 municípios, a empresa foca na periferia: dois terços das viagens da modalidade 99Moto ocorrem em regiões de baixa renda.

Hackathons se firmam como motor de inovação urbana

Michele Loureiro
Para o Valor, de São Paulo

Hackathons estão deixando de ser apenas maratonas de programação para se transformar em mecanismos de inovação urbana. Governos, empresas, universidades e startups estruturam modelos capazes de transformar protótipos em soluções de mobilidade, saúde, infraestrutura e serviços públicos.

Segundo Paula Faria, CEO da Necta, a inovação deve resolver problemas urbanos concretos, e não ser apenas vitrine tecnológica. Um exemplo é Recife, que integrou a inovação aberta à sua transformação digital por meio de iniciativas como o E.L.T.A! Recife e o hackathon Hacker Cidadão. Os projetos têm acompanhamento técnico especializado, uso do Marco Legal das Startups e in-

vestimentos que podem chegar a R\$ 1,6 milhão por solução, diz Breno Alencar, coordenador das iniciativas recifenses. A cidade já soma 15 contratos em áreas como saúde, monitoramento da qualidade das vias, infraestrutura urbana, incentivo à atividade física e gestão de animais errantes. Segundo Alencar, as soluções já geraram economia superior a R\$ 23 milhões para o município e impacta-

ram mais de 60% da população. Um dos diferenciais do modelo, diz ele, é a metodologia contínua de desenvolvimento, envolvendo especialistas, startups, universidades e gestão pública, que garante que a solução chegue ao cotidiano da cidade. “Quando a pessoa vê uma solução construída a partir daquele desafio funcionando na cidade, ela entende que aquilo não era só discurso ou evento. Era

transformação aplicada”, afirma. Em Londrina (PR), os hackathons viraram estratégia permanente desde 2016. Para Cristiano Cordeiro Nascimento, presidente da Londrina Inteligente, o foco mudou de eventos isolados para a criação de uma “esteira” que amadurece ideias e gera impacto real na cidade. Os projetos selecionados recebem apoio de instituições como

Sebrae, Senai e investidores para superar o “vale da morte” das startups. A estratégia conecta inovação urbana a desenvolvimento econômico, integrando hackathons a programas de aceleração e fomento. Com 48 ambientes de inovação, a cidade busca gerar impacto regional e melhorar a qualidade de vida, segundo Nascimento, que coordena uma nova edição para o final de agosto.

99 Food

O plano certo para cada negócio

Apenas 8,9% de taxa de comissão

Cadastre o seu restaurante em 99app.com/restaurantes

Taxa de comissão de 8,9% p/ plano 'Entrega pela 99', sujeita à alterações. Consulte demais taxas e regras no portal de parceiros da 99Food

Capacitação Iniciativas treinam gestores públicos na adoção de novas ferramentas e auxiliam na elaboração de planos diretores

Parcerias entre hubs e municípios fomentam inovação

Marlene Cohen
Para o Valor, de São Paulo

Ariquemes, município de Rondônia com quase 110 mil habitantes que integra o mapa das cidades inteligentes, espelha o quanto médias localidades têm avançado na adoção da inteligência artificial para aumentar produtividade, otimizar serviços e fortalecer a economia — e como a ajuda externa pode ajudar a desenvolver soluções. Em parceria com o Instituto Federal de Rondônia (Ifro), especializado na oferta de educação profissional e tecnológica, o município adotou um método georreferenciado de erradicação de focos de dengue com ajuda de drones capazes de detectar, a 200 m de altura, bacias, pneus e caixas d’água contaminados pela presença do mosquito transmissor da doença.

De acordo com o professor Vagner Schoaba, coordenador do Projeto Cidades Inteligentes do Ifro, a metodologia tem permeado outras áreas do município — a começar pela digitalização de toda a documentação da gestão municipal, iniciada em 2021. O Pronto Saúde já permite que metade dos atendimentos médicos gere prontuários eletrônicos compartilhados entre

SUS, UBS e hospitais municipais. O software também otimiza a gestão do estoque de medicamentos e o agendamento de consultas.

Na Educação, o Proinfes monitora a entrada e a saída dos alunos da escola e transmite a informação em tempo real às famílias. Telas touch screen auxiliam no aprendizado. Ilhas digitais começam a pipocar pela cidade, oferecendo áreas de acolhimento com internet livre e bancadas de trabalho.

“Capacitamos 4 mil agentes e gestores municipais ao longo de 10 mil horas de trabalho”, diz Schoaba, para quem a qualificação humana em si representa outro ativo, na medida em que “habilitar o poder público ajuda a abrir as mentes para a inovação”.

A importância de formar equipes colaborativas também é endossada pela Secretaria de Desen-

“Capacitamos 4 mil agentes e gestores municipais ao longo de 10 mil horas de trabalho”
Vagner Schoaba



Tela touch screen em escola de Ariquemes (RO); município tem parceria com o Instituto Federal de Rondônia

volvimento Estadual de Rondônia, que optou por operar em três escalas (cidade, bairro e empreendimento) para avançar na agenda do Programa Cidades Inteligentes.

Camilópolis, em Santo André, primeiro bairro inteligente da região metropolitana de São Paulo, tem sensores que coletam qualidade do ar, temperatura, umidade, emissão de CO₂, radiação solar, volume de chuvas e nível de ruído; wi-fi gratuito; monitoramento em tempo real por câmeras em ruas e prédios públicos; interligação de equipamentos públicos por fibra óptica; e semáforos inteligentes. Sensores em bueiros medem o volume de resíduos acumulados e permitem planejar a drenagem urbana, prevenir enchentes e fechar antecipadamente vias inundáveis.

Em Niterói (RJ), a implantação de mais de 600 câmeras inteligentes e um sistema eletrônico de leitura de placas ajudou a reduzir em 88% os roubos de veículos, segundo análise do Observatório de Segurança de Niterói (OspNit), que comparou dados de outubro de 2025 com o mesmo período do ano anterior. O número de roubos de rua caiu 41%, e a taxa de mortes violentas despencou de 46,1 para 11 a cada 100 mil habitantes.

Para muito além das soluções

inovadoras em si, existem no país hubs tecnológicos e celeiros de fomento ao empreendedorismo digital que orientam o passo a passo em direção à implantação de cidades inteligentes. É o caso do Parque de Inovação Tecnológica de São José dos Campos (PIT), que ajudou a moldar a própria vocação inovadora da cidade paulista e hoje é multiplicador da metodologia.

“Nosso trabalho é catequizar municípios e seus gestores”, afirma Felipe Hammel, head de cidades inteligentes do PIT, explicando que a governança e a gestão por dados proposta se apoia nas normas ISO — 409 indicadores conectados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU medem a performance de entrega dos serviços urbanos e permitem ao gestor mensurar o que não está funcionando e escolher as ferramentas para reverter a situação.

Jataí (GO), Itararé (SP), Primavera do Leste e Nova Mutum (MT) são alguns dos usuários das cartilhas elaboradas pelo PIT. Entre os temas abordados figuram modelos de gestão, captação de recursos, parcerias público-privadas (PPPs), estratégias para tráfego inteligente e diretrizes para expandir redes de telecomunicações, fibra óptica e internet das coisas.

Estratégia pró-bairro ganha adesões

Dauro Veras
Para o Valor, de Florianópolis

O compromisso de tornar as cidades mais compactas e policêntricas (com vários centros), previsto no Acelerador de Planejamento Urbano — programa de apoio à revisão de planos diretores do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) e da rede global de prefeitos C40 Cities —, já foi firmado por 34 metrópoles, incluindo Rio de Janeiro, Curitiba e Fortaleza. A estratégia dialoga com o conceito de “cidade de 15 minutos”, formulado pelo urbanista franco-colombiano Carlos Moreno.

A ideia central é simples, diz ele: “Que cada pessoa possa acessar, em um tempo curto a partir do seu local de moradia, as funções essenciais do cotidiano — habitação, trabalho, educação, saúde, abastecimento e lazer”. Essa proximidade é não só geográfica, como também social, ecológica e relacional. “A proximidade deve se adaptar a cada contexto territorial, social e econômico”, diz Moreno, citando experiências como a do programa Utopias, na Cidade do México, que integra centros sociais a lavanderias e cozinhas em áreas vulneráveis para reduzir a carga de trabalho doméstico das mulheres.

Para enfrentar obstáculos como desigualdades territoriais, falta de financiamento, fragmentação institucional e resistência política e econômica, Moreno defende planejamento de longo prazo, cooperação entre diferentes níveis de governo, forte investimento em infraestrutura social e fortalecimento da participação cidadã. “Um bairro não pode ser considerado bem-sucedido se melhora fisicamente, mas expulsa seus moradores históricos”, diz. “A qualidade de vida social também deve ser medida pela capacidade de permanência em habitação acessível e pela participação na vida local”.

Ao evitar espraiamento, misturar usos e focar em transporte coletivo, cidades podem reduzir em mais de 25% as emissões de gases de efeito estufa, segundo a diretora de planejamento urbano da C40 Cities, Hélène Chartier. Projetos, afirma ela, devem começar pelos bairros que têm menos comodidades e calçadas piores. Também é fundamental investir na conexão ao centro e aos demais bairros.

Para o diretor de projetos do Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP Brasil), Iuri Moura, a transição para cidades de proximidade deve priorizar pedestres e ciclistas e a distribuição equitativa de serviços. Ele enfatiza o impacto social desse redesenho, já que bairros compactos beneficiam diretamente as mulheres, que têm padrões de deslocamento mais complexos por causa das tarefas de cuidado.

Moura reconhece que o Brasil ainda está distante de alcançar o padrão de 15 minutos, pois o modelo demanda um planejamento integrado que una transporte a políticas agressivas de habitação popular em áreas centrais.

O gerente de desenvolvimento urbano do World Resources Institute (WRI Brasil), Henrique Evers, considera o modelo uma ferramenta didática poderosa, mas insuficiente se for isolada. Sem rede de transporte de alta capacidade entre os bairros, a metrópole corre o risco de ser um conjunto de ilhas desconectadas, avalia. Evers reforça que o plano diretor deve atuar como um “indutor de equidade”, reservando áreas para habitação de interesse social e priorizando investimentos nas periferias.

O presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, avalia que o urbanismo de proximidade é indispensável para ampliar a eficiência dos investimentos públicos e reduzir custos gerados pelo espraiamento das cidades. Para ele, a transição no Brasil exige uma coordenação federativa capaz de integrar políticas de habitação, mobilidade e financiamento que hoje operam de forma isolada.

IA é usada para encontrar buracos de rua

Marcelo Moura
Para o Valor, de São Paulo

Uma simples corrida com carro de aplicativo pode virar uma operação de fiscalização municipal. Com sensores em amortecedores e câmera no para-brisa, um sistema registra buracos nas ruas, tampas de bueiro desniveladas, falhas de iluminação, excesso de fios nos postes e pichações. Os dados, analisados por inteligência artificial (IA), automaticamente geram solicitações de serviço detalhadas com fotografias, geolocalização e estimativa da gravidade do problema.

A zeladoria com IA representa uma mudança de paradigma na gestão urbana de capitais e algumas cidades médias brasileiras. Em vez de aguardar denúncias da população, prefeituras passam a agir proativamente. “Hoje, cerca de 50% dos pedidos de tapa-buraco em Porto Alegre são gerados por IA. Estamos conseguindo executar a manutenção antes de receber reclamação”, diz Rafael Fleck, secretário municipal de Serviços Urbanos da capital gaúcha.

A Intelcity, uma das principais fornecedoras do setor, foi fundada em 2022 com uma pergunta simples: seria possível monitorar uma cidade de forma contínua, a um

“Estamos conseguindo executar a manutenção antes de receber reclamação”
Rafael Fleck



Vista aérea da Marginal Pinheiros (SP); corrida com carro de aplicativo ajuda na operação de fiscalização municipal

custo que coubesse no orçamento da prefeitura? A resposta veio, literalmente, na forma de um produto mínimo viável. “A gente pegou um carrinho de controle remoto, prendeu uma câmera no teto e colocou dentro de uma sala”, conta Gustavo Miyake, diretor financeiro e cofundador da empresa. A IA, em uma era pré-ChatGPT, conseguiu identificar cadeiras, mesas e lápis — poderia, portanto, fazer o mesmo com postes, placas e buracos. Do carrinho miniatura para frotas de quase cem veículos só em São Paulo, foi uma questão de escala.

Outras empresas, como Instituto das Cidades Inteligentes (ICI) e Mapzer, atuam de maneira pareci-

da. Motoristas de app ou táxi recebem bonificações, em torno de R\$ 200 por mês, para carregar o equipamento de inspeção. Prefeituras pagam cerca de R\$ 100 por km monitorado por mês. O contrato de Porto Alegre prevê R\$ 5,7 milhões ao longo de dois anos para 30 carros fiscalizarem as condições de seus 3.100 km de vias. Já a operação paulistana é mais cara e complexa: cem motoristas rodam 160 mil km/mês, por uma malha viária de 17 mil quilômetros, identificando buracos, falhas de iluminação e entulho nas calçadas, entre outras irregularidades. São Paulo tem três contratos com a Intelcity, que somam R\$ 23,8 milhões, se-

gundo o Portal da Transparência.

O resultado da zeladoria digital vai aparecendo aos poucos. Na capital gaúcha, 60% das vias são classificadas como boas ou ótimas. O resultado não chega a impressionar, mas é notável que as bolinhas verdes, amarelas e vermelhas, que classificam a qualidade do calçamento, estão distribuídas por todo o mapa, sem grande diferença entre bairros. Em São Paulo, no início da operação, o estoque de solicitações caiu 86%, para 34 mil, e o tempo médio para atender um pedido de tapa-buraco encolheu de quatro meses para uma semana.

Miyake conta que, ao detectar uma quantidade de fios nos pos-

tes acima do limite estabelecido por decreto municipal, o sistema da Intelcity permitiu à prefeitura multar concessionárias em R\$ 30 milhões. O próximo desafio da empresa é adaptar sua tecnologia para identificar vazamentos na rede de água e esgoto.

O governo de Minas Gerais optou por parceria com o LabTrans, laboratório da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), evitando o processo licitatório. “Firmar parceria com um ente público facilita a inovação, porque dispensa abertura de licitação. É mais difícil contratar algo pela primeira vez”, explica Pedro Calixto, secretário adjunto de Infraestrutura e Mobilidade do Estado. O monitoramento de 20 mil km de rodovias passou de semestral para mensal, e as empresas de manutenção são obrigadas a atender notificações em 48 horas. Nos primeiros seis meses de convênio, o governo registrou uma redução de 80% na quantidade de buracos. “O investimento para resolver um problema em estágio inicial é muito menor”, diz Calixto.

A zeladoria digital, porém, avança com dificuldade em cidades de menor porte. “Para a realidade de muitas prefeituras brasileiras, é um serviço caro”, afirma Felipe Rezende, coordenador de sistemas do ICI. “O custo do processamento de IA não está caindo para nós”. Rezende aponta ainda uma barreira cultural: quando um sistema de IA varre a cidade e identifica 4 mil ou 5 mil buracos nas ruas, o gestor ganha um problema político. “Na mesma hora, ele olha aquilo e fala: meu Deus, como vou fazer para tratar tudo isso?”, descreve. “O cara que está numa cadeira de secretário nem sempre quer transparência”.

Entrevista Há um amadurecimento cultural no país, com prefeitos e governadores enxergando as govtechs como aliadas, afirma Téo Foresti Girardi

“Inteligência está na capacidade de cuidar das pessoas”

Marina Lang
Para o Valor, de São Paulo

A discussão sobre inovação pública no Brasil tem migrado da infraestrutura tecnológica para uma abordagem centrada no fator humano. No centro do debate está Téo Foresti Girardi, idealizadora do GovTech Lab e autora do livro “O estado inteligente: por que digitalizar não basta” (EdiPUCRS, 106 pág). Para a especialista, a verdadeira maturidade de uma gestão não deve ser medida apenas pela conectividade, mas pela capacidade do Estado em antecipar vulnerabilidades e proteger o cidadão. “Precisamos parar de falar apenas de cidades inteligentes e começar a falar de governos inteligentes”, afirma Girardi, defendendo que a inteligência pública reside na capacidade de cuidar das pessoas.

À frente de iniciativas como a plataforma GovTech Place, que conecta o setor público a startups, ela observa um amadurecimento cultural no país, onde prefeitos e governadores passam a enxergar as govtechs como aliadas. Segundo Girardi, essas startups oferecem a velocidade e a criatividade necessárias para enfrentar desafios complexos, desde mudanças climáticas até a desigualdade social. “Tecnologia, nesse contexto, não é fim. É uma ferramenta”, destaca, reforçando que a transformação digital só é relevante quando melhora a experiência cotidiana da população e constrói dignidade.

Veja, abaixo, os principais trechos da entrevista.

Valor: *O que caracteriza uma cidade inteligente?*

Téo Foresti Girardi: Durante muito tempo, acreditávamos que cidades inteligentes seriam aquelas repletas de tecnologia, sensores, aplicativos e conectividade. Mas, talvez, a grande maturidade seja compreender que inteligência não está apenas na infraestrutura: está na capacidade de cuidar das pessoas. Hoje, gosto de dizer que precisamos parar de falar apenas de cidades inteligentes e começar a falar de governos inteligentes.

Uma cidade verdadeiramente inteligente é capaz de perceber o sofrimento, antecipar vulnerabilidades, proteger vidas e construir pertencimento. A inovação públi-

ca precisa ser profundamente humana. Não há transformação digital relevante sem melhorar a experiência cotidiana das pessoas. Uma cidade só é inteligente quando o Estado usa tecnologia, dados e inovação não apenas para ser mais eficiente, mas para cuidar melhor das pessoas, antecipar necessidades e construir confiança, dignidade e futuro coletivo.

Valor: *Qual o papel das govtechs na resolução de problemas das cidades?*

Girardi: As govtechs surgem num momento em que os governos perceberam algo essencial: ninguém conseguirá enfrentar sozinho os desafios do nosso tempo. Estamos lidando com mudanças climáticas, envelhecimento populacional, desigualdade, crise de confiança, inteligência artificial, novas vulnerabilidades sociais. Govtechs ajudam a aproximar capacidade tecnológica da dor real das cidades: elas oferecem velocidade, criatividade e especialização para problemas que o Estado, sozinho, muitas vezes não consegue resolver na mesma velocidade. Existe uma mudança de lógica além da tecnologia porque as govtechs ajudam governos a deixarem de operar apenas na reação e começarem a construir capacidade de antecipação, prevenção e inteligência coletiva.

Valor: *Há govtechs tentando inovar para além dos grandes polos urbanos?*

Girardi: Talvez esse seja um dos movimentos mais importantes hoje. Temos acompanhado algo muito bonito: a interiorização da inovação pública. Muitas vezes pequenas cidades conseguem inovar

“Govtechs ajudam governos a começarem a construir capacidade de antecipação e prevenção”

com mais rapidez porque possuem relações mais próximas, menos camadas burocráticas e maior capacidade de articulação local. Vemos govtechs atuando em prevenção de desastres climáticos, saúde digital, educação remota, agricultura inteligente, inclusão digital, monitoramento ambiental. Um exemplo é o crescimento de ecossistemas de inovação pública em cidades médias e pequenas que passaram a conectar governos locais, startups, universidades e comunidades para resolver problemas concretos do território. Isso muda profundamente a lógica do desenvolvimento brasileiro, porque democratiza o acesso à inovação. A transformação digital deixa de ser privilégio das capitais e passa a se tornar uma ferramenta de desenvolvimento regional, inclusão e fortalecimento da capacidade pública em todo o país.

Valor: *E quanto às govtechs do governo federal?*

Girardi: O Brasil avançou muito em governo digital. A digitalização de serviços públicos nos últimos anos colocou o país em posição de destaque internacional em vários aspectos. Mas acredito que ainda existe uma diferença importante entre digitalizar e transformar. Digitalizar é converter processos analógicos em digitais. Transformar é redesenhar a relação entre Estado e cidadão. O próximo salto será justamente construir inteligência pública integrada: governos capazes de usar dados, interoperabilidade e IA para cuidar melhor das pessoas.

Valor: *Como as govtechs transformam a gestão pública?*

Girardi: As govtechs transformam a gestão pública porque ajudam o Estado a voltar a ser relevante em um mundo que mudou mais rápido do que as estruturas tradicionais de governo conseguiram acompanhar. Por décadas, governos foram organizados para responder a uma realidade mais estável, previsível e burocrática. Mas hoje os problemas são dinâmicos, complexos e acontecem em tempo real. As govtechs trazem para o setor público uma nova lógica, mais colaborativa, ágil, conectada, maior capacidade de testar, aprender e corrigir rapidamente e, principalmente, mais foco na vida real. Elas não transformam apenas sistemas;



Para Téo Foresti Girardi, idealizadora do GovTech Lab, é necessário começar a falar de governos inteligentes

transformam mentalidades.

Valor: *As govtechs são uma estratégia de Estado e de soberania?*

Girardi: Sem dúvida. Hoje, soberania também significa capacidade tecnológica. Países que não desenvolverem inteligência digital própria correm o risco de se tornarem dependentes não apenas economicamente, mas institucionalmente. Quando falamos em govtechs, estamos falando da capacidade de um país construir soluções adequadas à sua própria realidade social, territorial e cultural. Estamos falando sobre autonomia do Estado. E isso ganha ainda mais relevância diante das transformações provocadas pela inteligência artificial. Por isso acredito que govtechs não são apenas um setor econômico. Elas são parte da infraestrutura estratégica do futuro.

Valor: *O Brasil está usando o potencial tecnológico para melhorar a vida dos cidadãos?*

Girardi: Estamos avançando, mas ainda muito aquém do que poderíamos. O Brasil tem criatividade, capacidade técnica, talento e um ecossistema de inovação extremamente potente. Temos startups, universidades, centros de pesquisa e servidores públicos comprometidos em transformar realidades. O grande desafio não é apenas desenvolver tecnologia; é criar capacidade institucional para transformar inovação em política pública consistente, integrada e centrada na vida das pessoas. Durante muito tempo, o Estado organizou os problemas em estruturas administrativas: saúde de um lado, educação de outro, assistência social em outra secretaria. Mas o cidadão não vive os desafios de forma fragmentada. Ele vive o problema co-

“Precisamos formar lideranças para um mundo orientado por dados, IA e colaboração”

mo um todo. Um exemplo simples é o de uma mãe que precisa acessar atendimento de saúde para o filho, transporte público eficiente e uma vaga na escola. Para o governo, isso pode envolver três ou quatro secretarias. Para ela, é apenas a vida acontecendo, e ela espera respostas conectadas. É aí que a tecnologia faz diferença: quando consegue integrar dados, serviços e decisões para tornar o Estado mais simples, eficiente e humano.

O potencial do Brasil é enorme. O próximo passo é usar tecnologia não apenas para digitalizar processos antigos, mas para redesenhar a forma como os governos entendem e resolvem problemas públicos. Redesenhar a experiência do cidadão.

Valor: *Quais os principais gargalos, lacunas e entraves para as govtechs hoje no país?*

Girardi: Existe dificuldade de contratação pública inovadora, insegurança jurídica, excesso de burocracia e ciclos políticos muito curtos. Mas talvez exista um desafio ainda mais profundo: o

medo da mudança. Inovar no setor público exige coragem institucional, porque pressupõe admitir que modelos antigos já não respondem adequadamente às dores da sociedade. Também precisamos formar lideranças preparadas para um mundo orientado por dados, IA e colaboração em rede. Tecnologia sem liderança consciente apenas acelera estruturas antigas.

Valor: *Quais cases de govtechs se destacam, na sua visão?*

Girardi: São aqueles em que a tecnologia deixa de ser protagonista e o impacto humano passa a ser o centro da transformação. Quando uma solução consegue reduzir sofrimento, ampliar acesso a direitos, economizar tempo do cidadão, prevenir tragédias ou melhorar a experiência das pessoas com o Estado, ela já está cumprindo um papel profundamente transformador. Há municípios utilizando telemedicina e monitoramento remoto para reduzir filas na saúde e ampliar atendimento especializado em regiões afastadas. Na área de inteligência climática e defesa civil, surgem soluções que utilizam dados, sensores e IA para prever riscos de enchentes, deslizamentos e eventos extremos. Na educação, plataformas ajudam professores a acompanhar evasão escolar, desempenho e vulnerabilidades sociais em tempo real, permitindo intervenções mais rápidas e personalizadas. Também vejo avanços importantes em participação cidadã, com ferramentas digitais que aproximam população e governo, permitindo consultas públicas, escuta ativa e maior transparência nas decisões.

5G segue ao interior com desafios técnicos e financeiros

Roberta Prescott
Para o Valor, de São Paulo

A expansão da cobertura móvel de quinta geração pode impulsionar aplicações mais complexas e que requerem baixa latência de internet das coisas (IoT). “5G é um dos grandes habilitadores das cidades inteligentes, porque consegue trazer serviços de mais alto desempenho e alta performance”, diz Hermano Terциus, secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações.

Hoje, dos 5.571 municípios brasileiros, 1.966 (35%) têm sinal 5G, com aproximadamente 55 mil estações radiobase (ERBs), de acordo com a Anatel. Com todas as capitais atendidas, o avanço agora se concentra na interiorização. Até 31 de dezembro, 30% dos municípios com população inferior a 30 mil habitantes precisam contar com 5G. O superintendente de outorga e recursos à prestação da Anatel, Vinícius Caram, aponta que 952 deles, de um total de 1.319, já têm estações licenciadas.

“A gente tem colocado recursos

públicos nas cidades onde a conta não fecha”, diz Terциus. Em 2023 e 2024, 1.355 localidades rurais receberam sinal de telefonia — majoritariamente 4G — e, a partir de 2025, foram 1.355 por ano em áreas rurais reconhecidas pelo IBGE com concentração de pessoas.

Elmo Matos, diretor de core e redes móveis da Vivo, avalia que a expansão para cidades menores envolve desafios técnicos, econômicos e regulatórios, como carência de backhaul de alta capacidade, relação entre investimento e escala em municípios com menor densidade populacional e licenciamento para instalações.

A operadora soma 905 municípios com 5G. “Em cidades menores ou com grande extensão territorial e áreas rurais, a expansão ocorre de forma progressiva, começando pelas regiões com maior concentração de pessoas, tráfego e demanda por capacidade”, diz Matos.

Na mesma linha, Maria Teresa Lima, diretora-executiva da Claro Empresas para governo, diz que, se nas grandes cidades, a concentração de pessoas, empresas, tráfego de dados e demanda por serviços digitais ace-

lera a viabilidade dos investimentos, nos municípios menores e em áreas rurais há maior dispersão geográfica, menor densidade de usuários por estação, distâncias maiores para transporte de dados e maior necessidade de infraestrutura, além de desafios para implantação e licenciamento de antenas.

Porém, no contexto de cidades inteligentes, a executiva pondera que o 5G faz parte de uma arquitetura mais ampla de conectividade. “Para muitos casos de uso urbano, tecnologias como 4G, NB-IoT, LTE-M/Cat-M, fibra, redes privadas e computação de borda podem ser mais adequadas, dependendo da aplicação”, diz. A Claro atende a 676 cidades com 5G.

Por enquanto, IoT tem crescido calcado em outras tecnologias de

“O que temos hoje atende às necessidades das aplicações atuais”
Moisés Silva

conectividade. “5G é tecnologia muito importante, porque reduz a latência e vai trazer outras facilidades, como drone para salvamento, robôs entrando em ambientes de risco e cirurgias a distância. Mas o que temos hoje de conectividade atende às necessidades das aplicações atuais”, assinala Moisés Silva, líder do comitê de cidades inteligentes da Associação Brasileira de Internet das Coisas.

Marco Di Costanzo, vice-presidente de desenvolvimento de tecnologia da TIM Brasil, corrobora, dizendo que não é mandatório ter 5G para cidades inteligentes, mas para casos específicos que exigem tempo de resposta mais rápido — como no porto de Santos (SP) que usa 5G para automação e controles de carga e descarga de navios.

A operadora cobre 5.570 municípios com 4G e NB-IoT. Em 5G, são 1.094 municípios, incluindo todos aqueles acima de 100 mil habitantes. “A TIM não se limita a grandes centros. Nossa cobertura no agro supera 27 milhões de hectares cobertos com 4G e 55 mil hectares com NB-IoT”, diz o VP. O plano de expansão da TIM para 5G é conti-

nuar avançando em passo mais acelerado que as obrigações da Anatel, tanto em expansão de cidades, como em modernização de infraestruturas tecnológicas.

Para Fábio Costa, VP B2B da TIM Brasil, o conceito de inteligência é mais fácil de ser implementado quanto menor for o município. “Com IoT e 5G, a cidade inteligente percebe o que está acontecendo em tempo real e consegue agir em tempo curto, antecipando problemas. E aplicando IA você tem um ecossistema ainda mais inteligente, porque ela é capaz de aprender sozinha com as ocasiões passadas”.

Usando conectividade baseada em NB-IoT, a Vivo tem junto à Sabesp projeto que prevê a instalação de 4,4 milhões de hidrômetros inteligentes em São Paulo e São José dos Campos (SP). “A partir dessa base, adicionamos uma camada avançada de inteligência, com uso de IA e aprendizado de máquina para identificar vazamentos de forma preditiva, detectar irregularidades, entender padrões de consumo e até prever a vida útil das baterias dos medidores”, comenta Matos.

Calendário do 5G

Cronograma para cobertura do sinal



Fonte: Anatel *Que não são sede do município

Internacional ‘Bioclimática’ e ‘resiliente’, cidade se adapta às mudanças provocadas pelo aquecimento global e passa a dar preferência a aspectos sociais e de bem-estar

Paris se abre ao pedestre, fica mais verde e estimula comércio local

Daniela Fernandes
Para o Valor, de Paris

Paris está na vanguarda das transformações urbanas. A cidade não é só “inteligente”, termo que deixou de ser utilizado pelas autoridades locais; passou a se projetar como “bioclimática” e “resiliente”. O conceito foi ampliado para adaptar a capital francesa às mudanças provocadas pelo aquecimento global e passou a incluir aspectos sociais e de bem-estar. O Plano Local de Urbanismo Bioclimático de Paris, que entrou em vigor no final de 2024 — pilotado na época pelo atual prefeito, Emmanuel Grégoire —, visa tornar a cidade mais verde (mínimo de 10 m² por habitante) e atingir a neutralidade em carbono até 2050.

A meta também é torná-la mais resiliente, adaptada para suportar ondas de calor no verão. São inúmeras medidas, que vão da redução da impermeabilidade dos solos à proibição de construções que usem apenas cimento, além de mais serviços nos bairros como centros de saúde, espaços culturais e ginásios para reforçar o conceito de “cidade de 15 minutos”, onde tudo está próximo dos moradores.

A regulamentação prevê ainda ampliar o acesso a moradias sociais, diversidade dos comércios de bairro e melhorar a qualidade de vida, com mais espaços para caminhar. “Esse plano de Paris é uma ação muito importante”, diz o urbanista Carlos Moreno, professor da universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne que criou o conceito de “cidade de 15 minutos”. Segundo ele, a prefeitura tem um engajamento pelo bem-estar comum.

Moreno cita como exemplo a abertura dos pátios das escolas, fora do horário de aulas, para lazer, o que na prática gerou inúmeros novos “miniparques”, e a agência Paris Commerce, que apoia a criação de comércios de bairro com aluguéis subsidiados. “É uma ferramenta de revitalização da cidade”, ressalta o especialista.



Margem direita do rio Sena, em Paris, que era uma importante via expressa para carros e que foi transformada em área para pedestres, ciclistas e lazer

Uma das transformações mais visíveis está ligada à mobilidade urbana. Há duas décadas a prefeitura faz ações para diminuir o número de carros e privilegiar meios de transporte mais limpos — Paris monitora a poluição em tempo real. A cidade foi a primeira no mundo a lançar um sistema público de aluguel de bicicletas, o Vélib, em 2007. Hoje, são mais de 1,5 mil km de ciclovias, por onde são feitos cerca de 50 milhões de deslocamentos anuais, sete vezes o registrado em 2018.

Paris conquistou o quinto lugar mundial como cidade adaptada para bicicletas no ranking da consultoria Copenhagenize, especializada no design urbano. Hoje, só um terço dos parisienses possui carro, contra 45% no começo dos

anos 2000. No período, as vagas de estacionamento nas ruas caíram pela metade, para 119 mil.

Um parisiense que tiver deixado a cidade na última década e retornar agora verá que a circulação na capital mudou bastante. Eixos centrais foram fechados para os carros, apesar dos intensos protestos na época. Na movi-

mentada rue de Rivoli hoje só circulam ciclistas e, em uma faixa exclusiva, ônibus, táxis e veículos autorizados, alteração criada na pandemia de covid-19 que foi tornada perene.

A mudança mais emblemática foi a transformação de parte das margens do rio Sena, que eram vias expressas para veículos, em área permanente para pedestres, ciclistas e lazer. É o chamado Parc Rives de Seine, com 4,5 km de extensão e bastante utilizado para quem vai e volta do trabalho de bicicleta. Mais de 300 vias nas imediações de escolas também viraram áreas para pedestres e verdes.

O plano para ampliar os espaços para pedestres na capital, parte do projeto Paris Respira,

tem investimentos previstos de € 300 milhões até 2030. Ao anunciar neste mês suas estratégias para a cidade, o recém-eleito prefeito Grégoire prometeu criar 80 “núcleos de bairro” para dar prioridade ao pedestre e destacou o objetivo de “acelerar” a transformação das margens do Sena em um espaço contínuo de 25 km para caminhar.

Outras cidades europeias, como Barcelona, Amsterdã e Copenhague, seguem a tendência de integrar clima e urbanismo. Para lutar contra o risco de enchentes, a capital dinamarquesa vem se transformando em uma “cidade esponja”, com calçadas que podem absorver água sendo testadas e parques que podem virar reservatórios temporários.

Experiência chinesa redefine vida urbana

Rafael Zerbetto
Para o Valor, de Pequim

“Eu posso realmente sentir como as tecnologias de uma cidade inteligente tornam a vida mais fácil e eficiente. As ruas têm sensores ligados ao ‘cérebro da cidade’, que ajustam os semáforos em tempo real, e eu sigo sem encontrar sinal fechado,” diz Li Zichen, morador da Nova Área de Xiong’an, cidade planejada que representa o ápice do urbanismo digital chinês.

Localizada a cerca de 100 km a sudoeste de Pequim, Xiong’an foi concebida para reduzir a pressão sobre a capital, absorvendo funções administrativas, acadêmicas e industriais não essenciais. Ao mesmo tempo, funciona como um laboratório de cidade inteligente, incorporando desde sua origem tecnologias de inteligência artificial, gestão digital integrada, sistemas de transporte de alta eficiência e infraestrutura de baixo carbono, com forte ênfase em sustentabilidade.

“É uma combinação de design urbano inteligente com transporte de alta tecnologia e funções como o uso de big data para controlar o consumo de energia e o uso da água,” define Faith Chan, diretor da Escola de Ciências Geográficas da Universidade de Nottingham Ningbo da China.

O brasileiro José Renato Peneluppi Jr., doutor em administração pública pela Universidade Huazhong de Ciência e Tecnologia, ao visitar Xiong’an, em 2021, encontrou um grande canteiro de obras e quase nenhuma vida urbana, contrastando com a in-

fraestrutura de alta qualidade, com sistemas subterrâneos e redes digitais, que indicava uma cidade do futuro sendo erguida.

“A experiência remetia a Brasília no início de sua construção, evocando simbolicamente a chegada de Oscar Niemeyer e Juscelino Kubitschek ao local de uma capital ainda por nascer — com a diferença de que, neste caso, chega-se em um trem-bala, e trata-se de outro tipo de capital, a tecnológica”, recorda Peneluppi.

Segundo Chan, o design de Xiong’an como cidade esponja a torna menos propensa a inundações. “Rios e lagos são interligados, formando uma rede que engloba toda a área, mantendo funcional a operação dos diferentes corredores ecológicos”, explica. Ele destaca os jardins de chuva ao longo das vias, que filtram, absorvem e retêm o escoamento, permitindo que a água das chuvas recarregue naturalmente o lençol freático. “São plantadas apenas árvores de espécies nativas, e a energia renovável é integrada ao projeto para dar suporte à operação sustentável de toda a área”.

Morador de Wuhan, na Província de Hubei, Peneluppi é autor de um estudo que analisa a capacidade de coordenação da administração pú-

blica chinesa durante a crise da covid-19, relacionando a resposta à pandemia ao desenvolvimento de cidades inteligentes, como o uso integrado de infraestrutura digital, sistemas de informação e tecnologias de comunicação na gestão da saúde pública, bem como na organização do transporte urbano e dos serviços de entrega.

“Foram mobilizadas redes de conectividade avançada, aplicativos de suporte sanitário e estruturas urbanas de atendimento distribuídas nos bairros, articuladas com sistemas de monitoramento epidemiológico e logístico de testagem e atendimento,” afirma o brasileiro, ressaltando que isso foi possível porque a infraestrutura já estava amadurecida para ser implementada.



COSTFOTO/NURPHOTO VIA AP

Segundo ele, o conceito de cidades inteligentes na China começou a se desenvolver no 12º Plano Quinquenal (2011–2015), ganhou escala no 13º (2016–2020), com a digitalização urbana e o uso de big data, e tornou-se central no 14º Plano (2021–2025), com redes 5G, IA e governança urbana integrada.

Com quase 5 milhões de estações base 5G e 210 milhões de usuários de banda larga gigabit, a China estabeleceu plataformas unificadas de governança urbana, com mais de 90% dos serviços governamentais disponíveis online e a meta de alcançar a transformação digital abrangente em mais de 50 cidades até 2027.

“No delta do rio das Pérolas, especialmente em Guangzhou e Shenzhen, os chamados ‘cérebros

urbanos’ combinam o tripé da cidade inteligente — IA, 5G e big data — para gestão urbana em tempo real,” diz Peneluppi. Isso inclui semáforos inteligentes que ajustam fluxos de trânsito, sistemas de vigilância urbana com análise automatizada de imagens e aplicativos de governo digital que concentram serviços como saúde, transporte e pagamentos, afirma ele.

“O foco do desenvolvimento está mudando de projetos inteligentes isolados para uma reestruturação digital abrangente em toda a cidade, visando criar sistemas operacionais urbanos inteligentes e unificados,” diz Han Liyun, pesquisadora da Global Governance Institution, acrescentando que as cidades inteligentes chinesas buscam gerar uma inovação orientada pelo conhecimento e formar um mecanismo sustentável de governança integrada que combina orientação governamental, vitalidade do mercado e engajamento público.

Han destaca as parcerias público-privadas como o principal modelo para a construção de cidades inteligentes na China, pois combinam a alocação eficiente de recursos com uma execução mais rápida dos projetos. “O governo assume o planejamento geral e formula as políticas, priorizando os serviços públicos e o bem-estar das pessoas. As empresas aproveitam seus pontos fortes em tecnologia, capital e experiência operacional para diversificar os cenários de aplicação, elevando o valor prático das infraestruturas de cidades inteligentes.”

Dados e IA melhoram gestões nos EUA

Mario Camera
Para o Valor, de São Paulo

Os EUA aceleram a corrida ao dotar suas cidades com capacidade para monitorar, interpretar e responder ao funcionamento urbano quase em tempo real. Plataformas de inteligência artificial (IA) usam sensores, semáforos, redes elétricas e sistemas de água para antecipar falhas, automatizar operações e coordenar trânsito, energia, segurança e mobilidade.

A Fortune Business Insights estima que sistemas inteligentes de gestão urbana possam reduzir em até 30% custos operacionais em áreas como iluminação pública e infraestrutura. A IDC avalia que a América do Norte concentre mais de 32% do mercado global de cidades inteligentes em 2026, puxada principalmente por segurança pública, resiliência climática, automação e infraestrutura conectada.

“A ponte deixa de ser um objeto mudo esperando por uma inspeção. Passa a fazer parte de uma troca contínua com a cidade”, diz Carlo Ratti, diretor do Senseable City Lab, no Massachusetts Institute of Technology (MIT). Ele coordena o projeto “Good Vibrations”, que usa dados de celulares para captar vibrações em pontes e detectar sinais de desgaste. “O futuro talvez dependa menos de inventar novas infraestruturas e mais de ‘sentir’ aquelas que já existem”, diz.

Agora, a IA empurra cidades americanas para o conceito de “cidade cognitiva”. “Acho que o termo ‘smart city’ morreu, mas não necessariamente o fenômeno de inovar e levar tecnologia às comunidades”, diz Jonathan Reichental, ex-diretor de tecnologia de Palo Alto, na Califórnia. “A IA será muito mais antecipatória, irá raciocinar sobre o ambiente e tomar decisões de forma independente”.

A diferença, segundo ele, é que, enquanto a cidade conectada coleta dados, a cidade cognitiva passa a interpretá-los e agir sobre eles. Como a iluminação pública que reage à circulação, semáforos adaptados ao fluxo do trânsito e sistemas capazes de prever enchentes. “Não deveríamos reagir quando um canal inunda. Deveríamos entender se ele vai inundar e quando”, diz.

Phoenix, no Arizona, usa câmeras, sensores e integração de dados para monitorar trânsito e segurança pública. A cidade também é um dos exemplos do avanço das smart grids, redes inteligentes de energia que reduzem a demanda elétrica durante ondas extremas de calor — sensores e algoritmos redistribuem a carga e aliviam picos de consumo. Parte dessa transformação depende da expansão do 5G, que oferece maior estabilidade para operações críticas.

Uma das apostas mais visíveis dessa nova etapa é o uso de “gêmeos digitais”, modelos virtuais capazes de simular trânsito, energia e ocupação. Coral Gables um dos laboratórios urbanos mais avançados, opera gêmeo digital, sensores urbanos e drones conectados à segurança pública. Segundo Reichental, a cidade usa tecnologia “em praticamente todos os aspectos” da administração. Mas Ratti relativiza o conceito. “Uma cidade não possui um gêmeo. Ela possui aproximações, modelos parciais”, diz. Para ele, o valor dessas plataformas está em permitir que governos testem decisões antes que elas se transformem em “meio-fios, contratos e concreto”.

A iniciativa privada também está presente. A Waymo opera robotaxis em Phoenix, San Francisco e Los Angeles. Em Columbus, projetos testam veículos autônomos integrados ao sistema urbano.

Porém, especialistas alertam para o possível deslocamento de problemas — frotas autônomas mal administradas podem reduzir estacionamentos e aumentar congestionamentos — e riscos de cibersegurança. À medida que carros autônomos, redes elétricas, sistemas de água e semáforos passam a operar conectados, ataques digitais podem atingir diretamente a infraestrutura física das cidades.